



ISSN: 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH



The title 'CONJUNTURA AUSTRAL' is centered and features a decorative graphic behind it. This graphic consists of several overlapping, wavy lines in shades of purple, blue, and green, creating a sense of movement. To the right of the title, there are several small, stylized star or asterisk symbols arranged in a loose, upward-pointing cluster.

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH

ISSN 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH

Foco e Escopo

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* recebe contribuições em fluxo contínuo, na forma de Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, escritos em português, inglês ou espanhol. Ela publica trimestralmente produções originais cuja temática se situe na grande área das Relações Internacionais, com ênfase em temas pertinentes aos países do Sul Global, tendo como área geográfica de abrangência as relações internacionais da África, Ásia e América Latina, na perspectiva dos grandes temas das Relações Internacionais, especialmente as agendas de segurança, diplomacia e desenvolvimento.

Nesse sentido, submissões que não sejam centradas em fenômenos internacionais ou transfronteiriços, definidos como pertencentes à agenda de estudos internacionais, são consideradas como fora do escopo da publicação.

Objetivo

O objetivo principal da *Conjuntura Austral* é publicar as mais recentes, inovadoras e relevantes contribuições no campo das Relações Internacionais, tendo como público alvo pesquisadores, especialistas, pós-graduandos e graduandos da área de Relações Internacionais. A *Conjuntura Austral* mantém um padrão de alta qualidade e os critérios primordiais para avaliar contribuições são a relevância e a qualidade científica dos trabalhos.

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* ressalta que as opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade de seus(as) respectivos(as) autores(as).

Nossa História

A *Conjuntura Austral* foi criada em 2010, fruto de um ambicioso projeto de divulgar o conhecimento científico produzido pelo e sobre os países em desenvolvimento, que refletia não apenas a consolidação e a força da área de Relações Internacionais, mas também a realidade de transformação vivenciada pelas relações internacionais no período.

Ao completar cinco anos, a Revista passou por uma renovação, adotando uma nova identidade visual e um novo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando sua vocação para a divulgação de pesquisas sobre Ásia, África e América Latina – sem, contudo, afastar-se do diálogo com o Norte, pois é impossível pensar o Sul Global sem pensar o próprio Global. O símbolo do Cruzeiro do Sul, assim, permaneceu como sua marca referencial, significativa para os navegadores austrais desde a época dos descobrimentos da era moderna.

Ao longo de seus dez anos de existência, a *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicou mais de 320 artigos de cerca de 370 autores diferentes, contando para isso com a colaboração voluntária de mais de 450 pareceristas. Nesse período, a revista foi acessada por mais de 100.000 pessoas diferentes, em mais de 130 países.

Focus and Scope

Conjuntura Austral: Journal of the Global South receives contributions in a continuous flow, in the form of Scenario Analysis pieces, Research Articles, and Book Reviews, written in Portuguese, English or Spanish. It issues original scientific works whose theme falls within the broad area of International Relations, with an emphasis on topics relevant to the countries of the Global South. With Africa, Asia, and Latin America as the geographical area of coverage, its main focus is on the major themes of international relations, especially issues of security, diplomacy, and development.

Contributions that are not centered on international or cross-border phenomena, defined as belonging to the international studies agenda, are considered outside the scope of the publication.

Objective

The main objective of *Conjuntura Austral* is to publish the most recent, innovative, and relevant contributions in the field of International Relations. Its target audience is composed of researchers, specialists, graduate students, and undergraduate students in the field of International Relations. *Conjuntura Austral* maintains a high-quality standard whereby the relevance and scientific quality of the submissions are the primary criteria for evaluating contributions.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South emphasizes that the opinions expressed in the articles are the sole responsibility of their respective authors.

Our History

Conjuntura Austral was created in 2010, as the result of an ambitious project to disseminate scientific knowledge produced by and about developing countries. It reflected not only the consolidation and strength of the International Relations area but also the reality of transformation experienced by international relations during this period.

On its fifth birthday, the Journal underwent a renovation, adopting a new visual identity and a new subtitle, *Journal of the Global South*. The Journal, therefore, reaffirmed its vocation for the dissemination of research on Asia, Africa, and Latin America – without, however, abandoning the dialogue with the North, since it is impossible to think of the Global South without thinking of the Global North. The Southern Cross constellation thus remained our reference symbol, extremely relevant to the southern sailors since the time of the discoveries in the modern era.

Throughout this decade, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* has published more than 320 articles by around 370 authors, with the voluntary collaboration of more than 450 reviewers. During this period, the journal articles were read by more than 100,000 different people, in more than 130 countries.

Enfoque y alcance

Conjuntura Austral: Journal of the Global South recibe contribuciones en un flujo continuo, en forma de Análisis de Coyuntura, Artículos de Investigación y Reseñas Bibliográficas, escritos en portugués, inglés o español. Publica producciones originales cuya temática se encuentre dentro del campo amplio de las Relaciones Internacionales, con énfasis en temas relevantes para los países del Sur Global, teniendo como área geográfica de cobertura a África, Asia y América Latina, en la perspectiva de los principales temas de las relaciones internacionales, especialmente las agendas de seguridad, diplomacia y desarrollo.

En este sentido, los artículos remitidos que no se centren en fenómenos internacionales o transfronterizos, definidos estos como parte de la agenda de los estudios internacionales, se consideran fuera del alcance de la publicación.

Objetivo

El objetivo principal de *Conjuntura Austral* es publicar las contribuciones más recientes, innovadoras y relevantes en el campo de las Relaciones Internacionales, teniendo como público objetivo a investigadores(as), especialistas y estudiantes de posgrado en el área de las Relaciones Internacionales. *Conjuntura Austral* mantiene un alto estándar de calidad, siendo la relevancia y la calidad científica de los artículos los criterios principales para evaluar las contribuciones.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South enfatiza que las opiniones expresadas en los artículos son responsabilidad de sus respectivos(as) autores(as).

Nuestra Historia

Conjuntura Austral se creó en 2010, el resultado de un ambicioso proyecto para divulgar el conocimiento científico producido por y sobre los países en desarrollo, reflejando no solo la consolidación y la fuerza del campo de las Relaciones Internacionales, sino la realidad de la transformación experimentada por las relaciones internacionales en aquel período.

Tras cinco años de existencia, la Revista pasó por un proceso de renovación, adoptando una nueva identidad visual y un nuevo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando su vocación por la divulgación de investigaciones sobre Asia, África y América Latina – sin dejar, no obstante, de dialogar con el Norte, dado que es imposible pensar el Sur Global sin pensar en el Global mismo. El símbolo de la Cruz del Sur, por lo tanto, se ha mantenido como su marca de referencia, importante para los navegantes del sur desde la época de los descubrimientos de la era moderna.

A lo largo de sus diez años de existencia, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicó más de 320 artículos de unos 370 autores(as) diferentes y contó con la colaboración voluntaria de más de 450 revisores. Durante este período, la revista fue leída por más de 100.000 personas diferentes, en más de 130 países.

Equipe Editorial

Editor-chefe

André Luiz Reis da Silva *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores Adjuntos

Guilherme Ziebell de Oliveira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Sílvia Regina Ferabolli *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores Assistentes

Mateus Webber Matos *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vinícius Henrique Mallmann *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editor de Revisão

José Oviedo Pérez *Ohio State University, Estados Unidos da América*

Assistente Editorial

Beatriz de Castro Ferreira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Comitê Editorial

André Moreira Cunha *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Camilo Lopez Burian *Universidad de la República, Uruguai*

Chris Landsberg *University of Johannesburg, África do Sul*

Eduardo Ernesto Filippi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Jing Cheng *Hubei University, China*

Paulo Wache *Universidade Joaquim Chissano, Moçambique*

Veronica Korber Gonçalves *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Contato:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
Av. João Pessoa, 52 sala 33A - 3º andar - CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil
Tel: +55 51 3308-3150 | Fax: +55 51 3308-3963
Email: conjunturaaustral@ufrgs.br

Conselho Editorial

Aaron Schneider *Denver University, Estados Unidos da América*

Alejandro Simonoff *Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Alfredo Dombe *Instituto Superior de Relações Internacionais Venâncio de Moura, Moçambique*

Amado Luiz Cervo *Universidade de Brasília, Brasil*

Ana Flávia Barros Platiau *Universidade de Brasília, Brasil*

Anabela Busso *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Anselmo Otávio *Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Carlos Arturi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Danny Zahreddine *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil*

Deisy Ventura *Universidade de São Paulo, Brasil*

Deltlef Nolte *GIGA Hamburg, Alemanha*

Elodie Brum *Colégio de México, México*

Fabian Scholze Domingues *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Fabício Chagas Bastos *University of Melbourne, Austrália*

Germán Soprano *CONICET / Universidad Nacional de Quilmes / Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Gilberto Aranda Bustamante *Universidad de Chile, Chile*

Gladys Lechini *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Guilherme Casarões *Fundação Getúlio Vargas, Brasil*

Joseph Marques *Webster University Geneva, Suíça*

Lilia Ilikova *Kazan Federal University of Russia, Russia*

Marco Cepik *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Marcos Costa Lima *Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Mohammad Jahirul Hoque *Shahjalal University of Science and Technology, Bangladesh*

Naif Bezwan *Mardin Artuklu University, Turquia*

Samuel Pinheiro Guimarães *Ministério das Relações Exteriores, Brasil*

Samuel Soares *Universidade Estadual Paulista, Brasil*

Sean W. Burges *Australian National Centre for Latin American Studies, Austrália*

Shiguenoli Miyamoto *Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Vijay Prashad *Tricontinental: Institute for Social Research, Índia*

Yetzy Urimar Villarroel *Universidad Simón Bolívar, Venezuela*

Zaad Mahmood *Presidency University Kolkata, Índia*

Apoio:



Os artigos publicados na Revista Conjuntura Austral estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços:

Bases de dados:

- EBSCO Host
- Bibliografía Latinoamericana (BIBLAT)
- Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE)
- Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB)
- Sumários de Revistas Brasileiras
- EuroPub
- Scilit
- PKP Index
- Scientific Indexing Services
- Academia.edu
- Open Academic Journals Index (OAJI)

Diretórios/Repositórios:

- Google Scholar
- Directory of Open Access Journals (DOAJ)
- Directory of Open Access Scholarly Resources (ROAD)
- Latindex
- Ulrichs Web
- Journal Table of Contents
- Bielefeld Academic Search Engine (BASE)
- iFindr
- Timbó FOCO
- Land Portal
- Sherpa/Romeo
- Diadorim
- Journals for Free (J4F)
- OpenAire
- AuraAmelica
- Columbia University Libraries
- Semantic Scholar

Portais:

- GIGA Information Centre
- European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH plus)
- LatinREV
- Portal de Periódicos CAPES
- Mirabel
- SmartCat
- Revistas de livre acesso (LivRe)
- Portal de Periódicos Científico UFRGS
- Oasis/IBICT
- Core

Índices:

- Information Matrix for the Analysis of Journals (MIAR)
- Index Copernicus
- Advanced Sciences Index
- Clasificación Integrada de Revistas Científicas (CIRC)
- CiteFactor

Divulgadores:

- WorldCat
- Crossref

Volume. 13, Número. 64 (out./dez. 2022)

DOSSIÊ CONFLITO NA UCRÂNIA

Rússia e Ucrânia: por uma alternativa à guerra que "não pode ser vencida"	p. 7
<i>Fabiano Pellin Mielniczuk</i>	
A guerra russo-ucraniana no contexto eurasiático.....	p. 16
<i>Gabriel Pessin Adam</i>	
A guerra na Ucrânia: Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana.....	p. 25
<i>Vicente Giaccagli Ferraro Junior</i>	

ARTIGOS

É hora de dissuadir a dissuasão? Um estudo dos efeitos da incorporação de um submarino de propulsão nuclear.....	p. 51
<i>Marcos Valle Machado da Silva, Carlos Eduardo Ribeiro de Macedo</i>	
A CEDEAO e a gestão dos conflitos violentos na África Ocidental: a intervenção no conflito violento de 1998-99 na Guiné-Bissau....	p. 66
<i>Mário Elisandro Correia Gonçalves</i>	
Horizontal inequalities and multi-sectarian societies: a study about the perception by Syrian refugees in Brazil of the socioeconomic situation and groups inequalities in Syria before the 2011 uprising.....	p. 82
<i>Danny Zahreddine, Guilherme Di Lorenzo Pires</i>	
Novos sentidos sobre o Brasil Grande Potência: uma análise discursiva sobre a política externa do governo Médici (1969 – 1974).....	p. 99
<i>Vinícius Henrique Mallmann, André Luiz Reis da Silva</i>	
Normas de Submissão/Submission Standards.....	p.117

Rússia e Ucrânia: por uma alternativa à guerra que "não pode ser vencida"

Russia and Ukraine: for an alternative to the war that "cannot be won"

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.128328>

Fabiano P. Mielniczuk

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

fabiano.mielniczuk@ufrgs.br  

Resumo

A presente guerra entre Rússia e Ucrânia aturdiu um grupo bastante representativo de acadêmicos e diplomatas ocidentais. Entretanto, frente à "inesperada" anexação da Crimeia, ocorrida em 2014, e o início do confronto no Donbass, tal postura seria no mínimo incauta. Esta análise de conjuntura tenta dar conta das origens do problema a partir da complexidade empírica da relação russo-ucraniana e da incapacidade teórica da disciplina de relações internacionais em perceber o círculo vicioso entre identidades e interesses, o qual foi fundamental para chegarmos à situação atual. Isso é feito por meio da interpretação de textos acadêmicos, matérias jornalísticas e documentos oficiais sobre a relação entre Ucrânia, Rússia e a OTAN, à luz da importância das identidades estatais dos atores como causa para o conflito. À guisa de conclusão, sugere-se que a alternativa mais adequada para cessar a violência imediatamente seria a declaração unilateral da OTAN de uma moratória ao ingresso de novos membros, por um prazo bastante estendido, e o comprometimento de se iniciarem negociações sobre um estatuto de neutralidade militar da Ucrânia.

Palavras-chave: Guerra Russo-Ucraniana; Identidades; interesses; Relações OTAN-Rússia.

Abstract

The present war between Russia and Ukraine has stunned a very large group of Western academics and diplomats. However, faced with the then "unexpected" annexation of Crimea, which took place in 2014 and the beginning of the confrontation in Donbass, such a stance would be at least reckless. This analysis tries to explain the origins of the problem departing from the empirical complexity of the Russian-Ukrainian relationship and the theoretical incapacity of the discipline of international relations to perceive the vicious circle between identities and interests, which caused the current situation. This is achieved through the reading of academic texts, journalistic articles and official documents about the relationship between Ukraine, Russia and NATO, in light of the importance of the state identities as the cause of the conflict. By way of conclusion, it is suggested that the more adequate alternative to immediately ending the violence would be the unilateral declaration by NATO of a moratorium on the entry of new members for a very long period, and the commitment to start negotiations on the military neutrality of Ukraine.

Keywords: Russo-Ukrainian War; identities; interests; NATO-Russia Relations.

Recebido: 05, Novembro, 2022

Aceito: 30, Novembro, 2022

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhamento Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A presente guerra entre Rússia e Ucrânia aturdiu um grupo bastante representativo de acadêmicos e diplomatas ocidentais. Entretanto, frente à "inesperada" anexação da Crimeia, ocorrida em 2014, e ao início do confronto no Donbass, tal postura seria no mínimo incauta. Já em 2014, no pior cenário traçado sobre o futuro imediato da Ucrânia após a anexação, um analista afirmara que, depois de uma possível intervenção russa para auxiliar as regiões separatistas de Donetsk e Lugansk,

(...) os ucranianos reagiriam à investida russa e o mundo presenciaria uma guerra em território ucraniano, nos mesmos moldes da guerra entre Rússia e Geórgia de 2008. Rápida, e com uma vitória avassaladora da Rússia, o conflito resultaria na ocupação militar da maior parte do leste e do sul da Ucrânia, onde vivem mais de 7 milhões de russos. Os ucranianos seriam forçados a aceitar a situação de fato; caso contrário, iniciariam uma guerra civil contra a ocupação russa. Por mais irrealista que pareça essa última alternativa, tal opção seria vista com bons olhos por alguns setores ocidentais, como forma de fomentar um conflito que desgastaria o governo russo a médio e longo prazo frente à opinião pública russa e mundial. Para evitar a guerra civil, uma invasão russa nesse cenário envolveria uma atividade militar de grande envergadura, com um elevado número de baixas e ações que não se restringiriam apenas aos territórios do leste. Na assinatura de um armistício, uma nova linha de divisão seria traçada no território ucraniano (MIELNICZUK, 2014, p.14).

Embora hoje, de fato, a Ucrânia se encontre dividida e ocupada militarmente pela Rússia no leste e no sul do país, a análise acima se equivocou ao apontar que a Guerra seria rápida e ocorreria nos mesmos moldes do conflito russo-georgiano de 2008. O motivo para tal equívoco parece claro: Mielniczuk (2014) não aventou a possibilidade de a OTAN alimentar uma guerra de *proxy* contra a Rússia na fronteira do seu território e com um número tão significativo de russos envolvidos diretamente no conflito. Quando se trata de uma potência nuclear, o risco de escalada é elevadíssimo. De fato, como será visto, as ameaças nucleares passaram a ser o "novo normal" no conflito em curso.

Da mesma forma que em 2014, a ameaça nuclear russa é tratada como blefe por parte dos mesmos incautos analistas ocidentais. Essa possibilidade, por motivos óbvios, não será confirmada até que se ponha fim ao conflito. O que se sabe até agora é que o número de civis e combatentes mortos aumenta a cada dia, na mesma medida em que as ações de retaliação mútua entre o Ocidente e a Rússia se agudizam. Na mesma toada, o nacionalismo ucraniano e o ufanismo russo ingressaram em um círculo vicioso que, ao ser reproduzido, alimenta o espiral de inimizade que pode resultar na aniquilação de uma das partes ou de ambas. Neste contexto, é comum que muitos analistas se perguntem como a situação pode ter chegado até esse ponto. Essa é a pergunta que guiará o presente texto.

As linhas abaixo são uma tentativa resumida de dar conta dessa questão. Para tanto, a análise de conjuntura que se segue é baseada em contribuições de textos acadêmicos, matérias jornalísticas e documentos oficiais sobre a relação entre Ucrânia, Rússia e a OTAN, os quais são interpretados à luz da importância das identidades estatais dos atores como causa para o conflito. A próxima seção oferece um breve histórico da relação entre Ucrânia e Rússia após o fim da URSS, de modo a sublinhar a complexidade do problema em nível empírico. A seção 3 apresenta a importância da dimensão identitária para a análise dessa relação que, em termos teóricos, é seguidamente ignorada nas análises tradicionais. Nesse sentido, o papel da expansão da OTAN como catalisador de uma identidade anti-ocidental da Rússia é introduzido. A seção 4 explora a delicada situação da Ucrânia, presa na armadilha da relação de animosidade entre a OTAN e a Rússia. A tentativa de negociação oferecida pela Rússia para barrar o ingresso da Ucrânia à OTAN e a negativa Ocidental são tratadas na seção 5. Dado o fracasso das negociações e o início da guerra, nas considerações finais sugere-se que apenas a moratória de ingresso de novos membros na OTAN seria capaz de pôr fim ao ciclo vicioso que alimenta a inimizade entre Rússia e Ucrânia e facilitar as condições para a cessação das hostilidades.

A complexidade de um problema empírico

A relação entre Rússia e Ucrânia é complexa e remonta à dificuldade em definir as identidades dos dois países dada sua origem comum. O problema gira em torno da natureza do Kievan Rus, no século IX, e da relação de proximidade ou distância cultural entre russos e ucranianos a partir de então. De acordo com Lieven (1999), a questão se tornou uma obsessão para nacionalistas e historiadores dos dois países, mas principalmente para os ucranianos, mais "inseguros" e desejosos em encontrar bases ideológicas e historiográficas para a sua identidade (LIEVEN, 1999, p.13). Morrison (1993) desloca o problema para a modernidade e identifica o tratado de Pereyaslav, firmado em 1654 entre o reino da Moscúvia e os cossacos ucranianos contra o Império Lituano-Polonês, como a fonte de discórdia entre nacionalistas ucranianos e russos: para os primeiros, o tratado foi uma aliança de defesa, para os últimos um tratado de unificação. Burant (1995) avança um pouco mais sua análise e localiza as raízes do sentimento nacionalista ucraniano no século XVIII, e que teria como causa a maior independência dada pelos Habsburgos aos ucranianos do oeste do país, em contraposição aos do leste submetidos à influência do Império Russo. Segundo o autor, essa dicotomia se intensificou com a URSS, devido à migração de russos para as regiões do leste.

A situação tornou-se ainda mais complicada após o fim da Guerra Fria, com o desmantelamento da URSS. O legado soviético criou obstáculos bastante significativos para que as repúblicas socialistas da União passassem a ser Estados independentes de fato, e não apenas de direito. Isso afetou, particularmente e com bastante intensidade, a relação entre Rússia e Ucrânia, e pode ser ilustrado a partir de três dimensões: a humana, a militar e a econômica (SMOLANSKY, 2004).

A dimensão humana afetou todo o espaço da antiga URSS. Foram mais de 25 milhões de russos que ficaram espalhados pelas outras 14 repúblicas. Porém, na Ucrânia a situação foi mais complexa. Em torno de 25% eram russos no ano da independência. Para complicar a situação, 50% da população só falava russo. A forte presença de russos e a proximidade linguística com a Rússia deu origem a uma medida inusitada, só adotada pela elite da Ucrânia: sua independência foi declarada pelo parlamento de maneira condicional em agosto de 1991, e sujeita à aprovação popular em dezembro. Realizado junto com as primeiras eleições presidenciais do país, o referendo deu a vitória esmagadora aos que desejavam a independência, inclusive entre os russos (GARNETT, 1997). O resultado demonstra a relativa desimportância da divisão étnico-nacional entre russos e ucranianos, e se explica pela crença compartilhada entre os russos de que a Ucrânia, mais homogênea culturalmente e com um potencial econômico invejável, ofereceria condições melhores de vida à sua população. No período entre a decisão do parlamento e a aprovação do referendo, o candidato Leonid Kravchuk, membro histórico do partido comunista e antigo presidente do Soviete Supremo do país, buscou desvincular-se do comunismo e aderiu ao que se chamou de "cartada nacionalista" como alicerce para sua legitimidade em um país recém independente, seguindo o exemplo dos líderes das outras repúblicas (KINCADE; MELNYCZUK, 1994). O problema seria colocá-la em prática com tamanha população russa, e entre russos e ucranianos que não alimentavam antagonismos em termos identitários. O jeito foi buscar apoio no Ocidente, e logo de saída a Ucrânia de Kravchuk apresentou-se como europeia, e abriu canais de comunicação com os EUA. Nesse período, o nacionalismo ucraniano do Oeste, de linhagem nacionalista-fascista surgida no entre-guerras e identificado com a figura de Stepan Bandera (anti-bolshevique, anti-judaica e anti-polonesa), não chamava a atenção da comunidade internacional.

Os problemas identitários entre russos e ucranianos surgiram na Crimeia, e foram alimentados por interesses militares. Nesta península se encontrava a base naval de Sevastopol, a segunda maior da marinha soviética. À época, 80% dos seus oficiais eram russos, e o restante se dividia entre ucranianos e membros de outras nacionalidades. Com o desmantelamento da URSS e a criação do Tratado de Segurança Coletiva (TSC) da Comunidade de Estados independentes (CEI), esses militares russos ficaram literalmente sem saber a quem deviam obediência. À Ucrânia, onde a base estava localizada? À Rússia, de onde vinham? Ou ao comando do TSC? Como aproximadamente 70% da população da Crimeia era formada por russos, logo o parlamento da Rússia reivindicou a península e a base naval como pertencentes à Rússia.

Durante a primeira década de independência a situação foi motivo de tensão entre Rússia e Ucrânia, só se atenuando quando os dois países assinaram o tratado de arrendamento da base para a Rússia, já no fim dos anos 1990. Mesmo assim, o estatuto da Crimeia, que contava com um parlamento próprio, um presidente e um primeiro-ministro, e um representante do presidente da Ucrânia na região, permaneceu como foco de tensão (SHERR, 1997). Curiosamente, se passou a haver um ideal nacionalista ativo na Ucrânia dos anos 1990, esse era o nacionalismo russo na Crimeia, apoiado por parlamentares nacionalistas e comunistas da Duma, e não o nacionalismo ucraniano.

Havia outra herança maldita da URSS que afetaria a sorte dos dois países. A infraestrutura econômica da antiga potência comunista havia sido planejada para fomentar a integração entre as repúblicas, e fundava-se na interdependência entre o centro e a periferia. O caso exemplar, que afeta até hoje a relação entre Rússia e Ucrânia, é a rede de gasodutos que os conecta e que servia como única rota de exportação do gás russo para a Europa, seu maior mercado. Os russos ficaram reféns da localização geográfica da Ucrânia e, para acessar os mercados europeus, aceitaram pagar "pedágios" de passagem e vender gás subsidiado aos ucranianos, bem como fazer vistas grossas durante muitos anos aos "furtos" de energia que mantinham ativas as indústrias do país vizinho. Tal dependência foi atraindo a atenção da Europa, pois desacertos entre os eslavos poderiam resultar em falta de energia para o continente. De fato, quando eles ocorriam, os russos ameaçavam cortar o fornecimento à Europa e essa intervinha para mediar a negociação da Ucrânia com a Rússia. A famosa "diplomacia dos gasodutos" se intensificava geralmente no inverno, quando o medo de desabastecimento de gás para o aquecimento doméstico afetava mais os europeus (BALMACEDA, 1998a; BALMACEDA 1998b; SMOLANSKY, 1995). Ao passo que a Ucrânia usava sua posição estratégica para barganhar tanto com a Rússia quanto com a Europa, os russos desenvolveram rotas alternativas de gasodutos, passando pelo Mar Báltico (para Alemanha) e pelo Mar Negro (para a Turquia). A compra da estatal de gás da Belarus, por onde conseguem exportar para a Alemanha e a Polônia, e a finalização do Nord Stream 2, representaram um golpe duro na capacidade de barganha energética ucraniana.

A debilidade do tratamento teórico

O fim da guerra fria também acelerou o processo de revisionismo teórico na disciplina de relações internacionais, uma vez que a abordagem dominante até então - o realismo estrutural ou neorrealismo - não havia sido capaz de prever este desfecho (WOHLFORTH, 1994). Afinal de contas, como seria possível entender a mudança geopolítica mais relevante do século XX se o poder militar dos EUA e da URSS continuava o mesmo? Logo a ontologia materialista que pressupunha causalidade entre a distribuição de poder no sistema internacional (medida em termos de capacidades militares) e o comportamento dos Estados passou a conviver com abordagens ideacionais. Essas, por sua vez, afirmavam a importância das identidades e dos papéis sociais dos Estados na definição de seus interesses, e a possibilidade de que os efeitos da anarquia, tidos como responsáveis por comportamentos egoístas e instrumentais, fossem atenuados por estruturas de significados conducentes a relações de amizade e identificação. Essa ideia seria resumida na famosa afirmação de que a anarquia era o que os Estados faziam dela (WENDT, 1992).

Os tomadores de decisão no Ocidente ignoraram tais avanços teóricos na disciplina desconsiderando-os na maneira de conduzir suas relações com a Federação Russa, herdeira legal da URSS. Teóricos, políticos, diplomatas e estrategistas militares passaram boa parte dos anos 1990 discutindo a suposta unipolaridade do mundo pós-guerra fria, e apesar dos alertas de realistas mais tradicionais (LAYNE, 1993), a interpretação vencedora foi a de que o tão falado "momento unipolar" deveria ser aproveitado pelo Ocidente (WOHLFORTH, 1999) para expandir seu controle militar sobre os espaços do antigo pacto de Varsóvia. Essa conclusão seria lógica, uma vez que a lógica materialista impediria o tratamento adequado de variáveis como identidade, e o debate raso que se fez girava em torno da inevitabilidade do retorno ao equilíbrio de poder ou não. Assim, a OTAN se expandiu para o leste a fim de levar economia de mercado e liberalismo político às novas nações independentes, e assim fortalecer a segurança europeia vista agora de maneira ampliada - mercado e liberalismo foram dois eufemismos surgidos da revisão do conceito de segurança adotado pela

Aliança no início dos anos 1990, para cinicamente esconder a pretensão de cercar a Rússia em termos militares (MCCGWIRE, 1998). Mas faltou combinar com os russos, e aquilo que muitos analistas alertaram aconteceu: o processo de expansão alimentou uma identidade anti-ocidental na Rússia, reforçada pela incompetência das instituições ocidentais como FMI e Banco Mundial em ajudarem no processo de transição para o capitalismo. Frente à catástrofe dos anos 1990, restou claro que economia de mercado e liberalismo político deveriam ser adotados apenas pelos vizinhos da Rússia, ao passo que o país passaria mergulhado em crises econômicas e o controle político de grupos de oligarcas e da máfia, que contavam com o beneplácito ocidental por serem os pilares de sustentação de Bóris Ieltsin, líder liberal e aliado, lembrado por suas aparições públicas alcoolizado e pela sua exposição ao ridículo frente à opinião pública mundial e sob gargalhadas jocosas de Bill Clinton, presidente dos EUA.

Criou-se, então, um círculo vicioso responsável por alimentar a identidade anti-ocidental da Rússia (ARBATOV, 1993). Mas não foi só isso: identidades e interesses se retroalimentam (MIELNICZUK, 2006). O interesse prático do Ocidente em ocupar o vácuo geopolítico deixado pelo fim do Pacto de Varsóvia resultou na transformação da OTAN em uma aliança de ataque. Isso ficou claro a partir de 1999, quando uma suposta "doutrina de intervenção humanitária" passou a nortear ataques da organização contra países que não haviam atacado seus membros. O processo ganhou contornos dramáticos aos olhos da Rússia a partir dos anos 2000, quando os EUA e a OTAN inviabilizaram os principais acordos que garantiam a segurança estratégica do país: a saída unilateral americana do ABM (Tratado de Mísseis Anti-balísticos), no começo dos anos 2000 e o anúncio da construção de escudos antimísseis na Polônia e Romênia, já membros da OTAN expandida; o fim do CFE (Tratado de Forças Convencionais na Europa), abandonado pelos russos por conta da não adesão dos países do báltico, também já membros da OTAN, à limitação de capacidades militares de ataque em seus territórios; o abandono unilateral pelos americanos do INF (tratado de forças nucleares intermediárias na Europa), que proibia vetores de lançamento de mísseis balísticos com capacidade nuclear dentro de um limite de 500 a 5.550 km na Europa, garantindo assim que a dissuasão nuclear entre Rússia e o Ocidente ficaria restrita ao nível estratégico, e não tático.

Ucrânia: entre o Ocidente e a Rússia

Se, na década de 1990, a Rússia estava enfraquecida e dependia econômica e militarmente da Ucrânia, a partir dos anos 2000 os russos passaram a contornar a dependência econômica do território ucraniano por meio de novos gasodutos. Militarmente, a Rússia concentrou mais divisões de suas forças armadas na fronteira com a Europa e desenvolveu armamentos nucleares mais potentes (DALL'AGNOL, 2021). Por outro lado, enquanto a OTAN e a União Europeia estavam bem economicamente e se expandindo para o leste, não houve interferência nas tratativas das relações entre Rússia e Ucrânia. Note-se, inclusive, que a participação dos Estados Unidos e da OTAN no desarmamento nuclear da Ucrânia, Cazaquistão e Belarus levou em consideração os interesses do Ocidente, e não dos países envolvidos (HRYSHCHENKO, 1997). Nesse sentido, a Rússia se beneficiou, mas também cumpriu o papel de facilitador dos interesses ocidentais no seu entorno regional (vale lembrar que os acordos foram elaborados pelo congresso dos EUA, a partir da colaboração entre republicanos e democratas). A partir de 2008 a situação é alterada por aquela que seria a gota d'água capaz de fazer o copo de insatisfação russa com o Ocidente transbordar: na Cúpula de Bucareste, a OTAN se compromete em aceitar a Ucrânia e a Geórgia na Aliança (ZABOLOTSKY; MIELNICZUK, 2020). Meses depois a Rússia invadiu a Geórgia e desde então ocupa as regiões separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia.

O Ocidente assistiu incrédulo à Guerra, e não entendeu que o limite suportável para os russos havia sido ultrapassado. Na Geórgia, após a derrubada de Edouard Shevardnadze, Mikhail Saakashvili havia assumido a presidência com um discurso nacionalista incendiário, treinado nos tempos de sua atuação como importante advogado em Nova Iorque. Dessa maneira, prometeu retomar a todo custo as regiões separatistas em seu território, algo que julgava possível após o comprometimento da OTAN em aceitar a Geórgia na organização. Ao resgatar o lema, "Geórgia para os Georgianos" e transformar em herói o ultranacionalista Zviad Gamsakhurdia, líder responsável pela guerra civil que assolou o país logo

após o fim da URSS, Saakashvili ataca soldados russos que faziam a patrulha das regiões separatistas, a serviço da Comunidade de Estados Independentes (CEI). A resposta violenta da Rússia não foi antevista, provavelmente porque a ideologia nacionalista impediu que o presidente enxergasse a situação com clareza. A OTAN se restringiu a mandar mantimentos para ajudar o país e se viu impotente frente à dissuasão nuclear russa. O aviso foi dado pelos russos, mas não foi entendido pelo Ocidente (MIELNICZUK, 2013).

Na Ucrânia, após anos de enriquecimento da elite política por conta dos ganhos econômicos extraídos tanto do Ocidente quanto da Rússia, a população empobrecera. A Ucrânia é, aliás, o país mais pobre da Europa em termos de PIB per capita, sendo esse indicador equivalente a menos da metade do brasileiro. A insatisfação com a elite política e a pobreza enterraram o sonho dos russos de que seria possível viver em um país próspero. Por outro lado, cresceram movimentos nacionalistas no Oeste os quais colocavam em xeque o establishment político e canalizavam sua revolta contra a influência russa e grupos minoritários (além dos russos, outras minorias são repetidamente vítimas do discurso de ódio dos nacionalistas ucranianos). Aos poucos, consolidou-se a dicotomia pró-Rússia ou pró-Ocidente entre os membros da classe política, pelo menos aos olhos ocidentais. Aos poucos, também, o ideário radical nacionalista anti-russo passou a reverberar em setores pró-Ocidente, que viam essa parcela pequena da sociedade ucraniana com um instrumento útil para chegar ao poder. A aparente vitória das forças pró-Ocidente na Revolução Laranja de 2004 trouxe desilusão com o fracasso gritante do governo Yushchenko (que recebeu menos de 5% dos votos na tentativa de se reeleger), e recolocou um "pró-Rússia" no poder, com a vitória legítima e reconhecida internacionalmente de Yanukovich em 2010. A partir de então, o nacionalismo ucraniano no leste passou a ser incentivado com mais intensidade pelos políticos pró-Ocidente, levando a extrema-direita anti-russa a ganhar 10% dos votos nas eleições parlamentares de 2012 (MIELNICZUK, 2014).

Yanukovich tentava restabelecer o papel tradicional da Ucrânia ao barganhar com o Ocidente e com a Rússia em troca de benefícios econômicos, porém agora em uma posição muito mais favorável à Rússia. As coisas saíram do controle quando a diplomacia europeia entrou em cena. A partir de 2008, com a crise econômica mundial, a Europa olha para novos mercados para sair da crise e vê a Ucrânia como um destino importante para seus produtos manufaturados. Não é necessário lembrar que a economia europeia é movida pela Alemanha, e que a Alemanha é movida por exportações. Aí é lançada a iniciativa de um acordo de associação comercial com os países do leste da Europa e do Cáucaso, que não são membros da UE. Obviamente, a saída da Belarus, da Armênia e do Azerbaijão das negociações não incomodou os europeus, dado o pouco apelo econômico de uma parceria com países com mercados consumidores tão reduzidos. Mas a Ucrânia com seus mais de 40 milhões de habitantes não poderia ficar de fora. A Rússia contra-ataca com a proposta de uma área econômica euroasiática. Yanukovich avançou como nenhum outro presidente pró-Ocidente havia avançado nas negociações com a UE. Mas, quase ao término do prazo das negociações, os russos ofereceram bilhões de dólares em subsídios à economia ucraniana e o governo ucraniano aceitou entrar na iniciativa econômica russa, abandonando as negociações com a UE. Durão Barroso, então presidente da Comissão Europeia, atçou a população ucraniana a se voltar contra a decisão do seu governo e a Europa apostou todas as fichas na derrubada de Yanukovich. Os ucranianos foram jogados à própria sorte, com a ascensão de grupos nacionalistas a postos chave do governo no contexto posterior à invasão russa da Crimeia. O Ocidente esticou a corda, e ela arrebentou (MIELNICZUK, 2014).

A invasão russa

Durante os 08 anos em que a Ucrânia viveu com anexação russa da Crimeia e a guerra civil no leste de seu território, seria de se esperar que o sentimento nacionalista anti-russo ganhasse força. De fato, o slogan do governo Poroshenko, presidente eleito após a derrubada de Yanukovich, deixou bem claro o clima político do país: "Forças Armadas, Língua Nacional e Fé". A incorporação às forças armadas do país de milícias paramilitares de extrema-direita, com inclinações claramente neo-nazistas e formadas durante a intervenção russa de 2014 parece uma consequência natural neste processo. Apesar da blindagem da mídia ocidental a respeito do tema, muitos jornalistas europeus denunciaram

esses vínculos e arcaram com as consequências (LIPSHIZ, 2022). O que salta aos olhos, porém, é que o apoio da OTAN ao treinar militares ucranianos e ao fornecer armamentos representou um endosso explícito ao discurso anti-russo. Note-se, também, que as sucessivas ajudas econômicas de instituições como Banco Mundial e FMI estavam, indiretamente, financiando o combate. A chegada ao poder de Volodimir Zelenski, em 2019, mesmo ano no qual os americanos se retiraram do INF, foi mais um elemento a determinar o trágico desenlace dos acontecimentos iniciados em fevereiro de 2022. Para os russos, Volodimir Zelenski é um fantoche do Ocidente, e as relações próximas do governo ucraniano com os serviços de inteligência e segurança dos EUA foram bastante expostas durante o processo de impeachment do presidente Donald Trump, acusado de pressionar Volodimir Zelenski a apresentar provas de corrupção envolvendo o filho do presidente Joe Biden na Ucrânia, quando Joe Biden ainda era candidato à presidência. Por outro lado, a Volodimir Zelenski não resta outra alternativa a não ser enfrentar a Rússia e, insanamente, pedir que a população combata tanques de guerra da segunda maior potência militar do planeta com coquetéis molotovs caseiros. Qualquer cessão às demandas dos russos significou seu fim político na Ucrânia e mesmo a possibilidade de seu assassinato por nacionalistas anti-russos. Nesse sentido, é bastante preocupante que um dos membros da delegação ucraniana que participou do primeiro encontro de negociação com os russos no dia 28 de fevereiro, Denis Kireev, tenha sido executado sumariamente em uma operação do ministério da defesa da Ucrânia, ao ser acusado de traição. A falta de vontade da imprensa ocidental em elucidar esse assassinato é curiosa, mas o mais alarmante é a possibilidade de isso ser um recado às autoridades dos países de que atender às demandas russas para um armistício será considerado traição à Ucrânia (INTERFAX-UKRAINE, 2022).

Deve ficar claro que a Rússia invadiu a Ucrânia para forçar uma negociação com a OTAN. Acreditar que Vladimir Putin tomou essa decisão movido por emoção, ou que os russos não haviam planejado cenários tão duros quanto os enfrentados hoje após sanções econômicas do Ocidente é fruto da torcida ocidental anti-Putin. Prova disso é que no dia 17 de dezembro de 2021 o ministério das relações exteriores da Federação Russa propôs um tratado bilateral de garantias de segurança mútua aos Estados Unidos e um acordo à Aliança (PIFER, 2021). O primeiro continha oito artigos e, em seu preâmbulo, os russos são bastante assertivos ao afirmarem que o conflito entre os dois países pode resultar em uma guerra nuclear, a qual "não pode ser vencida, e nunca deve ser lutada" (RUSSIAN FEDERATION, 2021b).

Nos dois documentos as propostas russas transitam dos extremos do possível ao impossível. Entre o que é possível na proposta de tratado bilateral está o Art.2º, que indica a necessidade de os dois países e as organizações de segurança às quais fazem parte aderirem aos princípios das Nações Unidas. Em termos vagos, a proposta é de fácil aceitação. Entre o que é impossível, por exemplo, está o Art.7º, que preconiza a proibição de que ambos tenham armas nucleares fora de seus territórios. Pedido inaceitável para os EUA, uma vez que existem em torno de 100 ogivas nucleares de sua propriedade espalhadas entre Bélgica, Alemanha, Itália, Holanda e Turquia, aliados na OTAN, e que constituem o pilar de sustentação da presença militar norte-americana na Europa. Ao tornar explícita uma demanda que não será atendida, Moscou pretendia deslocar as demais do pólo do impossível para o do possível (RUSSIAN FEDERATION 2021b).

Porém, os artigos principais são o 6º e o 7º do Acordo com a OTAN. Neles é imposta aos EUA a obrigação de negar o acesso da Ucrânia à OTAN. Além disso, ficariam proibidas atividades militares de países membros da organização na ex-república soviética (RUSSIAN FEDERATION 2021a). Até antes da crise atual, essa possibilidade envolvendo a Ucrânia estava descartada, pois a OTAN se comprometera na Cúpula de Bucareste, em 2008, que o país seria membro da Aliança no futuro. Porém, esse compromisso também foi assumido em relação à Geórgia, e hoje o ingresso desse país na Aliança está fora de questão. Por quê? Meses após o encontro na Romênia, a Rússia invadiu a Geórgia em uma guerra relâmpago. Desde então, os russos ocupam quase 20% do território georgiano e as conversas sobre a adesão à OTAN arrefeceram. Os mais de 100 mil soldados russos concentrados nas fronteiras da Ucrânia na época da oferta desse tratado indicavam com clareza a disposição da Rússia para o conflito. De fato, a negativa Ocidental desencadeou o ataque russo.

À guisa de conclusão: a moratória ao ingresso de novos membros na OTAN

Nesse contexto, uma alternativa possível para cessar a violência imediatamente seria a declaração unilateral da OTAN de uma moratória ao ingresso de novos membros, por um prazo bastante estendido, e o comprometimento de se iniciarem negociações sobre um estatuto de neutralidade militar da Ucrânia. Se, por um lado, isso pode ser visto como uma capitulação aos interesses da Rússia, por outro, o atendimento a essa demanda esvaziaria o discurso do governo russo de que a OTAN pretende utilizar a Ucrânia como ponta de lança de um ataque ao seu território. Da mesma forma, tal estatuto enfraqueceria as correntes nacionalistas anti-russas, uma vez que a possibilidade de uma intervenção russa no país seria afastada. As negociações ocorreriam nos moldes antigos, com uma conferência internacional com todos os envolvidos, o que atenderia à demanda russa de ter seu papel reconhecido como grande potência militar.

O problema é que, no estágio atual da guerra, com as recentes anexações de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia, qualquer tentativa de armistício só teria efeito se a Ucrânia aceitasse perdas significativas de território e população. Dado o nível de comprometimento do mundo ocidental com o esforço de guerra ucraniano, essa possibilidade parece irreal. Portanto, o impasse só será quebrado caso um fato novo e de alto impacto na percepção dos atores envolvidos aconteça. Infelizmente, esse é o cenário mais sombrio: a utilização de armas nucleares táticas por parte da Rússia pode resultar nesta mudança. Caso isso aconteça, todavia, não está claro como o Ocidente reagiria. Sentaria para negociar com a Rússia após tamanha catástrofe ou retaliaria nuclearmente o país? Nesse caso específico, teríamos de fato uma guerra sem vencedores, pois os perdedores arrastariam para a derrota a humanidade, com potencial de aniquilar a vida na Terra.

Referências

- ARBATOV, A. G. Russia's Foreign Policy Alternatives. **International Security**. v. 18, n. 2, p. 5–43, 1993.
- BALMACEDA, Margarita M. 1998a. Gas, Oil and the linkages between domestic and foreign policies: The case of Ukraine. **Europe-Asia Studies**. v. 50, n. 2, p. 257–86, 1998a.
- BALMACEDA, Margarita M. Ukraine, Russia, and European Security: Thinking beyond NATO Expansion. **Problems of Post-Communism**. v. 45, n. 1, p. 21–29, 1998b.
- BURANT, Stephen R. Foreign Policy and National Identity: A Comparison of Ukraine and Belarus. **Europe-Asia Studies**, v. 47, n. 7, p. 1.125-1.145, 1995.
- DALL'AGNOL, Augusto César. **Queda & Ascensão da Rússia**: Estabilidade Estratégica, Construção do Estado e Reforma Militar de Larga Escala. Curitiba: Appris Editora, 2021.
- GARNETT, S. **Keystone in the Arch**: Ukraine in the emerging security environment of central and eastern europe. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 1997.
- HRYSCHENKO, Kostyantyn. 1997. Reducing the nuclear threats through joint joint efforts: the view from Ukraine. In: Shields, J. e Potter, W. (org.). **Dismantling the Cold War**: US and NIS Perspectives on the Nunn-Lugar Cooperative Threat Reduction Program. Cambridge: MIT Press, 1997.
- INTERFAX-UKRAINE. SBU Shot Dead Member of Ukrainian Negotiating Delegation Kireev Who Was Suspected of Treason during His Arrest – MP Honcharenko. 2022. Disponível em: <https://en.interfax.com.ua/news/general/807707.html>. Acesso em 02/10/2022.
- KINCADE, W. H.; MELNYCZUK, Natalie. Unneighborly Neighbors. **Foreign Policy**, n. 94, p. 84-105, 1994.
- LAYNE, Christopher. The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise. **International Security**. v.17, n. 4, p. 5–51, 1993.
- LIEVEN, Anatol. **Ukraine & Russia**: a fraternal Rivalry. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 1999.
- LIPSHIZ, Cnaan. Polish journalist quits after paper rejects 'neo-Nazi' term for Ukrainian militia. **The Times of Israel**. 2022. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/polish-journalist-quits-after-paper-rejects-neo-nazi-term-for-ukrainian-militia/>, Acessado em 02/07/2022.
- MCCGWIRE, M. NATO expansion: 'a policy error of historic importance'. **Review of International Studies**. v.24, n.1, p. 23–42, 1998.
- MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS. **Contexto Internacional**. v.28, n.1, p. 223–258, 2006.
- MIELNICZUK, Fabiano. O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica. **Estudos internacionais**. v. 1, n. 2, p. 157–66, 2013.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. **Conjuntura Austral**. v.5, n. 23, p. 4–19, 2014.

MORRISON, John. Pereyaslav and After: The Russian-Ukrainian Relationship. **International Affairs**, v. 69, n. 4, p. 677-703, 1993.

PIFER, Steven. Russia's Draft Agreements with NATO and the United States: Intended for Rejection? **Brookings (blog)**. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/12/21/russias-draft-agreements-with-nato-and-the-united-states-intended-for-rejection/>. Acesso em 02/10/2022.

RUSSIAN FEDERATION. 2021a. **Agreement on measures to ensure the security of The Russian Federation and member States of the North Atlantic Treaty Organization** - Министерство иностранных дел Российской Федерации". 2021a. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790803/?lang=en. Acesso em 02/10/2022.

RUSSIAN FEDERATION. 2021b. **Treaty between The United States of America and the Russian Federation on security guarantees** - Министерство иностранных дел Российской Федерации". 2021b. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790818/?lang=en. Acesso em 02/10/2022.

SHERR, James. Russia-Ukraine rapprochement?: The black sea fleet accords. **Survival**. v.39, n.3, p. 33–50, 1997.

SMOLANSKY, O. M. Ukraine and Russia: An Evolving Marriage of Inconvenience. **Orbis**. v.48, n. 1, p. 117–34, 2004.

SMOLANSKY, O. M. Ukraine's quest for independence: The fuel factor. **Europe-Asia Studies**. v. 47, n.1, p. 67–90, 1995.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**. v. 46, n.2, p. 391–425, 1992.

WOHLFORTH, William C.. Realism and the End of the Cold War. **International Security**. v. 19, n.3, p. 91–129, 1994.

WOHLFORTH, William C.. The Stability of a Unipolar World. **International Security**. v. 24, n.1, p. 5–41, 1999.

ZABOLOTSKY, B. P.; MIELNICZUK, F. Do “outro” lado do ocidente: a crise ucraniana e a “ameaça russa” nos discursos da OTAN. **Historiæ**, v. 11, n.2, p. 84–107, 2020.

Funções de colaboração exercidas

Fabiano P. Mielniczuk:

Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

A guerra russo-ucraniana no contexto eurásiano

The russian-ukrainian conflict in the Eurasian context

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.128040>

Gabriel Pessin Adam

Escola Superior de Propaganda e Marketing e Unisinos, Porto Alegre, Brasil

gabriel.pessin@gmail.com  

Resumo

A guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em 2022 é um dos eventos de maior impacto das primeiras décadas do século XXI, pois ocorre no coração do continente eurásiano e envolve, direta ou indiretamente, grandes potências do sistema internacional. A presente análise de conjuntura do conflito tem como foco a disputa pela Eurásia e parte da perspectiva russa. A hipótese sustentada é a de que a guerra russo-ucraniana representa uma nova inflexão na política externa russa decorrente do fracasso de sua estratégia voltada para a Eurásia em curso desde 2012. Ao longo do texto é abordada a relevância da Eurásia no sistema internacional, o desenvolvimento da política externa russa, em especial a partir de 2012, a crise ucraniana de 2014 e o conflito referido. Ao final a análise discorre sobre os impactos do conflito para os alinhamentos na Eurásia e para a política externa russa.

Palavras-chave: Rússia; Eurásia; Ucrânia; guerra.

Abstract

The war between Russia and Ukraine, which started in 2022, is one of the major impact events of the first decades of the 21st century, because it takes place in the heart of Eurasian continent and involves, directly or indirectly, great powers of the international system. The present analysis of conjuncture of the conflict focuses on the dispute for Eurasia and part of the Russian perspective. The sustained hypothesis is that the Russian-Ukrainian war represents a new inflection in Russian foreign policy resulting from the failure of its Eurasia-oriented strategy in progress since 2012. Throughout the text, the relevance of Eurasia in the international system, the development of Russian foreign policy, in particular from 2012 onwards, the 2014 Ukrainian crisis and the aforementioned conflict. At the end, the analysis discusses the impacts of the conflict on the alignments in Eurasia and on Russian foreign policy.

Keywords: Russia; Eurasia; Ukraine; war.

Recebido: 23, Outubro, 2022

Aceito: 30, Novembro, 2022

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, pode ser analisada sob prismas muito diversos, como de resto qualquer fenômeno de grande magnitude no sistema internacional. É possível compreender o conflito pelo ponto de vista militar; pelo ângulo da economia política internacional, devido às sanções econômicas impostas à Rússia; pelo foco da geopolítica energética, ou ainda das capacidades nucleares russas atuais. Pode-se partir das relações históricas entre os dois países diretamente envolvidos ou mesmo da concepção de uma nova Guerra Fria. O presente artigo propõe uma leitura sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia a partir de uma ampliação do foco para o contexto da Eurásia. Mesmo que esta seja uma análise de conjuntura, ela possui uma hipótese de trabalho, qual seja, a de que o conflito russo-ucraniano representa uma nova inflexão na política externa russa decorrente do fracasso de sua estratégia voltada para a Eurásia em curso desde 2012. Como se constata, a perspectiva será a da política externa russa. A metodologia é qualitativa e balizada em revisão bibliográfica e análise de documentos.

Desde logo, vale destacar que aqui não se vislumbra a Rússia como um Estado pária e violento num contexto de potências ocidentais respeitadoras do Direito Internacional, avessas a intervenções armadas e que invariavelmente buscam por vias pacíficas e diplomáticas os anseios de toda a comunidade internacional. Primeiramente porque com razoável frequência as grandes potências realizam incursões militares na busca de seus interesses estratégicos e/ou econômicos contra Estados mais débeis em termos de poder. Em segundo lugar, porque tal compreensão, no mais das vezes, resta essencialmente ocidental.

Assim sendo, após sua introdução, o artigo possui quatro outras seções. A próxima abordará o que se compreende por continente eurasiático e sua relevância. Depois, será apresentada a visão russa de política externa e como a Eurásia está nela inserida. A quarta seção trará a análise da guerra da Ucrânia sob o prisma proposto e, por fim, serão realizadas considerações finais.

A Eurásia

O entendimento sobre as conformações geográficas internas da Eurásia, concepção continental que abarca Ásia e Europa, não é unânime. Zbigniew Brzezinski (1997) divide a Eurásia em quatro regiões: Oeste, Espaço Central, Sul e Leste. Contudo, o autor não explicita as fronteiras de cada região. Por sua vez, Evgeny Vinokurov e Alexander Libman (2012) igualmente subdividem a Eurásia em macrorregiões, delimitando países e regiões pertencentes a cada uma. São elas: Europa (União Europeia); Eurásia Norte e Central (países que pertenceram à União Soviética, excluindo os membros da União Europeia), Leste Asiático (China, Coreias, Japão, Mongólia e países da ASEAN); Oeste Asiático (Oriente Médio incluindo Sinai) e Sul da Ásia. Pela sua maior precisão, será adotada a divisão da Eurásia de Vinokurov e Libman.

De acordo com Brzezinski (1997, p. 31), “a Eurásia é o maior continente do globo e é geopoliticamente axial. Uma potência que domine a Eurásia controlará duas das três mais avançadas e produtivas economicamente regiões do mundo.” A importância da Eurásia pode ser medida em dados. Além de possuir dos três grandes centros industriais do mundo (Leste Asiático e Europa Ocidental), sua população corresponde a 60% do total mundial (UNITED NATIONS, 2022). Em termos de energia, os países da Eurásia consumiram em 2021 71,8% do total de energia primária consumida no mundo, 65,2% do petróleo e 66,3% do gás natural (BP, 2022). No tocante à produção de energia, 58,7% do petróleo e 65,2% do gás natural produzidos mundialmente em 2021 foram produzidos no continente eurasiático, sendo que a Rússia corresponde a 12,2% e a 17,4% desses totais, respectivamente (BP, 2022). Quanto aos gastos militares, os países eurasiáticos foram responsáveis por 55% do total mundial em 2021, sendo que entre os dez principais Estados neste quesito, fora o líder do ranking, Estados Unidos, todos os demais pertencem à Eurásia (SIPRI, 2021).

A visão sustentada por vários autores (KARAGANOV, 2022; STUENKEL, 2018; AMINEH; HOUWELLING, 2010) de que o sistema internacional é crescentemente multipolar e o seu centro nevrálgico está se deslocando da região Euro-Atlântica para a Ásia-Pacífico detém implicações evidentes na disputa pela Eurásia e na guerra abordada. Isto porque as

principais potências envolvidas direta ou indiretamente em tal conflito são impactadas por aquilo que Stuenkel (2018) denominou de ascensão do resto. Nos últimos vinte anos, a Federação Russa tem adotado cada vez mais explicitamente este cenário de transformação sistêmica como fundamento de sua política externa.

A Política Externa Russa até a Crise Ucraniana de 2014

Desde que Vladimir Putin assumiu a Presidência da Federação Russa pela primeira vez, no ano 2000, o objetivo principal da Rússia é voltar a ser uma grande potência no sistema internacional.¹ A fim de alcançar esta meta, desde então Moscou desenvolveu uma política externa cujas características mais marcantes são: a defesa da multipolaridade no sistema internacional; o pragmatismo; a geoeconomia (utilização de recursos energéticos como instrumento de projeção política) e o eurasianismo.

No tocante à última característica citada, neste período ela possui conotação geopolítica. A posição geográfica da Rússia como o maior país eurasiático é considerada um elemento distintivo do país; sua localização predeterminaria uma política externa balanceada, o que pressuporia uma “combinação ótima de esforços direcionados a todos os vetores” (RUSSIAN FEDERATION, 2000). Se por um lado, a conformação geográfica da Rússia permite que ela historicamente atue nas dinâmicas europeia e asiática de poder, por outro, “sua paisagem é uma vasta expansão que não conhece limites físicos externos e é coberta por rios. Ela é igualmente vulnerável a ameaças externas e conveniente para a colonização contínua quando a oportunidade se apresenta (BORDACHEV, 2022, p. 78).

Em todos os Conceitos de Política Externa publicados pela Rússia no século XXI (2000, 2008, 2013 e 2016), a expansão da OTAN em direção ao Leste Europeu, abarcando Estados que pertenceram ao Pacto de Varsóvia e à própria União Soviética, é considerada uma das principais ameaças à segurança russa. O tom utilizado para retratar tal temor em cada um dos documentos denota crescente preocupação em relação às intenções das potências ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos. A primeira vez em que Putin manifestou direta e intensamente a contrariedade russa quanto à guinada a leste da OTAN foi em Munique, 2007:

Ocorre que a OTAN colocou suas forças da linha de frente nas nossas fronteiras, e nós continuamos a cumprir estritamente as obrigações legais e não reagimos a estas ações. Eu acho que é óbvio que a expansão da OTAN não tem nenhuma relação com a modernização da própria Aliança ou com o aumento da segurança na Europa. Pelo contrário. Ela representa uma séria provocação que reduz o nível de confiança mútua. E nós [os russos] temos o direito de perguntar: contra quem essa expansão é tencionada? E o que aconteceu com as garantias que nossos parceiros ocidentais fizeram após a dissolução do Pacto de Varsóvia? Onde estão estas declarações hoje? Ninguém se lembra delas (PUTIN, 2007).

O discurso é considerado um ponto de inflexão da política externa russa, pois entende-se que a partir de então a Rússia passou a buscar seus interesses no sistema internacional de forma bem mais assertiva (TSYGANKOV, 2019). No contexto da fala de Putin igualmente deve ser contemplada a proximidade da Cúpula de Bucareste da OTAN de 2008, que seria pautada pelo debate acerca do ingresso de Ucrânia e Geórgia na organização. A guerra russo-georgiana de 2008 pode ser considerada a primeira expressão efetiva da nova postura da Rússia passaria no sistema internacional, posto que foi a primeira vez que ela atacou militarmente e invadiu o território de outro país desde o conflito com o Afeganistão entre 1979 e 1989, ainda no seu período soviético (TRENIN, 2011).

A ameaça do Ocidente, contudo, não era homogênea. Com os Estados Unidos as tensões aumentavam, mas no tocante à União Europeia a percepção russa era de uma divisão entre suas elites. Parte delas entenderia ser proveitoso atrair a Rússia para a comunidade europeia, enquanto a outra parte, a “atlântica” via este processo como inútil, razão pela qual

¹ Andrei Tsygankov remonta a busca da Rússia por ser uma potência no sistema internacional há 300 anos, desde o governo de Pedro, o Grande (1682 a 1725). O autor denomina esta busca de “complexo de Pedro” (TSYGANKOV, 2022).

sustentava a necessidade de contenção do grande vizinho oriental (SAKWA, 2018). A existência do primeiro grupo gerava no Kremlin a esperança de aprofundar suas relações econômicas e políticas com Bruxelas.

O projeto que expressava este sentimento, a União Eurasiana, foi mencionado pela primeira vez por Putin em artigo escrito em 2011. Quando do início do terceiro mandato de Putin, em 2012, a União Eurasiana, um bloco regional a ser composto por países do espaço pós-soviético a partir da ampliação da EurAsEc (Rússia, Belarus e Cazaquistão), era uma das prioridades russas. Idealmente, a União Eurasiana estabeleceria um novo diálogo com a União Europeia, baseado na construção de uma comunidade econômica harmoniosa no espaço que iria de Lisboa a Vladivostok, e que poderia levar a formas mais avançadas de integração (PUTIN, 2011). No seu Conceito de Política Externa de 2013, o objetivo da Federação Russa foi explicitado: “a nova organização que está sendo formada com base em princípios universais de integração é designada a servir como um link efetivo entre a Europa e a região da Ásia-Pacífico” (RUSSIAN FEDERATION, 2013).

O foco central da Eurásia na política externa do Governo Putin restou evidenciado. O papel que a Rússia se colocava era servir de elo entre as duas regiões mais industrializadas do continente eurasiático. Dois fatores estavam na gênese dos cálculos russos: a possibilidade de seu vasto território localizado servir de rota comercial e de integração entre a Europa e o Leste Asiático; e sua capacidade de ser uma fornecedora de energia (petróleo e gás natural) para ambas as regiões.² Moscou possuía intenções não abertamente declaradas com o projeto. Primeiro, a criação de um cenário de indispensabilidade russa nos processos econômicos e infraestruturais da Eurásia. Segundo, conseguir balancear sua política externa entre seus eixos Leste e Oeste, sem se tornar dependente de nenhum dos dois. Terceiro, diminuir a influência dos Estados Unidos no continente eurasiático, pois uma vez unificada a Eurásia por terra, o incremento das interações econômicas poderia levar a uma aproximação política mais acentuada. Um quadro de maior integração econômica, política e institucional no continente eurasiático idealmente levaria à diminuição da relevância estadunidense no mesmo, sobretudo para a União Europeia. E, por fim, na medida em que o papel russo de elo eurasiático seria desempenhado a partir de um bloco regional, Moscou almejava manter os seus países membros sob sua esfera de influência.

Na perspectiva de Washington, a criação de um complexo industrial eurasiático com base no eixo Berlim-Moscou-Pequim deveria ser evitada (AMINEH; HOUWELLING, 2005). A União Eurasiana foi planejada justamente para concretizar a vinculação temida pelos Estados Unidos. Logo, era necessária uma resposta ao projeto russo, o que colocou a Ucrânia em foco. Brzezinski (1997) sustenta que sem a Ucrânia, a Rússia deixaria de ser um império euroasiático e, na melhor das condições, poderia aspirar a ser um império predominantemente asiático. A posição adotada por Washington na Revolução Laranja em 2004, bem como o incentivo para a entrada da Ucrânia na OTAN em 2008, demonstraram que a visão de Brzezinski era compartilhada pelos formuladores da política externa estadunidense.

Nova oportunidade de atrair a Ucrânia se apresentou aos Estados Unidos em novembro de 2013, quando o Presidente ucraniano Viktor Yanukovich decidiu não assinar o Association Agreement com a União Europeia, e ao mesmo tempo, sinalizar aprofundamento econômico com a Rússia. Protestos se seguiram na Praça Maidan, ocasionando polarização da sociedade ucraniana tão grave que levou Yanukovich a abandonar o país em 22 de fevereiro de 2014, abrindo espaço para que um governo nacionalista radical comprometido com a “opção europeia” fosse formado (SAKWA, 2018). A mudança do governo ucraniano e o apoio do Ocidente ao processo mobilizou as lideranças do Governo Putin, primeiramente em torno da Crimeia. Houve um reforço militar na península com soldados russos sem insígnia, a instalação de um novo governo local, a organização de um referendo sobre o status da Crimeia e a subsequente incorporação da mesma à Federação Russa (TSYGANKOV, 2019). Em paralelo, teve início uma guerra civil entre Kiev e as províncias do Donbass, no sudeste ucraniano.

A proatividade russa na Crimeia e a rapidez com que o processo de anexação foi realizado ilustraram novamente

² Sobre a enorme relevância da energia como fator de ligação da Eurásia e o peso da Rússia neste cenário, ver Calder (2012).

a assertividade propagada por Putin em Munique. A reação de Estados Unidos e União Europeia ocorreu nos âmbitos diplomático e econômico, com um processo de isolamento político e a aplicação de severas sanções econômicas à Rússia.

A guerra russo-ucraniana

Logo no ano de 2014, Moscou e Kiev acertaram os Acordos de Minsk, cujos garantidores eram França e Alemanha. As disposições do tratado que mais interessavam à Rússia tratavam do reconhecimento, por parte da Ucrânia, de um status especial para as regiões de Lugansk e Donetsk. O governo russo cobrou a implementação dos Acordos nos anos seguintes, o que claramente não era do interesse ucraniano (RAHMAN, 2022).

O impasse ocasionou a perpetuação da guerra civil ucraniana, impactando o convívio russo com as potências ocidentais. Não obstante as sanções econômicas sofridas, a Rússia procurou normalizar suas relações com os países europeus, posição oposta à adotada quanto aos Estados Unidos, com o qual não envidou esforços significativos para evitar a deterioração constante de seu relacionamento (KARAGANOV, 2020).

No final de 2020, era considerado lugar comum realizar provocações militares nas bordas da Rússia, com o fim de testar a disposição política da liderança russa quase diariamente. A proximidade perigosa de navios militares, as manobras de porta-aviões perto das fronteiras russas, provocações em Donbass e na Crimeia, pressão política constante, sanções, ataques cibernéticos, assim como a constante ameaça de escalonamento do conflito se tornaram uma feição integral do, assim chamado, “diálogo” com a Rússia (SUSHENTSOV, 2022).

Nova Estratégia de Defesa Nacional da Federação Russa foi publicada em 2021. No capítulo destinado à defesa nacional, as primeiras ameaças identificadas à segurança russa são a acumulação de estrutura militar da OTAN nas fronteiras russas, o desenvolvimento de amplas forças militares e nucleares voltadas contra a Rússia e a implantação de mísseis de curto e médio alcance por parte dos Estados Unidos na Europa e na região da Ásia-Pacífico (RUSSIAN FEDERATION, 2021). Ainda no tocante à presença da OTAN e às funções que desempenha no século XXI:

A missão geral da OTAN foi alterada para um mandato de proteção da “infraestrutura vital” do sistema energético global, rotas marítimas e oleodutos, o que deu dimensões globais à área de atuação da OTAN. Além disso, após uma crucial revisão ocidental da agora aclamada em prosa e verso doutrina de “responsabilidade de proteger” – diferente da visão oficial da ONU –, a OTAN pode servir também como força de intervenção sob o comando dos EUA” (CHOMSKY, 2017, p. 306-307).

Tendo em vista os riscos identificados e a situação na Ucrânia, em dezembro de 2021, Moscou efetuou um pacote formal de propostas a Washington com uma lista de garantias de sua segurança, o que incluía a neutralidade formal da Ucrânia perante a Rússia e a OTAN, a não implantação de armas ou bases militares da aliança na Ucrânia e o banimento de exercícios militares estrangeiros em solo ucraniano (TRENIN, 2022). A intenção da Rússia era a construção de uma nova arquitetura de segurança na porção ocidental da Eurásia que levasse em consideração as suas preocupações e interesses, os quais teriam sido crescentemente negligenciados desde os anos 1990. À parte do apelo à diplomacia, a Rússia movimentou tropas em seu território em direção à fronteira ucraniana no início de 2022, resultando no aumento de tensões. Em 21 de fevereiro, o governo Putin reconheceu a independência das Repúblicas de Lugansk e de Donetsk, sob o argumento de que Kiev iniciaria uma *blitzkrieg* contra ambas, e assinou um tratado de cooperação com os “novos Estados soberanos” (RT, 2022a). No dia 24 de fevereiro, as forças armadas russas ingressaram em território ucraniano dando início ao conflito entre os dois países.

Desde então, a guerra russo-ucraniana vem se desenrolando sem uma expectativa imediata de seu final. Tendo em vista o objetivo deste artigo e da impossibilidade de tratar de todos os acontecimentos e aspectos do conflito, sua análise será desenvolvida partindo da perspectiva russa e tendo como ângulo a contenda pela Eurásia.

O projeto da União Eurasiana configura uma síntese da política externa do Governo Putin, pois congrega a geoeconomia dos recursos energéticos, a multipolaridade, o eurasianismo e exhibe uma Rússia propositiva. A crise ucraniana de 2014 pode ser lida como um início de resposta estadunidense ao projeto russo de unificação da Eurásia. As ações da União Europeia nos anos seguintes, como os embargos econômicos dirigidos à Rússia e o discurso fortemente associado à visão de Washington, geraram no Kremlin a compreensão de que sua inclusão na porção ocidental da Eurásia apenas se daria em condições ditadas pelo Ocidente. Logo, sua estratégia falhara. Os documentos russos citados revelaram tal mudança de percepção russa, tanto no aumento de tom das acusações ao unilateralismo estadunidense, quanto na progressiva frieza nas referências à União Europeia (RUSSIAN FEDERATION 2016; 2021).

Sobreveio a guerra com a Ucrânia, a qual representa uma nova inflexão da política externa russa. Primeiramente porque efetiva a visão do Kremlin de que a importância das forças armadas como meio de atingir objetivos geopolíticos está aumentando no sistema internacional (RUSSIAN FEDERATION, 2021). Se as vias diplomáticas fracassaram em obter respeito aos seus interesses securitários, Moscou decidiu alcançá-lo militarmente. Em segundo lugar, porque está-se diante de um inédito enfrentamento com o Ocidente em território europeu, o que a Rússia tentava evitar desde 1991.³ Neste sentido, ressalte-se o entendimento russo de que o vasto fornecimento de armamentos e expertise militar à Ucrânia pelos membros da OTAN torna o conflito uma *proxy war* (SPUTNIK, 2022a).

Quanto à posição russa na Eurásia, a forte reação europeia a Moscou na forma de isolamento diplomático e de seguidas rodadas de embargos econômicos não apenas soterrou, hodiernamente, a possibilidade de uma cooperação de Lisboa Vladivostok como erigiu uma nova cortina a separar a Rússia da porção ocidental do continente eurasiático. Ademais, a ameaça da OTAN, em tese, aumentará com a adesão da Suécia e da Finlândia à aliança.⁴ Assim, restará à Rússia privilegiar o vetor oriental de sua política externa, o que lhe gera implicações. A primeira é uma aproximação ainda maior da China como aliada possível no jogo das grandes potências. Para um governo Putin que procurou balancear sua política externa entre União Europeia e China, uma potencial dependência diplomática e econômica de Pequim não é o quadro ideal. A segunda é o fortalecimento de laços com Índia e Irã, o qual já vem sofrendo embargos por fornecer drones à Rússia (TASS, 2022). Outro desdobramento, relacionado aos dois anteriores, é a valorização da Organização da Cooperação de Xangai, algo já perceptível em 2022. Por fim, pode ser citado o incremento da comercialização dos recursos energéticos russos no Leste e no Sudeste Asiáticos (RT, 2022b).

No tocante à disputa pela Eurásia, cabe destacar o Oeste Asiático. Além do já citado Irã, a Turquia, membro da OTAN, tem aumentado sua relevância no cenário da guerra. Por um lado, ela vinha comercializando armamentos com a Ucrânia antes da guerra, mas por outro, até o momento, é um dos dois países (junto da Hungria) que tem obstaculizado o ingresso da Finlândia e da Suécia na OTAN. E no tocante aos recursos energéticos, se ofereceu como alternativa à Ucrânia como rota do gás natural russo até a Europa, o que se mostrou ainda mais necessário após o atentado ao gasoduto Nord Stream, ocorrido em setembro. Por sua vez, Israel voltou atrás na venda de armamentos para a Ucrânia após críticas vindas do Kremlin (TSUKANOV, 2022). A progressiva atração dos países da região para a dinâmica do conflito tem acarretado o aprofundamento de uma mecânica continental que até então tinha em seu funcionamento básico as regiões da Europa, da Eurásia do Norte e Central e do Leste Asiático.

Os movimentos russos em direção ao Oriente, o entranhamento do Oeste Eurasiático no continente eurasiático e a questão taiwanesa, que acresce de tensão o relacionamento sino-estadunidense, podem gerar uma nova divisão geopolítica da Eurásia entre Ocidente e Oriente, cujas fronteiras seriam a porção leste da Ucrânia ocupada pela Rússia e o Irã. Nesta conjuntura, a China, com seu poderio econômico e seu projeto *Belt and Road Initiative*, viria a ser o mais provável elo entre o Leste Asiático e a Europa, incumbência antes almejada pela Rússia.

Da perspectiva dos Estados Unidos, em se tratando de Rússia, seu desejo de separá-la politicamente da União

³ Rússia e Estados Unidos já lutam em lados contrários na guerra civil da Síria desde pelo menos 2015.

⁴ Os dois países solicitaram adesão à OTAN em maio de 2022, processo que ainda está em curso (SPUTNIK, 2022b).

Europeia, reforçando a aliança euroatlântica no oeste da Eurásia, está se concretizando. Cumpre destacar que o distanciamento da Rússia em relação às potências da Europa Ocidental, especialmente da Alemanha, já era defendido por Mackinder (1942) no início do século XX, mais precisamente em 1904⁵. Nicholas Spykman, mesmo no contexto da Segunda Guerra Mundial, sustentava que a Alemanha não deveria ser derrotada ao ponto de não conseguir se defender contra uma invasão das forças armadas russas. O poder que Moscou acumularia em tal cenário acarretaria a necessidade dos Estados Unidos de realizar alianças na Europa pós-guerra, demandando a participação estadunidense na “vida política das zonas transoceânicas em tempos de paz” (SPYKMAN, 2008, p. 461). No período da Guerra Fria, George Kennan manteve o tradicional posicionamento geopolítico de erigir barreiras em relação a Moscou, uma vez que os Estados Unidos deveriam “empregar com razoável confiança uma política de firme contenção, designada a confrontar os russos com invariável contraforça em qualquer ponto no qual eles demonstrassem sinais de prejudicar os interesses de um mundo pacífico e estável” (KENNAN, 1947 [2003], p. 64). Como se observa, a atual política externa de Washington em relação à Rússia na Eurásia possui fortes raízes históricas.

Além do crescente isolamento russo, o desgaste militar, econômico e de imagem sofrido por Moscou igualmente parecem benéficos aos Estados Unidos, pois enfraquece um dos dois principais obstáculos (o outro seria a China) à manutenção de sua primazia na política mundial. Contudo, é de se questionar se uma Rússia acuada, mas ainda confiante e sem muito a perder, é um resultado positivo para Washington. Ademais, o quadro acima descrito, de uma unificação maior entre potências e países importantes da porção oriental da Eurásia e destes com a Rússia, justamente em um momento no qual a região Ásia-Pacífico é tida como o motor do sistema internacional, talvez venha a ser, num prazo de alguns anos, sobremaneira prejudicial às ambições estadunidenses.

Considerações finais

As movimentações de atores eurásianos como a Rússia, União Europeia e, mais recentemente, a China e do principal ator alienígena ao continente, os Estados Unidos, desde o fim da Guerra Fria evidenciam que o jogo pelo predomínio da Eurásia, que pautou a política internacional nos últimos séculos, com claros desdobramentos globais, continua em curso. A guerra russo-ucraniana, com toda sua carga de simbolismo e dramaticidade, se enquadra nesta dinâmica espacial e temporalmente mais ampla. Apesar da análise de conjuntura aqui realizada tentar apontar alguns desdobramentos, por óbvio é cedo para realizar qualquer afirmação definitiva sobre os resultados do conflito e sobre suas consequências aos envolvidos, à Eurásia e ao sistema internacional.

O foco na Eurásia pautou a leitura do cenário exposta. Mas cabe fazer outras considerações. No mês de outubro, o Kremlin oficializou a anexação de novos territórios ucranianos: as Repúblicas de Lugansk e Donetsk e as regiões de Kherson e Zaporozhye. Ainda que não fosse seu objetivo declarado no início da guerra, com isto a Rússia criou uma ligação terrestre entre seu território e a Crimeia, retirou quase inteiramente o acesso da Ucrânia ao Mar Negro e, simbolicamente, voltou a ter uma fronteira ocidental muito parecida com a do Império Russo do século XIX. A questão territorial é um ponto nevrálgico do conflito, que deve impedir um tratado de paz entre os dois países por muito tempo, pois a Ucrânia, que já não aceitava a perda da Crimeia por certo não acatará, a não ser que seja obrigada a tanto pelos seus aliados, a privação de sua porção leste industrializada. Por seu turno, Moscou não pode simplesmente voltar atrás nas anexações, devolvendo a Kiev cidadãos russos que prometeu proteger. Uma possibilidade bastante provável é que todas as regiões anexadas pela Rússia se transformem em um novo, grande e duradouro conflito congelado, algo comum no espaço pós-soviético. Neste panorama, mesmo após o fim das hostilidades mais severas, a paz definitiva demoraria a chegar.

Quanto a perdas geopolíticas, além das já referidas, resta claro que a Rússia tem dificuldade em agir diplomática

⁵ Nas palavras do próprio Halford Mackinder: “A alteração da balança de poder em favor do Estado-pivô, resultando na sua expansão sobre as terras marginais da Euro-Ásia, permitirá o uso dos vastos recursos continental na construção de uma frota naval e então o império mundial poderá ser visualizado. Isto poderá ocorrer se a Alemanha se aliar com a Rússia” (MACKINDER, 1942, p. 191).

e militarmente na Ásia Central, no Cáucaso do Sul e na Ucrânia ao mesmo tempo. Isto permitirá uma presença ainda mais destacada da China na Ásia Central e da Turquia no Cáucaso e também na Ásia Central. Logo, o alongamento do conflito pode causar danos também à atuação russa no seu vetor asiático da política externa.

Sobre o uso de armas nucleares por parte do governo Putin, cabe aplicar uma dose de ceticismo a tal possibilidade. O Presidente russo conhece os efeitos humanitários e militares que um ataque desta magnitude pode acarretar. A própria resistência da OTAN de ingressar diretamente no conflito atesta o quanto as grandes potências evitam o uso de tais recursos.

Referências

- AMINEH, M. P. and HOUWELLING, H. China and the Transformation of the Post-Cold War Geopolitical Order. In AMINEH, M. Parvizi. **State, Society and International Relations in Asia**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.
- AMINEH, M. P. and HOUWELLING, H. The Geopolitics of Power Projection in US Foreign Policy: From Colonization to Globalization. In AMINEH, M. P. and HOUWELLING, H. **Central Eurasia in Global Politics: Conflict, Security and Development**. Leiden: Brill: 2005.
- BORDACHEV, Timofei V. On Early History and Geography of Russian Foreign Policy: The Origins of Modern Times a Hypothesis. **Russia in Global Affairs**. Moscow, vol. 20 n° 3, jul-sep, 2022, p. 71-93. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/early-history-and-geography/>. Último acesso em 20/10/2022.
- BP. **BP Statistical Review of World Energy**. London, 2022.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997.
- CALDER, K. E. **The New Continentalism : Energy and Twenty-First-Century Eurasian Geopolitics**. London : Yale University Press, 2012.
- CHOMSKY, Noam. **Quem Manda no Mundo?** São Paulo : Planeta, 2017.
- KARAGANOV, Sergey. Russia's new Foreign Policy: The Putin Doctrine. **Russia Today**. Moscow: 26/02.2022. Disponível em <https://www.rt.com/russia/550271-putin-doctrine-foreign-policy/>. Último acesso em: 26/02/2022.
- KARAGANOV, Sergey. **The Future of the Big Triangle**. Moscow: Russia in Global Affairs, 2020.
- KENNAN, George F. The Sources of Soviet Conduct (1947). In TUATHAIL, Gearóid Ó; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. **The Geopolitics Reader**. New York: Routledge, 2003.
- LUKYANOV, Fyodor. Farewell to Hegemony. **Russia in Global Affairs**. Moscow: vol. 19 n° 3, jul-sep, 2021, p. 5-8. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/farewell-to-hegemony/>. Último acesso em 20/10/2022.
- MACKINDER, Halford J. **Geographical Pivot of History (1904)**. In MACKINDER, Halford J. Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction. Washington: National Defense University Press, 1942.
- PUTIN, Vladimir. A New Integration Project for Eurasia – The Future is Born Today. **Russia Today**. Moscow: 11/10/2011. Disponível em: <<http://rt.com/politics/press/izvetzya/integration-union-economic-future/en>>. Último acesso em 11 /10/2011.
- PUTIN, Vladimir. Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy. **President of Russia Official Web Portal**. Moscow: 10/02/2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Último acesso: 22/10/2022.
- RAHMAN, As'ad. What Are the Minsk Agreements and What Are Their Role in the Russia-Ukraine Crisis? **Global Research**. Ontario: 22/02/2022. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/what-minsk-agreements-what-their-role-russia-ukraine-crisis/5771776>. Último acesso em 22/02/2022.
- RUSSIAN FEDERATION: Foreign Policy Concept of the Russian Federation 2000. Moscow : 11/02/2000. Disponível em: <https://russiaeu.ru/en/russian-foreign-policy>. Último acesso em 18/7/2017.
- RUSSIAN FEDERATION: Foreign Policy Concept of the Russian Federation 2008. Moscow, 20/03/2008. Disponível em: <https://russiaeu.ru/en/russian-foreign-policy>. Último acesso em 18/7/2017.
- RUSSIAN FEDERATION: Foreign Policy Concept of the Russian Federation 2013. Moscow : 10/02/2013. Disponível em: <https://russiaeu.ru/en/russian-foreign-policy>. Último acesso em 18/7/2017.
- RUSSIAN FEDERATION: Foreign Policy Concept of the Russian Federation 2016. Moscow : 30/11/2016. Disponível em: <https://journal-neo.org/2021/08/27/turkey-in-the-language-struggle-with-russia-in-central-asia/>. Último acesso em 18/7/2017.

RUSSIAN FEDERATION. On the National Security Strategy of the Russian Federation. Moscow : 2021.

RT. Putin orders Russian military to 'secure the peace' in Donbass. **Russia Today**. Moscow: 21/02/2022a. Disponível em: <https://www.rt.com/russia/550177-putin-decree-military-donbass/>. Último acesso em 21/02/2022.

RT. Russian Gas in Demand Outside Europe. **Russia Today**. Moscow: 14/09/2022b. Disponível em: <https://www.rt.com/business/562768-peskov-russia-gas-asia-europe/>. Último acesso em 14/09/2022

SAKWA, Richard. **Russia Against the Rest**: The Post-Cold War Crisis of World Order. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SIPRI. Military Expenditure by Region in Constant US dollars. **SIPRI**. Stockholm: 2021.

SPUTNIK INTERNATIONAL. Pentagon to Set Up New Military Command in Germany to Arm Ukraine. **Sputnik International**. Moscow: 30/09/2022a. Disponível em: <https://sputniknews.com/20220930/pentagon-to-set-up-new-military-command-in-germany-to-arm-ukraine-report-says-1101363078.html>. Último acesso em 30/09/2022.

SPUTNIK INTERNATIONAL. Sweden, US Sign New Military Cooperation Agreement, Reports Say. **Sputnik International**. Moscow: 16/10/2022b. Disponível em: <https://sputniknews.com/20221016/sweden-us-sign-new-military-cooperation-agreement-reports-say-1101902379.html>. Último acesso em 16/10/2022.

SPYKMAN, Nicholas J. **America's Strategy in World Politics**: The United States and the Balance of Power. New Jersey: Transaction Publishers, 2008.

STUENKEL, Oliver. **O Mundo Pós-Occidental**: Potências Emergentes e a Nova Ordem Global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SUSHENTSOV, Andrei. Russia-Ukraine: Quo Vadis? **Valdai Club**. Moscow: 26/02/2022. Disponível em: <https://valdaiclub.com/a/highlights/russia-ukraine-quo-vadis/>. Último acesso em 26/02/2022.

TASS. UK follows EU's suit, imposes sanctions against Iranian drone maker. **TASS**. Moscow: 20/20/2022. Endereço eletrônico: <https://tass.com/world/1525561>. Último acesso em 20/10/2022.

TRENIN, Dmitri. **Post-Imperium**: A Eurasian History. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2011.

TRENIN, Dmitri. Six Months into the Conflict, What Exactly Does Russia Hope to Achieve in Ukraine. **Russia Council**. Moscow: Endereço eletrônico: <https://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/comments/six-months-into-the-conflict-what-exactly-does-russia-hope-to-achieve-in-ukraine/>. Último acesso em 19/10/2022.

TSUKANOV, Ilia. Gantz, Netanyahu Publicly Reject Sending Arms to Kiev After Moscow's Warning. **Sputnik International**. Moscow: 19/10/2022. Endereço eletrônico: <https://sputniknews.com/20221019/gantz-netanyahu-publicly-reject-sending-arms-to-kiev-after-moscows-warning-1102072380.html>. Último acesso em 19/10/22.

VINOKUROV, Evgeny; LIBMAN, Alexander. **Eurasian Integration**: Challenges of Transcontinental Regionalism. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

TSYGANKOV, Andrei. **Russia and America**: The Asymmetric Rivalry. Medford: Polity Press, 2019.

TSYGANKOV, Andrei. The Harvest of Globalization: How Russia Can Move from Confrontation to Construction. **Russia in Global Affairs**. Moscow: vol. 20, n. 3, jul-sep, 2022, p. 60-70. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/harvest-of-globalism/>. Último acesso em: 20/20/2022.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2022**: Summary of Results. New York, 2022.

Funções de colaboração exercidas

Gabriel Pessin Adam:

Escrita (primeira redação)

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

A guerra na Ucrânia: Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana

The War in Ukraine: An analysis of the conflict and its impacts on Russian and Ukrainian societies

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.128157>

Vicente Giaccagli Ferraro Junior

Laboratório de Estudos da Ásia da Universidade de São Paulo (LEA-USP), São Paulo, Brasil

vgferraro.jr@hotmail.com  

Resumo

Guerras moldam identidades, estados e regimes políticos. Este artigo tem por objetivo analisar as três fases da guerra na Ucrânia e o seu impacto nas sociedades russa e ucraniana, em particular seus efeitos humanitários, econômicos, políticos e identitários. Também aborda a situação política e social nos territórios ocupados e anexados pela Rússia. O estudo teve como referência dados oficiais da ONU, ONGs internacionais, centros de pesquisa de opinião pública da Rússia e da Ucrânia, bem como acadêmicos e canais midiáticos da Rússia, Ucrânia e outros países. Oito meses de guerra causaram enormes danos à Ucrânia: mais de seis mil civis foram mortos, milhões deixaram suas casas, o PIB teve queda de 30% e o país perdeu 15% de seu território. Na Rússia, embora a economia tenha apresentado uma significativa resiliência frente às sanções ocidentais, o prolongamento da guerra já causa insatisfações. O conflito foi instrumentalizado por Vladimir Putin para endurecer ainda mais o seu regime autoritário. Ao contrário de seu projeto etnonacionalista, a resistência no Leste e Sul da Ucrânia evidencia que a proximidade linguístico-cultural não necessariamente se traduz em uma lealdade automática ao Estado russo. A própria guerra tem o potencial de distanciar a identidade ucraniana da Rússia, estimulando animosidades de longo prazo.

Palavras-chave: Guerra na Ucrânia (guerra russo-ucraniana); política da Ucrânia; política da Rússia; Vladimir Putin; guerra no Donbass.

Abstract

Wars shape identities, states and political regimes. In this article, I analyze the three phases of the war in Ukraine and its impact on Russian and Ukrainian societies, mainly their humanitarian, economic, political and identity effects. I also address the political and social situation in the territories occupied and annexed by Russia. The study draws on official data from the UN, international NGOs, Russian and Ukrainian public opinion research centers, as well as scholars and media outlets from Russia, Ukraine and other countries. Eight months of war have heavily harmed Ukraine: more than six thousand civilians were killed, millions left their homes, the GDP fell by 30% and the country lost 15% of its territory. In Russia, although the economy has shown significant resilience in the face of Western sanctions, the prolongation of the war is already causing dissatisfaction. The conflict was instrumentalized by Vladimir Putin to further harden his authoritarian regime. Contrary to his ethnonationalist project, the resistance in eastern and southern Ukraine shows that linguistic-cultural proximity does not necessarily translate into automatic loyalty to the Russian state. The war itself has the potential to distance the Ukrainian identity from Russia, boosting long-term animosities.

Keywords: War in Ukraine (Russo-Ukrainian War); politics of Ukraine; politics of Russia; Vladimir Putin, war in Donbass.

Recebido: 28, Outubro, 2022

Aceito: 30, Novembro, 2022

O presente artigo é parte de uma agenda de pesquisa acerca do impacto de conflitos violentos em regimes políticos, nacionalismos e identidades, com foco em ex-repúblicas soviéticas. Representa a continuidade de uma tese de doutorado defendida em maio de 2022 no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, com recursos do CNPq, Governo do Canadá (ELAP) e do Petro Jacyk Program for the Study of Ukraine da Universidade de Toronto. Agradeço a Gianfranco Caterina (IRI-USP) pela revisão e comentários e a Fabiano Mielniczuk (UFRGS) pelo incentivo a escrever este trabalho.

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhamento Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte original sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Passados oito meses do início da invasão de larga escala da Rússia à Ucrânia, já é possível realizarmos um balanço das principais variações na trajetória da beligerância e seus efeitos na política e sociedade russa e ucraniana. Embora não tenhamos, todavia, um distanciamento histórico suficiente para conduzirmos uma análise científica ponderada, sem as distorções situacionais inerentes a um evento político ainda em andamento, algumas reflexões conjunturais podem ser úteis à sua compreensão.

Em trabalhos anteriores, exploramos as contradições nos argumentos de Vladimir Putin para justificar a invasão, como a dissuasão contra o expansionismo da OTAN, o pretense combate ao nazismo na Ucrânia e a proteção da população russófona¹ no Leste do país (FERRARO, 2022a). Foram levantadas evidências de que, ao invés de afastar a OTAN das fronteiras russas, já era esperado que uma invasão só fortaleceria a aliança, aumentando os seus contingentes no Leste Europeu, promovendo uma maior coesão política entre os seus membros e propiciando uma "razão de ser" ideológica para a sua anacrônica existência no pós-Guerra Fria. A despeito do discurso de combate ao nazismo, o Kremlin mantém laços com grupos e lideranças ultranacionalistas na Rússia e no exterior. Contrariamente ao argumento de proteger a população russófona no Leste e Sul da Ucrânia, oito meses de guerra ocasionaram mais mortes civis do que oito anos de guerra no Donbass, vitimando, sobretudo, a população russófona da região, nas áreas diretamente atacadas pela Rússia.

Também foram analisadas as motivações de Putin para a invasão, em particular (FERRARO, 2022b): (1) A sustentação ideológica de seu regime autoritário, promovendo a percepção social de que a Rússia é permanentemente cercada de ameaças e que os russos precisam se unir contra os inimigos e "traidores" da nação (o efeito "*rally 'round the flag*"), bem como a instrumentalização do conflito com o "Ocidente coletivo"² no sentido de justificar o combate aos seus "valores liberais decadentes" e deslegitimar a democracia representativa liberal; (2) As considerações ideológicas e (etno)nacionalistas de Putin no que diz respeito ao "mundo russo"³, às políticas étnico-administrativas do período soviético e à definição (estática, primordialista e essencialista) de identidade nacional, contestando o direito de a Ucrânia existir como Estado e nação; (3) Sua estratégia realista de manter a hegemonia russa no Espaço Pós-Soviético, ameaçada desde os anos 2000, utilizando instrumentos de *hard power*. Há também um receio, por parte das elites russas, de que a derrubada de regimes aliados nas chamadas "revoluções coloridas" possa estimular o efeito contágio na própria Rússia.

O presente artigo complementa os estudos anteriores sobre as motivações de Putin com uma análise conjuntural acerca da dinâmica do conflito e suas consequências até o momento. Tem como objetivo examinar as diferentes fases da guerra e o seu impacto nas sociedades russa e ucraniana (com destaque aos territórios ocupados/ anexados pela Rússia), em particular seus efeitos humanitários, econômicos, políticos e identitários. Vale ressaltar que, embora sejam tangenciados tópicos como a guerra do Donbass iniciada em 2014, o foco da pesquisa foram os acontecimentos relacionados à invasão de 2022. O estudo teve como base a análise de dados oficiais da Organização das Nações Unidas, ONGs internacionais (Human Rights Watch e Anistia Internacional), centros de pesquisa de opinião pública da Rússia e da Ucrânia, bem como canais midiáticos da Rússia, Ucrânia e outros países. Tal abordagem visa expandir o entendimento sobre o conflito para além das fontes russas e ocidentais, dando espaço, sobretudo, a fontes e vozes ucranianas, por vezes ignoradas na academia e na imprensa brasileiras – grande parte do conteúdo está disponível apenas em russo e ucraniano.

Entre as conclusões preliminares da análise, é possível mencionar: (1) Ao contrário do discurso do "mundo russo" difundido pelo Kremlin, a proximidade linguístico-territorial do Leste e Sul da Ucrânia com a Rússia não gera uma lealdade ampla e automática ao Estado russo e ao projeto expansionista de Vladimir Putin. A forte resistência dessas regiões à

¹ População cuja língua materna e/ou usada em casa e no dia a dia é o russo.

² Termo utilizado por Putin para se referir a Estados Unidos, Canadá e União Europeia e outros países alinhados com Washington.

³ O discurso do "mundo russo" (*russkiy mir*) preconiza que o Estado russo deve "proteger" não apenas os cidadãos russos na Rússia, mas também russos étnicos e comunidades russófonas no exterior, sobretudo em ex-repúblicas soviéticas. Alguns desses estados concentram percentuais significativos de russos e russófonos, como a Ucrânia, Cazaquistão, Letônia e Estônia.

invasão e o grande número de refugiados em outras partes do país e na Europa são algumas das evidências dessa constatação. (2) Conflitos moldam identidades – se antes de 2014 havia atitudes pró-Rússia marcantes no Leste e Sul da Ucrânia (mesmo desconsiderando as regiões da Crimeia e de parte do Donbass), após essa data e, principalmente, com a invasão de fevereiro de 2022 tais atitudes decaem acentuadamente. O apoio à entrada na OTAN e ao presidente Volodymyr Zelensky, bem como à língua ucraniana como única língua oficial, tornou-se notável mesmo nas regiões russófonas. A ação de Putin, com o trauma coletivo imposto à sociedade ucraniana e a violenta política de assimilação cultural nos territórios ocupados, tem como efeito colateral afastar a Ucrânia e reduzir a histórica polarização regional entre Oeste pró-Occidente e Leste pró-Rússia no país. (3) Como esperado, o conflito estimulou um ímpeto ao nacionalismo e à popularidade de Putin na Rússia (no antagonismo contra o “Occidente coletivo”), além de ter sido instrumentalizado pelas elites para endurecer o regime, perseguindo as vozes dissidentes; contudo, os seus altos custos e o seu prolongamento já estão ocasionando insatisfações na sociedade russa. (4) Os referendos de anexação promovidos por Putin em alguns dos territórios ocupados carecem de legitimidade por uma série de motivos, entre os quais, sua condução por autoridades não-eleitas instituídas pela Rússia e sob ocupação militar, assim como o fato de não ter havido um debate livre da medida e parte significativa dos habitantes dessas regiões, refugiada em outras regiões da Ucrânia e na Europa, não ter votado. Espera-se que essas constatações possam contribuir para o aprofundamento dos estudos acerca do impacto de conflitos em regimes políticos e identidades.

O artigo está subdividido nos seguintes tópicos: (I) o impacto de conflitos em Estados, identidades e regimes (referencial teórico-conceitual), (II) metodologia, (III) o panorama da guerra e suas três fases e o (IV) o seu impacto na Ucrânia, (V) na Rússia e (VI) nos territórios ocupados.

O impacto de conflitos em Estados, identidades e regimes

Em um trabalho seminal, Charles Tilly (1990) enfatizou que as “guerras fizeram os Estados” e os “Estados fizeram as guerras”. Para modernizar os exércitos e garantir proteção frente a conflitos e ameaças externas, monarcas promoveram o desenvolvimento de uma burocracia administrativa moderna e de um sistema de arrecadação tributária efetivo. A modernização militar, com o crescimento dos exércitos, também concorreu para a o controle cultural pelo Estado central e a promoção da identidade nacional, por vezes reforçada pela oposição ao outro, um inimigo estrangeiro (TILLY, 1994). Na mesma direção, Daniele Conversi (2007) argumenta que o nacionalismo, como força cultural homogeneizante, não decorreu apenas do advento da industrialização⁴, mas também de guerras e da consequente conscrição em massa em grandes exércitos.

Ainda abordando a relação entre *state-building* e *nation-building*, Alesina *et al.* (2020) aludem a dois tipos de nacionalismo: um “positivo”, no qual, em um contexto de insegurança, estados promovem a difusão de bens públicos para garantir a lealdade de seus cidadãos; e um “negativo”, em que estados investem nos antagonismos contra inimigos externos. No que concerne a esse elemento relacional, Georg Simmel (1955 [1908]) analisou o papel do antagonismo na formação de identidade de grupos e na sua coesão. Para Anthony Smith (1981), guerras contribuem para formação da autoimagem de grupos étnicos e de estereótipos, contribuindo para a consolidação de uma consciência nacional no longo prazo⁵. Baseado na perspectiva cultural de Smith, John Hutchinson (2009) destaca o papel das guerras na criação da nação como uma “comunidade sacra de sacrifício”, ao fundamentar a constituição de mitos históricos e a celebração de rituais comemorativos e práticas que dão coesão ao grupo.

O impacto de conflitos em identidades também pode ser analisado pela ótica dos traumas coletivos. Segundo Jeffrey Alexander (2004, p.1), “traumas culturais”, como eventos negativos e violentos, podem deixar marcas indeléveis na consciência do grupo e na sua identidade – a construção de tais traumas possibilita que grupos sociais e sociedades

⁴ Argumento desenvolvido por Ernest Gellner (1983).

⁵ Ver Hutchinson (2007).

nacionais compartilhem o sofrimento de outros. Adam Lerner (2022, p.90-91) ressalta que a violência em massa, com potencial de gerar traumas de longo prazo, aliena indivíduos de outros, estimula a ressonância emocional e simbólica da narrativa do “othering” e cria solidariedade entre as vítimas do conflito e suspeição em relação aos seus perpetradores. Nas suas palavras, “o trauma coletivo deve ser entendido como fundacional no sistema internacional – um combustível que, ao longo da história, ajudou, em determinados pontos, a reforçar a lógica da política internacional e, em outros, motivou a sua evolução” (LERNER, 2022, p.91). Na América Latina, há casos emblemáticos dessa relação, como o efeito que a memória da Guerra do Paraguai exerceu na identidade nacional paraguaia (CAPDEVILA, 2009) e que a perda do mar para o Chile exerceu na identidade boliviana (PERES CAJIAS, 2017).

Por fim, é imprescindível mencionar o impacto de conflitos em regimes políticos. Em um trabalho seminal, John Mueller (1973) mostrou que períodos de conflito tendem a estimular a coesão da população em torno do incumbente, elevando a sua popularidade – o chamado efeito “*rally ‘round the flag’*”. Tal efeito foi observado em diversas guerras e situações de ameaça, como nos atentados de 11 de setembro nos EUA. Em contextos de insegurança, indivíduos apresentam maior predisposição a relativizar valores democráticos em benefício da ordem e a manifestar atitudes autoritárias (DAVIS; SILVER, 2004). O efeito “*rally ‘round the flag’*” também pode ocorrer em conflitos domésticos contra minorias (TIR; JASINSKI, 2008). Treisman (2011) mostrou que a popularidade de Putin foi favorecida pela Segunda Guerra da Chechênia e Ferraro (2022c) evidenciou que neste conflito houve um crescimento significativo nas preferências autoritárias na sociedade russa e na propensão a se relativizar a democracia em benefício da ordem. A relação entre guerras e regimes permeia a legitimação ideológica de regimes autoritários: Slater (2010) discorre sobre o papel de conflitos na constituição dos chamados “pactos de proteção” em torno do incumbente, enquanto Levitsky e Way (2012) sublinham o seu papel na sustentação e sobrevivência autoritária.

O presente estudo pretende examinar o impacto da atual guerra nas sociedades russa e ucraniana tanto sob a ótica dos traumas coletivos e antagonismo identitário quanto sob o efeito de conflitos na legitimação de regimes autoritários.

Metodologia

Tendo como referencial teórico a discussão acerca do impacto de conflitos em Estados, regimes e identidades, e o objetivo de avaliar o efeito humanitário, econômico, identitário e político da guerra russo-ucraniana, o presente estudo se baseou na análise de quatro tipos de conteúdo:

- Dados estatísticos oficiais de organizações internacionais, como as Nações Unidas, o Banco Mundial, a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, além de ministérios e organizações nacionais da Rússia e da Ucrânia;
- Conteúdo midiático de periódicos europeus, russos e, sobretudo, ucranianos;
- Discursos de lideranças políticas de ambos os países;
- Pesquisas de opinião pública do instituto Levada-Center, na Rússia, bem como do Kyiv International Institute of Sociology (KIIS) e Rating Group, na Ucrânia, com foco nos posicionamentos em relações a guerra e a questões de política doméstica.

A análise do conteúdo foi guiada por estudos acerca de autoritarismo, conflitos e identidade e representa a continuação de uma tese de doutorado (FERRARO, 2022c) que abordou o impacto de conflitos em regimes políticos, tendo como base os casos da Rússia (as guerras da Chechênia) e da Ucrânia (a guerra do Donbass). Embora a proximidade temporal limite as perspectivas de análise conjuntural, no estudo há um esforço para examinar os efeitos político-sociais da guerra de larga escala iniciada em fevereiro de 2022.

O panorama da guerra e suas três fases

Do início da guerra até o presente momento (outubro de 2022), três fases do conflito podem ser distinguidas com clareza. A primeira, a invasão de larga escala, iniciada em 24 de fevereiro, caracterizou-se por ataques em diferentes *fronts* e uma tentativa do exército russo de tomar a capital Kiev/ Kyiv, possivelmente com a finalidade de derrubar o governo Zelensky. Dado o rápido avanço das tropas, havia a expectativa de que a operação duraria poucas semanas. O exército russo não obteve sucesso na concretização desses objetivos, recuando da capital e do *front* Norte, mas obteve significativas conquistas no *front* Sul, com a ocupação de partes das regiões de Kherson e Zaporizhzhia. Tal avanço favoreceu o estabelecimento de uma faixa terrestre entre a península da Crimeia, anexada à Rússia em 2014, e o território russo – até então, a península era conectada à Rússia apenas por uma ponte. A conquista de Kherson também permitiu aos russos garantir o abastecimento de água à Crimeia (BEAUBIEN, 2022), problema que a região enfrentava desde que foi anexada. Entre as causas para o fracasso da Rússia em tomar Kiev/ Kyiv estão as dificuldades em manter a cadeia logística de suprimentos no campo de batalha, o número insuficiente de militares para uma empreitada desse porte e as estratégias de defesa adotadas pelo exército ucraniano (STECKELBERG, 2022). Possivelmente, o Kremlin esperava que o Leste russófono, até 2014 marcado por significativas atitudes pró-Rússia, fosse oferecer pouca resistência à invasão, o que não se concretizou. Além da resistência nas imediações da capital, houve forte reação no Norte (Sumy e Chernihiv) e no Leste (Kharkiv e partes do Donbass). Desde 2014, as atitudes pró-Rússia na sociedade ucraniana viram uma queda substancial, mesmo no Leste (desconsiderando a Crimeia e as partes do Donbass não controladas pela Ucrânia), em decorrência da percepção de agressão ao país com a anexação da Crimeia e a interferência russa no Donbass, como será examinado mais à frente. Na Ucrânia, há um consenso de que a invasão russa se iniciou em 2014 – como distinção, a intervenção de fevereiro é denominada de "invasão de larga-escala", por abranger regiões além do Donbass e da Crimeia.

A segunda fase da guerra se inicia com o recuo das tropas russas da região de Kiev/ Kyiv, em 4 de abril, e com a concentração de efetivos nas duas regiões do Donbass (Donetsk e Luhansk).⁶ Desde 2014, grupos pró-Rússia, com o suporte militar e econômico de Moscou, controlavam parte de seus territórios. As tropas russas obtiveram sucesso em ocupar integralmente a região de Luhansk, em expandir o controle sobre a região de Donetsk e concluir a tomada da cidade portuária e industrial de Mariupol, de maneira que a Ucrânia foi cerceada do acesso ao mar de Azov e a Rússia veio a consolidar o controle sobre a faixa terrestre que interliga a península da Crimeia ao seu território. Os *fronts* Sul (Kherson e Zaporizhzhia) e Nordeste (Kharkiv) presenciaram conflitos intensos, mas ocorreram poucas mudanças substanciais. Nesta fase, a Rússia também bloqueou importantes portos ucranianos, como o de Odessa, o que acelerou a inflação no preço de alimentos e *commodities* nos mercados internacionais, uma vez que a Ucrânia é um dos maiores exportadores mundiais de grãos. Houve expectativas de que Putin estivesse planejando a ocupação de toda a costa marítima ucraniana, estabelecendo uma conexão terrestre entre o território russo e o enclave separatista da Transnístria, na Moldávia, o qual se mantém independente desde os anos 1990 graças à presença de tropas russas. A despeito do avanço russo, o principal objetivo – a ocupação integral do Donbass – não foi alcançado; a Ucrânia manteve o controle sobre importantes cidades de Donetsk.

A terceira fase da guerra, ainda em andamento, caracteriza-se por uma significativa contraofensiva ucraniana. Um possível marco referencial dessa fase foi o ataque a drones à Frota Russa do Mar Negro, na Crimeia, em 31 de julho. Nos dias e semanas seguintes, bases militares e depósitos de armamentos russos na península sofreram uma série de ataques. É importante salientar que desde 2014 a Ucrânia não havia atacado a Crimeia, no intuito de evitar um conflito direto com a Rússia e concentrar seus esforços no Donbass. Além da península, os ataques ucranianos se expandiram a outros locais no *front* Sul, sobretudo na região de Kherson – pontes, depósitos e bases foram atingidos e a logística militar russa foi debilitada. Havia a expectativa de que a Ucrânia fosse concentrar sua contraofensiva apenas na região, mas, para a surpresa

⁶ *Donbass* é a grafia na língua russa, a mais falada na região, e *Donbas* – na língua ucraniana. *Lugansk* é a grafia em russo e *Luhansk* – em ucraniano e a pronúncia na variante russa da Ucrânia. *Kiev* é a grafia em russo, difundida na língua portuguesa, e *Kyiv* – em ucraniano.

das tropas russas, o foco inicial do contra-ataque foi o *front* Nordeste, na região de Kharkiv. O exército ucraniano retomou importantes localidades que estavam ocupadas desde o início da guerra. Como resposta, o Kremlin decretou a mobilização nacional "parcial", com até 300 mil convocados, e acelerou o processo de anexação dos territórios ocupados, com a realização de pseudo referendos.

O êxito do contra-ataque ucraniano se estendeu a outras conquistas nos *fronts* Sul e do Donbass, inclusive em Luhansk, que havia sido integralmente ocupada. Uma das principais explicações para tal êxito está no uso dos sistemas de mísseis HIMARS e GMLRS, fornecidos pelos EUA (ISMAY, 2022) – o seu maior raio de ação e precisão permitiu ao exército ucraniano atingir alvos mais distantes das linhas de combate, como depósitos de armamentos, bases militares e pontes, prejudicando as linhas de suprimento. O uso dos drones militares turcos Bayraktar também contribuíram para a empreitada. Putin subestimou a reação do Leste russófono ucraniano (possivelmente na expectativa de que haveria uma adesão ao seu projeto expansionista do “mundo russo”) e a inclinação dos EUA e a União Europeia a apoiar incisivamente a Ucrânia, mesmo diante dos altos custos econômicos envolvidos, como a dependência de recursos energéticos russos e o potencial inflacionário do conflito.

Em 8 de outubro, a ponte de acesso à Crimeia, importante símbolo da anexação realizada por Putin em 2014, foi danificada pela explosão de um caminhão. Como resposta, Moscou promoveu bombardeios por toda a Ucrânia, como na primeira fase. Cerca de 30% da infraestrutura energética do país foi danificada ou destruída em poucos dias, levando a adoção de racionamentos em larga escala (BERN E HUNDER, 2022). Os ataques à infraestrutura crítica elevam o potencial de dissuasão contra a ofensiva ucraniana, mas também aprofundam o trauma e sofrimento coletivo vivenciados pela população ucraniana, acirrando as animosidades contra a Rússia. Possivelmente, com a aproximação do inverno, estamos presenciando a transição para uma quarta fase.

O impacto da guerra na sociedade ucraniana

A guerra já ocasionou um profundo impacto humanitário, econômico, político e identitário na sociedade ucraniana, com sequelas de difícil transposição.

De fevereiro a outubro de 2022, segundo dados oficiais das Nações Unidas, 6.306 civis foram mortos e 9.602 foram feridos em toda a Ucrânia (ONU, 17.10.2022). Contrariamente às intenções de Putin de proteger o "mundo russo", o Leste russófono, foco dos ataques, concentrou a maior quantidade de vítimas: 3.327 civis foram mortos nas áreas do Donbass controladas pelo governo ucraniano e 411 nas áreas controladas por grupos pró-Rússia em conjunto com o exército russo. As autoridades ucranianas citam números muito maiores e, se levarmos em conta os as mortes de militares, o número total pode alcançar dezenas de milhares – o Ministério da Defesa da Ucrânia alega que o número de militares ucranianos mortos foi cerca de 9 mil até setembro (UKRINFORM, 09.2022), enquanto as autoridades russas afirmam que esse número teria ultrapassado os 60 mil (BBC, 21.09.2022). O ex-prefeito de Mariupol enfatizou que durante o cerco à cidade pelo menos 10 mil civis foram mortos (KARMANAU *et al.*, 2022).

Dados da ONU indicam que mais de 7 milhões de ucranianos se refugiaram em outros países da Europa e cerca de 7 milhões se tornaram deslocados internos em outras regiões da Ucrânia (ONU, 12.10.2022) – ou seja, por volta de 30% da população de 44,13 milhões do país teve que deixar seu local de residência. Estima-se que alguns milhões já tenham retornado do exterior, embora muitos continuem deslocados (ONU/ Reliefweb, 2022), e mais de 17 milhões estejam passando por necessidade (ONU, 12.10.2022). Levantamentos apontam que mais de 600 instituições de saúde e 2.500 instituições educacionais foram atingidas (ONU, 21.10.2022). Apesar dessas cifras, os custos humanitários são imensuráveis. O transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) poderá acometer parte da população (MENDEL, 2022), que ao longo de meses convive diariamente com alertas de bombardeios e as dificuldades provocadas por ataques à infraestrutura crítica, como a falta de luz, água e aquecimento.

Na economia, o impacto não é menos significativo. Algumas estimativas apontam que até o outubro as perdas de infraestrutura já superaram a marca de 127 bilhões de dólares, mais da metade do PIB do país antes da guerra (SEREDA O., 2022). Dessa quantia, 50,5 bilhões de dólares dizem respeito à área de habitação, com 135 mil domicílios e edifícios afetados, e 35,3 bilhões à área de infraestrutura de transporte. Cerca de 10% da população afirma que teve sua residência danificada ou destruída (RATING GROUP, 04.10.2022). Em nove meses, o PIB caiu 30% (MINISTÉRIO DA ECONOMIA DA UCRÂNIA, 2022), a inflação alcançou 24,6% ao ano (RBC, 12.10.2022) e a dívida pública ultrapassou os 98 bilhões de dólares (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DA UCRÂNIA, 2022), quase a metade do PIB de 2021. A debilitação da infraestrutura energética ucraniana com a ofensiva russa de larga escala em outubro pode agravar ainda mais o quadro econômico. Enquanto em 2021 9,8% da população estava desempregada, a previsão para 2022 é de até 30% (RBC, 16.09.2022) – percentual recorde, com aumento de 5 milhões no número de desempregados. Os salários poderão ter desvalorização real de 27% no ano (BANCO NACIONAL DA UCRÂNIA, 2022); leis de precarização de direitos trabalhistas vêm sendo adotadas pelo parlamento (ILCHENKO, 2022). Para reduzir as perdas, o governo tem pago auxílios entre 2 e 3 mil hryvnias mensais (54,17–81,25 dólares) para os deslocados internos. Não fosse a ajuda econômica externa, de 19,4 bilhões de dólares do início da invasão até o começo de outubro, a pressão sobre o orçamento público ucraniano seria ainda mais acentuada. Tal suporte cobriu cerca de 36% dos gastos orçamentários até o momento (SAMOYLYUK, 2022).

No que concerne à esfera política, a guerra reforçou uma tendência que já vinha adquirindo proeminência desde 2014: a diminuição do espaço de discussão política. Sob o argumento da "democracia militante", ou seja, de que determinadas restrições às liberdades civis e de expressão são necessárias para garantir a sobrevivência da democracia e do próprio Estado, sobretudo em um contexto de guerra, diversos canais midiáticos, partidos políticos e lideranças pró-Rússia foram banidos (WAY, 2019b). Desde os anos 1990, diferentes grupos (partidos políticos, canais midiáticos, organizações religiosas, grupos étnicos e etc) com posicionamento russófilo na sociedade ucraniana foram concebidos como a "quinta coluna", "traidores" dispostos a se aliar à Rússia para subjugar a independência ucraniana (FERRARO, 2022c). A partir da invasão de fevereiro, algumas lideranças de partidos frequentemente associados a esses grupos passaram a colaborar com os invasores. Por decisão do Conselho de Segurança Nacional e Defesa da Ucrânia e do Ministério da Justiça, 13 partidos foram banidos acusados de terem um posicionamento pró-Rússia (UKRINFORM, 09.2022). O caso mais emblemático foi o da Plataforma da Oposição – Pela Vida, segundo maior bloco do parlamento, influente no Leste. Seu ex-líder, Viktor Medvedchuk, próximo a Vladimir Putin, foi preso e deportado para a Rússia após um acordo de troca de prisioneiros em setembro. Em julho, Zelensky conduziu uma ampla reformulação de quadros no Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) e na Procuradoria. À revelia de Kiev, mais de 60 funcionários desses órgãos permaneceram nas zonas ocupadas e cerca de 650 casos de traição ao Estado e colaboracionismo estavam sendo analisados (BBC, 17.07.2022). A lei marcial vigente atualmente confere uma série de poderes especiais ao presidente. Extrapolamentos na "democracia militante" e na garantia da segurança podem legitimar a adoção de instituições autoritárias e centralizadoras, como ocorreu com a Rússia após a Segunda Guerra da Chechênia.

A invasão russa também deu força a decisões polêmicas nas áreas identitária e cultural. Nomes de rua e monumentos associados à Rússia e à URSS vêm sendo removidos, a literatura russa vem sendo substituída no programa escolar, assim como o ensino da língua russa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA UCRÂNIA, 2022), embora o russo ainda seja utilizado por 47% da população⁷, com percentuais ainda maiores no Leste. Os defensores de tais iniciativas argumentam que elas constituem parte de uma política de ação afirmativa e discriminação positiva voltada à descolonização ("desrussificação" e "descomunização"⁸, entendidas como sinônimos) da Ucrânia; uma defesa da cultura ucraniana frente à cultura do "Estado agressor". Já os seus opositores afirmam que elas representam uma violação,

⁷ Em um *survey* de agosto, 13% disseram falar russo e 34% russo e ucraniano em casa. 76% responderam ter o ucraniano como língua materna, frente a 19% de russo. Fonte: RATING GROUP (23.08.2022).

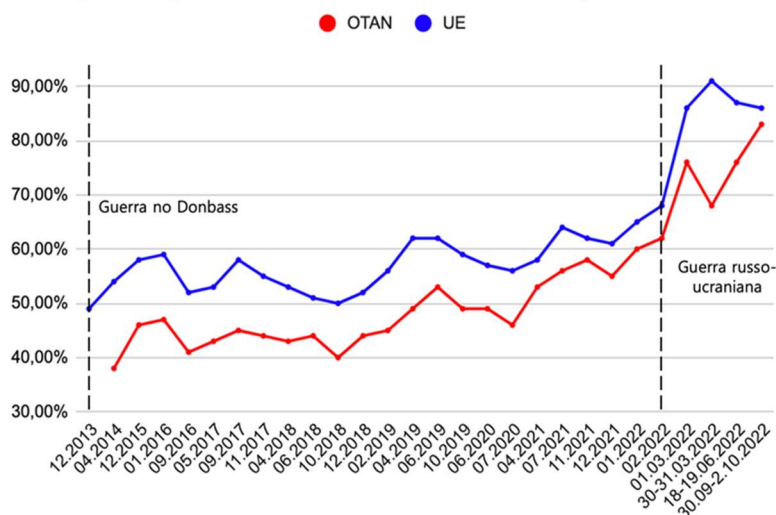
⁸ As elites ucranianas concebem a "descomunização" como a remoção de símbolos do período soviético (ex.: estátuas de Vladimir Lenin e nomes de ruas), por sua alegada associação com o imperialismo russo.

promovida por nacionalistas e neonazistas, contra a população russófona. A questão linguística foi um dos principais elementos de polarização regional nas últimas décadas, muito explorada pela propaganda russa em suas referências à violação dos direitos da população russa/russófona, e por lideranças políticas ucranianófilas e nacionalistas – estereótipos como “nazistas no Oeste” e “traidores separatistas no Leste” adquiriram saliência a partir da Revolução Laranja de 2004 (ver WILSON, 2016).

Se até 2014 havia uma acentuada polarização regional entre um Oeste ucranianófilo e um Leste russófilo⁹, alicerçada em fatores históricos, linguísticos e culturais, a partir de 2014 essa polarização perde força e passa a tender ao Oeste e ao Ocidente. Kulyk (2016) argumenta que a identidade nacional se tornou mais saliente frente a identidades regionais e passou por um processo de alienação em relação à Rússia; a linha divisória nacional foi deslocada do centro do país para as extremidades do Leste. Nas palavras de Arel (2018), a “Ucrânia se tornou mais ucraniana”. Por um lado, esse fenômeno teve relação com a perda de territórios russófilos, com maior concentração de russos étnicos (a Crimeia e parte do Donbass), mas por outro, esteve associado a uma percepção da Rússia como país agressor (o trauma coletivo) e da ameaça em potencial que Putin e as elites russas, norteadas por ideias chauvinistas do “mundo russo”, oferecem à existência da Ucrânia. Antes de 2014, as inclinações a uma integração político-econômica com a Rússia superavam as inclinações à integração com a União Europeia e a aliança euro-atlântica.¹⁰ Após essa data, as tendências se inverteram e sentimentos anti-Rússia ganharam terreno, alimentados pelas elites nacionais.

Em setembro de 2022, o apoio à entrada na OTAN alcançou a marca recorde de 83% da população [Imagem 1] (a falta de cobertura das regiões ocupadas que tiveram a transmissão ucraniana de celular interrompidas pela Rússia pode ter gerado viés na pesquisa, mas não explica toda a variação)¹¹. Ainda há uma divisão entre Oeste e Leste (mesmo desconsiderando a Crimeia e partes ocupadas do Donbass), mas menos polarizada do que em outros períodos – no Oeste o apoio é de 86%, enquanto no Leste é de 69%.¹² Assim como Putin se beneficiou do efeito “*rally 'round the flag*”, Volodymyr Zelensky também obteve resultados positivos [Imagem 2]: seu índice de aprovação estava na casa dos 30% antes da invasão e em poucos dias ultrapassou os 90% – 83% no Leste (RATING GROUP, 01.03.2022). Em outubro, Zelensky foi apontado como o segundo ucraniano de maior destaque de todos os tempos, atrás apenas do escritor Taras Shevchenko (RATING GROUP, 14.10.2022).

Imagem 1 – Apoio à entrada da Ucrânia na União Europeia e na OTAN



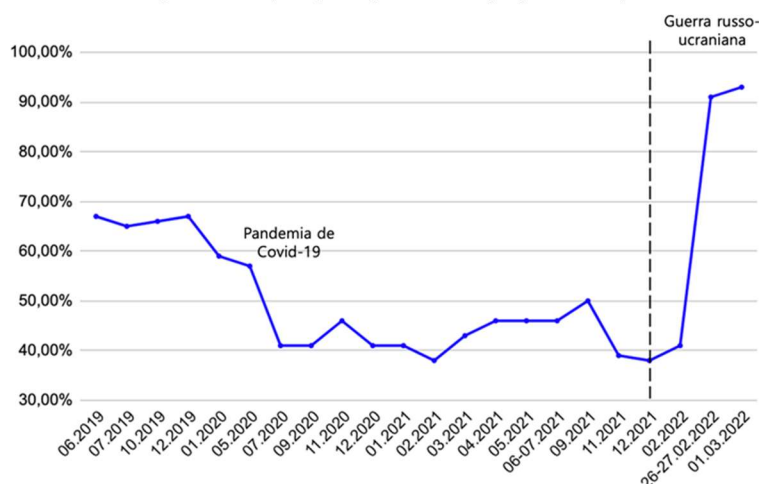
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do instituto Rating Group (2022).

⁹ Acerca da polarização entre Leste e Oeste na Ucrânia, ver Way (2015 e 2019a). Acerca do potencial de conflito externo relacionado a processos identitários na Ucrânia, ver Mielniczuk (2006).

¹⁰ Segundo dados do Instituto de Sociologia da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia, 2018.

¹¹ As pesquisas do Rating Group são realizadas por telefone, geralmente com amostras de 1.000 respondentes, com margem de erro de 3,1%. As partes ocupadas do Donbass desde 2014 e a Crimeia não são cobertas.

¹² O Sul registrou 81%, o Centro 86% e a capital Kiev/ Kyiv 90%. Fonte: RATING GROUP (03.10.2022).

Imagem 2 – Confiança e apoio a Volodymyr Zelensky¹³

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do instituto Rating Group (2022).

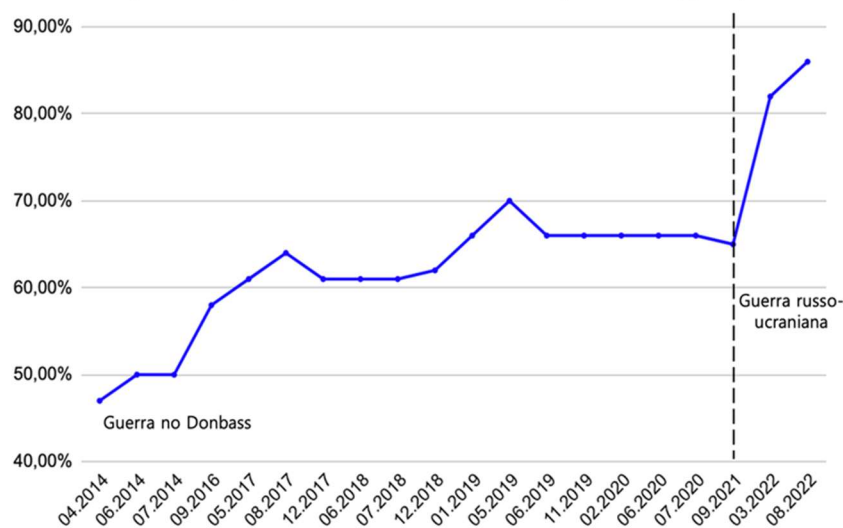
Guerras moldam identidades. Se antes havia alguma possibilidade de a Ucrânia voltar para a esfera de influência da Rússia em uma eventual alternância de elites, com a invasão de Putin as chances praticamente desaparecem – a menos que haja uma anexação total do país. O trauma e o sofrimento coletivo imposto à sociedade ucraniana podem contribuir para a consolidação de uma identidade nacional (centrada no antagonismo à Rússia), algo que a Ucrânia não havia alcançado ao longo de sua independência – como vimos na discussão teórica, o efeito de guerras em processos de *nation* e *state-building* é há muito tempo analisado nas Ciências Sociais. Zelensky e as elites ucranianas vêm mobilizando o discurso da democracia e da integração europeia como um elemento diferenciador identitário da Ucrânia em relação ao vizinho “tirano” (ZELENSKIY, 2022). De 2021 para agosto de 2022, houve um notável crescimento de indivíduos que se identificam como cidadãos da Ucrânia (a média passou de 7,9 para 9,5 em uma escala de 0 a 10) e como europeus (média de 3,6 para 5,9); ao passo que a identificação como indivíduo soviético decresceu (média de 2,9 para 1,5) (RATING GROUP, 23.08.2022).

Com o prolongamento do conflito, as animosidades na sociedade ucraniana contra a Rússia podem se cristalizar, como no conflito Israel-Palestina. Pesquisas de opinião pública divulgadas em agosto mostraram que 49% da população ucraniana acredita ser impossível a restauração de relações amigáveis entre ucranianos e russos e 29% consideram ser possível apenas após 20-30 anos (RATING GROUP, 23.08.2022). De abril de 2021 a agosto de 2022, o percentual daqueles que disseram se relacionar com cidadãos da Rússia com frieza subiu de 41% para 81%. Nas palavras do prefeito de Dnipro, Boris Filatov, “vamos restaurar tudo e reconstruir tudo, mas o ódio viverá por séculos” (KHMILEVSKA, 2022). Apesar dos altos custos da guerra, 40% são contrários a qualquer concessão à Rússia (RATING GROUP, 15.08.2022) e 93% acreditam na vitória da Ucrânia (RATING GROUP, 23.08.2022). Mais de 80%, inclusive no Leste e ucranianos russófonos, afirmaram em setembro não concordar com qualquer concessão territorial à Rússia, mesmo que a guerra se torne prolongada – vale notar que o percentual para russos étnicos (cerca de 10% da população) foi de 57% (KIIS, 2022). No que tange à questão linguística, o percentual dos que apoiam o ucraniano como única língua estatal (oficial) cresceu de 65% em setembro de 2021 para 85% em agosto de 2022 [Imagem 3] – 74% dos que disseram utilizar apenas o russo em casa defendem o ucraniano como única língua estatal; 19% afirmaram que passaram a usar mais o ucraniano desde o início da guerra,

¹³ Cabe ressaltar que as perguntas não foram as mesmas para todos os surveys. Antes da invasão de larga escala de fevereiro de 2022, os surveys mensuravam a confiança em Volodymyr Zelensky, com cinco opções: confio totalmente, provavelmente confio, não sei, provavelmente não confio, totalmente não confio. Os dados do gráfico são a somatória das duas primeiras opções. Após a invasão, os surveys passaram a medir o apoio ao presidente, com cinco opções: apoio totalmente, provavelmente apoio, não sei, provavelmente não apoio, totalmente não apoio. Apesar da proximidade entre as perguntas, as diferenças podem estimular respostas diversas

percentual que chega aos 41% entre os ucranianos russófonos e bilíngues (RATING GROUP, 23.08.2022). A recusa da língua russa se tornou um dos *fronts* da batalha identitária (WALKER, 2022), um dos efeitos colaterais da agressão de Putin ao país. Também vem caindo o número de indivíduos que acompanham séries e grupos musicais russos. Tais indicadores devem ser analisados com cautela, uma vez que, dado o contexto de conflito, há o risco do viés de desejabilidade social contra qualquer vínculo cultural com a Rússia e da não cobertura dos indivíduos nas áreas ocupadas e refugiados na Rússia.

Imagem 3 – Apoio ao ucraniano como única língua estatal (oficial)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do instituto Rating Group (2022).

Por fim, cabe ressaltar um outro elemento de provação à sociedade ucraniana: a convivência com as diferenças linguísticas, culturais e regionais. O conflito levou cerca de milhões de refugiados do Leste e Sul a se estabelecerem, ao menos temporariamente, em outras regiões. Há relatos e denúncias de discriminação contra os deslocados internos (SEREDA E., 2022), mas também há dados que apontam para uma relação harmoniosa. De agosto de 2021 a agosto de 2022, o percentual daqueles que disseram se relacionar positivamente com ucranianos russófonos cresceu de 37% para 51% (33% responderam de maneira neutra e 14% fria). Por sua vez, de março a agosto o percentual dos que se relacionam com frieza com russos étnicos que vivem na Ucrânia (cerca de 10% da população atual) cresceu de 12% para 29%; o valor negativo em relação aos cidadãos que vivem nas regiões separatistas do Donbass registrou o recorde de 47%. Só o tempo dirá se a Ucrânia conseguirá se transformar nesse momento de provação e superar antigas divergências que polarizam a sociedade, encontrando elementos de conciliação.

O impacto da guerra na sociedade russa

Assim como na Ucrânia, na Rússia a guerra também impacta diferentes esferas da sociedade.

Desde 2014, com a anexação da Crimeia e a interferência no Donbass, os estados membros da aliança euro-atlântica vinham adotando uma série de sanções econômicas contra o país. A partir da invasão de larga escala em fevereiro de 2022, o escopo das sanções foi extensamente ampliado, atingindo inclusive a capacidade de a Rússia realizar pagamentos internacionais (a integração ao sistema SWIFT) e o setor de exportação de petróleo e gás (o embargo ao gasoduto Nord Stream 2)¹⁴, com sanções que ainda entrarão em vigor. Até o início de outubro, a União Europeia adotou oito pacotes de sanções. Nas primeiras semanas do conflito, a economia russa apresentou forte instabilidade, com uma brusca desvalorização do rublo, o disparo da inflação e a saída de inúmeras empresas estrangeiras. Contudo, ao longo dos

¹⁴ O gasoduto, recém finalizado, estava prestes a ter suas operações iniciadas.

meses, demonstrou uma notável resiliência: o rublo se estabilizou, a inflação foi controlada na casa dos 13% (BANCO DA RÚSSIA, 2022a) e o desemprego manteve-se em patamares mínimos recordes, com 3,8% em agosto (RIA NOVOSTI, 2022).

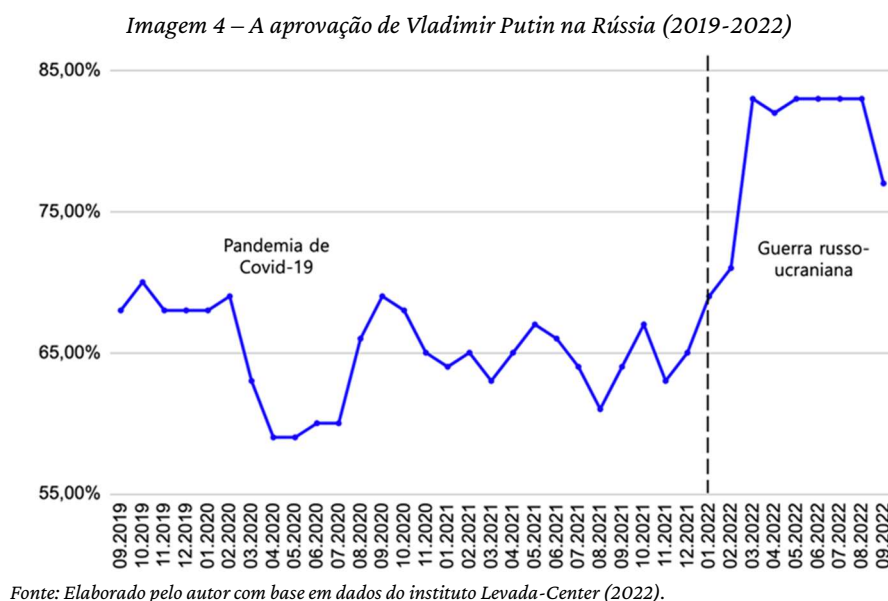
Entre as razões apontadas para essa resiliência estão: as medidas anticíclicas assertivas do Banco Central, como a alta brusca da taxa de juros de 9,5% para 20%, com reduções graduais ao longo da estabilização até atingir 7,5% em setembro (BANCO DA RÚSSIA, 2022b) e as restrições ao movimento de capitais; a maior adaptação da sociedade russa a crises, dado o histórico de turbulências que o país presenciou após a dissolução da URSS; e a manutenção dos ganhos com a exportação de petróleo e gás (THE ECONOMIST, 2022). Esses ganhos, por sua vez, foram consistentes por três razões: dada a dependência em relação a esses recursos, os países da aliança euro-atlântica tardaram em adotar sanções que atingissem diretamente o setor; o período inicial da guerra trouxe instabilidades aos mercados de *commodities*, logo, quedas em volume de exportação foram compensadas pela rápida valorização desses produtos; países como a China e a Índia aumentaram as importações provenientes da Rússia, de maneira a equilibrar a diminuição das exportações para o Ocidente. Empresas chinesas têm preenchido o vácuo deixado pelas empresas ocidentais; em oito meses o comércio entre os países já alcançou 80% do volume total de 2021, com 117,2 bilhões de dólares (HE, 2022). Antes da guerra, a China já era o principal parceiro da Rússia, respondendo por 16% de seu comércio exterior; os carros chineses e o yuan têm ganhado espaço no mercado russo. A Rússia ultrapassou a Arábia Saudita como principal fornecedor de petróleo para a China (HE, 2022).

Apesar da estabilidade no curto prazo, os prognósticos para a economia russa, sob o efeito de sanções, não são muito positivos. Dificilmente o país conseguirá garantir uma alta qualidade de vida, promovendo crescimento e ganhos econômicos difusos, e simultaneamente coordenar uma economia de guerra prolongada. A área da indústria tem-se demonstrado a mais prejudicada: dados de junho indicam que as importações caíram 40% no setor de maquinaria, 60% em equipamentos elétricos e 65% no de motores para veículos, em comparação à média do trimestre que antecedeu a invasão (SONIN, 2022). A venda de automóveis novos nos nove meses de 2022 caiu 60% em comparação ao mesmo período de 2021 (UVARCHEV, 2022) e há um déficit de equipamentos e peças. A dependência do orçamento federal em relação às exportações de petróleo e gás voltou a crescer: no total de oito meses de 2022, o setor respondeu por 44% do orçamento, frente a 36% em 2021 e 28% em 2020 (VISLOGUZOV, 2022). De fevereiro a outubro, as reservas internacionais caíram de 630 para 540 bilhões de dólares (BANCO DA RÚSSIA, 2022c). Com as sanções, 300 bilhões das reservas do Banco Central foram congelados, a capitalização do mercado de ações caiu 40% e o capital do sistema bancário decresceu 10% (BLOOMBERG, 14.09.2022). O prognóstico para o PIB, anunciado em setembro pelo Ministério da Economia e do Desenvolvimento, é de -2,9% em 2022 e -0,8% em 2023, com crescimento apenas a partir de 2024 e 2025 (BOYKO E KOZLOV, 2022) – relatórios oficiais divulgados em agosto haviam apresentado um quadro ainda mais negativo (BLOOMBERG, 11.08.2022).

As sanções também podem ter efeitos colaterais mesmo para os países que não a adotaram: bancos turcos estão planejando deixar o sistema de pagamentos russo Mir (KOZOK, 2022) e a China vem demonstrando cautela em exportar tecnologia militar para a Rússia (HE, 2022). As elites russas acreditam que as sanções poderão estimular a indústria através do efeito de substituição de importações. Por outro lado, as restrições de acesso à tecnologia e insumos industriais, bem como o endurecimento dos efeitos colaterais das sanções e a crescente dependência em relação à China podem ter consequências deletérias no longo prazo. Embora a Europa esteja arcando com os altos custos da guerra do gás, enfrentando uma pressão inflacionária que prejudica sobretudo as camadas mais vulneráveis (FOX, 2022), no médio prazo poderão desenvolver mecanismos e tecnologias alternativas que reduzam a dependência ao gás russo – neste cenário, o Kremlin perderia um importante instrumento de barganha nas relações com os países europeus.

No que diz respeito à esfera política, a guerra pode ter importantes desdobramentos para o regime autoritário personalista de Vladimir Putin. Como demonstrado em outros trabalhos, o conflito com os EUA e a Europa constitui uma importante fonte de legitimidade para Putin (FERRARO, 2022c). Os seus principais picos de aprovação foram exatamente

em momentos de conflito, como a Segunda Guerra da Chechênia (1999-2000), a Guerra da Geórgia (2008) e, principalmente, a crise da Ucrânia de 2014. Como era de se esperar, a invasão de fevereiro também impulsionou o efeito "rally 'round the flag": a aprovação de Putin subiu de 69% em janeiro para 83% em março, com valores estáveis nos meses seguintes [Imagem 4] (LEVADA-CENTER, 28.09.2022)¹⁵. Em sintonia com o ímpeto nacionalista, 75% veem os EUA de maneira negativa, 69% a União Europeia e 66% a Ucrânia (LEVADA-CENTER, 06.09.2022). Ao mobilizar o discurso do "combate ao nazismo" na Ucrânia, Putin visa não apenas a desumanização do oponente (FERRARO, 2022a), como estratégia do esforço de guerra, mas também reviver a memória do antigo trauma coletivo da Segunda Guerra (a Grande Guerra Patriótica) que acometeu a Rússia e a Ucrânia soviéticas.



As sanções econômicas contra a Rússia têm o potencial de fortalecer o discurso oficial de que o país está cercado de inimigos almejando desestabilizá-lo. Uma pesquisa de maio revelou que 74% acreditam que o propósito das sanções é enfraquecer e humilhar a Rússia, enquanto apenas 8% disseram que é para interromper as ações russas na Ucrânia (LEVADA-CENTER, 08.06.2022). Em setembro, 57% disseram não se preocupar com as sanções e 55% que as sanções vão fortalecer o país e estimular o desenvolvimento, em alusão ao efeito de substituição de importações (LEVADA-CENTER, 07.09.2022). No mesmo mês, 72% da população declarou apoiar as ações das forças armadas na Ucrânia, frente a 21% que se opõem – nos meses anteriores, os valores não diferiram muito (LEVADA-CENTER, 29.09.2022).

Em contrapartida, é cada vez mais notável a estratificação geracional no que concerne ao apoio ao regime: enquanto a população mais velha, base eleitoral de Vladimir Putin, referenda suas decisões (a oposição às ações do exército foi de apenas 13%), seu apoio decresce entre a população mais jovem (a oposição atingiu 35%), embora a indiferença em relação a eventos políticos também seja maior neste grupo (LEVADA-CENTER, 29.09.2022). Os mais jovens têm maior acesso à internet e acompanham com menos frequência os canais estatais que veiculam a propaganda do Kremlin; também não viveram no período de transição caótica dos anos 1990, logo, não associam Putin à estabilização e prosperidade. A repressão política, os ganhos econômicos dos anos 2000 (estabilidade frente à desordem da década anterior)¹⁶ e a mobilização ideológica em torno de ameaças internas e externas (o complexo da "fortaleza sitiada" e o discurso do *trade-off* entre democracia e ordem¹⁷) são os pilares de sustentação do regime Putin.

¹⁵ Como mencionado em outros trabalhos, é necessário ter cautela com pesquisas de opinião pública conduzidas em contextos autoritários. Contudo, acreditamos que a variação pode revelar importantes tendências na sociedade.

¹⁶ Fenômeno conhecido por "barganhas autoritárias" (DESAI *et al.*, 2009).

¹⁷ Ver FERRARO (2022c).

O regime instrumentalizou o conflito e o nacionalismo ascendente (a chamada síndrome pós-impérial¹⁸) para endurecer a repressão a seus opositores e dissidentes. Segundo Putin, o momento é oportuno para promover a "autopurificação" da sociedade contra a "escória" e "traidores" aliados do "Ocidente coletivo" (PUTIN, 2022). Renomados críticos do regime, como o jornalista Vladimir Kara-Murza e o político opositor Ilya Yashin foram presos e respondem a processos criminais. Antigos canais midiáticos de oposição foram fechados e cerca de 19 mil manifestantes foram detidos em protestos antiguerra (OVD-INFO, 2022). Referências à "guerra", "invasão" e "agressão" podem incorrer em multas, censura, sanções administrativas e processos criminais – a imprensa é coagida a utilizar o eufemismo "operação militar especial". Em agosto, a primeira condenação por difamação do exército foi dada a um ex-deputado municipal de Moscou: 7 anos de prisão (MEDUZA, 08.07.2022). A legislação de "descrédito ao exército" veio a reforçar o arcabouço jurídico do endossamento da repressão, junto às legislações de combate ao extremismo, combate ao terrorismo, "agentes estrangeiros" e traição do Estado. A lista de "agentes estrangeiros" do Ministério da Justiça, que abrange uma série de organizações da sociedade civil, ativistas, jornalistas, blogueiros, acadêmicos, dentre outros, e preconiza uma série de restrições e condições legais para a sua atuação na Rússia, já alcançou os 300 registros. Com a atual confrontação, o establishment de segurança (os siloviki, inclusive a FSB, sucessora do KGB), fortalecido desde o início do regime Putin, alavanca ainda mais sua influência política e o poder de vigilância sobre a sociedade russa (SOLDATOVE BOROGAN, 2022).

Em 2021, Dmitry Muratov, redator do jornal Novaya Gazeta, um dos principais veículos de oposição, ganhou o prêmio Nobel da Paz. O jornal, criado nos anos 1990, encerrou suas atividades após o início da guerra. Em 2022, a organização de direitos humanos Memorial, que investiga casos de tortura, violações de direitos por agentes estatais e repressão contra opositores, também ganhou o prêmio Nobel, junto com o ativista de Belarus Ales Bialiatski e a organização ucraniana Centro para Liberdades Cívicas. Anteriormente, o Memorial teve o registro cassado por decisão judicial.

Uma rede de propagandistas nos grandes meios midiáticos frequentemente exalta as decisões de Putin de maneira acrítica e, inclusive, conclama para um endurecimento dos ataques à Ucrânia. O símbolo Z (associado a "za" – "eu apoio") se tornou uma referência identitária aos defensores do "partido da guerra" na sociedade e nas elites. O polêmico governador da Chechênia, Ramzan Kadyrov, e o empresário-oligarca Evgeniy Prigozhin, próximo a Putin, estão entre as principais figuras públicas que defendem uma postura mais radical contra a Ucrânia. Kadyrov fez apologia ao uso de armas nucleares (KOMMERSANT, 01.10.2022) enquanto Prigozhin foi filmado recrutando presidiários para a guerra (MEDUZA, 14.09.2022). O empresário também reconheceu que fundou o grupo Wagner, exército mercenário ultranacionalista que participou de conflitos na Ucrânia, Síria, Líbia e República Centro-Africana (ROMASHENKO, 2022b).

Em oposição ao "partido da guerra", diversas figuras públicas e membros das elites arriscaram a se posicionar contra a guerra. Logo no início do conflito, conhecidos oligarcas, como Mikhail Fridman, Oleg Deripaska e Vladimir Lisin, fizeram declarações contrárias à intervenção (BBC, 17.03.2022; REUTERS, 07.03.2022) – tal posicionamento abertamente contrário ao governo é raro nesses círculos. Em março, uma funcionária do Canal 1 (*Perviy Kanal*), um dos grandes veículos midiáticos de propaganda do regime, invadiu a programação de um telejornal ao vivo com um cartaz antiguerra (BBC, 15.03.2022) e hoje sofre processo criminal. Em agosto, o músico Yuriy Shevchuk, da banda DDT, uma das mais célebres do país, foi multado por suas críticas à guerra e a Vladimir Putin; seus shows foram adiados por tempo indeterminado (ROMASHENKO, 2022a). Outros grupos e músicos que se manifestaram estariam em uma lista de "artistas proibidos", com mais de 50 nomes, como as bandas Bi-2 e Akvarium e a cantora Zemfira (SVOBODA, 2022). Outro caso de grande repercussão foi o do apresentador e parodista Maksim Galkin. Após o início da invasão, Galkin e sua esposa, a renomada cantora e uma das maiores celebridades do período soviético, Alla Pugacheva, deixaram o país. Por seu posicionamento crítico, o apresentador foi catalogado como "agente estrangeiro"; seu espaço na TV russa e seus contratos de publicidade

¹⁸ Ver Zubarevich (2016).

foram cancelados (BBC, 16.09.2022). Em sua defesa, Pugacheva emitiu uma declaração conclamando o Ministério da Justiça a também registrá-la como "agente estrangeiro", ressaltando o seu desejo de ver a "interrupção da morte de nossos conterrâneos por objetivos ilusórios que tornam o nosso país um pária e dificultam a vida de nossos cidadãos" (SOTNIKOV, 2022). Referências a críticos de Vladimir Putin como "agentes estrangeiros", "traidores" e "quinta coluna" não são novas na Rússia, constituem uma estratégia de deslegitimação de qualquer tentativa de oposição. Tal estratégia veicula a ideia de que aqueles que são contra Putin e suas políticas são contra a Rússia, inimigos da pátria e traidores aliados do "Ocidente coletivo" em seu projeto de corroer o país por dentro e promover instabilidades para fragmentá-lo e enfraquecê-lo geopoliticamente, como ocorreu com a dissolução da URSS; o desenvolvimento da Rússia como potência ativa só seria possível sob a mão forte de Putin. O discurso oficial mobiliza supostos *trade-offs* entre democracia e ordem – a abertura política é concebida como uma ameaça à estabilidade, segurança e integridade territorial do país, sobretudo dado o seu status multinacional (FERRARO, 2022c). A constante alusão a ameaças internas e externas é uma estratégia ideológica recorrente em regimes autoritários.

O sucesso do regime em obter dividendos políticos com a guerra pode ser prejudicado se esta se prolongar, impor um alto custo à sociedade e o exército russo não obter resultados positivos e tangíveis. Em dezembro de 1994, ao decretar a intervenção na Chechênia, o presidente Boris Yeltsin tinha a expectativa de que seria uma guerra "pequena, rápida e vitoriosa" (MIKHAYLOV, 2014). O conflito acabou perdurando por quase dois anos, com elevadas perdas para o exército russo, e o governo federal foi levado a estabelecer um acordo de paz com os separatistas. Os custos políticos, sociais e humanitários da guerra trouxeram alta impopularidade para Yeltsin, dificultando suas chances de vitória nas eleições de 1996. Todos os grandes ganhos de popularidade de Putin se deram em conflitos rápidos e com resultados favoráveis à Rússia. Os atuais impasses na guerra russo-ucraniana já acendem alertas para uma possível repetição da Primeira Guerra da Chechênia (1994-1996). Ao contrário do esperado no início da invasão, a guerra não está sendo "pequena, rápida e vitoriosa" e, com o apoio dos EUA e países europeus, a Ucrânia vem conseguindo impor reveses às tropas russas, como a contraofensiva tem mostrado.

A estratégia do Kremlin de manter a "operação militar especial" distante da sociedade, recorrendo apenas a militares oficiais, fracassou. Diante da insuficiência de tropas para manter o controle dos territórios ocupados e reagir ao contra-ataque ucraniano, Putin decretou a mobilização nacional "parcial" de 300 mil reservistas. A medida trouxe impopularidade: algumas cidades presenciaram protestos, houve casos de ataques a repartições das comissões/ juntas militares e milhares deixaram o país (MEDUZA, 27.09.2022). Enquanto em agosto 37% viam a guerra com muita preocupação, em setembro o percentual saltou para 56%, o maior nível registrado (LEVADA-CENTER, 29.09.2022). Assim como na guerra da Chechênia, já há movimentos sociais de mães e esposas preocupadas com o destino dos militares. A popularidade de Putin presenciou a sua primeira queda substancial desde fevereiro, de 83% para 77% (LEVADA-CENTER, 28.09.2022). O percentual dos que defendem negociações para a paz (48%) ultrapassou o percentual dos que defendem a continuidade das operações militares (44%), pela primeira vez. Já os sentimentos de tensão, irritação, medo e tristeza na sociedade saltaram de 21% em julho para 47% em setembro (LEVADA-CENTER, 21.10.2022), patamar característico dos conturbados anos 1990. A depender de seus resultados, custos sociais e duração, a presente guerra pode vir a se tornar um "calcanhar de Aquiles" para Vladimir Putin. Dado o seu potencial de impacto no regime e o recente êxito da Ucrânia na contraofensiva, a aliança euro-atlântica provavelmente reforçará o seu apoio ao exército ucraniano.

Finalmente, cabe mencionar o impacto humanitário que o conflito vem ocasionando na própria Rússia. Cidades e vilarejos localizados próximo à fronteira com a Ucrânia, em específico nas regiões de Belgorod, Briansk e Kursk, vem sofrendo frequentes ataques. Em setembro, Darya Dugina, jornalista e filha de Alexander Dugin, um dos principais ideólogos ultranacionalistas do "mundo russo" e do eurasianismo¹⁹, foi assassinada em um atentado em Moscou

¹⁹ Acerca do eurasianismo e o pensamento de Alexander Dugin, ver Segrillo (2016).

promovido possivelmente pelo serviço de inteligência da Ucrânia (BARNES *et al.*, 2022). No campo de batalha, segundo o ministro da Defesa da Rússia, Sergei Shoigu, até setembro 5.937 militares haviam sido mortos; em junho, o serviço de inteligência britânico estimou a quantia de 20 mil militares e, em julho, a CIA estimou em 15 mil (BBC, 21.09.2022). As autoridades ucranianas afirmam que as baixas russas já ultrapassaram os 55 mil (SERVIÇO DE AUDITORIA ESTATAL DA UCRÂNIA, 2022). Por sua vez, um trabalho conjunto entre o jornal Mediazona e a BBC conseguiu confirmar a morte de ao menos 7.184 militares até outubro (MEDIAZONA, 2022). Os dados sugerem que o número de mortes foi maior entre indivíduos procedentes das regiões mais pobres e de minorias etnonacionais. Movimentações atípicas em cemitérios foram observadas em diferentes regiões da Rússia (BBC, 21.09.2022). Assim como na Ucrânia, o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) também poderá acometer milhares de soldados russos e as populações das regiões fronteiriças atingidas pelo conflito.

O impacto da guerra nos territórios ocupados pela Rússia

O impacto da guerra nos territórios ocupados²⁰ (em especial Kherson, Zaporizhzhia, Donetsk e Luhansk) é difícil de ser examinado, dadas a politização do conflito e as dificuldades de jornalistas independentes acessarem a região. Contudo, algumas observações importantes podem ser feitas.

Embora o Kremlin tenha recentemente afirmado que estava aberto a negociações no início do conflito e que, por pressão dos EUA, a Ucrânia abandonou as discussões, desde o início da invasão havia indícios de que as intenções de Putin estavam em conformidade com seu discurso neocolonialista de contestação do direito de a Ucrânia existir como Estado e nação. Logo que cidades como Kherson, Melitopol e Mariupol foram ocupadas, bandeiras e símbolos nacionais ucranianos foram retirados dos edifícios administrativos e dos espaços públicos, placas em ucraniano foram substituídas por placas em russo, passaportes russos (documentos de identificação e cidadania) passaram a ser emitidos para a população local, a moeda russa foi introduzida na economia e o programa escolar foi rapidamente substituído pelo programa russo, diretamente controlado por Moscou. Tais práticas remontam a uma violenta assimilação cultural (russificação forçada). Protestos contra a ocupação foram reprimidos (PRENTICE; ZINETS, 2022) e autoridades e jornalistas que se opuseram foram perseguidos (REPORTERS WITHOUT BORDERS, 2022). Em seis meses, mais de metade da população de Kherson (ou seja, mais de 500 mil cidadãos) abandonou a região (TSN, 2022). Desde o princípio evidenciou-se um projeto de cooptação de autoridades locais e de orquestração de pseudos movimentos separatistas, em vez de uma ocupação provisória para pressionar a Ucrânia a acatar as imposições de Moscou. Para a Ucrânia, portanto, a guerra se tornou uma questão de sobrevivência nacional.

Uma série de denúncias de violação de Direitos Humanos foi levantada contra a Rússia nas zonas ocupadas. Autoridades e ONGs ucranianas afirmam que pais foram coagidos, ameaçados e cooptados (com recursos financeiros) a mandar seus filhos para as escolas (DEYNA, 2022), com conteúdo programático russo, e professores não leais à ocupação sofreram repressão, inclusive sequestros (BONDARCHUK, 2022). Também alegam que cerca de 1,2 milhão de ucranianos foram deportados para a Rússia ou outras zonas ocupadas, sobretudo do Donbass, incluindo 240 mil crianças (HRW, 01.09.2022). Acusaram a Rússia de utilizar a remoção da população ucraniana dos territórios ocupados (sob o pretexto de protegê-las da contraofensiva de Kiev/ Kyiv) como uma estratégia de russificação e consolidação do controle territorial (RUDENKO, 2022). A Human Rights Watch emitiu um relatório acerca dos crimes de guerra cometidos por Moscou, como as deportações forçadas e o estabelecimento de campos de "filtração", nos quais civis passam por uma prolongada inspeção, com coleta de dados biométricos, revistas e interrogatórios sobre suas posições políticas (HRW, 01.09.2022). A organização também examinou denúncias de torturas cometidas contra civis e militares (HRW, 18.05.2022, 22.07.2022, 19.10.2022) e o uso de munições proibidas por convenções internacionais, como as bombas de fragmentação (HRW,

²⁰ Na Ucrânia, tais regiões são oficialmente chamadas de "territórios temporariamente ocupados" – *Tymchasovo okupovani terytoriyi* (TOT), em ucraniano, e *Vremmenno okkupirovannyye territorii* (VOT), em russo.

04.03.2022). Casos de extermínio de civis foram relatados em diversas localidades que passaram por ocupação – entre os de maior ressonância, examinados por organizações como a Anistia Internacional, estão o de Bucha, na região de Kiev/Kyiv (ANISTIA, 05.2022), e Mariupol, no Donbass (ANISTIA, 06.2022). Por outro lado, a Anistia também denunciou práticas do exército ucraniano que colocaram em risco civis, como a alocação de tropas e munições em áreas urbanas densamente povoadas (ANISTIA, 08.2022). Seu relatório foi duramente criticado na Ucrânia, Europa e EUA (HOPKINS E GIBBONS-NEFF, 2022; HAYDA, 2022), revelando como a polarização em torno do conflito tem dificultado a atuação de tais organizações. Relatos de abusos e crimes de guerra contra prisioneiros militares foram registrados tanto contra a Rússia (ANISTIA, 07.2022) quanto contra a Ucrânia (ANISTIA, 03.2022; HRW, 31.03.2022).

Os territórios ocupados também presenciaram sérios impactos socioeconômicos devido à proximidade com o *front* e à insegurança, à danificação da infraestrutura crítica, à dificuldade de abastecimento e readaptação das cadeias logísticas de produção, aos obstáculos para a atuação de organizações humanitárias, à forte politização da ajuda humanitária e às restrições de acesso da população local a recursos de bem-estar social – as obstruções de infraestrutura e comunicação bancária dificultaram o recebimento de benefícios sociais e pensões ucranianas (ZN, 19.07.2022). Em setembro, o ministro da Educação da Ucrânia anunciou que um programa educacional remoto/on-line seria disponibilizado para atender os estudantes das mais de 1.200 escolas que se encontram nos territórios ocupados ou em áreas de alto risco (ZNAS, 2022). Visando adotar políticas específicas para essas regiões, em 2016 foi criado o Ministério para as Questões de Reintegração dos Territórios Temporariamente Ocupados.

Finalmente, vale mencionar as nuances do processo de anexação promovido pela Rússia. Ao contrário da Crimeia, que contava com um alto percentual de russos étnicos e nos anos 1990 presenciou movimentos separatistas significativos, as demais regiões apresentavam distintos contextos etnopolíticos. A abordagem teórica essencialista/monolítica da divisão nacional entre um Leste russófilo e um Oeste ucranianófilo ignora dinâmicas e especificidades regionais. Mesmo no Donbass, não há evidências de que antes de 2014 houvesse sentimentos separatistas politicamente salientes, embora a nostalgia à URSS (GIULIANO, 2015, 2018), os vínculos econômicos com a Rússia (ZHUKOV, 2016), a ruptura política de 2014 (KUDELIA, 2014) e os ataques das forças militares ucranianas à região para retomar o controle (com o consequente trauma coletivo) tenham concorrido para a sua alienação e o fortalecimento de tendências separatistas. Em outras regiões russófonas do Sul e do Leste, como Odessa, Mykolaiv, Kherson, Zaporizhzhia, Dnipropetrovsk, Kharkiv e as partes do Donbass controladas pela Ucrânia até fevereiro de 2022, não foram registrados movimentos separatistas politicamente salientes. Havia um sentimento pró-Rússia no âmbito da integração geopolítica e cultural, mas que não necessariamente se refletia em uma lealdade automática ao Estado russo e ao projeto de Putin de anexação do "mundo russo" (*russkiy mir*). Como apresentado acima, desde a crise de 2014 esse sentimento russófilo vinha presenciando queda.²¹ Segundo dados de 2019 (RATING GROUP, 02.10.2019), no Leste a percepção da Rússia como país agressor (40%) seguia abaixo do Sul (54%) – também russófono, abrangendo as regiões anexadas de Kherson e Zaporizhzhia –, do Centro (74%) e do Oeste (86%). No entanto, com a invasão de larga escala de 2022 o quadro mudou até mesmo no Leste, como mostramos nos dados do apoio à entrada na OTAN – embora seja necessário ter cautela com resultados de surveys em momentos de conflito. Tendo em vista essa complexidade identitário-regional no Leste e no Sul, é incorreto tratarmos todas essas quatro regiões como um bloco monolítico “russófono” almejando a incorporação à Rússia e ao “mundo russo”.

O referendo promovido por Putin no fim de outubro, ainda que tenha um efeito propagandístico dentro da Rússia, carece de legitimidade e legalidade pelo menos por cinco fatores: (1) Organização não democrática. Foi conduzido durante uma ocupação militar, organizado por autoridades cívico-militares não-eleitas em parte das regiões, instituídas diretamente por Moscou. (2) Falta de segurança. Dada à proximidade com o *front* e à debilitação da infraestrutura pública, é difícil pressupor que cidadãos contaram com fácil acessibilidade e sentiram-se seguros para comparecer às urnas. (3)

²¹ Tal constatação pode ser feita com base em dados do Instituto de Sociologia da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia, 2018.

Sufrágio restrito. Milhões de habitantes das regiões ocupadas se refugiaram em outras partes da Ucrânia e no exterior – como no caso de Kherson, em que mais da metade da população abandonou suas casas (TSN, 2022). Esse enorme contingente populacional não teve acesso à votação. Dificilmente os dados censitários e eleitorais (como a lista de eleitores) estavam atualizados e adaptados a essa nova realidade, o que levanta dúvidas sobre os resultados apresentados pela Rússia. Ademais, partes dessas regiões seguem sob o controle ucraniano e suas fronteiras sofrem frequentes alterações. (4) Ausência de debate público e livre. Decisões de tamanha magnitude requerem um prolongado processo de discussão e deliberação, no qual as partes favoráveis e contrárias à secessão têm o direito de expor seus argumentos livremente. Não foi o que ocorreu neste caso – desde o início da invasão, jornalistas e manifestantes locais antiocupação sofreram repressão. Além da ausência de debate, a decisão foi tomada e concluída às pressas, dentro de poucos dias. (5) Histórico de fraudes no sistema eleitoral russo. Em diferentes ocasiões, as eleições na Rússia presenciaram uma série de violações, como o preenchimento de urnas físicas por mesários, restrições abusivas a candidaturas, pressão por voto no trabalho (assédio eleitoral), dentre outras práticas (ENIKOLOPOV *et al.*, 2013; THE ECONOMIST, 11.10.2021). Durante o referendo, houve relatos de pressão no voto, como a presença de agentes de votação acompanhados de militares batendo de porta em porta nas residências (KRAMER, 2022). A legalidade do referendo foi também questionada por a Rússia tê-lo conduzido no território de um Estado soberano, reconhecido pela comunidade internacional. Em outubro, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução condenando a anexação, com 143 votos a favor, inclusive do Brasil, 5 contra²² e 35 abstenções, inclusive da China (ONU, 12.10.2022).

Embora Moscou tenha o controle de partes significativas do território ucraniano, é provável que a ocupação enfrentará resistência no longo prazo, com movimentos de insurgência – tanto locais, quanto promovidos pelo serviço de inteligência ucraniano. Lideranças colaboracionistas nos territórios ocupados sofreram diversos atentados nos últimos meses (RFERL, 2022).

Conclusão

No presente artigo, vimos que a invasão de larga escala na Ucrânia tem gerado um profundo impacto social, humanitário, político e econômico tanto na Ucrânia quanto na Rússia e nas regiões por ela ocupadas.

Oito meses de guerra deixaram mais de seis mil mortes civis na Ucrânia; cerca de 30% da população abandonou suas casas em algum momento; mais de 15% do território está ocupado ou anexado pela Rússia; ataques à infraestrutura crítica forçaram o país a adotar racionamentos energéticos de larga escala; o desemprego alcançou o valor exorbitante de 30% e o PIB pode cair até 35% este ano (BANCO MUNDIAL, 10.2022). Os constantes bombardeios, alarmes, toques de recolher e carências na infraestrutura crítica civil podem causar traumas coletivos de longo prazo. Nos territórios ocupados a situação não é menos grave: organizações de direitos humanos registraram inúmeras violações, como deportações forçadas para a Rússia, repressão a manifestantes e jornalistas, o estabelecimento de campos de "filtração" e indícios de execução de civis. Os pseudos referendos promovidos para legitimar a anexação das regiões perante o público interno russo carecem de qualquer legitimidade externa: foram em parte organizados por autoridades não eleitas, instituídas diretamente por Moscou em um contexto de ocupação militar; milhões de cidadãos que se refugiaram em outras partes da Ucrânia ou na Europa não puderam votar; e não houve um debate público livre necessário a uma decisão de tamanha magnitude. A própria anexação corrobora o argumento de que os interesses do Kremlin iam muito além do discurso de proteção contra a OTAN; refletem uma visão neocolonial de Putin e de nacionalistas que contestam o direito de a Ucrânia existir como Estado e nação. Ainda que na Crimeia houvesse um sentimento separatista pró-Rússia desde os anos 1990, nas regiões anexadas de Kherson e Zaporizhzhia não havia vestígio de movimentos salientes nessa direção – o separatismo foi orquestrado por Moscou.

²² Os cinco contrários à resolução são: Belarus, Nicarágua, Coreia do Norte, Rússia e Síria.

O uso da língua russa no Leste e Sul e a proximidade cultural com o vizinho não necessariamente se traduzem em uma lealdade incondicional ao Estado russo e ao projeto do "mundo russo". A agressão da Rússia à Ucrânia desde 2014 e, sobretudo, a invasão de 2022, com o sofrimento coletivo de larga escala, levaram a uma redução dos sentimentos pró-Rússia, antes notáveis principalmente no Leste, como a resistência em Kharkiv contra a expansão russa tem demonstrado. Ainda há diferenças de posicionamentos políticos com base em divisões regionais, linguísticas e étnicas, mas muito menos incisivas. Em síntese, a guerra indiretamente contribuiu para diminuir a histórica polarização²³ entre Leste e Oeste, concorrendo para uma coesão nacional centrada no antagonismo à Rússia. Guerras moldam identidades: a ação de Putin voltada a unificar o "mundo russo" distanciou ainda mais o país – o trauma coletivo imposto à sociedade estimula sentimentos anti-Rússia que poderão ter efeitos de longo prazo, como no conflito Israel-Palestina. Guerras também reforçam nacionalismos e autoritarismos – um período prolongado de conflito poderá ter consequências deletérias para a competição política e as perspectivas de consolidação democrática na Ucrânia. Sob o argumento da “democracia militante”, a competição política foi significativamente afetada: diversos partidos e meios midiáticos foram banidos por seus pretensos laços com a Rússia e centenas de agentes públicos estão sendo investigados por colaboracionismo com os invasores.

No que tange à Rússia, as sanções impostas por países da aliança euro-atlântica tiveram alcance limitado até o momento, afetando sobretudo alguns setores industriais e a importação de tecnologia. A resiliência da economia se explica em parte pelo aumento das exportações de petróleo e gás para países como China e Índia, bem como à política monetária assertiva do Banco Central. No âmbito doméstico, o conflito foi instrumentalizado como pretexto para endurecer a repressão autoritária contra opositores do regime personalista de Vladimir Putin, uma oportunidade para promover a "autopurificação" da sociedade contra "traidores", por sua pretensa subordinação ao “Ocidente coletivo”. Personalidades que se opuseram publicamente à guerra sofreram boicotes e sanções administrativas ou criminais. Como preconiza a literatura do efeito "*rally 'round the flag*", a popularidade de Putin disparou e o apoio à sua "operação militar especial" se manteve em patamares elevados. A confrontação com os EUA, a Europa e a Ucrânia impulsionou nacionalismos, a legitimidade do regime e a preponderância do setor de segurança na política – Putin e o establishment de segurança se beneficiam com o “Ocidente coletivo”.²⁴ O prolongamento da guerra e um maior envolvimento da sociedade, contudo, podem ter consequências deletérias para a sua popularidade, como a mobilização "parcial" de setembro revelou. Perdas militares elevadas e impasses no *front*, como ocorreu na Primeira Guerra da Chechênia (1994-1996), podem prejudicar a popularidade e a legitimidade do regime.

Os EUA e a União Europeia acreditam que, além de ser o único meio de parar Putin, a guerra pode vir a se tornar o “calcanhar de Aquiles” de seu regime, logo, vêm aumentando as apostas na Ucrânia. Ao mesmo tempo, ciente dos riscos e custos de reveses no *front* para o regime, Putin pode se inclinar a medidas mais drásticas para obter uma vitória, como o uso de armas de maior potencial de destruição. Nesse cenário, as chances de pacificação são cada vez mais remotas. Na perspectiva da Ucrânia, um cessar-fogo pode conferir tempo para a Rússia consolidar o seu controle sobre as regiões ocupadas e levar a sua coalizão de apoio nos EUA e União Europeia a perder fôlego – por exemplo, o fortalecimento do Partido Republicano, dividido no que diz respeito ao suporte militar e econômico ao país, poderia afetar de maneira negativa a coesão da coalizão. Por sua vez, na perspectiva da Rússia, um cessar-fogo pode conferir tempo para a Ucrânia receber mais armamentos e treinamento por parte dos países da aliança euro-atlântica. Portanto, não há interesses e incentivos à negociação. Vemos um crescente efeito cascata nas tensões entre os atores (inclusive a OTAN), com alto potencial de escalada e desestabilização no sistema internacional.

Finalmente, cabe mencionar que as análises sobre a guerra russo-ucraniana têm sido polarizadas entre abordagens de difícil conciliação. Em um lado, estão as que veem a Rússia como uma vítima do expansionismo euro-

²³ A polarização entre Leste e Oeste era notável mesmo desconsiderando as regiões da Crimeia e do Donbass (não controladas pela Ucrânia).

²⁴ O establishment de segurança em países do Ocidente e membros da OTAN também se beneficia da confrontação com a Rússia.

atlântico e, não raramente, acabam por reverberar discursos propagados pelo Kremlin para legitimar a invasão de fevereiro. De outro, estão as que consideram a Rússia (a política nacionalista e expansionista de Putin) como a verdadeira causa do conflito, sendo acusadas pelos adeptos das primeiras de conivência com as ambições geopolíticas da OTAN. Reconhecendo a impossibilidade de neutralidade do pesquisador e que todo trabalho acadêmico tem implicações normativas, o presente estudo constituiu um esforço de conferir espaço a fontes e vozes ucranianas na academia brasileira, ao abordar conteúdos que estão sendo debatidos na sociedade ucraniana e também em fontes russas não gerenciadas pelo Kremlin, disponíveis, em grande medida, apenas em russo e ucraniano. Frequentemente, a Ucrânia é tida como um vazio geográfico no embate geopolítico entre a OTAN e a Rússia – a posição de ucranianos é por vezes ignorada ou estes são concebidos como “marionetes”, destituídos de cálculo racional e interesses legítimos, nas mãos de geopolíticos estadunidenses e de lideranças nacionalistas movidas por paixões ideológicas. O presente estudo pretendeu desconstruir esse cenário maniqueísta, trazendo a Ucrânia diretamente para o centro do debate. Dada a proximidade temporal com os eventos analisados, bem como as limitações em pesquisas de opinião pública conduzidas em contextos de conflito, as conclusões aqui apresentadas são preliminares e serão examinadas e aprofundadas em novos trabalhos.

Referências

- ALESINA, A.; REICH, B.; RIBONI, A. Nation-building, nationalism, and wars. **Journal of Economic Growth**, v. 25, n. 4, p. 381–430, dez. 2020.
- ALEXANDER, Jeffrey. (ED). **Cultural trauma and collective identity**. Berkeley, Calif: University of California Press, 2004.
- ANISTIA Internacional. Russia/Ukraine: Prisoners of war must be protected from public curiosity under Geneva Convention. 03.2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/03/russia-ukraine-prisoners-of-war-must-be-protected-from-public-curiosity-under-geneva-convention/>. Acesso em: 30.09.2022.
- ANISTIA Internacional. Ukraine: Russian forces must face justice for war crimes in Kyiv Oblast. 05.2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/05/ukraine-russian-forces-must-face-justice-for-war-crimes-in-kyiv-oblast-new-investigation/>. Acesso em: 29.09.2022.
- ANISTIA Internacional. Ukraine: Deadly Mariupol theatre strike ‘a clear war crime’ by Russian forces. 06.2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/06/ukraine-deadly-mariupol-theatre-strike-a-clear-war-crime-by-russian-forces-new-investigation/>. Acesso em: 29.09.2022.
- ANISTIA Internacional. Ukraine: Russian soldiers filmed viciously attacking Ukrainian POW must face justice. 07.2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/07/ukraine-russian-soldiers-filmed-viciously-attacking-ukrainian-pow-must-face-justice/>. Acesso em: 30.09.2022.
- ANISTIA Internacional. Ukraine: Russian sham trials of prisoners of war in Mariupol ‘illegal and unacceptable. 08.2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/08/ukraine-russian-sham-trials-of-prisoners-of-war-in-mariupol-illegal-and-unacceptable/>. Acesso em: 30.09.2022.
- ANISTIA Internacional. Ukraine: Ukrainian fighting tactics endanger civilians. 08.2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/08/ukraine-ukrainian-fighting-tactics-endanger-civilians/>. Acesso em: 29.09.2022.
- ANOTHER Russia-Imposed Official Attacked In Occupied Area Of Ukraine. **RFERL**, 06.09.2022. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/ukraine-bardin-official-berdyansk-attacked/32021282.html>. Acesso em: 07.10.2022.
- AREL, D. How Ukraine has become more Ukrainian. **Post-Soviet Affairs**, v. 34, n. 2–3, p. 186–189, 2018.
- BANCO da Rússia. Klyuchevyye pokazateli [Indicadores elementares]. 10.2022a. Disponível em: <https://www.cbr.ru/key-indicators/>. Acesso em: 20.10.2022.
- BANCO da Rússia. Klyuchevaya stavka Banka Rossii [Taxa de juros do Banco da Rússia]. 21.09.2022b. Disponível em: https://www.cbr.ru/hd_base/KeyRate/. Acesso em: 20.10.2022.
- BANCO da Rússia. Yezhemesyachnyye znacheniya obshchego ob'yema mezhdunarodnykh rezervov Rossiyskoy Federatsii na nachalo otchetnoy daty [Valores mensais do volume total de reservas internacionais da Federação Russa no início da data do relatório]. 10.2022c. Disponível em: https://www.cbr.ru/hd_base/mrrf/mmrf_st/. Acesso em: 08.10.2022.
- BANCO Mundial. The World Bank in Ukraine. 10.2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/ukraine/overview>. Acesso em: 21.10.2022.

BANCO Nacional da Ucrânia. Inflyatsiynny zvit [Relatório de inflação]. 07.2022. Disponível em: https://bank.gov.ua/admin_uploads/article/IR_2022-Q3.pdf?v=4. Acesso em: 14.09.2022.

BARNES J., Goldman A., Entous A., Schwirtz M. U.S. believes Ukrainians were behind an assassination in Russia. **NYT**, 05.10.2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/10/05/us/politics/ukraine-russia-dugina-assassination.html>. Acesso em: 15.10.2022.

BEAUBIEN, J. Russia has achieved at least 1 of its war goals: return Ukraine's water to Crimea. **NPR**, 13.06.2022. Disponível em: <https://www.npr.org/2022/06/12/1104418128/russia-ukraine-crimea-water-canal>. Acesso em: 12.10.2022.

BERN, Stefannia; Hunder, Max. Ukrainians brace for blackouts, hard winter after Russia pummels power grid. **Reuters**, 16.10.2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/ukrainians-brace-blackouts-hard-winter-after-russia-pummels-power-grid-2022-10-13/>. Acesso em: 21.10.2022.

BONDARCHUK, Anatoliy. Okupovani. Rosiyizatsiya ukayins 'koyi osvity na tymchasovo okupovanykh terytoriyakh [Ocupados. A russificação da educação ucraniana nos territórios temporariamente ocupados]. **Opora**, 23.09.2022. Disponível em: <https://www.oporaua.org/article/parliament/24329-okupovani-rosiyizatsiya-ukrayinskoyi-osviti-na-timchasovo-okupovanikh-teritoriiakh>. Acesso em: 24.10.2022.

BOYKO, Anastasya; Kozlov, Anton. Pochemu Minek uluchshil prognoz po VVP, inflyatsii i investitsiyam na 2022–2023 gg. [Por que o Ministério da Economia melhorou a previsão de PIB, inflação e investimento para 2022–2023]. **Vedomosti**, 22.09.2022. Disponível em: <https://www.vedomosti.ru/economics/articles/2022/09/22/941965-pochemu-minek-uluchshil-prognoz>. Acesso em: 07.10.2022.

CAPDEVILA, L. El macizo de la Guerra de la Triple Alianza como substrato de la identidad paraguaya. **Nuevo mundo mundos nuevos**, 20 jan. 2009.

CONVERSI, Daniele. Homogenisation, nationalism and war: should we still read Ernest Gellner? **Nations and Nationalism**, 13 (3), 2007, 371-394.

DAVIS, D. W.; SILVER, B. D. Civil Liberties vs. Security: Public Opinion in the Context of the Terrorist Attacks on America. **American Journal of Political Science**, v. 48, n. 1, p. 28-46, 2004.

DESAI, R. M.; Olofsgard, A.; Yousef, T. M. The Logic of Authoritarian Bargains. **Economics & Politics**, v. 21, n. 1, p. 93-125, 2009.

DEYNA, Anastasya. Rosiyany pohrozhuut ' bat 'kam, yaki ne khochut ' viddavaty svoiykh ditey u shkoly na okupovanykh teorytoriyakh – «Opora» [Russos ameaçam pais que não querem mandar seus filhos para a escola nos territórios ocupados - Opora]. **ZN**, 23.09.2022. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/UKRAINE/rosijani-pohrozhuut-batkam-jaki-ne-khochut-viddavati-svoiykh-ditej-u-shkoli-na-okupovanikh-teoritorijakh-opora.html>. Acesso em: 05.10.2022.

ENIKOLOPOV, Ruben, Vasily Korovkin, Maria Petrova, Konstantin Sonin e Alexei Zakharov. Field experiment estimate of electoral fraud in Russian parliamentary elections. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, 110, N.2, 2013: 448-452.

FERRARO, Vicente. As contradições nos argumentos de Putin para invadir a Ucrânia: Os mitos da OTAN, da proteção de minorias e da desnazificação. In: GOMIDE, B.; JALLAGEAS, N. (Org). **Ensaaios sobre a guerra Rússia-Ucrânia**. Kinoruss Edições e Cultura, 2022a.

FERRARO, Vicente. O que está por trás da crise entre a Rússia, Ucrânia e Otan? **Poder 360**, 05.03.2022b.

FERRARO, Vicente. **O dilema entre democracia e ordem em sociedades divididas**: conflitos separatistas, ameaças sociais e preferências autoritárias na Rússia e na Ucrânia. 2022c. Tese (Doutorado em Ciência Política) - FFLCH, USP, São Paulo, 2022c.

FOX, Kara. 'Starve or freeze to death': Millions of elderly Brits fear a grim choice this winter as costs spiral. **CNN**, 31.08.2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/08/31/business/uk-cost-of-living-crisis-elderly-tory-leadership-intl-grb-cmd/index.html>. Acesso em: 06.10.2022.

FRIDMAN, Dvorkovich - kto yeshche v rossiyskoy elite osmelilsya vyskazat'sya protiv voyny? [Fridman, Dvorkovich - quem mais na elite russa se atreveu a falar contra a guerra?]. **BBC**, 17.03.2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/russian/features-60757807>. Acesso em: 10.10.2022.

GELLNER, E. **Nations and Nationalism**: New Perspectives on the Past. Cornell University Press, 1983.

GIULIANO, Elise. The Social Bases of Support for Self-determination in East Ukraine. **Ethnopolitics**, v. 14, n. 5, p. 513–522, 20 out. 2015.

GIULIANO, Elise. Who supported separatism in Donbas? Ethnicity and popular opinion at the start of the Ukraine crisis. **Post-Soviet Affairs**, v. 34, n. 2–3, p. 158–178, 2018.

HAYDA, Julian. Amnesty International's report criticizing Ukraine is dividing the rights group. **NPR**, 05.08.2022. Disponível em: <https://www.npr.org/2022/08/05/1115767497/amnesty-international-ukraine-military-civilians-war-crimes>. Acesso em: 30.09.2022.

HE, Laura. 3 ways China and Russia are forging much closer economic ties. **CNN**, 15.09.2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/09/15/economy/china-russia-closer-ties-sco-summit-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 16.10.2022.

HOPKINS, Valerie; Gibbons-Neff, Thomas. Amnesty International Assessment That Ukraine 'Put Civilians in Harm's Way' Stirs Outrage. **NYT**, 07.08.2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/08/07/world/europe/amnesty-international-ukraine-russia-war-crimes.html>. Acesso em: 30.09.2022.

HUMAN Rights Watch [HRW]. Ukraine: Cluster Munitions Launched into Kharkiv Neighborhoods. 04.03.2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/03/04/ukraine-cluster-munitions-launched-kharkiv-neighborhoods>. Acesso em: 29.09.2022.

HUMAN Rights Watch [HRW]. Ukraine: Apparent POW Abuse Would Be War Crime. 31.03.2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/03/31/ukraine-apparent-pow-abuse-would-be-war-crime>. Acesso em: 30.09.2022.

HUMAN Rights Watch [HRW]. Ukraine: Executions, Torture During Russian Occupation. 18.05.2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/05/18/ukraine-executions-torture-during-russian-occupation>. Acesso em: 28.09.2022.

HUMAN Rights Watch [HRW]. Ukraine: Torture, Disappearances in Occupied South. 22.07.2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/07/22/ukraine-torture-disappearances-occupied-south>. Acesso em: 28.09.2022.

HUMAN Rights Watch [HRW]. "We Had No Choice": "Filtration" and the Crime of Forcibly Transferring Ukrainian Civilians to Russia. 01.09.2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2022/09/01/we-had-no-choice/filtration-and-crime-forcibly-transferring-ukrainian-civilians>. Acesso em: 28.09.2022.

HUMAN Rights Watch [HRW]. Ukraine: Russian Forces Tortured Izium Detainees. 19.10.2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/10/19/ukraine-russian-forces-tortured-izium-detainees>. Acesso em: 21.10.2022.

HUTCHINSON, John. Warfare and the Sacralisation of Nations: The Meanings, Rituals and Politics of National Remembrance. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 38, n. 2, p. 401-417, 2009.

HUTCHINSON, John. Warfare, remembrance and national identity. In: LEOUSSI, A. S.; GROSBY, S. E.; ABERBACH, D. (EDS.). Nationalism and ethnosymbolism: history, culture and ethnicity in the formation of nations. Edinburgh: Edinburgh Univ. Press, 2007.

ILCHENKO, Liya. Kabmin planuye chervovu neodnoznachnu sprobu skasuvaty trudovyy kodeks: zakonoprojekt vid Minekonomiky [O Gabinete de Ministros está planejando outra tentativa polêmica de anulação do Código do Trabalho: um projeto de lei do Ministério da Economia]. **ZN**, 10.08.2022. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/ECONOMICS/kabmin-planuye-chervovu-sprobu-skasuvaty-trudovij-kodeks-zakonoprojekt-vid-minekonomiki.html>. Acesso em: 12.10.2022.

INFLYATSIYA v Ukrayini pryskorylasya: shcho podorozhchalo za ostanniy misyats ' [A inflação na Ucrânia acelerou: o que ficou mais caro no último mês]. **RBC**, 12.10.2022. Disponível em: <https://www.rbc.ua/ukr/news/inflyatsiya-ukrayini-priskorilasya-shcho-1665404781.html>. Acesso em: 13.10.2022.

INSTITUTO de Sociologia da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia. Dodatok: tablytsi monitorynhovoho opytuvannya "Ukrayins 'ke suspil 'stvo - 2018" [Anexo: tabelas de monitoramento de opinião pública "Sociedade Ucraniana - 2018"]. **NAN, Ukrayiny**, 2018. Disponível em: <https://isoc.com.ua/ua/edition/ukrainske-suspilstvo/issues/>. Acesso em: 20.10.2022.

ISMAY, John. The American guided rockets helping Ukraine destroy Russian forces. **NYT**, 09.09.2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/09/09/us/ukraine-weapons-rockets.html>. Acesso em: 01.10.2022.

KADYROV prizval ispol'zovat' na Ukraine malomoshchnoye yadernoye oruzhiye [Kadyrov призвал испол'zovat' na Ukraine malomoshchnoye yadernoye oruzhiye [Kadyrov pediu o uso de armas nucleares de baixa potência na Ucrânia]. **Kommersant**, 01.10.2022. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/5593284>. Acesso em: 09.10.2022.

KARMANAU, Yuras; Schreck, Adam; ANNA, Cara. Mariupol mayor says siege has killed more than 10K civilians. **AP News**, 11.04.2022. Disponível em: <https://apnews.com/article/russia-ukraine-state-of-the-union-address-zelenskyy-biden-kyiv-7cc069b80178629a60f4f2d166348d45>. Acesso em 04.10.2022.

KHMLEVSKA, Viktoriya. "Vse vidnovymo i vse vidbuduyemo. Ale nenavyst ' zhytyme stolittiyamy" ["Restauraremos tudo e reconstruiremos tudo. Mas o ódio viverá por séculos"]. **ZN**, 11.10.2022. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/UKRAINE/vse-vidnovymo-i-vse-vidbuduyemo-ale-nenavist-zhitime-stolittiyami-u-kijevi-ta-dnipri-za-nich-vidremontuvali-dorohu-pislja-prilotiv-.html>. Acesso em: 12.10.2022.

KIIS [Kyiv International Institute of Sociology]. Dynamika hotovnosti do terytorial 'nykh postupok dlya yaknayshvydshoho zavershennya viyny: rezul 'taty telefonnoho opytuvannya, provedenoho 7-13 veresnya 2022 roku [Dinâmica de prontidão para concessões territoriais para o fim da guerra o mais rápido possível: resultados de uma pesquisa telefônica realizada de 7 a 13 de setembro de 2022]. 15.09.2022. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=rus&cat=reports&id=1133&page=1>. Acesso em: 26.10.2022.

KOZOK, Firat. Turkish State Banks Set to Exit Russia's Mir on US Warning. **Bloomberg**, 27.09.2022. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-09-27/turkish-state-banks-set-to-exit-russia-s-mir-after-us-warning>. Acesso em: 06.10.2022.

KRAMER, Andrew. Armed Russian Soldiers Oversee Referendum Voting. **NYT**, 24.09.2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/live/2022/09/24/world/russia-ukraine-putin-news>. Acesso em: 01.10.2022.

KTO takaya Marina Ovsyannikova – zhenshchina s antivyennym plakatom v studii programmy "Vremya" [Quem é Marina Ovsyannikova - a mulher com o pôster antiguerra no estúdio do programa Vremya]. **BBC**, 15.03.2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/russian/news-60756254>. Acesso em: 09.10.2022.

KUDELIA, S. Domestic Sources of the Donbas Insurgency. **PONARS Eurasia**, 2014.

KULYK, Volodymyr. National Identity in Ukraine: Impact of Euromaidan and the War. **Europe-Asia Studies**, v. 68, n. 4, p. 588–608, 2016.

LERNER, Adam B. **From the ashes of history**: collective trauma and the making of international politics. New York, NY: Oxford University Press, 2022.

LEVADA-CENTER. Sanktsii Zapada [Sanções ocidentais]. 08.06.2022. Disponível em: <https://www.levada.ru/2022/06/08/sanktsii-zapada/>. Acesso em: 08.10.2022.

LEVADA-CENTER. Otnosheniye k stranam i ikh grazhdanam [Atitude em relação aos países e seus cidadãos]. 06.09.2022. Disponível em: <https://www.levada.ru/2022/09/06/otnoshenie-k-stranam-i-ih-grazhdanam/>. Acesso em: 08.10.2022.

LEVADA-CENTER. Sanktsii Zapada [Sanções ocidentais]. 07.09.2022. Disponível em: <https://www.levada.ru/2022/09/07/sanktsii-zapada-2/>. Acesso em: 08.10.2022.

LEVADA-CENTER. Odobreniye institutov, reytingi partiy i politikov [Aprovação de instituições, rating de partidos e políticos]. 28.09.2022. Disponível em: <https://www.levada.ru/2022/09/28/odobrenie-institutov-rejtingi-partij-i-politikov-6/>. Acesso em: 08.10.2022.

LEVADA-CENTER. Konflikt s Ukrainoy: sentyabr' 2022 goda [Conflito com a Ucrânia: setembro de 2022]. 29.09.2022. Disponível em: <https://www.levada.ru/2022/09/29/konflikt-s-ukrainoj-sentyabr-2022-goda/>. Acesso em: 08.10.2022.

LEVADA-CENTER. Obshchestvo v sostoyanii stressa [Sociedade sob estresse]. 21.10.2022. Disponível em: <https://www.levada.ru/2022/10/21/obshchestvo-v-sostoyanii-stressa/>. Acesso em: 22.10.2022.

LEVITSKY, S. R.; WAY, L. A. Beyond Patronage: Violent Struggle, Ruling Party Cohesion, and Authoritarian Durability. **Perspectives on Politics**, v. 10, n. 4, p. 869–889, dez. 2012.

MAKSIMA Galkina ob "yavili "inostrannym agentom" v Rossii [Maxim Galkin foi declarado "agente estrangeiro" na Rússia]. **BBC**, 16.09.2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/russian/news-62932191>. Acesso em: 12.10.2022.

MENDEL, Iuliia. Flashbacks, anxiety and PTSD: Trauma is all around us in Ukraine. **The Washington Post**, 01.07.2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/07/01/ukraine-trauma-ptsd-recovery-war/>. Acesso em: 03.10.2022.

MIELNICZUK, F. Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS. **Contexto Internacional**, v. 28, n. 1, p. 223–258, jun. 2006.

MIKHAYLOV, Kirill. Pervaya Chechenksaya [A Primeira Guerra da Chechênia]. **New Times**, 08.12.2014. Disponível em: <https://newtimes.ru/articles/detail/91240/>. Acesso em: 21.10.2022.

MINFIN sprohnozuvav zmeshennya kil 'kosti pratsyuyuchykh ukrayintsv u 2022 rotsi [O Ministério das Finanças prevê uma diminuição no número de ucranianos que trabalham em 2022]. **RBC**, 16.09.2022. Disponível em: <https://www.rbc.ua/ukr/news/minfin-sprognoziroval-sokrashchenie-kolichestva-1663329025.html>. Acesso em: 14.09.2022.

MINISTÉRIO da Economia da Ucrânia. Padinnya VVP Ukrayiny za 9 misyatsiv 2022 roku otsinyuyet 'sya na rivni 30% [A queda do PIB da Ucrânia para 9 meses de 2022 é estimada no nível de 30%]. 08.10.2022. Disponível em: <https://www.me.gov.ua/News/Detail?lang=uk-UA&id=4725f89d-00a3-4d63-941e-4dac3018ab07&title=PadinniaVvpUkrainiZa9-Misiatsiv2022-RokuOtsiniutsiaNaRivni30->. Acesso em: 15.10.2022.

MINISTÉRIO da Educação e Ciência da Ucrânia. Onovleno zmist navchal 'nykh prohram ZSO [Os conteúdos dos programas de estudos da ZSO foram atualizados]. 16.08.2022. Disponível em: <https://mon.gov.ua/ua/news/onovleno-zmist-navchalnih-program-zso>. Acesso em: 10.10.2022.

MINISTÉRIO das Finanças da Ucrânia. Derzhavnyy borh Ukrayiny [Dívida do Estado da Ucrânia]. 27.09.2022. Disponível em: <https://index.minfin.com.ua/ua/finance/debtgov/>. Acesso em: 13.10.2022.

MINOBORON Rossii v pervyye s marta nazvalo poteri v Ukraine. Tsifra men'she, chem izvestno familiy pogibshikh [O Ministério da Defesa russo pela primeira vez desde março mencionou as perdas na Ucrânia. O número é menor do que os nomes conhecidos dos mortos]. **BBC**, 21.09.2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/russian/news-62978718>. Acesso em: 03.10.2022.

MUELLER, J. E. **War, Presidents, and Public Opinion**. New York: John Wiley & Sons, 1973.

MUNITSIPAL'NYY deputat iz Moskvyy Aleksey Gorinov nazyval voynu voynoy. Za eto yego prigovorili k semi godam kolonii «Meduza» rasskazyvayet o pervom real'nom stroke po stat'ye o «feykakh» [O deputado municipal de Moscou, Alexei Gorinov, chamou a guerra de guerra. Por isso, ele foi condenado a sete anos de prisão]. **Meduza**, 08.07.2022. Disponível em:

<https://meduza.io/feature/2022/07/08/munitsipalnyy-deputat-iz-moskvy-aleksey-gorinov-nazval-voynu-voynoy-za-eto-ego-prigovorili-k-semi-godam-kolonii>. Acesso em: 09.10.2022.

OKUPANTY vyvezly vlasni rodyny z Khersona. Z kozhnym dnem – dedali spekotnishe: interv "yu iz holovoyu Khersons 'koyi OVA Yanushevychem ["Os ocupantes tiraram suas próprias famílias de Kherson. Está ficando mais tenso a cada dia": entrevista com o chefe da Kherson OVA Yanushevich]. **TSN**, 08.09.2022. Disponível em: <https://tsn.ua/exclusive/okupanti-vivezli-vlasni-rodini-z-hersona-z-kozhnim-dnem-vse-spekotnishe-nachalnik-hersonskoyi-ova-yaroslav-yanushevich-rozpoviv-pro-te-yak-vizhivayut-meshkanci-regionu-2152456.html>. Acesso em: 01.10.2022.

OKKUPIROVANNYYE. Sotsial'nyye obyazatel'stva gosudarstva na starykh i novykh vremenno okkupirovannykh territoriyakh. Platit' ili ne platit'? [Ocupados. Obrigações sociais do Estado nos antigos e novos territórios temporariamente ocupados. Pagar ou não pagar?]. **ZN**, 19.07.2022. Disponível em: <https://zn.ua/internal/okkupirovannyye-sotsialnye-objazatelstva-hosudarstva-na-starykh-i-novykh-vremenno-okkupirovannykh-territoriakh-platit-ili-ne-platit.html>. Acesso em: 03.10.2022.

ONU. With 143 Votes in Favour, 5 Against, General Assembly Adopts Resolution Condemning Russian Federation's Annexation of Four Eastern Ukraine Regions. 12.10.2022. Disponível em: <https://press.un.org/en/2022/ga12458.doc.htm>. Acesso em: 18.10.2022.

ONU [OCHA]. Ukraine: Situation Report. 12.10.2022. Disponível em: <https://reports.unocha.org/en/country/ukraine/>. Acesso em: 15.10.2022.

ONU [OCHA]. Ukraine Data Explorer. 21.10.2022. Disponível em: <https://data.humdata.org/visualization/ukraine-humanitarian-operations/>. Acesso em: 21.10.2022.

ONU [OCHA]/Reliefweb. Ukraine Humanitarian Crisis. 10.2022. Disponível em: <https://reliefweb.int/topics/ukraine-humanitarian-crisis>. Acesso em: 20.10.2022.

ONU [OHCHR]. Ukraine: civilian casualty update 17 October 2022. 17.10.2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/news/2022/10/ukraine-civilian-casualty-update-17-october-2022>. Acesso em: 20.10.2022.

OVD-INFO. Número de detidos em protestos antiguerra. 10.2022. Disponível em: <https://ovdinfo.org/>. Acesso em: 10.10.2022.

PERES CAJIAS, Guadalupe. La comunidad imaginada del mar perdido.: Reflexiones sobre la construcción de la identidad boliviana. **Estudios Bolivianos**, La Paz, n. 26, 2017.

POTERI Rossii v voyne s Ukrainoy. Svodka «Mediazony» [Perdas da Rússia na guerra com a Ucrânia. Resumo da Mediazona]. **Mediazona**, 07.10.2022. Disponível em: <https://zona.media/casualties>. Acesso em: 10.10.2022.

PRENTICE, Alessandra; ZINETS, Natalia. Russian forces disperse pro-Ukraine rally, tighten control in occupied Kherson. **Reuters**, 27.04.2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/russian-forces-disperse-pro-ukraine-rally-tighten-control-occupied-kherson-2022-04-27/>. Acesso em: 08.10.2022.

PUTIN's War Sends Russian Economy Back to 2018 in Single Quarter. **Bloomberg**, 11.08.2022. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-08-11/putin-s-war-hurls-russian-economy-back-four-years-in-one-quarter>. Acesso em: 01.10.2022.

PUTIN, Vladimir. Yestestvennoye i neobkhodimoye samoochishcheniye obshchestva tol'ko ukrepit nashu stranu [A autopurificação natural e necessária da sociedade só fortalecerá nosso país]. **Ndelo**, 16.02.2022. Disponível em: <https://ndelo.ru/novosti/vputin-estestvennoe-i-neobkhodimoe-samoochishchenie-obshchestva-tolkoukrepit-nashu-stranu>. Acesso em: 24.03.2022.

RATING Group. Stavleniya ukrayintsiv do vyryshennya pytannya okupovanykh terytoriy [Atitude dos ucranianos para resolver a questão dos territórios ocupados]. 02.10.2019. Disponível em: https://ratinggroup.ua/research/ukraine/otnoshenie_ukraincev_kresheniyu_voprosa_okkupirovannykh_territoriy.html. Acesso em: 20.10.2022.

RATING Group. Zahal 'nonatsional' ne opytuvannya: Ukrayina v umovakh viyny (1 bereznya 2022) [Pesquisa nacional: Ucrânia em guerra (1 de março de 2022)]. 01.03.2022. Disponível em: https://ratinggroup.ua/research/ukraine/obschenatsionalnyy_opros_ukraina_v_usloviyah_voyny_1_marta_2022.html. Acesso em: 06.10.2022.

RATING Group. Opytuvannya IRI: Suspil'no-politychni pohlyady v Ukraini (Cherven', 2022) [Pesquisa IRI: pontos de vista sociopolíticos na Ucrânia (junho de 2022)]. 15.08.2022. Disponível em: https://ratinggroup.ua/research/ukraine/opros_iri_obschestvenno-politicheskie_nastroeniya_v_ukraine_iyun_2022.html. Acesso em: 12.10.2022.

RATING Group. Simnadsyate zahal 'nonatsional' ne opytuvannya: Identychnist'. Patriotyzm. Tsinnosti (17-18 serpnia 2022) [XVII Pesquisa Nacional: Identidade. Patriotismo. Valores (17 a 18 de agosto de 2022)]. 23.08.2022. Disponível em: https://ratinggroup.ua/research/ukraine/smnadcyate_zagalnonac_onalne_opytuvannya_dentichn_st_patr_otizm_c_nnost_17_18_serpnia_2022.html. Acesso em: 04.10.2022.

RATING Group. Dynamika zovnishn'opolitychnykh nastroyiv naselennya (1-2 zhovtnya 2022) [Dinâmica das atitudes de política externa da população (1 a 2 de outubro de 2022)]. 03.10.2022. Disponível em:

https://ratinggroup.ua/research/ukraine/dinam_ka_zovn_shno-pol_tichnih_nastro_v_naselennya_1-2_zhovtnya_2022.html. Acesso em: 05.10.2022.

RATING Group. Otsinka shkody, zavadanoi voyennymy zlochynamy rosiyi v Ukraini (15-19 veresnya 2022) [Avaliação dos danos causados pelos crimes de guerra da Rússia na Ucrânia (15 a 19 de setembro de 2022)]. 04.10.2022. Disponível em: https://ratinggroup.ua/research/ukraine/oc_nka_shkodi_zavdano_vo_nnimi_zlochinami_ros_v_ukra_n_15-19_veresnya_2022.html. Acesso em: 10.10.2022.

RATING Group. Narodnyy TOP: nayvydatnishi ukraintsi usikh chasiv (8-9 zhovtnya 2022) [Os TOP do povo: os ucranianos de maior destaque de todos os tempos (8 a 9 de outubro de 2022)]. 14.10.2022. Disponível em: https://ratinggroup.ua/research/ukraine/narodnyy_top_vydayuschiesya_ukraincy_vseh_vremen_8-9_oktyabrya_2022.html. Acesso em: 15.10.2022.

RUDENKO, Artem. U Khersoni vidbuvayet 'sya nasyt 'nyts 'ka deportatsiya ukraintsi. Neobkhdno vynosyty pytannya na riven 'OON — ekspert [Em Kherson está ocorrendo uma deportação forçada de ucranianos. É preciso levar a questão ao nível da ONU — especialista]. ZN, 19.10.2022. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/UKRAINE/u-khersoni-vidbuvajetsja-nasilnitska-deportatsija-ukraintsi-neobkhdno-vinositi-pitannya-na-riven-oon-ekspert.html>. Acesso em: 20.10.2022.

RUSSIA Quietly Adds Up 'Direct Losses' From Financial Sanctions. **Bloomberg**, 14.09.2022. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-09-14/russia-quietly-adds-up-direct-losses-from-financial-sanctions>. Acesso em: 30.09.2022.

RUSSIAN elections once again had a suspiciously neat result. **The Economist**, 11.10.2021. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2021/10/11/russian-elections-once-again-had-a-suspiciously-neat-result>. Acesso em: 16.10.2022.

RUSSIAN steel billionaire calls lost lives in Ukraine a tragedy. **Reuters**, 07.03.2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/russian-steel-billionaire-calls-lost-lives-ukraine-tragedy-2022-03-07/>. Acesso em: 09.10.2022.

RUSSIANS use abduction, hostage-taking to threaten Ukrainian journalists in occupied zones. **Reporters Without Borders**, 25.03.2022. Disponível em: <https://rsf.org/en/russians-use-abduction-hostage-taking-threaten-ukrainian-journalists-occupied-zones>. Acesso em: 02.10.2022.

ROMASHENKO, Sergey. Yuriy Shevchuk oshtrafovan po delu o "diskreditatsii" armii [Yuri Shevchuk multado em caso de "desacreditado" do exército]. **DW**, 16.08.2022a. Disponível em: <https://www.dw.com/ru/shevchuk-oshtrafovan-na-50-tys-rublej-po-delu-o-diskreditatsii-armii/a-62822378>. Acesso em: 12.10.2022.

ROMASHENKO, Sergey. Yevgeniy Prigozhin priznal, chto on sozdal CHVK "Vagner" [Yevgeniy Prigozhin admitiu que criou o grupo Wagner]. **DW**, 26.09.2022b. Disponível em: <https://www.dw.com/ru/evgenij-prigozhin-priznal-cto-on-sozdal-cvk-vagner/a-63239199>. Acesso em: 08.10.2022.

SAMOYLYUK, Maksim. Finansova dopomoha vid mizhnarodnykh partneriv: skil 'ky Ukrainy otrymala na 1 zhovtnya [Ajuda financeira de parceiros internacionais: quanto a Ucrânia recebeu em 1º de outubro]. **Economichna Pravda**, 06.10.2022. Disponível em: <https://www.epravda.com.ua/news/2022/10/6/692303/>. Acesso em: 10.10.2022.

SEGRILLO, A. **Europa ou Ásia?** A questão da identidade russa nos debates entre Ocidentalistas, Eslavófilos E Eurasianistas (Elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual). Tese de Livre Docência. São Paulo: FFLCH-USP, 2016.

SEREDA, Evhen. Yak v Ukraini zhyvut 'pereselentsi. Rozpovidayemo v tsyfrakh. [Como os deslocados vivem na Ucrânia. Informamos em números]. **Ukrayinska Pravda**, 05.07.2020. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/articles/2020/07/5/7257986/>. Acesso em: 03.10.2022.

SEREDA, Olena. Vtraty zhytlovoho fondu, infrastruktury ta biznesu: analityka shchodo zbytkiv Ukrainy vid viyny [Perdas de habitação, infraestrutura e negócios: análise das perdas de guerra da Ucrânia]. **ZN**, 21.10.2022. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/ECONOMICS/vtriti-zhitlovoho-fondu-infrastruktury-ta-biznesu-analitika-shchodo-zbitkiv-ukrajini-vid-vijni.html>. Acesso em: 21.10.2022.

SERVIÇO de Auditoria Estatal da Ucrânia. Zahal 'ni boyovi vtraty protyvyky z 24.02 po 21.09 oriyentovno sklaly [Total aproximado das perdas em combate do inimigo de 24.02 a 21.09]. 21.09.2022. Disponível em <https://dasu.gov.ua/ua/plugins/userPages/3190>. Acesso em: 05.10.2022.

SIMMEL, Georg. **Conflict and the Web of Group Affiliations**. Glencoe: FreePress, 1955 [1908].

SKOL'KO rossiyan uyekhali v sosedniye strany posle ob'yavleniya mobilizatsii. V odnoy kartinke. **Meduza**, 27.09.2022. Disponível em: <https://meduza.io/short/2022/09/27/skolko-rossiyan-uehali-v-sosednie-strany-posle-ob-yavleniya-mobilizatsii-v-odnoy-kartinke>. Acesso em: 12.10.2022.

SLATER, D. **Ordering Power: Contentious Politics and Authoritarian Leviathans in Southeast Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SMITH, Anthony. War and ethnicity: the role of warfare in the formation, self-images, and cohesion of ethnic communities, **Ethnic and Racial Studies**, 4 (4), p.375–97, 1981.

SOLDATOV, Andrei; Borogan, Irina. Putin's New Police State. **Foreign Affairs**, 27.07.2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/putins-new-police-state>. Acesso em: 28.09.2022.

SONIN, Konstantin. Russia's crony capitalism disincentivises economic reform, says Konstantin Sonin. **The Economist**, 05.09.2022. Disponível em: <https://www.economist.com/by-invitation/2022/09/05/russias-crony-capitalism-disincentivises-economic-reform-says-konstantin-sonin>. Acesso em: 17.10.2022.

SOTNIKOV, Daniil. Alla Pugacheva prosit priznat' yeye "inoagentom" vsled za muzhem [Alla Pugacheva pede para reconhecê-la como "agente estrangeira" depois do marido]. **DW**, 18.09.2022. Disponível em: <https://www.dw.com/ru/alla-pugacheva-poprosila-priznat-ee-inoagentom-vsled-za-galkinyam/a-63163712>. Acesso em: 13.10.2022.

STECKELBERG A., Taylor A., Mellen R., Horton, A. e Moriarty D. Why Russia gave up on urban war in Kyiv and turned to big battles in the east. **The Washington Post**, 19.04.2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2022/kyiv-urban-warfare-russia-siege-donbas/>. Acesso em: 13.10.2022.

TILLY, C. **Coercion, capital, and European states**, A.D. 990-1990. Oxford, UK: B. Blackwell, 1990.

TILLY, C. States and nationalism in Europe 1492–1994. **Theory and Society**, 23(1), 131-146.

TIR, J.; JASINSKI, M. Domestic-Level Diversionary Theory of War: Targeting Ethnic Minorities. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 52, n. 5, p. 641–664, 2008.

TREISMAN, Daniel. Presidential Popularity in a Hybrid Regime: Russia under Yeltsin and Putin. **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 3, p. 590–609, jul. 2011.

UKRAINA poteryala na voyne devyat' tysyach zashchitnikov - Minoborony [Ucrânia perdeu nove mil defensores na guerra - Ministério da Defesa]. **UKRINFORM**, 09.2022. Disponível em: <https://www.ukrinform.ru/rubric-ato/3578082-ukraina-poterala-na-vojne-devat-tysac-zasitnikov-minoborony.html>. Acesso em: 01.10.2022.

UROVEN' bezrabotitsy v Rossii snizilsya do novogo istoricheskogo minimuma [Taxa de desemprego na Rússia caiu para novo mínimo histórico]. **RIA Novosti**, 28.09.2022. Disponível em: <https://ria.ru/20220928/bezrabotitsa-1820176824.html>. Acesso em: 16.10.2022.

UVARCHEV, Leonid. Prodazhi novykh avtomobiley v Rossii sokratilis' pochni na 60% za devyat' mesyatsev [Vendas de carros novos na Rússia caíram quase 60% em nove meses]. **Kommersant**, 06.10.2022. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/5595675>. Acesso em: 07.10.2022.

VISLOGUZOV, Vadim. Leto v defitsite [Verão em déficit]. **Kommersant**, 12.09.2022. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/5558883>. Acesso em: 07.10.2022.

V Sankt-Peterburge otmenen kontsert gruppy DDT [Show do DDT é cancelado em São Petersburgo]. **Svoboda**, 14.09.2022. Disponível em: <https://www.svoboda.org/a/v-sankt-peterburge-otmenyon-kontsert-gruppy-ddt/32034026.html>. Acesso em: 12.10.2022.

V Ukraine okonchatel'no zapretili deyatel'nost' OPZZH [Ucrânia finalmente proíbe as atividades da Plataforma de Oposição pela Vida]. **UKRINFORM**, 09.2022. Disponível em: <https://www.ukrinform.ru/rubric-polytics/3572346-v-ukraine-okoncatelno-zapretili-deatelnost-opzz.html>. Acesso em: 18.10.2022.

WALKER, Shaun. Enemy tongue: eastern Ukrainians reject their Russian birth language. **The Guardian**, 04.06.2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/04/enemy-tongue-eastern-ukrainians-reject-their-russian-birth-language>. Acesso em: 11.10.2022.

WAY, L. **Pluralism by Default: Weak Autocrats and the Rise of Competitive Politics**. Johns Hopkins University Press, 2015.

WAY, L.. **Dealing with Territorial Cleavages: The Rise and Fall of Ukraine's Faustian Bargain**. Occasional Paper Series, Forum of Federations. n. 40, p. pp.1-21, 2019a.

WAY, L.. **Ukraine's Post-Maidan Struggles: Free Speech in a Time of War**. Journal of Democracy, v. 30, n. 3, p. 48–60, 2019b.

WHY the Russian economy keeps beating expectations. **The Economist**, 23.08.2022. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2022/08/23/why-the-russian-economy-keeps-beating-expectations>. Acesso em: 16.10.2022.

WILSON, A. The Donbas in 2014: Explaining Civil Conflict Perhaps, but not Civil War. **Europe-Asia Studies**, v. 68, n. 4, p. 631–652, 20 abr. 2016.

YEVGENIY Prigozhin verbuyet zaklyuchennykh v CHVK "Vagner" [Yevgeny Prigozhin recruta prisioneiros para o grupo Wagner]. **Meduza**, 14.09.2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yOtN3PlIDrk>. Acesso em: 08.10.2022.

ZELENSKIY ostranil ot dolzhnosti glavu SBU i genprokurora Ukrainy [Zelensky demitiu o chefe do SBU e o Procurador-Geral da Ucrânia]. **BBC**, 17.07.2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/russian/news-62201663>. Acesso em: 03.10.2022.

ZELENSKIY, Volodymyr. Demokratsiya mozhet proigrat' na Yevropeyskom kontinente, yesli slova ne budut podkrepyat'sya deystviyami [A democracia pode perder no continente europeu se as palavras não forem acompanhadas de ações]. Site oficial do presidente da Ucrânia, 10.07.2022. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/ru/news/demokratiya-mozhe-prograti-na-yevropejskomu-kontinenti-yaksh-75721>. Acesso em: 05.10.2022.

ZHUKOV, Y. M. Trading hard hats for combat helmets: The economics of rebellion in eastern Ukraine. **Journal of Comparative Economics**, v. 44, n. 1, p. 1-15, fev. 2016.

ZNAS, Irina. V ochnomu rezhymi ts 'oho roku pratsyuvatymut ' trokhy bil 'she chverti ukrayins 'kykh shkil [Este ano, pouco mais de um quarto das escolas ucranianas funcionará em modo presencial]. **ZN**, 01.09.2022. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/UKRAINE/v-ochnomu-rezhimi-tsoho-roku-pratsyuvatymut-trokh-bilsh-chverti-ukrajinskikh-shkil.html>. Acesso em: 25.10.2022.

ZUBAREVICH, N. Four Russias: the new political reality. **Open Democracy**, 2016.

Funções de colaboração exercidas

Vicente Giaccagliini Ferraro Junior:

Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

É hora de dissuadir a dissuasão? Um estudo dos efeitos da incorporação de um submarino de propulsão nuclear

Is it time to dissuade deterrence? A study on the effects generated by a nuclear-powered submarine

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.124411>

Marcos Valle Machado da Silva
Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, Brasil
mbvalle2002@yahoo.com.br  

Carlos Eduardo Ribeiro de Macedo
Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, Brasil
carloermacedo@yahoo.com.br  

Resumo

À luz da relevância do conceito de dissuasão para as estratégias dos Estados, e da decorrente correlação entre o referido conceito e alguns armamentos específicos, este artigo busca discutir como a incorporação de um submarino de propulsão nuclear, pelo Brasil, pode contribuir para a geração de efeitos dissuasórios. Apoiado em registros passados e em teorias contemporâneas sobre o tema, o artigo examinou como funcionou a dinâmica dissuasória antes e durante a Guerra das Malvinas. Assim, utilizou-se o método do estudo de caso para evidenciar se e como os submarinos de propulsão nuclear do Reino Unido foram instrumentos de dissuasão ao longo de um conflito eminentemente naval. Após a contextualização teórica e a verificação de sua aplicação histórica, confirmou-se o argumento segundo o qual, para que a dissuasão, que se espera decorrer da aplicação operacional de um dado armamento, venha a surtir efeitos no nível político-estratégico, é necessário que essa aplicação esteja em concerto com uma grande estratégia nacional que dê demonstrações inequívocas da disposição estatal para o efetivo emprego desse dado armamento. Caso contrário, a dissuasão poderá não ocorrer, haja vista que a dissuasão operacional não se reveste, automaticamente, em dissuasão político-estratégica.

Palavras-chave: Dissuasão; Submarino de propulsão nuclear; Malvinas; Grande estratégia.

Abstract

In the light of the relevance of the concept of dissuasion/deterrence for the States' strategies and the resulting correlation between the referred concept and some specific weapons systems, this article seeks to understand how the incorporation of a nuclear-powered submarine to the Brazilian panoply of military means, would contribute for the generation of deterrent effects. Supported by records and contemporary theories about the matter, the article examined how the deterrent dynamics have worked before and during the Falklands War. Thus, the case study method was adopted to highlight how the UK nuclear-powered submarines were instruments of deterrence over a mostly-naval conflict. The case study has confirmed the argument that strategic deterrence, based upon the operational deterrence given by a specific weapon, demands that weapon to be part of a comprehensive national grand strategy. Moreover, this grand strategy will afford the message of an unequivocal state's willingness to use this weapon effectively. Otherwise, deterrence may not occur, given that operational deterrence does not automatically become a political-strategic deterrent.

Keywords: Dissuasion and deterrence; Nuclear-powered submarines; Falklands; Grand strategy.

Recebido: 05, Setembro, 2022
Aceito: 17, Outubro, 2022

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhamento Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Dissuadir o inimigo de lutar pode ser o principal caminho estratégico para a consecução de objetivos políticos. Afinal, tal opção não teria que lidar com os custos impostos pela atrição antagônica. Isso faz com que a dissuasão, conforme será exposto neste artigo, seja objeto de uma série de teorias que visam a conceituá-la e a antever os efeitos de sua aplicação.

A materialização do artefato nuclear inseriu uma nova perspectiva à dissuasão. Para André Beaufre (1966), por exemplo, a dimensão nuclear tornou-se a única dissuasão verdadeiramente efetiva. Tão efetiva que permitiu às duas potências antagônicas da Guerra Fria, mesmo sem renunciar a seus interesses geopolíticos, evitar a confrontação militar direta.

No entanto, ao cabo da Guerra Fria, a dissuasão foi relegada a quase que um simples mantra para que os Estados continuassem justificando a existência de suas forças armadas. Porém, passados cerca de 30 anos, a dissuasão tem voltado à pauta da agenda de segurança internacional, inserida em um novo contexto de transição da estrutura do sistema internacional para um ordenamento multipolar.

No caso brasileiro, a versão de 2020 da Estratégia Nacional de Defesa (END) destaca que “a concepção estratégica de defesa do país [...] está pautada na capacidade de dissuasão para inibir eventuais ameaças” (BRASIL, 2020b, p. 32). Nesse contexto, o principal projeto estratégico da Marinha do Brasil (MB), o Submarino Convencional de Propulsão Nuclear (SCPN)¹, configura-se como um sistema de armas voltado para a dissuasão. Segundo o Plano Estratégico da Marinha (PEM-2040), o SCPN “maximizará a capacidade dissuasória e defensiva da MB” (BRASIL, 2020a, p. 35).

A partir do que dispõem esses documentos do Estado brasileiro, deriva-se a seguinte questão: com vistas à postura defensiva brasileira, como a incorporação de um SCPN pode contribuir para a geração de efeitos dissuasórios? Nosso argumento ante tal questão é de que a dissuasão, que se espera decorrer da aplicação operacional de um dado armamento, somente surtiria os efeitos no nível político-estratégico caso essa aplicação estivesse em concerto com uma grande estratégia² nacional que dê demonstrações inequívocas da disposição estatal para o efetivo emprego desse dado armamento. Caso contrário, a dissuasão poderá não ocorrer, haja vista que a dissuasão operacional não se reveste, automaticamente, em dissuasão político-estratégica.

Buscando responder ao problema de pesquisa e verificar o argumento proposto, este artigo tem como objetivo discutir como a incorporação de um submarino de propulsão nuclear, pela Marinha do Brasil, pode contribuir para a geração de efeitos dissuasórios para o Estado brasileiro. Para tanto, o texto está estruturado em duas seções. A primeira procederá uma revisão teórica do que apontam os clássicos sobre o conceito de dissuasão e de como autores contemporâneos desenvolvem uma teoria de dissuasão baseada em elementos convencionais. Essa mesma seção evidenciará também a ótica nacional sobre a dissuasão, tendo como foco as posições e percepções do Estado brasileiro. Essa delimitação da perspectiva nacional se configura adequada para o objetivo proposto, haja vista que é o Estado brasileiro que, de fato, estabelecerá, o que se espera alcançar com a dissuasão a ser proporcionada pelo seu futuro SCPN. Cabe aqui também destacar que o objeto de estudo desse artigo é a dissuasão que se espera alcançar com o SCPN e não o submarino em si. Essa delimitação é importante para entender que o foco não está em discutir o programa do SCPN brasileiro.

¹ Submarinos equivalentes ao futuro SCPN “Almirante Álvaro Alberto”, da Marinha do Brasil, são mais comumente referenciados como “Submarinos Nucleares de Ataque”. Como exemplo, os submarinos estadunidenses da classe *Virginia*, são designados como *attack submarines* (SSN). Os submarinos franceses, da classe Rubis, recebem a designação de *sous-marins nucléaires d'attaque*. Os submarinos britânicos das classes *Astute* e *Trafalgar* seguem a nomenclatura dos Estados Unidos da América e são denominados *attack submarines* (SSN). Este artigo respeitará a designação brasileira, permanecendo com o acrônimo SCPN quando se referir aos futuros submarinos de propulsão nuclear brasileiros.

² O conceito de grande estratégia adotado neste artigo é aquele enunciado por Liddell Hart: “[...] coordenar e dirigir todos os recursos do Estado, ou de um grupo de Estados, para a consecução dos objetivos políticos da guerra” (LIDDELL HART, 1967, p. 322, tradução nossa para *the role of grand strategy – higher strategy – is to co-ordinate and direct all of the resources of a nation, or band of nations, toward the attainment of the political object of the war – the goal defined by fundamental policy*).

Em seguida, na seção dois, será realizado um estudo de caso de como a dissuasão se processou na Guerra das Malvinas³, principalmente a partir do emprego de submarinos de propulsão nuclear.

Cabe aqui destacar o motivo da seleção do método do estudo de caso. Em *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences* (2005, p. 17), Alexander L. George e Andrew Bennett, definem caso e estudo de caso, da seguinte forma:

Nós definimos um caso como um exemplo de uma classe de eventos. O termo “classe de eventos” se refere aqui aos fenômenos de interesse científico, tais como revoluções, tipos de regimes governo, modelos de sistemas econômicos, tipos de personalidade, que o pesquisador seleciona para estudar com o objetivo de desenvolver teoria (ou conhecimento genérico) acerca das causas de similaridades ou diferenças entre os exemplos da classe de eventos estudada. Portanto, em vez de um estudo sobre todo um evento histórico, um estudo de caso é um aspecto bem definido de um episódio histórico que o pesquisador seleciona para análise⁴ (Tradução nossa).

Assim, com base nesse entendimento do que é um caso e um estudo de caso, este método foi selecionado para verificar o argumento enunciado, por meio de um evento que envolveu o conceito de dissuasão decorrente da posse e posterior emprego de submarinos de propulsão nuclear, em um conflito de caráter naval e que ocorreu no entorno estratégico brasileiro: a Guerra das Malvinas.

Ainda com relação à estrutura do artigo, nas Considerações Finais, são apresentados os resultados decorrentes da pesquisa realizada, na forma de sugestões para que a incorporação de um SCPN possa, de fato, contribuir para a geração de efeitos dissuasórios.

As várias faces da dissuasão

A lógica subjacente a uma estratégia de dissuasão é a consecução de objetivos políticos, ao mesmo tempo em que se busca evitar o combate, por meio de uma força intimidadora a qual não se deseja necessariamente aplicar. Ou seja, “procura-se atingir diretamente a vontade do adversário, sem passar pelo estágio intermediário de uma prova de força” (BEAUFRE, 1998, p. 89). Vale recordar que o combate é cercado por condições que podem torná-lo desvantajoso mesmo para o mais forte. Além de questionamentos quanto à sua legitimidade moral, há também a inescapável consideração de que os resultados planejados são normalmente maculados por questões intrínsecas à atrição entre as forças. Questões essas relacionadas aos obstáculos físicos com os quais a ação militar deve lidar e à dificuldade em se construir o completo entendimento de tudo o que cerca o combate. Clausewitz (1832, tradução de 1968) nominou essas questões como, respectivamente, a fricção e a névoa da guerra.

Nesse contexto, em sentido amplo, pensar em dissuasão implica em articular fatores políticos, estratégicos, militares, econômicos e tecnológicos para desencorajar adversários, reais ou potenciais, de possíveis propósitos bélicos ou de ações que ameacem os objetivos políticos que se almejam alcançar. Assim, entende-se que a dissuasão é um conceito, haja vista congregar uma multiplicidade de significados em uma mesma palavra. Conforme aponta Koselleck (2006, p. 109): “Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados”. Cabe, portanto, uma revisão das diversas formas como os fatores supracitados foram articulados para exprimir o conceito de dissuasão. Assim, são evidenciados e discutidos os conceitos de dissuasão à luz das percepções de Bernard Brodie, André Beaufre, Kenneth Waltz, Edward Luttwak, James Cable, Raymond Aron, Coutau-Bégarie, Jaime Covarrubias, Michael Mazarr, Colin Gray, Andrew Krepinevich e Geoffrey Till.

³ Dentre as toponímias em inglês e em espanhol/português, optou-se pela última, por ser aquela de mais denso emprego em trabalhos acadêmicos no Brasil. Ela será conservada ao longo de todo o artigo, sem que tal escolha revele qualquer opinião dos autores quanto à relação entre a toponímia e a legitimidade da posse do arquipélago.

⁴ We define a case as an instance of a class of events. The term “class of events” refer here to the phenomenon of scientific interest, such as revolutions, types of governmental regimes, kinds of economic systems, or personality types that the investigator chooses to study with the aim of developing theory (or “generic knowledge”) regarding the causes of similarities or differences among instances (cases) of that class of events. A case study is thus a well-defined aspect of a historical episode that the investigator selects for analysis, rather than a historical event itself.

Inicialmente, vale destacar que os conceitos de dissuasão formulados apresentam uma conexão, direta ou indireta, com o advento da aplicação da energia nuclear. Bernard Brodie (1946), um dos pioneiros do estudo das consequências estratégicas e políticas do emprego da arma nuclear, apesar de anuir que o novo armamento seria capaz de destruir qualquer cidade no mundo e que, contra ele, não havia nenhuma defesa adequada, associou a arma nuclear ao ápice da inação e da dissuasão. De acordo com Brodie: “se, até então, o principal objetivo [daquele] sistema militar fora o de vencer as guerras, [dali em diante], o principal propósito seria o de preveni-las⁵” (1946, p. 76, tradução nossa).

Para Brodie, Beaufre e outros que reconheceram no dispositivo nuclear o protagonismo em ensejar a verdadeira dissuasão, associa-se a esse armamento a ideia de que ele, em si, não visa à própria vitória, mas sim a criar no adversário a impressão de que a sua vitória é impossível. A dissuasão, nesse extremo nuclear, seria tão absoluta que, para Beaufre: se “a clássica corrida armamentista cria instabilidade, a corrida nuclear gera estabilidade⁶” (1966, p. 74, tradução nossa). Para o autor francês, a certeza da destruição bilateral mútua, em oposição à vitória unilateral convencional, impunha a inação e fomentava a estabilidade. Ainda sobre a dissuasão nuclear, Kenneth Waltz (1981) apontou que a posse de um artefato menos se presta à iniciativa de seu uso, funcionando mais como uma possibilidade de retaliação em qualquer caso.

Ocorre que, como observou Edward Luttwak (1987), a dissuasão nuclear acabou cercando-se de um paradoxo que resultou em guerras periféricas. As grandes potências da Guerra Fria, justamente por terem sido efetivamente dissuadidas do combate direto entre si, passaram a interferir em outros Estados. Assim, a dissuasão entre os polos de poder significou instabilidade marginal e vários conflitos, com participação direta ou indireta de EUA e URSS, em Estados periféricos, na disputa por áreas de influência entre as duas superpotências (LUTTWAK, 1987).

Em paralelo ao que identificou Luttwak, Coutau-Bégarie (2010) apontou duas outras causas que, sobretudo a partir da década de 1980, embasaram um retorno à dissuasão convencional. A primeira delas foi o recrudescimento da contestação da legitimidade do uso do artefato nuclear. A segunda foi o surgimento de armamentos com grau de precisão tal, que, tanto quanto a ameaça nuclear, possibilitavam evitar a atrição do combate terrestre. Os mísseis de precisão, lançados a grande distância e com a possibilidade de serem dirigidos a alvos específicos, passavam a efetivamente instrumentalizar a dissuasão convencional.

No contexto dessa revitalização da dissuasão convencional, Luttwak (1974) e James Cable (1994) advogaram que a existência e a manobra de uma força militar são capazes de produzir efeitos psicológicos sobre o adversário mesmo antes de qualquer efetivo engajamento ser direcionado contra ele. Ainda segundo eles, as forças navais dispõem de especial capacidade de desempenhar um papel político e psicológico nas interações entre os Estados, uma vez que, em relação às demais forças, têm maior potencial para dosar seu nível de visibilidade e evitar interpretações incorretas, bem como para melhor contornar a dificuldade de inserção em um dado teatro (LUTTWAK, 1974).

No que tange especificamente à questão das interpretações, Luttwak (1974) destaca que nelas reside toda a base da dissuasão. Ou seja, a essência da dissuasão está no entendimento que o outro lado faz da ameaça do uso da força, e não em seu emprego efetivo. Independentemente do que se faz buscando a dissuasão – o que o autor denomina *armed suasion* – a efetivação dos efeitos dissuasórios vai depender de como o outro lado interpretou as ações contra ele dirigidas. Para Luttwak (1974), o neologismo *armed suasion* exprime a ideia de uma manobra deliberada para que um dado instrumento do poder militar possa afetar a conduta do adversário, mesmo sem que tal instrumento venha a ser de fato empregado. Na mesma obra, Luttwak cunhou o termo *naval suasion*, para se referir ao mesmo efeito acima quando provocado por forças baseadas no mar ou a ele correlatas.

De forma similar, Raymond Aron (1986) caracterizou a dissuasão como um somatório de três dimensões: uma puramente psicológica, uma política, e outra técnica. Em conjunto, todas remetem à credibilidade. No entanto, enquanto as duas primeiras estão no campo subjetivo das percepções, a terceira depende da materialidade da ameaça, ou seja,

⁵ *Thus far the chief objective of our military establishment has been to win wars. From now on its chief purpose must be to avert them.*

⁶ *The classical arms race creates instability, just as the nuclear race creates stability.*

depende da compatibilidade entre o armamento ameaçador e o alvo ameaçado. Conjuntamente, as três dimensões propostas por Aron fazem com que “a credibilidade da dissuasão dependa não somente da confiabilidade da arma, mas também da convicção do inimigo de que seu detentor estaria pronto e disposto a empregá-la” (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 366). Caso não seja compreendida a ameaça, e seja necessário o extremo de a arma ser realmente usada, pode-se dizer que a dissuasão foi em vão.

Por conta dessa diversidade de variáveis e dimensões, Luttwak (1987) inclui a dissuasão no amplo espectro da grande estratégia. Em seu livro *Strategy*, no capítulo 13, intitulado “*armed suasion*”, Luttwak argumenta que, apesar de a dissuasão naturalmente demandar um braço material militar, ela não foge da tutela política. Assim, de acordo com Luttwak (1987), é o Estado, e não uma força em particular, que deve adotar o discurso da dissuasão. É necessário que sua posse seja associada a um discurso oficial – do Estado, em seu nível político mais elevado – de que aquele armamento existe para ser de fato empregado, em resposta a ataques a seus interesses capitais.

Nesse contexto, pode-se inferir que a credibilidade por parte do agente dissuasor será essencial para a percepção do agente a ser dissuadido. Portanto, o ponto a ser destacado é que o agente responsável pela credibilidade da dissuasão é o Estado. A posse de um sistema de armas, por maior que seja sua letalidade e capacidade de punir um eventual agressor, não será capaz de proporcionar a dissuasão sem que o Estado detentor desse aparato militar atue no sentido de conferir credibilidade quanto ao possível emprego frente a ameaças aos seus interesses vitais.

Dissuasão: uma Perspectiva Brasileira

Conforme exposto na Introdução deste artigo, a versão mais atualizada (2020) da Estratégia Nacional de Defesa (END), destaca que:

A concepção estratégica de defesa do País, em tempo de paz ou de crise, está pautada na capacidade de dissuasão para inibir eventuais ameaças, observando o estabelecido na Constituição, nos preceitos do direito internacional e nos compromissos firmados pelo País (BRASIL, 2020b, p. 32).

No que concerne especificamente ao ambiente marítimo, a END assevera que: “o Atlântico Sul é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil [...]. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais” (BRASIL, 2020b, p. 33).

Cabe aqui destacar o conceito de dissuasão adotado pelo Estado brasileiro e expresso pelo seu Ministério da Defesa (MD), na publicação intitulada *Glossário das Forças Armadas* (MD35-G-01):

DISSUASÃO – Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos. O mesmo que DETERRÊNCIA (BRASIL, 2015, p. 93).

Nesse sentido, o desenvolvimento de um projeto autóctone, para construção de um SCPN, como um sistema de armas voltado para a dissuasão, configura-se como um projeto de defesa alinhado com a END do Estado brasileiro. Isso é corroborado pelo Plano Estratégico da Marinha (PEM-2040), lançado em 2020, ao afiançar que o SCPN “maximizará a capacidade dissuasória e defensiva da MB” (BRASIL, 2020a, p. 35).

Tal postura dissuasória, comunicada ao público externo, por documentos do MD é também a internamente adotada pela MB, por meio de sua Doutrina Militar Naval (2017). Deste documento, extrai-se que, “desde o tempo de paz, o objetivo prioritário da estratégia de segurança marítima é contribuir para a dissuasão contra qualquer concentração de forças hostis nas águas interiores e espaços marítimos, sob a jurisdição brasileira” (BRASIL, 2017, p. 1-6).

Nesse contexto, configura-se como pertinente revisitar os marcos teóricos navais brasileiros que permitirão a compreensão do atual conceito de dissuasão, contido nos documentos oficiais já mencionados. Assim, retornamos no tempo a 1979, quando foi publicada a primeira Doutrina Básica da Marinha (DBM), a qual definiu as tarefas básicas do poder naval. É pertinente destacar que o conteúdo dessa publicação foi influenciado pela visão de alguns Oficiais da MB, com preponderância para os então Capitães de Mar e Guerra Vidigal e Flores⁷, que propunham uma nova estratégia militar brasileira e, com ela, um novo papel para o poder naval.

Recorrendo aos Oficiais citados acima, na sua obra *O Desenvolvimento do Poder Naval Brasileiro: Tópicos Para Debate* (1976) tem-se que, de maneira geral, a MB deveria estar apta a defender o litoral e as águas jurisdicionais em conflitos regionais, sem o envolvimento das superpotências, por meio de um conjunto de quatro missões abrangentes: controle do mar; projeção de poder sobre terra; defesa ao tráfego mercante de interesse; e negar ao inimigo o acesso ao mar (FLORES; VIDIGAL, 1976, p. 66-68).

Deve-se notar que, no rol apresentado, não há menção a uma missão específica de dissuasão. Esta era vista como uma consequência natural de uma estratégia equilibrada que incluísse as quatro missões acima expostas e que fosse materializada por meios com potencial para colocá-la em prática.

Outra publicação que influenciou diretamente a DBM de 1979 era proveniente da Marinha dos EUA: *Missions of the U.S. Navy* (1974), de autoria do Almirante Stansfield Turner, então Presidente do *U.S. Naval War College*, instituição de altos estudos militares onde, no biênio 1969/70, o Almirante Flores realizou o *Naval Command Course* (FERREIRA, 2014).

Turner propôs que o foco exagerado na dissuasão estratégica (*strategic deterrence*) deveria ser substituído por um esforço de equilíbrio entre quatro missões, incluída aí a própria dissuasão. As outras eram o controle do mar (*sea control*), presença naval (*naval presence*) e projeção de poder (*projection of power*). Ou seja, ainda que continuassem a existir missões e meios especificamente dissuasórios (como os submarinos lançadores de mísseis balísticos com ogivas nucleares), a dissuasão poderia ser também obtida por um conjunto de ações concertadas envolvendo as outras três missões.

Assim, as duas principais referências teóricas para a DBM de 1979 propunham uma lista de quatro missões, cada. Não é coincidência, portanto, que a doutrina materializada naquela publicação da MB tenha também chegado a uma lista quadripartite, a qual se compõe pelas seguintes missões (tarefas básicas, como adotou o documento): controlar área marítima, negar o uso do mar ao inimigo, projetar de poder sobre terra e contribuir para a dissuasão estratégica (FERREIRA, 2014).

Visto que as versões posteriores da DBM, em sua transição à atual Doutrina Militar Naval (DMN), mantiveram as quatro tarefas básicas do poder naval praticamente constantes⁸, esse sentido abrangente do conceito de dissuasão chegou até os dias de hoje (FERREIRA, 2014).

Foi somente em 1988 que Vidigal voltou a discorrer mais detalhadamente sobre dissuasão. Em um artigo publicado naquele ano e intitulado *Dissuasão Convencional nos Países em Desenvolvimento*, Vidigal defendeu a centralidade da dissuasão para a defesa de países em desenvolvimento como o Brasil. Além disso, chamou a atenção para o requisito de credibilidade para que a dissuasão possa efetivamente se processar. No mesmo artigo, Vidigal apontou que um submarino de propulsão nuclear pode substancialmente aumentar o poder dissuasório de um Estado não nuclearmente armado.

Já o Almirante Flores, com o peso de ter sido Ministro da Marinha, abordou, com recorrência, o tema da dissuasão. Diferente de Vidigal, seu enfoque era o de uma espécie de chamamento à sociedade civil quanto à importância da existência de um instrumento militar compatível com o desenvolvimento nacional. A dissuasão, para o Almirante Flores, tornou-se um conceito central do seu discurso de defesa, num momento em que as ameaças aos Estados ou eram exclusivamente de ordem interna ou, ainda que externas, eram representadas por atores não estatais.

⁷ Ambos foram promovidos a Almirante. Mario Cesar Flores chegou ao posto e Almirante de Esquadra e foi Ministro da Marinha entre 1990 e 92.

⁸ Ferreira (2014) apresenta um quadro comparativo entre as tarefas básicas do poder naval, de acordo com a MB, e as missões da *US Navy*. Na comparação oferecida, a redação das nossas tarefas básicas é quase a mesma nas edições da DBM de 1979, 1981/83, 1997, 2004 e 2011, tendo havido uma única pequena alteração a partir da edição de 1997, quando “contribuir para a dissuasão estratégica” tornou-se apenas “contribuir para a dissuasão”.

Em síntese, essa breve retrospectiva buscou demonstrar como a dissuasão, enquanto conceito, desenvolveu-se no seio da MB, que adotou a sua dimensão convencional como um dos eixos estruturantes de sua organização (daí a alcunha tarefa básica) para preparo e emprego do Poder Naval brasileiro.

Feita essa digressão, a subseção seguinte discute a postura estratégica – ofensiva ou defensiva – relativa à dissuasão, dentro de um debate teórico entre diversos autores com pesquisas consagradas a esse objeto de estudo.

A dissuasão é estrategicamente defensiva?

De acordo com Covarrubias (2004, p. 36), “a dissuasão é frequentemente confundida com a aspiração em evitar agressões, o que é a atitude natural de um Estado que se sente equivalente ou inferior a outro⁹” (tradução nossa). Para aquele autor, essa percepção deriva não apenas de longos períodos sem experimentar o combate, mas também do anseio de assim permanecer. A partir da construção dessa percepção, Estados democráticos emergentes conseguem difundir, internamente, a ideia de que o poder militar, mais do que um seguro em última instância, é o condutor de um processo para que esse seguro não venha a ter seu uso sequer cogitado. No entanto, ao analisar se a dissuasão implica em uma postura estratégica ofensiva ou defensiva, Covarrubias aponta que:

[...] dissuasão não tem um “primeiro nome” – no sentido de ser defensiva ou ofensiva. Não se devem afixar adjetivos como “defensiva” ou “ofensiva” à palavra “dissuasão”, porque, se esta tem sucesso, não haverá necessidade de ação nem defensiva nem ofensiva¹⁰ (2004, p. 36, tradução nossa).

Ocorre que, em Estados que enfrentam um longo passivo de problemas sociais, o discurso acerca da dissuasão como uma estratégia defensiva se torna atraente, principalmente, na disputa por recursos destinados ao avanço dos programas estratégico-militares. O discurso de que novos sistemas de armas contribuirão para a dissuasão é um caminho para que a sociedade não os conteste. É como se a dissuasão deixasse de se dirigir a adversários para visar ao público interno, oferecendo a este uma justificativa para a existência de suas forças armadas.

Mas, independentemente desse desvio ou distorção conceitual da dissuasão, existe um outro debate quanto às formas de se obter o efeito dissuasório: a dissuasão pela capacidade de defesa e a dissuasão pela capacidade de punir. Kenneth Waltz expressa essas duas abordagens com clareza ao apontar que a dissuasão pela defesa é alcançada por meio de um aparato militar que cobre um alto tributo às forças militares de um eventual agressor (SAGAN, WALTZ, 2003). Já a “*deterrence* é alcançada pela capacidade de punir e não pela capacidade de defesa¹¹” (SAGAN, WALTZ, 2003, p. 5, tradução nossa).

A mesma distinção é apontada de forma similar por Mazarr, ao considerar duas abordagens para a dissuasão: a dissuasão por negação (denial) e a dissuasão pela punição. Para Mazarr:

As estratégias de dissuasão por negação procuram impedir uma ação, tornando o sucesso desta inviável ou improvável [...]. Exemplo: [...] posicionando forças militares suficientes para derrotar uma invasão [...]. Em seu extremo, essas estratégias podem confrontar um potencial agressor com o risco de uma perda catastrófica. [...] A dissuasão por punição, por outro lado, ameaça penalidades severas, como a escalada nuclear ou sanções econômicas pesadas, caso ocorra um ataque. O foco da dissuasão por punição não é a defesa direta do compromisso contestado, mas sim a ameaça de punição mais ampla que elevaria o custo de um ataque¹² (MAZARR, 2018, p. 2, tradução nossa).

⁹ *Deterrence is often confused with the desire to avoid aggression, which is the natural attitude of a country that feels equal or inferior to another.*

¹⁰ *Deterrence has no “first name”—in the sense of being defensive or offensive. We should not attach adjectives such as “defensive” or “offensive” to the word “deterrence” because if deterrence is successful there will be no need for defensive or offensive action.*

¹¹ *Deterrence is achieved not through the ability to defend but through the ability to punish.*

¹² *Deterrence by denial strategies seek to deter an action by making it infeasible or unlikely to succeed [...]. Example: [...] deploying sufficient local military forces to defeat an invasion [...]. At their extreme, these strategies can confront a potential aggressor with the risk of catastrophic loss. [...] Deterrence by punishment, on the other hand, threatens severe penalties, such as nuclear escalation or severe economic sanctions, if an attack occurs. The focus of deterrence by punishment is not the direct defense of the contested commitment but rather threats of wider punishment that would raise the cost of an attack.*

Colin Gray (2003) segue essa linha de diferenciação entre as posturas dissuasórias. O autor dividiu a dissuasão em dois conceitos abrangentes e distintos: *dissuasion* e *deterrence*. Os anglófonos em geral, até os anos 2000, não empregavam o termo *dissuasion*; *deterrence* parecia suficiente para se referir a tudo aquilo que, em português, é costumeiramente chamado dissuasão. O neologismo *dissuasion*, importado dos franceses, surgiu de forma a explicar a manutenção e o aprimoramento de capacidades militares, mesmo em um cenário de relativa paz. A ideia, com isso, é demonstrar força de modo a desencorajar atitudes competitivas futuras de outros Estados. A proposta de Gray tem apoio de Andrew Krepinevich (2006), cuja representação gráfica para a diferenciação entre *deterrence* e *dissuasion*, é apresentada por meio da Figura 1.

Figura 1 – Esquema de comparação entre Dissuasion e Deterrence em termos de propagação no tempo



Fonte: adaptado pelos autores, a partir de Krepinevich (2006, p. 1).

Para Krepinevich (2006), resta claro que a *dissuasion*, comparada à *deterrence*, é um processo anterior, não específico, quase perpétuo e notoriamente defensivo. Ela visa a desencorajar o surgimento de competidores com capacidades ameaçadoras. Somente quando um pretense competidor já está claramente delineado, com essas capacidades desenvolvidas e tornadas operacionais, é que faz sentido evoluir da *dissuasion* para a *deterrence*, ou seja, para uma demonstração de força inequívoca e diretamente dirigida, buscando evitar que aquelas capacidades sejam aumentadas ou posicionadas de maneira desfavorável. Nota-se que ambas, *dissuasion* e *deterrence*, são anteriores e visam evitar um conflito militar.

Cabe aqui apresentar um outro conceito, normalmente correlacionado à *deterrence*, mas que difere desta, tanto em termos de seus objetivos, como do momento em que ocorre. Primeiramente definida por Thomas Schelling, em 1966, a *compellence* visa interromper ou desfazer uma ação já iniciada pelo adversário. Assim, tem sua aplicação voltada a deter a escalada de um conflito militar, ao invés de evitar seu início, o qual já seria um fato consumado. Ocorre, portanto, a *posteriori* à eclosão do conflito, sendo uma resposta possível ante eventuais insucessos da *deterrence*. Para Geoffrey Till (2018), enquanto a *deterrence* busca um objetivo negativo (a inação do adversário), a *compellence* tem objetivo positivo, visando à ação de frear ou fazer recuar o inimigo em um contexto de conflito (ou, pelo menos, crise) já iniciado. Com isso, pretensamente requer maior grau de ofensividade à ação intimidadora.

Evidenciados esses marcos teóricos da dissuasão, suas diferentes abordagens conceituais, bem como sua distinção em relação à *compellence*, a seção seguinte do artigo analisa, por meio de um estudo de caso, como se deu a dinâmica da dissuasão antes e durante um conflito de caráter eminentemente naval e relativamente recente, ocorrido na década de 1980, no entorno estratégico brasileiro.

A dinâmica dissuasória na Guerra das Malvinas

Cabe inicialmente destacar o motivo da seleção da Guerra das Malvinas para a aplicação do método do estudo de caso, visando testar e validar o argumento proposto. A escolha foi decorrente de algumas singularidades presentes no caso em pauta, tais como:

- Consistiu em desafio militar por parte de um Estado militarmente mais fraco (Argentina) a um Estado militarmente mais forte e dotado de submarinos de propulsão nuclear (Reino Unido), plataformas que, por excelência, se destinam a negar o uso do mar;
- O conflito se deu pela posse de arquipélagos, ou seja, foi um conflito de caráter predominantemente naval;
- Foi o primeiro conflito em que SSN foram utilizados em ações de submarinos contra uma esquadra inimiga;
- Os submarinos de propulsão nuclear britânicos não dissuadiram a Argentina de iniciar um conflito militar de caráter naval; e
- Com o desenvolvimento do conflito, os submarinos do Reino Unido forçaram a Esquadra Argentina à inação.

Nesse contexto, cabe questionar: por que os meios que, inicialmente, não foram capazes de dissuadir a Argentina de iniciar sua aventura militar foram, também, capazes de dissuadir quaisquer operações militares dos meios de superfície da Marinha Argentina? O que fez com que a dissuasão falhasse no nível político-estratégico e funcionasse tão bem no nível operacional e tático?

Essas questões se configuraram como basilares para a seleção do caso em pauta, pois permitiram discutir o argumento proposto neste artigo: a dissuasão, que se espera decorrer da aplicação operacional de um dado armamento, somente surtiria os efeitos no nível político-estratégico caso essa aplicação estivesse em concerto com uma grande estratégia nacional que dê demonstrações inequívocas da disposição estatal para o efetivo emprego desse dado armamento. Caso contrário, a dissuasão poderá não ocorrer, haja vista que a dissuasão operacional não se reveste, automaticamente, em dissuasão político-estratégica.

Inicialmente cabe evidenciar os fatores geográficos do arquipélago das Malvinas e seus reflexos sobre as ações planejadas e executadas pelo Reino Unido e pela Argentina. De acordo com Vidigal:

[...] se o arquipélago das Falklands¹³ estivesse situado 100 milhas marítimas (185 km) mais próximo da costa da Argentina, é muito provável que o Poder Naval britânico empregado se mostrasse insuficiente para a tarefa ou as perdas que sofreria tornariam inaceitável o empreendimento, mas, pelo contrário, se as ilhas estivessem 100 milhas marítimas mais afastadas, por certo, a Força Naval britânica não sofreria as baixas que sofreu (VIDIGAL, 1984, p. 4).

A passagem acima permite inferir que as características geográficas da área de operações não foram consideradas como fatores que inviabilizassem os planejamentos militares dos dois beligerantes. Nem a Argentina considerou impossível, ou com custo proibitivo, conquistar e, em seguida, manter o arquipélago; nem o Reino Unido julgou que seria irreversível a estratégia argentina de *fait accompli* (TILL, 2018).

Tanto quanto a geografia não inviabilizou os planejamentos militares, as demonstrações políticas, em concerto com a posse de determinados armamentos, principalmente por parte do Reino Unido, também não foram suficientes para deter o conflito. A dissuasão que se espera derivar da expressão militar do poder nacional falhou em limitar as ações de Argentina e Reino Unido. Assim, mais do que gerar consequências associadas tão somente a uma crise, tais ações foram parte do que hoje tratamos por “Guerra das Malvinas”, materializando, pois, um insucesso da dissuasão.

Segundo Till, ela já começara a falhar para o lado britânico desde 1976, quando este demonstrou inequívoca leniência após o episódio do engajamento do navio de pesquisa do Reino Unido por um contratorpedeiro (*destroyer*) argentino. Em seguida, quanto mais próximo se chegava da crise, mais ruía a credibilidade do Reino Unido quanto à sua

¹³ Ao contrário do que optamos neste trabalho, Vidigal segue a toponímia em inglês.

capacidade material e, principalmente, determinação para atuar decisivamente no arquipélago em disputa. A negligência britânica, demonstrada principalmente pela falta de determinação política, extraiu dos meios navais da *Royal Navy* (incluindo seus submarinos de propulsão nuclear) o valor dissuasório que pretensamente teriam.

Cabe também recordar que a presença militar britânica, nas ilhas em disputa, era apenas simbólica. Port Stanley, a capital do arquipélago das Malvinas era protegida por 67 fuzileiros navais, enquanto a Geórgia do Sul, por somente 23 (VIDIGAL, 1984). Já a *Royal Navy*, esta fazia-se presente apenas com o navio de patrulha antártica *HMS Endurance*.

Nem mesmo a tradicional parceria do Reino Unido com os EUA ensejava em uma dissuasão viável ante a ameaça argentina. Estando em voga a cooperação hemisférica americana, os argentinos dificilmente reconheceriam nos EUA uma ameaça; pelo contrário, nutriam a esperança de que os estadunidenses lhe ofereceriam apoio (ARGENTINA, 1983).

Iniciado o conflito, nem mesmo o trânsito da força-tarefa naval britânica para a área de operações, seguido do estabelecimento de uma zona de exclusão total (VEGO, 2009), foram capazes de compelir a Argentina a recuar e negociar. A ação ofensiva argentina já havia criado impulso suficiente, tornando-se muito difícil de ser interrompida, quanto mais revertida. Além da superestimação argentina do próprio sucesso, as demonstrações prévias do descaso britânico para com a defesa das ilhas tornavam praticamente sem efeito qualquer tentativa de *compellence* por parte do Reino Unido. Essa flagrante apatia, no período pré-conflito, além de não produzir dissuasão no nível político-estratégico, anulou também a capacidade que os meios militares britânicos poderiam ter para gerar dissuasão, ou *compellence*, no nível tático-operacional. Como será exposto, somente quando um submarino de propulsão nuclear foi efetivamente empregado, com sucesso, contra meios navais argentinos, é que os esperados efeitos dissuasórios passaram a ser atingidos para o restante do conflito.

Antes, contudo, é conveniente examinar o papel esperado dos submarinos. Começando pelas marinhas mais fracas, mesmo os convencionais podem ser considerados como “multiplicadores de força” (TILL, 2018). Para as mais fortes, normalmente dotadas de submarinos de propulsão nuclear, estes são vistos como os principais meios para negar o uso do mar, fazendo com que os meios da força inimiga permaneçam em seus portos (VEGO, 2009). Till (2018) vai além e destaca que quando equipados com mísseis, os submarinos são também vocacionados para atacar objetivos em terra. Essa capacidade de ataque, reforçada pela flexibilidade, mobilidade, permanência, discrição, alcance e autonomia cria alta expectativa dissuasória em torno dos submarinos de propulsão nuclear.

Feitas essas considerações basilares, podemos tratar da participação dos SSN britânicos na Guerra das Malvinas, a qual se deu com os *HMS Conqueror*, *Courageous*, *Splendid*, *Spartan* e *Valiant*¹⁴. Dentre esses, o *Spartan* fora despachado para a zona de conflito mesmo antes da invasão argentina. Logo após a invasão, outros dois (*Splendid* e *Conqueror*) deixaram suas áreas de exercício, ou patrulha regular, para seguir o mesmo destino, tendo o último deixado o Reino Unido em quatro de abril (VIDIGAL, 1984).

Chegando o primeiro desses submarinos à área de operações, em 11 de abril, o governo britânico, na madrugada seguinte, formalmente declarou uma zona de exclusão marítima (tornada zona de exclusão total, semanas depois). Isto quer dizer que apenas dez dias depois de as ilhas terem sido invadidas, os SSN davam ao Reino Unido capacidade de materializar o discurso dissuasório, resultando em “operações navais argentinas virtualmente interrompidas nas ilhas e em seu entorno imediato”¹⁵ (HENNESSY e JINKS, 2015, p. 95, tradução nossa).

Após chegarem ao teatro de operações, os SSN logo iniciaram tarefas específicas. O *Spartan* cumpria missões de inteligência nos arredores de Port Stanley, colhendo informações sobre as tropas argentinas, inclusive com *perifotos*¹⁶. Já o *Splendid*, inicialmente envolvido em operações antissubmarino, foi posteriormente designado para acompanhar parte da esquadra argentina em trânsito (HENNESSY e JINKS, 2015). Em algumas ocasiões, foram positivamente identificados

¹⁴ A atuação desses cinco submarinos não foi concomitante. Além deles, um submarino de propulsão Diesel-elétrica da classe Oberon, também, tomou parte das hostilidades.

¹⁵ *Argentinian naval operations in and around the immediate Falklands area virtually ceased.*

¹⁶ Fotografias a partir do periscópio.

navios escoltas argentinos, mas os submarinos não os atacaram para não macular sua ocultação antes de o navio-aeródromo argentino *ARA 25 de Mayo* ser encontrado.

Como se continuou sem contato com o *25 de Mayo*, um outro alvo, ainda que fora da zona de exclusão, revelou-se compensador. O cruzador *ARA Belgrano*, malgrado tivesse valor militar discutível (VIDIGAL, 1984), configurava-se como um alvo de oportunidade para que os SSN consolidassem, definitivamente, seu papel dissuasório que, até então, estava circunscrito somente ao interior da zona de exclusão. Assim, em dois de maio, o *Belgrano* foi atacado e afundado, fazendo com que “os argentinos, compreendendo a determinação britânica e a incapacidade própria para enfrentar os submarinos nucleares inimigos, tenham desistido de empregar a sua força naval de superfície” (VIDIGAL, 1984, p. 18).

Em outras palavras, a partir do afundamento do *Belgrano* os meios de superfície da Esquadra argentina ficaram recolhidos em suas bases navais. Ou seja, a Marinha argentina foi dissuadida de tentar executar qualquer operação ou ação de guerra naval contra os meios britânicos.

Em síntese, o estudo de caso das Malvinas permitiu colocar em evidência que a dissuasão no nível político-estratégico, decorrente apenas da posse de um sistema de armas como um SSN foi ineficaz. No entanto, após o emprego de um SSN contra um meio naval argentino, isto é, a partir do momento em que a credibilidade necessária à dissuasão foi consolidada, a dissuasão nos níveis operacional e tático, proporcionada pelos SSN britânicos se mostrou eficaz, haja vista que foi associada a uma grande estratégia e a uma mensagem inequívoca da vontade de utilizar esse meio dissuasório por parte do Reino Unido. Portanto, o estudo de caso em pauta vai ao encontro do argumento proposto nesse artigo permitindo inferir a validade do seu conteúdo.

Considerações finais

Este artigo teve como foco analisar os efeitos pretensamente dissuasórios a advirem da incorporação do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. A motivação para isso foi o reconhecimento de que o conceito da dissuasão é amplamente defendido pela liderança militar brasileira e, conseqüentemente, encontra-se em evidência nos documentos estratégicos do país. Para organizar este artigo, foi formulada a questão de como um SCPN se incorporaria à estratégia defensiva brasileira, sendo um instrumento provocador de dissuasão em potenciais adversários. Para lidar com a questão, admitiu-se o pressuposto de que o efeito dissuasório teria graus variáveis nos diferentes níveis em que ocorrem as hostilidades. A partir daí, argumentou-se que a dissuasão, que se espera decorrer da aplicação operacional de um dado armamento, somente surtiria os efeitos no nível político-estratégico caso essa aplicação estivesse em concerto com uma grande estratégia nacional que dê demonstrações inequívocas da disposição estatal para o efetivo emprego desse dado armamento. Caso contrário, a dissuasão poderá não ocorrer, haja vista que a dissuasão operacional não se reveste, automaticamente, em dissuasão político-estratégica.

Nesse contexto, foi necessário examinar como a percepção brasileira em torno da dissuasão dialoga com as teorias disponíveis no mundo ocidental. Assim, na primeira seção, foi verificado que, enquanto a dissuasão é um conceito tão antigo quanto o próprio uso da força, sua verdadeira teorização só começou a ganhar verdadeiro impulso durante a Guerra Fria. Para isso foram impelidores: o advento do artefato nuclear, que, durante algum tempo, promoveu a dissuasão a um grau até então pouco experimentado; e a necessidade de as duas potências antagônicas do período continuarem atuando para a manutenção de seus interesses políticos, sem que isso levasse a uma confrontação militar direta com o outro lado da disputa. Após a Guerra Fria, o estudo do conceito precisou de novos pressupostos, baseados em armamentos convencionais, para contornar a constatação de que o armamento nuclear, na verdade, teria ínfima probabilidade de emprego.

No que tange à visão brasileira de dissuasão, a pesquisa efetuada permitiu inferir que ela é, em primeiro lugar, uma dissuasão por defesa, ou por negação, dependendo se a abordagem adotada é de Waltz ou Mazarr, respectivamente. Isso é ressaltado em todos os documentos consultados e parece derivar, antes de qualquer outra questão, da necessidade

de as forças armadas, apesar de serem instituições regulares e permanentes, terem de constantemente justificar sua existência perante o público interno, em meio a um cenário relativamente pacífico. Além disso, não seria exequível sustentar, com os armamentos disponíveis, um discurso de dissuasão por punição. Mesmo que o ferramental necessário estivesse à mão, ainda assim a punição poderia ser um instrumento estratégico contestado por nossa sociedade. Se adotadas as perspectivas de Gray e Krepinevich, a dissuasão praticada pelo Estado brasileiro é a do tipo *dissuasion*, isto é, permanente e não especificamente dirigida a uma dada ameaça.

Quanto às principais conclusões decorrentes do estudo de caso da Guerra das Malvinas, pode-se inferir que, no nível político-estratégico, a dissuasão falhou. Em linhas gerais, faltou ao Reino Unido a disposição para continuar dissuadindo a Argentina da luta pelas Malvinas. Afinal, à medida que determinada panóplia militar começa a produzir os efeitos dissuasórios a que se destina, o poder político tende a diminuir o apetite por sustentar essa dissuasão, quer pelos custos envolvidos, quer pela impressão de que a ameaça, que vem do Estado-alvo, também arrefeceu. Enquanto isso, em paralelo, permanecem adormecidas as aspirações daquele que, por algum momento, aceitou ser dissuadido.

No caso estudado, as diversas manifestações de falta de determinação, do poder político britânico em relação ao objeto em disputa com a Argentina – até então, dissuadida – convidaram este Estado à ação. Em resumo, no início do conflito, a percepção do Estado argentino foi a de que o Reino Unido não reagiria a um *fait accompli*. Assim, a credibilidade da estratégia de dissuasão britânica foi comprometida, tornando irrelevante qualquer potencial dissuasório de que ainda dispunham seus meios militares, inclusive os submarinos de propulsão nuclear.

Tanto quanto a dissuasão, a *compellence* também falhou. Na pesquisa realizada, viu-se que nem as primeiras movimentações britânicas – bastante resolutas e acompanhadas de efetivo patrocínio e guarda-chuva político – foram suficientes para os argentinos recuarem e negociarem. Com isso, pode ser legítimo inferir que, após a dissuasão ter falhado, uma ação de *compellence* acaba por exigir um grau de força maior do que aquele que inicialmente poderia demandar.

Se antes do conflito, a dissuasão proporcionada pelo aparato militar do Reino Unido não foi eficaz, o seu efetivo emprego, após iniciada a contenda, particularmente de seus submarinos de propulsão nuclear, mostrou suas potencialidades e gerou uma dissuasão nos níveis operacional e tático. Se os primeiros sinais de que tais meios submarinos se deslocavam para o Atlântico Sul não geraram *compellence* imediata, mas apenas preocupação, esta foi suficiente para fazer germinar as primeiras sementes de dissuasão quando os britânicos tornaram pública uma zona de exclusão, a qual foi respeitada, pelo menos pelos meios de superfície argentinos, durante todo o conflito. Finalmente quando os submarinos britânicos revelaram sua real presença e demonstraram sua capacidade de ataque, com o afundamento do *ARA Belgrano*, a constatação dos argentinos de que seus meios de superfície não estavam seguros para operar, nem além da área de exclusão, determinou o retorno imediato desses meios para suas bases navais.

O estudo de caso, portanto, mostrou, em grande medida, que meios ditos dissuasórios somente confirmam tal condição após demonstrarem desempenho operacional, em situação real, comprovadamente satisfatório. Os submarinos de propulsão nuclear do Reino Unido enquanto não movimentados e empregados no teatro de operações, não tiveram nenhum efeito em conter as ações argentinas. Esse efeito só começou a vir à tona com a demonstração ostensiva do trânsito daqueles submarinos rumo à região em litígio. E só atingiu plenitude ante a credibilidade de seu sucesso operacional em combate.

O ponto a ser destacado é que a mera posse de um submarino de propulsão nuclear não necessariamente produz dissuasão. Esta ocorre quando tal posse é acompanhada pelo efetivo emprego ou, pelo menos, por um discurso assertivo e revestido de credibilidade, preparado e disseminado pelo Estado, quanto à possibilidade de sua efetiva aplicação contra eventuais adversários. Em resumo: um tipo de capacidade pretensamente associado à dissuasão não se reveste automaticamente em dissuasão no amplo espectro político-estratégico.

Admitindo que o estudo de caso realizado pode ter sido insuficiente para conclusões inequívocas, vislumbra-se que serão necessários estudos futuros para verificar o papel da dissuasão proporcionada por sistemas de armas

convencionais em outras contendas contemporâneas, mesmo que elas não tenham envolvido o emprego direto de submarinos de propulsão nuclear. Imagina-se que conclusões obtidas desse estudo mais amplo possam ser extrapoladas para a especificidade de se ter um SCPN como parte da dissuasão convencional.

Por ora, reconhecendo que, conforme postulou Thomas Schelling (2006), “apesar de o cenário global do futuro diferir substancialmente daquele dos últimos sessenta anos, a dissuasão permanece um eixo da segurança global¹⁷” (tradução nossa), não parece oportuno abandonar a validade do dispositivo dissuasório para o Brasil. Iniciativas para ignorar seu potencial, ou seja, “dissuadir a dissuasão”, como sugeriu o título provocativo deste artigo, seriam provavelmente inoportunas. O SCPN pode ser encarado, sim, como parte de uma panóplia dissuasória. Entretanto, para que esse papel possa realmente produzir seus efeitos esperados, as seguintes recomendações podem ser oferecidas:

- É conveniente o estabelecimento de um conceito estratégico-operacional ostensivo, idealmente com versões em inglês e em espanhol, que expresse como a força militar, e os SCPN, seriam efetivamente empregados. Para que a dissuasão ocorra, a posse de um dado armamento deve ser acompanhada pela clara demonstração de que há vontade política de o material incorporado ser realmente empregado;

- Para que um SCPN faça sentido como parte da panóplia dissuasória do Estado brasileiro, os documentos político-estratégicos da área de defesa devem anuir que o cenário atual de incerteza aponta para a maior possibilidade de se materializarem ameaças estatais; é só a elas que tal tipo de armamento pode se dirigir. Ainda que, felizmente, elas ainda não se manifestem diretamente contra o Brasil, o recrudescimento da competição entre as grandes potências e a ascensão nacional como referência regional podem resultar no eventual envolvimento, voluntário ou não, do país em crises internacionais; e

- Ainda nessa linha de necessidade de maior assertividade dos documentos estratégicos, deve-se reconhecer que os SCPN, ainda que inseridos em um contexto estratégico defensivo, são armas de ataque e compõem um arcabouço letal que, além deles, envolve maior capacidade de obtenção da plena consciência situacional marítima e outros vetores de ataque, incluindo meios de superfície e aéreos, tripulados ou não. Portanto, não se deve esperar que um SCPN, isoladamente, seja dissuasório por si só.

Finalizando, esperamos que o artigo fomente novas discussões acerca de como o principal projeto de área de defesa do Estado brasileiro contribuirá para preservar os interesses nacionais em seu entorno estratégico. Para tanto, pesquisas e estudos calcados em referenciais teóricos sólidos e em casos históricos bem documentados são basilares para a reflexão crítica e produtiva. Conforme apontou Fred Halliday, “as relações internacionais, como todas as áreas do conhecimento, enfrentam dois perigos: o de considerações factuais desprovidas de reflexões teóricas, explicativas ou éticas, e o de teorização sem o apoio da análise histórica” (HALLIDAY, 2007, p. 13).

Referências

ARGENTINA. Junta Militar. **Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur**: Informe Final (Informe Rattenbach). 29 set. 1983. Disponível em: <https://www.casarosada.gob.ar/pdf/InformeRattenbach/01-InformeFinal.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. 928 p.

BEAUFRE, André. **Deterrence and Strategy**. Londres: F.A. Praeger, 1966. 173 p.

BEAUFRE, André. **Introdução à Estratégia**. Tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. 156 p. Título do original francês: *Introduction à la Stratégie* (1963).

BENNETT, Andrew; GEORGE, Alexander L. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge: MIT press, 2005, 334 p.

¹⁷ “Although the geopolitical map of the future differs significantly from that of the past 60 years, deterrence remains a linchpin of global security”.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305: **Doutrina Militar Naval (DMN)**. Brasília, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha PEM-2040**. Brasília, 2020a. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/arquivo.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas (MD35-G-010)**, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRODIE, Bernard. The Weapon. In: BRODIE, Bernard (org.). **The Absolute Weapon**. Harcourt: Yale Institute of International Studies, 1946. p. 21-107.

CABLE, James. **Gunboat Diplomacy 1919-1991: Political Applications of Limited Naval Force**. 3 ed. Londres: Macmillan Press, 1994. 260p. (Série Studies in International Security: 16).

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Traduzido por J.J. Graham. Middlesex: Penguin Books, 1968. Título do original alemão: Von Kriege (1832). 461 p.

COVARRUBIAS, Jaime. The Significance of Conventional Deterrence in Latin America. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 84, n. 2, mar/abr. 2004, p. 36-39. Disponível em: <http://scm.oas.org/pdfs/2006/rg00054t.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Traduzido por Brigitte Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776 p.

FERREIRA, Renato. Operações Navais no Século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul – (Parte 1). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 134, n. 01/03, p. 73-98. jan/mar. 2014. Disponível em: <http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb-1-2014.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

FLORES, Mario Cesar; VIDIGAL, Armando. **O Desenvolvimento do Poder Naval Brasileiro: Tópicos para Debate**. Brasília, 1976. 101 p.

GRAY, Colin. **Maintaining Effective Deterrence**. Monografia. Strategic Studies Institute, US Army War College. Carlisle, 2003. 55 p. ISBN 1-58487-135-0. Disponível em: <https://publications.armywarcollege.edu/pubs/1521.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, 308 p.

HENNESSY, Peter; JINKS, James. **The Silent Deep: The Royal Navy Submarine Service since 1945**. Londres: Penguin Books Limited, 2015. 864 p.

KOSSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto (PUC-Rio), 2006, 368p.

KREPINEVICH, Andrew. **Dissuasion Strategy**. Relatório de Assessoria. Center for Strategic and Budgetary Assessments. Washington, 2006. 76 p. Disponível em: https://www.esd.whs.mil/Portals/54/Documents/FOID/Reading%20Room/Other/15-F-0901_DOC_01_Dissuasion_Strategy_200612.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

LIDDELL HART, B.H. **Strategy, Second Revised Edition**. New York, NY: Fredrick A. Praeger Publishers, 1967. 226p.

LUTTWAK, Edward. **Strategy: The Logic of War and Peace**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1987. 283 p.

LUTTWAK, Edward. **The Political Uses of Sea Power**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974. 79 p.

MAZARR, Michael. **Understanding Deterrence**. RAND Corporation, 2018. 14 p. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/perspectives/PE200/PE295/RAND_PE295.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

SAGAN, Scott; WALTZ, Kenneth N. **The Spread of Nuclear Weapons: A Debate Renewed**. 2. ed. New York: W. W. Norton, 2003.

SCHELLING, Thomas. Nuclear Deterrence for the Future. **Issues in Science and Technology**, Phoenix, v. 23, n. 1, set/out. 2006. Disponível em: <https://issues.org/schelling/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. 4ª ed. Abingdon: Routledge, 2018. 458 p. (Série Naval Policy and History: 61, org. por Geoffrey Till, ISSN 1366-9478).

TURNER, Stansfield. Missions of the U.S. Navy. **Naval War College Review**, Newport, v. 27, n. 2, p. 2-17. mar/abr. 1974. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol27/iss2/2/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

VEGO, Milan. **Operational Warfare at Sea: Theory and Practice**. Abingdon: Routledge, 2009. 272 p. (Série Naval Policy and History: 42, org. por Geoffrey Till, ISSN 1366-9478).

VIDIGAL, Armando. Conflito no Atlântico Sul – Parte 1. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 3-29. dez. 1984.

VIDIGAL, Armando. Dissuasão Convencional nos Países em Desenvolvimento (obra original de 1988). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 138, suplemento (Coletânea Vidigal), p. 58-76, 2018.

WALTZ, Kenneth. The Spread of Nuclear Weapons: More May be Better. **Adelphi Papers**, Londres, v. 21, n. 171. 1981.

Funções de colaboração exercidas

Marcos Valle Machado da Silva: Metodologia; Administração do projeto; Análise formal; Supervisão; Escrita (revisão e edição);

Carlos Eduardo Ribeiro de Macedo: Conceituação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Investigação; Escrita (primeira redação);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

A CEDEAO e a gestão dos conflitos violentos na África Ocidental: a intervenção no conflito violento de 1998-99 na Guiné-Bissau

ECOWAS and the management of violent conflicts in Western Africa: the intervention in the violent conflict of 1998-99 in Guinea-Bissau

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.125214>

Mário Elisandro Correia Gonçalves
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
goncalvesmacorreia@gmail.com 

Resumo

Neste artigo discutimos o conflito violento na Guiné-Bissau (1998-1999) e as intervenções para a Paz da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) neste pequeno país lusófono. Traçamos como objetivo analisar as influências das dinâmicas históricas, regionais, e institucionais tanto na eclosão da violência armada como nos processos de paz liderados pela CEDEAO. Defendemos que as contradições existentes na Guiné-Bissau e que incitaram a violência armada de 1998-1999 são consequências do processo colonial e das dinâmicas interétnicas originadas/fomentadas na luta armada para a independência do país, da forma como se processou a transição de poder de Portugal para o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e as dinâmicas de poder emergidas no pós-independência, mas propriamente, depois do golpe militar de 1980. À luz dessa abordagem histórica, do exame das dinâmicas regionais e institucionais (CEDEAO) e sob a égide dos Estudos para Paz e dos Estudos Críticos de Segurança, argumentamos que as intervenções para a paz da CEDEAO na Guiné-Bissau ficaram marcadas pelas disputas, luta pelo protagonismo entre as ex-potências coloniais, Portugal sob 'as vestes' da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a França suportando o Senegal/bloco francófono, e alguns líderes/países regionais, o que aliado às suas debilidades técnicas, financeiras e institucionais acabaram por dificultar a edificação positiva da paz no país. O estudo se desenvolve a partir da pesquisa qualitativa, conciliando fontes primárias, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com personalidades de destaque à época do conflito, e secundárias, pesquisas/revisão bibliográficas.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; CEDEAO; Intervenções para a Paz.

Abstract

In this article we discuss the violent conflict in Guinea-Bissau (1998-1999) and the Peace Interventions of the Economic Community of West African States (ECOWAS) in this small Portuguese-speaking country. We aim to analyse the influences of historical, regional, and institutional dynamics both in the outbreak of armed violence and in the peace process led by ECOWAS. We defend that the existing contradictions in Guinea-Bissau that incited the armed violence of 1998-1999 are consequences of the colonial process and of the interethnic dynamics originated/fostered in the armed struggle for the independence of the country, the way in which the transition of power from Portugal to PAIGC took place, and the power dynamics that emerged in the post-independence period, properly after the 1980 military coup. In light of this historical approach, the examination of regional and institutional dynamics (ECOWAS) and under the aegis of Peace Studies and Critical Security Studies, we argue that the ECOWAS peace interventions in Guinea-Bissau were marked by disputes for protagonism between the former colonial powers, Portugal under the 'clothes' of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) and France supporting Senegal/French-speaking bloc, and some regional leaders/countries, which combined with their technical, financial and institutional weaknesses ended up hampering the positive construction of peace in the country. The study is developed from qualitative research, reconciling primary sources, documental research and semi-structured interviews with prominent personalities at the time of the conflict, and secondary sources, research/bibliographic review.

Keywords: Guinea-Bissau; ECOWAS; Peace interventions.

Recebido: 13, Junho, 2022
Aceito: 16, Agosto, 2022

Este trabalho é resultado da investigação possibilitada pela Bolsa de doutoramento PD/BD/135323/2017 concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Independente em 1974, depois de década de luta contra o domínio colonial português, a Guiné-Bissau nunca conseguiu se afirmar como país ‘pacífico’ tendo experimentado inúmeros golpes e tentativas de golpes de estado, assassinatos de líderes políticos e uma ‘guerra civil’ entre 1998-1999. A eclosão desta última, no momento em que a região deparava com inúmeros desafios securitários, destaque para as guerras civis na Libéria e Serra Leoa, fez com que a CEDEAO interviesse, com o argumento de manter a estabilidade no país e na região (ECW/CMXLIV/3). Contudo, mesmo depois de inúmeros esforços, a presença da Brigada de Supervisão de Cessar-fogo da CEDEAO, a ECOMOG, não evitou o retorno da violência armada em 1999 e inúmeros atos de violência ao longo das últimas décadas. Portanto, as intervenções da CEDEAO/ECOMOG não conseguiram diluir as causas da violência armada e ‘restabelecer’ a paz e a segurança no país. O que justifica este feito? Porque é que as intervenções da CEDEAO não conseguiram diluir as crispações e edificar uma paz sustentável no país?

Partindo destes questionamentos, neste artigo discutimos a violência armada na Guiné-Bissau (1998-1999) e as intervenções para a paz da CEDEAO no país. Traçamos como objetivo analisar as influências das dinâmicas históricas, regionais, e institucionais tanto na eclosão da violência armada como nos processos de paz da CEDEAO. De modo específico, discutimos 1) as influências do colonialismo e do processo de descolonização nas dinâmicas conflituantes da Guiné-Bissau, cujo égide foi o conflito armado de 1998-1999; 2) abordamos as influências desses processos nas disputas geopolíticas das ex-potências coloniais, Portugal e França, e nas dinâmicas regionais, disputas entre os líderes regionais (bloco anglófono e francófono); e 3) considerando as debilidades internas da CEDEAO, discutimos os impactos destas dinâmicas nos processos de paz na Guiné-Bissau, portanto, nas intervenções para a paz da CEDEAO no país.

Fundada em 1975, no auge da disputa bipolar, a CEDEAO teve como missão a promoção da integração e desenvolvimento económico na África Ocidental o que incita uma abordagem securitária regional. Assim, apesar do seu tratado constituinte enfatizar aspetos económicos, integração para o desenvolvimento regional, sempre esteve atento às questões da paz e segurança regional, de modo que, poucos anos após a sua institucionalização, oficializou os Protocolos de Não-Agressão (1978) e de Assistência Mútua em Defesa (1981) (ECOWAS OFFICIAL JOURNAL, Vol. 25, 1993: 23; CEDEAO, 2018: 11). Contudo, estes protocolos não ofereceram os requisitos legais para uma intervenção musculada nos países membros, o que aliado às interferências e/ou influências das duas grandes potências, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dificultaram a edificação de uma força de intervenção/paz regional (PALÉ, 08.02.2020; USMAN, 04.03. 2020).

A alteração das dinâmicas de poder internacional, resultante da ‘desintegração’ do Bloco Soviético, e o seu anseio em driblar os desafios securitários emergentes incitaram a revisão do seu tratado constituinte, em 1993, dando ênfase às questões da paz e da segurança. Dentro desta lógica, no decurso das décadas de 1990/2000 oficializou inúmeros mecanismos dos quais se destacam o Protocolo sobre o Mecanismo de Prevenção, Gestão, Resolução, Manutenção da Paz e Segurança (dezembro de 1999), o Protocolo Suplementar sobre a Democracia e a Boa Governança (2001), e a Estrutura de Prevenção de Conflitos da CEDEAO¹ (2008), tendo se afirmado como principal organização da África Ocidental em matéria de paz e segurança.

Depois da sua primeira intervenção na Libéria (1990) e a institucionalização dos mecanismos securitários vários, tem intervindo em inúmeros conflitos violentos na região, muitas vezes, em complementaridade e/ou subsidiaridade com outros atores internacionais, dos quais se destacam a Organização das Nações Unidas, a Organização de Unidade Africana (OUA)/União Africana (UA) e a União Europeia (UE). Contudo, os resultados têm sido questionáveis. Boa parte dos países que receberam as suas intervenções para a paz vivem sob a ameaça do retorno à violência armada. Partindo dos nossos

¹ Tradução livre do autor. Texto original: “ECOWAS Conflict Prevention Framework”

questionamentos e dos objetivos delineados, iremos analisar este processo na Guiné-Bissau. Para tal, dividimos o artigo em três tópicos fundamentais.

Nos dois primeiros, discutimos, de um modo breve, o colonialismo e o processo de descolonização portuguesa da atual Guiné-Bissau expondo seus efeitos nas práticas conflituantes no período pós-independência. Demonstramos que as crispações na Guiné-Bissau que influenciaram a eclosão da violência armada de 1998-1999 são consequências do colonialismo e das dinâmicas interétnicas originadas/fomentadas na luta armada para a independência; da forma como se processou a transição de poder de Portugal para o PAIGC e das dinâmicas de poder emergidas no pós-independência, mas propriamente, depois do golpe militar de 1980.

No tópico seguinte discutimos as intervenções para a paz da CEDEAO na Guiné-Bissau partindo da análise das dinâmicas históricas, regionais e institucionais, e das abordagens conceituais dos Estudos para a Paz e dos Estudos Críticos de Segurança. Defendemos que as intervenções da CEDEAO na Guiné-Bissau ficaram marcadas por disputas pelo protagonismo entre as ex-potências coloniais, Portugal e França, e alguns líderes regionais, o que aliada às suas debilidades, técnicas, institucionais e financeiras dificultaram a edificação positiva da paz no país. As ideias da paz e da violência apresentados por Galtung e seus conterrâneos (Estudos para a Paz) nos demonstram que a edificação sustentável da paz exige a erradicação de todas as formas da violência, direta, estrutura e cultural, portanto, a efetivação de uma comunidade humana integrada e harmónica (GALTUNG, 1969; 1990; 2005).

Assente no ideário construtivista, os ‘teóricos de Copenhaga’, apresentam a segurança/securitização como ‘atos de fala’ (*‘speech act’*) (WAEVER *et al*, 1993), demonstrando que ela depende da circunstância e da retórica, a sua anunciação e aceitação pelos demais atores, ou seja, ela é “*constituída pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial*”² (BUZAN *et al*, 1998: 24-25). A securitização bem-sucedida tem, portanto, três componentes ou etapas: ameaças existenciais, ação emergencial e efeitos nas relações interunidades ao se libertar de regras³ (BUZAN *et al*, 1998: 26). Disso resulta que a segurança/securitização nem sempre se afigura como algo bom (BUZAN *et al*, 1998), uma vez que, em muitos casos, coloca em risco os próprios princípios democráticos e os direitos individuais básicos. Desta lógica se expõe a necessidade de (re)pensar os processos securitários alocando-os à segurança dos indivíduos/segurança humana. Isto é, mover da segurança dos Estado, assente nas abordagens do realismo/neo-realismo, para a segurança humana (BOOTH, 1991). Se evidencia assim, que as intervenções para a paz, não devem se limitar à erradicação da violência direta e edificação de Estados funcionais com capacidade bélica, mas sim assegurar a erradicação das várias formas da violência que, em si, significa uma maior atenção à segurança dos indivíduos, das pessoas.

O estudo se desenvolve a partir de metodologias qualitativas de recolha de informação: pesquisa/revisão bibliográfica; pesquisa documental (documentos oficiais da CEDEAO, da CPLP e da Organização das Nações Unidas (ONU)) e entrevistas qualitativas semi-estruturadas com personalidades de destaque à época do conflito, assim como personalidades com cargos de destaque na CEDEAO.

Da colonização à luta pela independência: impactos nas dinâmicas conflituantes da Guiné-Bissau independente

A compreensão das dinâmicas conflituantes na Guiné-Bissau e os desfechos das intervenções para a paz da CEDEAO no conflito violento de 1998-1999, ao nosso ver, passa por uma análise atenta da peculiar história do país, principalmente do colonialismo e da luta armada para a independência. Partindo desta lógica, nestes dois primeiros tópicos discutimos as práticas violentas do colonialismo e da ‘descolonização’ da Guiné-portuguesa, o que, além de nos permitir expor as raízes das dinâmicas conflituantes do país, no pós-independência, nos permite compreender os enredos das intervenções para a paz da CEDEAO.

² Tradução livre do autor. Texto original: “*constituted by the intersubjective establishment of an existential threat*”.

³ Tradução livre do autor. Texto original: “*Successful securitization thus has three components (or steps): existential threats, emergency action, and effects on interunit relations by breaking free of rules*”.

Grosso modo, o processo colonial português na atual Guiné-Bissau pode ser dividido em dois momentos/períodos marcados pelas violências direta, cultural e estrutural. O primeiro compreende do ‘período dos descobrimentos’ à meados de 1879, quando a Guiné-Portuguesa ganha autonomia administrativa em relação a Cabo Verde e é marcado por inúmeros conflitos, mormente violentos, com algumas monarquias locais (que competiam entre si) e alguns países europeus, nomeadamente França e Reino Unido, que lutavam pela ‘hegemonia colonial’ na África Ocidental (AUGEL, 2007; BARRETO, 1938; BOXER, 2019; CORVO, 1883; FERREIRA, 1977; MACEDO, 2016; MENDY, 2003; SILVA, 2016). A conflitualidade desse processo, principalmente o interesse dos franceses nos ‘domínios’ portugueses, em especial na Guiné-portuguesa, vista como um entrave ao projeto imperial francês na região (MACQUEEN, 2003), além de alterar as dinâmicas de poder na região, incitaram aquilo que se pode designar como a ocupação efetiva, o segundo momento da colonização portuguesa da atual Guiné-Bissau, nos meados do século XIX (AUGEL, 2007; HENRIQUES, 2015). De fato, aliado à alguns acontecimentos marcantes, como a independência do Brasil, e algumas ocorrências no seio da metrópole, nomeadamente, a guerra civil ou liberal (1832-1834), essas dinâmicas fizeram com que Portugal modificasse a sua política colonial para com a África, Guiné portuguesa neste caso específico, tendo iniciado o processo de ocupação efetiva nos meados do século XIX (AUGEL, 2007; HENRIQUES, 2015).

De modo genérico, pode-se dizer que esse processo se inicia em março de 1879, quando a Guiné-portuguesa adquire autonomia administrativa em relação a Cabo Verde, ‘ganha fôlego’ com a Conferência de Berlim e o acordo fronteiriço com a França, convenção luso-francesa de 12 de maio de 1886, e se efetiva com as campanhas de pacificação e a ‘nova ordem colonial’ implementada pelo Estado Novo (AUGEL, 2007; BARRETO, 1938; DAVIDSON, 1969; LOPES, 1982; PÉLISSIER, 1997; SILVA, 2010). À parte as influências do primeiro momento da colonização, esse segundo momento, principalmente depois da Conferência de Berlim, acaba por agregar ações que influíram nas dinâmicas conflituantes da Guiné-Bissau.

Na verdade, a Conferência de Berlim que pode ser demarcada como ponto de viragem no processo colonial europeu, Portugal em específico, se afigura como marco da violência sistêmica, cultural e direta para com a África, refletindo negativamente na performance sócio-económica e política da ‘África independente’. No caso específico da Guiné-portuguesa acabou por, de certo modo, influenciar os desfechos da delimitação da sua fronteira, expresso no acordo Luso-francês, e a efetivação da ocupação colonial a partir dos atos violentos das Campanhas de Pacificação e da ‘nova ordem colonial’, ‘criando’ as bases para as dinâmicas conflituantes do período pós-independência.

De fato, estando ‘encravada’ entre territórios francófonos, o artificialismo das fronteiras impostas á luz dos interesses coloniais, acordo Luso-francês de 1886, afastando famílias/grupos étnicos e levantado barreiras geográficas e políticas, acabou por estar na base dos conflitos fronteiriços entre os recém países, Guiné-Bissau, Senegal e Guiné-Conacri (LAIA, 22.01.2022; AUGEL, 2007; GOMES, 2014) e teve um impacto significativo na violência armada na região senegalesa de Casamansa, cujas dinâmicas viriam a influir no conflito violento de 1998-1999 na Guiné-Bissau. Senão vejamos, apesar de impor barreiras geográficas e políticas, o acordo fronteiriço não eliminou as relações étnicas na região, de modo que, a população de Casamansa, mormente as da etnia Diolas, considera-se muito mais ‘afim’ das populações que vivem na parte setentrional da Guiné-Bissau do que das que vivem para os ‘lados de Dacar’ (MACQUEEN, 2003; PUBLICO, 9.06.1998; RUDEBECK, 1998). Essas afinidades acabaram por refletir nos suportes que os líderes de Casamansa deram ao PAIGC, durante a luta de libertação nacional, tendo ‘perpetuado’ no período pós-independência (MACQUEEN, 2003; MASSEY, 2004). Ora, a região de Casamansa que desde 1645 esteve sob o domínio português, passou a pertencer legalmente a França em meados de 1886 (GOMES, 2019). Muito por culpa das resistências das monarquias locais, Paris engendrou inúmeras campanhas de pacificação de modo a impor a sua soberania na região. Disso resulta o estatuto administrativo especial à região ficando diretamente subordinada à administração do governador da África Ocidental Francesa, em Saint-Louis, no Senegal, tendo sido incorporado como distrito do Senegal no pós-independência (GOMES, 2019).

Nos meados dos anos de 1980, muitos por culpa das abordagens governamentais de Dakar e da forma como Casamansa foi ‘anexada’ ao Senegal, emergiram algumas movimentações independentistas tendo o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) ganhado protagonismo (GOMES, 2019). Disso resulta inúmeros confrontos violentos entre o governo de Dacar e o MFDC com repercussões significativas para os países limítrofes em decorrência, principalmente, dos fluxos de pessoas (DA SILVA, 2014). Os governos de Bissau e de Dakar, desde os primórdios da independência, têm tido divergências quanto às fronteiras marítimas comum, no sul do Senegal, portanto englobando a região de Casamansa, ao longo da qual existe jazidos de petróleo, de modo que, seria do interesse de Bissau a independência de Casamansa a qual possui boas relações (PUBLICO, 13.06. 1998). Diga-se assim que esse quesito, aliado à relação histórica entre estes dois territórios fez com que, durante muito tempo, o presidente Nino Vieira e outros detentores de cargos superiores das Forças Armadas apoiassem o MFDC vendendo excedentes bélicos que havia (há?) no país resultante da luta armada contra o colonialismo português (LAIA, 22.01.2022; MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, 01.08.1998; RUDEBECK, 2001).

A aproximação da Guiné-Bissau à francofonia nos meados dos anos 1997, fez com que, Paris e Dacar questionassem o apoio, a venda de armas, de Bissau às forças do MFDC (RUDEBECK, 2001). Face a isso e de modo a manter o aliado regional, num momento em que a região deparava com inúmeros desafios securitários resultantes, principalmente, dos conflitos violentos na Libéria e Serra Leoa, Nino Vieira decidiu sacrificar a sua relação histórica com Ansumane Mané, ‘irmão de arma’ na luta contra o colonialismo português e então Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau, acabando por repercutir nos conflitos violentos de 1998-1999. De fato, a acusação do envolvimento de Ansumane Mané na venda de arma ao MFDC, e a sua exoneração do cargo de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, acabaram por se afigurar como as causas remotas da violência armada de 1998-1999 (ADEBAJO, 2002; BARI, 2018; DA SILVA, 2014; MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, 01.08.1998; OBI, 2009; RUDEBECK, 2001).

À parte esses quesitos, a estratégia de ocupação colonial, a política colonial portuguesa, principalmente depois de 1926, acabaram por criar/fomentar as clivagens sócio-políticas cujas consequências perduraram no tempo. De modo a acudir as ‘exigências saídas’ da Conferência de Berlin, Portugal enredou no processo de intensificação da sua presença nas suas colónias africanas, Guiné-portuguesa nesse caso específico, com as denominadas Campanhas de Pacificação (DAVIDSON, 1969; FERREIRA, 1977; FREIRE, 2018; PÉLISSIER, 1997). A violência desse processo viria a ganhar novos contornos com o golpe militar de 1926 e a aprovação da nova constituição portuguesa, 1933, portanto, com a ‘implementação’ da segunda República ou Estado Novo. Digamos que é a partir desse período que se inicia a ‘nova ordem colonial’ fomentando alterações profundas nas dinâmicas sócio-económicas e políticas desse território dado, principalmente, ao ‘desmantelamento’ das unidades políticas tradicionais (LOPES, 1982; SILVA, 2010; SILVA, 2016).

De fato, baseando no ideário do Ato Colonial e da Carta Orgânica do Império Colonial, essa ‘nova ordem colonial’ retirou os direitos políticos a quase totalidade do ‘povo da Guiné’, indígena, uma vez que, segundo esta lógica, os africanos podiam ser úteis desde que controlados e organizados pelos brancos, não individualmente num ou noutro caso, mas como povo no seu conjunto, isto é, como espécie humana a ser considerada inerente e naturalmente inferior à raça branca (CARDOSO, 1992; FERREIRA, 1977; SILVA, 2010). Sendo a Guiné-portuguesa uma colónia de indigenato, apesar de algumas mudanças no sistema jurídico-político atendendo as dinâmicas internas e externas, a exploração económica e a dominação política, o tratamento discriminatório da população ‘local’, ‘indígena’, bem como a professa ‘missão colonizadora’ mantiveram intactas durante todo o processo colonial (CARDOSO, 1992). Aliás, Portugal implementou uma estrutura social hierárquica na qual os que atendiam aos ideais coloniais, os ditos assimilados/civilizados, teriam privilégios em relação aos outros, o que acabou por justificar a implementação rigorosa do ‘Estatuto do Indigenato’ em que a separação da ‘classe’ social se processava à luz dos preceitos discriminatórios e raciais (AUGEL, 2007; CARDOSO, 1992; DAVIDSON, 1969; SILVA, 2010).

Essas dinâmicas, mormente a hierarquização social, a divisão da população em duas categorias sociais: 1) os civilizados e 2) os indígenas (CARDOSO, 1992; DAVIDSON, 1969) acabaram por fomentar crispações várias cujos reflexos perdurariam no tempo. Por um lado, criou/intensificou crispações entre os cabo-verdianos, ‘mestiços civilizados’, considerados auxiliares dos colonos, e os guineenses, ‘indígenas’, que viria a ser nocivo para o PAIGC tanto no decurso da luta armada como no momento da construção do Estado pós-colonial. Deveras, essas crispações estiveram na base de muitos confrontos no seio do PAIGC no período da luta armada, ameaçando até a liderança de Amílcar Cabral, e esteve diretamente ligado ao primeiro golpe militar no país, ‘Movimento reajustador’ de 14 de novembro de 1980 (CORREIO DA MANHÃ, 18.11.1980; L’HUMANITÉ, 18.11.1980).

Por outro lado, a forma como Portugal aproveitou a rivalidade entre os grupos étnicos no exercício do colonialismo acabou por fomentar crispações seculares. Os Fula, por exemplo, que dispunham de uma estrutura social vertical, estavam mais alinhados à lógica capitalista/colonial, de modo que, assim como os cabo-verdianos, foram ‘usados’ na exploração dos outros grupos, fomentando crispações entre os mesmos (ADEBAJO, 2002; BAPPAH, 2017). De igual modo, essa marginalização dos ‘indígenas da Guiné’ incitou as reivindicações independentistas, luta armada para a independência, cujos desfechos influíram negativamente no processo de construção do Estado pós-colonial, portanto, nas dinâmicas conflituantes do país independente.

Da luta armada à Guiné-Bissau independente: reflexos nos conflitos violentos de 1998-1999

Apesar da contínua contestação contra a ocupação e exploração colonial, o que justifica as campanhas de pacificação até 1936, essas circunstâncias, as práticas violentas da ‘nova ordem colonial’, mudaram o foco das resistências das hierarquias tradicionais, muitos dos quais se tornaram ‘marionetes de Portugal’, para indivíduos e grupos que ansiavam uma nova realidade socioeconómica e política (DAVIDSON, 1969; FERREIRA, 1977; FREIRE, 2018). Em 1920 fundou-se a Liga Africana, cujo pensamento político assentava na unidade nacional e na luta conjunta para a independência das colónias africanas de Portugal. Contudo, a consciência política só adquiriu força real depois da segunda Guerra Mundial, nos meados dos anos 1950, num clima internacional de tendência para a descolonização (FERREIRA, 1977; FREIRE, 2018). É nesse período que Amílcar Cabral e outros guineenses e cabo-verdianos fundaram o Partido Africano para a Independência (PAI), mais tarde, no contexto da luta pela independência e unidade africana, convertido em Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e se emergiram inúmeros movimentos independentista na Guiné-portuguesa e noutras colónias portuguesas em África (LOPES, 1982; PEREIRA, 2008; SOUSA, 2016).

As violências estrutural, cultural e direta do processo colonial, a recusa de Portugal em negociar, de forma pacífica, a independência das suas colónias, o incremento da consciência nacionalista e o sistema internacional favorável incitaram a eclosão da violência armada contra o colonialismo português nos meados de 1961 em Angola acabando por se alastrar à Guiné-portuguesa (1963) e Moçambique (1964). Aliado às práticas violentas do colonialismo e a luta pelo poder e protagonismo no seio e entre os movimentos independentistas, esse fenómeno, a luta armada, refletiu de forma negativa nalgumas dinâmicas, internas e externas, cujos reflexos acabariam por se sentir nalgumas clivagens da Guiné-Bissau independente. Falamos, a nível interno, das 1) crispações no seio do PAIGC, mormente entre os cabo-verdianos e os guineenses, principalmente, face à ideia da unidade orgânica Guiné-Cabo Verde vincada por Amílcar Cabral; 2) as crispações entre o PAIGC, sua liderança, e as lideranças doutros movimentos independentistas, muito por culpa dessa unidade orgânica com Cabo Verde; e 3) a fomentação do ódio contra aqueles que apoiaram as forças coloniais, mormente os Comandos Africanos, impulsionados pela estratégia de luta do General António de Spínola⁴ (GOMES, 2014; PEREIRA, 2008; SANGREMAN, SOUSA JR. e BARROS, 2006; SOUSA, 2016).

⁴ Sobre quem foi o General António de Spínola e o papel que desempenhou na guerra na atual Guiné-Bissau, conferir, entre outros, Golias (2017) e Fabião (2019).

A nível externo destacamos os apoios militares que os movimentos de libertação, mormente PAIGC, receberam dos países ‘socialistas’, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), China e Cuba, e dos países africanos recém-independentes, com destaque para o vizinho Guiné-Conacri (DHADA, 1993; MATEUS, 1999; SOUSA, 2016). Além do papel preponderante na luta armada, esses apoios, acabaram por influenciar a ideologia do aparelho do Estado guineense nos primórdios da independência. De fato, muito por culpa desses apoios e proximidade ao bloco soviético, o PAIGC tentou implementar um regime social democrático de partido único que, embora professava a política de não-alinhamento, recebia muita influência de Moscovo (BAPPAH, 2017; FERREIRA, 17.06.2016). Esta lógica governamental, aliado às clivagens herdadas do processo colonial e fatores outros, entre os quais a corrupção, dificultou a implementação de estratégias económicas capazes de promover o desenvolvimento e a estabilidade do país, portanto, repercutindo negativamente nas dinâmicas do país independente (ADEBAJO, 2002; BAPPAH, 2017).

A nível regional incitou, principalmente, a influência de Sekou Touré, Guiné-Conacri, na Guiné-Bissau tendo sido acusado de conspiração tanto na morte de Amílcar Cabral como no primeiro Golpe militar de 14 de novembro de 1980, visto que Sekou Touré, ansiava unir as duas Guiné, separados pelo processo colonial (CORREIO DA MANHÃ, 18.11.1980; DA SILVA, 26.11.2020; MORNING STAR, 28.11.1980). À parte este quesito e as questões securitárias regionais, o apoio da Guiné-Conacri às forças ‘leais’ do Presidente Nino Vieira, durante a guerra civil de 1998-1999, pode ser vinculada à relação de amizade entre estes dois países tecido no decurso da luta armada contra o colonialismo português. A luta armada para a independência acabou por tecer, também, a relação do PAIGC com os líderes de Casamansa repercutindo, como demonstramos, de forma negativa, nas dinâmicas conflituantes de 1998-1999.

Pode-se dizer, assim, que aliada às práticas violentas do colonialismo, a luta armada contra o poder colonial fez com que o Estado da Guiné-Bissau ‘emergisse mal’ (BARI, 2018; DA SILVA, 26.11.2020), com inúmeras lacunas cujas conjugações contribuíram para a fomentação das clivagens no país independente, mormente no momento da construção do Estado pós-colonial. A ‘vitória’ do PAIGC e o cenário político internacional e na metrópole fizeram com que a transição de poder de Lisboa para o PAIGC se processasse sem um planeamento prévio, de modo que Lisboa ‘ignorou’ (1) a existência, mesmo que minoritária, de facções internas de oposição; (2) os problemas das facções dentro do PAIGC e (3) os Comandos africanos, as milícias e grande parte daqueles que, outrora, trabalharam/lutaram para a metrópole (DA SILVA, 2014 e 26.11.2020; GOMES, 2014). Principalmente, este último aspeto teve um impacto ‘catastrófico’ no seio social e político, uma vez que esses elementos passaram a ser vistos com desconfiança pelos ‘novos’ dirigentes, não só pelo papel que desempenharam durante a luta armada, mas também pela ameaça que podiam representar nos tempos de soberania incerta (GOMES, 2014). Daqui resulta os episódios de tortura e massacre contra os ditos ‘traidores da pátria’ (ARQUIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO, PAA-942, 5, 22. 02. 1975), fomentando o ódio e o desejo de vingança no seio social e político.

Além disso, a luta armada fez com que a Guiné-Bissau se emergisse a partir de um partido militarizado, PAIGC, que acusando inúmeras lacunas internas, se confundiu com o Estado assumindo a legitimidade de incorporar as funções executiva, legislativa e judiciária, ofuscando as possibilidades de edificar verdadeiras estruturas políticas e administrativas comprometendo, assim, a unidade e a estabilidade do país (ADEBAJO, 2002; DA SILVA, 26.11.2020; LAI, 28.02.2020; GOMES, 2014). Não é exíguo afirmar, portanto, que a ideologia do aparelho do Estado guineense, a abordagem governamental do PAIGC, as clivagens internas do partido cujas raízes advém do período da luta armada para a independência, as lutas pelo poder e as crispações sócio-económica, estiveram na base da primeira tentativa de golpe militar em 1978, nos inúmeros episódios de torturas, assassinatos e tentativas de assassinatos, mormente, dos líderes políticos, e na consumação do denominado Movimento reajustador, 14 de novembro de 1980 (ADEBAJO, 2002; BARI, 2018; BAPPAH, 2017; LOPES, 1982:14). As dinâmicas de poder emergido a partir deste último acontecimento acabaram por influir as causas mais remotas do conflito violento de 1998-1999.

Na verdade, a governação do país, durante mais de duas décadas, pelo PAIGC, principalmente sob a liderança de João Bernardo Nino Vieira (líder do Movimento reajustador), depois do golpe de militar de 1980, ficou marcada pela

violência física e estrutural com algumas raízes históricas. A militarização e a personalização do Estado, com modelos e comportamentos hierárquicos, centrados no líder, ‘normalizou’ a violência estrutural criando uma atmosfera de impunidade, principalmente dos líderes políticos (EMBALÓ, 2012; ROQUE, 2009). Herança da luta armada, os antigos combatentes se viam como ‘pais da nação’ recusando qualquer coerção dos poderes políticos, de modo que, não havia nenhum tipo de controle político sobre os militares ou certos grupos dentro da força policial (EMBALÓ, 2012; LAI, 28.02.2020; ROQUE, 2009). Muito por culpa do papel desempenhado pelos Balanta⁵ no período da luta armada, o protagonismo que exerciam no alto comando do exército, Nino Vieira numa luta pelo poder e protagonismo, embora tenha tido suporte destes no golpe de 1980, tentou limitar a influência desse grupo étnico tendo eliminado alguns dos seus maiores nomes. De fato, após uma alegada tentativa de golpe entre 1985-1986, Nino Vieira mandou prender inúmeros cidadãos, muitos dos quais da etnia Balanta, culminando com tortura, julgamento e condenação à morte, fomentando crispações étnico-sociais e vontade de vingança (ADEBAJO, 2002; BARI, 2018; FERREIRA, 2004). Paulo Correia, da etnia Balanta, que ocupava o cargo de Vice-Presidente e Ministro da Justiça foi um dos fuzilados. Isso justifica, em parte, o apoio maciço desse grupo étnico, que liderava (lidera?) o exército, à Junta Militar no momento da luta armada de 1998-1999.

Portanto, a conjugação desses fatores, as lutas pelo poder e protagonismo (TEMUDO, 2008), as estratégias de Nino Vieira para se ‘perpetuar’ no poder a partir da consumação de (novas) alianças, internas e externas (regionais), muitos dos quais crispantes com as ‘velhas’, acabaram por ditar a eclosão do conflito armado de 1998-1999. De fato, o ‘autoritarismo’ de Nino Vieira, a sua interferência no exército, o seu anseio em ‘eliminar’ os seus opositores e limitar/eliminar a influência dos veteranos da guerra de libertação, braço armado do PAIGC, a corrupção, a deterioração das condições de vida, principalmente dos antigos combatentes, fomentaram clivagens internas e reduziu o seu apoio por parte do exército, garante do seu poder (EMBALÓ, 2012; FERREIRA, 2004). Face às ameaças internas e no sentido de se manter no poder, procurou fomentar parcerias e acordos regionais com a adesão, em 1997, à francofonia, União Monetária Oeste Africana (UMOA)/União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA), Franco das Colónias Francesas da África (Franco CFA), e assinatura de acordos securitários com países limítrofes. É verdade que a Guiné-Bissau, desde os primórdios da sua independência, tem assinado, principalmente com os países limítrofes (Gâmbia, Guiné-Conacri e Senegal), acordos e cooperação em segurança. Contudo, cremos não ser exíguo afirmar que, depois dos resultados das primeiras eleições multipartidárias que expôs o descontentamento social e político ao ‘seu regime’ (BARI, 2018), e face às clivagens regional, as dinâmicas complexas dos conflitos violentos na Libéria e Serra Leoa, Nino Vieira procurou encontrar aliados regionais (francofonia) de modo a garantir a sua permanência no poder.

Contudo, os desfechos dessa estratégia viriam a ser nefastas. Por um lado, colocou em choque as relações históricas com Portugal, Lusofonia (DA SILVA, 2014) o que pode significar uma maior aproximação da ex-potência colonial, um dos principais parceiros internacionais, às forças de oposição interna. Por outro lado, expôs o seu apoio militar ao governo senegalês no combate às forças separatistas de Casamansa, (justifica, em parte, o apoio militar do MFDC à Junta militar no período da luta armada (TEMUDO, 2008) e fez aumentar a pressão, dos franceses e senegaleses, no sentido de impedir o tráfico de armas para Casamansa, o que incitou a cessação de relações com um dos seus aliados mais próximos, Ansumane Mané, então Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, e o consequente levantamento armado contra o seu regime (LAIA, 22.02.2022; EMBALÓ, 2012; MACQUEEN, 2003; RUDEBECK, 2001). Deveras, a acusação de envolvimento no tráfico de armas para o MFDC, por parte de Ansumane Mané, a sua exoneração, se afiguram como as causas remotas do conflito armado de 1998-1999 (MEMORADUM DE NEGOCIAÇÃO, 1.08.1998). Digamos que, o medo de ser preso e/ou morto, juntamente com a redução do seu poder e privilégios, levou-o a tentar um golpe dois dias depois de

⁵ Os Balanta desempenharam um papel importante na luta armada pela independência e nos primeiros anos da Guiné-Bissau, principalmente no exército. Além disso, foram um dos principais apoiadores do denominado Movimento reajustador de 1980 que levou ao poder Nino Vieira. A sua constante marginalização, principalmente depois de 1980 por parte do Nino Vieira, acabou por gerar descontentamento no seio do exército explícito no forte apoio à Junta Militar no conflito violento de 1998-1999 (Temudo, 2008: 245-249).

ser formalmente demitido e colocado em prisão domiciliar (TEMUDO, 2008) culminando no levantamento militar de 7 de junho de 1998.

O suporte militar dado pelos vizinhos francófonos, Senegal, com apoio da França, e Guiné Conacri ao presidente Nino Vieira e o apoio do MFDC à Junta Militar (ADEBAJO, 2002; ECOWAS, 1998; LAIA, 22.01.2022; MASSEY, 2004; OBI, 2009; ROQUE, 2009; RUDEBECK, 2001), em conjugação com as ‘debilidades’ internas da CEDEAO e as disputas pelo protagonismo entre as ex-potências coloniais, Portugal e França, e alguns líderes regionais acabariam por influenciar os enredos dos processos de paz no país (DA SILVA, 26.11.2020).

A CEDEAO e os desafios de gestão dos conflitos violentos e (re)construção da paz na Guiné-Bissau

Muito por culpa dos resultados poucos sustentáveis das intervenções para a paz lideradas pela ONU, na década de 1990, atores regionais passaram a ter maior relevo nos processos de paz e segurança nas suas regiões (BUZAN e WAEVER, 2003; HERZ, 2005). Contudo, inúmeros argumentos, prós e contra, têm sido enunciados acerca desse processo (BERMAN e SAMS, 2003; FREIRE e LOPES, 2009; HETTNE e SÖDERBAUM, 2005; ISMAIL, 2015; KABIA, 2011; LEPGOLD, 2003; PECK, 1998; ZECA, 2017). Sem entramos nesse debate, dado ao carácter do nosso estudo, defendemos que as organizações regionais devem assumir a liderança dos processos de paz nas suas regiões. Porém, principalmente no caso africano, a CEDEAO em específico, onde se avultam disputas pelo protagonismo entre os principais países/líderes e atores extra-regionais, mormente as ex-potências coloniais, se torna necessário uma análise crítica e constante sobre esse processo. O problema, muitas vezes, não se limita aos interesses/dinâmicas regionais e/ou debilidades outras dessas organizações/atores. Atores e processos extra-regionais, muitos dos quais com raízes históricas (ex-potências coloniais), acabam por influenciar as suas intervenções comprometendo a edificação sustentável da paz. Isso é bem latente no caso das intervenções para a paz da CEDEAO nos conflitos violentos na Guiné-Bissau (1998-1999).

No momento em que a violência armada eclodiu na Guiné-Bissau, a região deparava com inúmeros desafios securitários tendo a CEDEAO/ECOMOG desafiado as suas capacidades técnicas, humanas e financeiras nas suas intervenções nos conflitos violentos na Libéria e Serra Leoa marcadas por disputas e interesses outros, mormente entre o bloco anglófono, sob a liderança nigeriana, e o bloco Francófono sob auspício da Costa do Marfim (DA SILVA, 26.11.2020; DUMBUYA, 2008; MORTIMER, 1996; OBI, 2009). Na verdade, essas duas intervenções além de desafiar a capacidade económica da CEDEAO, expôs divisões internas e fragilidades das suas forças de paz, poucas capacidades, mormente, bélico e de logística (OBI, 2009). Aliás, a nível institucional, nesse período, a CEDEAO ainda não dispunha do seu principal mecanismo securitário, *Mecanismo de prevenção, gestão, resolução de conflitos, manutenção da paz e segurança*, desafiando a operacionalização das suas iniciativas de paz.

É nesse cenário que Nino Vieira, depois da intensificação da violência armada e de ter recebido apoio militar da Guiné Conacri e do Senegal, apoiado pela França, solicitou ao General Abdulsalam Abubakar, presidente da CEDEAO e chefe de Estado da Nigéria, o alargamento das missões da ECOMOG à Guiné-Bissau no sentido de restaurar a dita ordem constitucional (ADEBAJO, 2002; LAIA, 22.01.2022; DA SILVA, 26.11.2020; ECOWAS, 1997-1998). Pese embora esse pedido ‘madrugador’ e a intensificação da violência armada, a CEDEAO não teve uma resposta imediata e aquando da sua intervenção atores e dinâmicas outras acabaram por estar presentes comprometendo a edificação sustentável da paz no país. De fato, as intervenções para a paz da CEDEAO na Guiné-Bissau depararam com crispações e disputas várias: “entre as duas partes beligerantes propriamente ditas e no interior destas; entre as partes e a mediação, ou se se quiser entre as partes e as diferentes mediações (destacamos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a CEDEAO) e no próprio seio dos distintos negociadores e facilitadores” (DA SILVA, 2014:192), o que aliado as suas debilidades, mormente técnicas e financeiras, dificultaram a edificação positiva da paz no país. Portanto, na Guiné-Bissau, à parte as debilidades da CEDEAO, a lógica da Peace web (FREIRE e LOPES, 2008), a edificação sustentável da paz a partir da coordenação de

esforços dos vários atores envolvidos, caiu por terra, muito por culpa, da confrontação de interesses díspares regional e extra-regional (MASSEY, 2004).

A nível regional, à parte o intento pelo protagonismo de alguns líderes, portanto, as disputas no seio da CEDEAO, mormente entre os líderes do bloco anglófono e francófono (DA SILVA, 26.11.2020; DUMBUYA, 2008), as dinâmicas conflituantes na Libéria e Serra Leoa incitaram novas abordagens dos líderes políticos face às revoltas armadas. Digamos que, muito por culpa da vitória de Charles Taylor nas eleições presidenciais na Libéria, os líderes políticos, muitos dos quais deparavam com contestações internas e externas, perceberam que a CEDEAO e a Comunidade Internacional tolerariam a violência extrema como ferramenta política, de modo que, demonstraram total apoio ao Nino Vieira para eliminar os revoltosos e manter o poder ‘instituído por via democrático’ (DA SILVA, 2014; KOVSTED e TARP, 1999). Entende-se assim que, muito culpa dessas dinâmicas, não havia o interesse dos líderes regionais, mormente dos países limítrofes, em avaliar as reivindicações da Junta Militar e procurar resolver, de forma pacífica, as reais causas da violência. Havia sim, o interesse em eliminar, ‘no berço’, o levantamento militar contra o poder ‘legítimo instituído’ e assegurar as suas permanências no poder (DA SILVA, 26.11.2020).

A nível externo, dado principalmente as dinâmicas históricas, a Guiné-Bissau se afigurava como palco de disputa pelo protagonismo e/ou zona de influência entre Portugal e França. Como antiga potência colonial e face a aproximação das suas ex-colónias às outras ex-potências coloniais (Moçambique à Commonwealth, 1995, e Guiné-Bissau à Francofonia, 1997), Lisboa viu os conflitos violentos na Guiné-Bissau como uma oportunidade de avançar o projeto lusófono, a sua ‘(re)aproximação’ às suas ex-colónias africanas e limitar a influência francesa e possivelmente nigeriana cujo anseio pela liderança regional é latente (MACQUEEN, 2003; OBI, 2009). Assim, as ações da CPLP podem ser vistas como uma forma de alcançar esses anseios. De fato, apesar de ficar conhecida como ‘intervenção/iniciativa de paz da CPLP’, esta foi uma iniciativa portuguesa (LAIA, 22.01.2022). Contudo, de modo a dar força, credibilidade até, Portugal quis agregá-la a força da CPLP, com a participação dos outros países lusófonos (LAIA, 22.01.2022; JORNAL DE NOTÍCIA, 17.07.1998). Mesmo assim, o posicionamento, dos seus membros, divergia. Portugal com suporte de Cabo Verde queria dar atenção às reivindicações da Junta Militar defendendo um papel ativo da CPLP, enquanto Brasil, Angola e Moçambique defendiam uma ação minimalista da CPLP em detrimento da CEDEAO que, como organização regional, tinha o reconhecimento da ONU e dos atores regionais em matéria de paz e segurança (MACQUEEN, 2003).

Já a França, cujo interesse histórico em ‘anexar’ a Guiné-Bissau na sua zona de influência se concretizava com a adesão do país à francofonia, em meados de 1997, tinha todo interesse em manter no poder Nino Vieira, de modo que, apoiou as forças senegalesas (que apoiavam Nino Vieira); as missões de paz da CEDEAO/ECOMOG lideradas pelos países francófonos, e sob um discurso legalista apoiou abertamente a legitimidade do governo de Bissau criticando as ações da Junta Militar (DA SILVA, 26.11.2020; ECOWAS, 1998/1999). À parte o anseio em ganhar protagonismo face a Portugal (DA SILVA, 26.11.2020), Paris, juntamente com Dakar, via Ansumane Mané (Junta Militar) como ameaça à estabilidade na Casamansa, e tencionava limitar a influência nigeriana na CEDEAO/ECOMOG (ADEBAJO, 2002; DUMBUYA, 2008; MACQUEEN, 2003; OBI, 2009). Lembremos que, juntamente com alguns países francófonos da região, nomeadamente Costa do Marfim, ‘líder’ do bloco anglófono, criticou a liderança nigeriana das missões da CEDEAO na Libéria e Serra Leoa, acusando-o de uma estratégia hegemónica (DUMBUYA, 2008; MORTIMER, 1996; ADEBAJO, 2002; KOVSTED e TARP, 1999, OBI, 2009). Lembremos ainda que a competição e/ou rivalidade entre a França/francofonia e a Nigéria pela ‘liderança’ regional remontam os meados dos anos 1960 e ganhou novos contornos com a iniciativa nigeriana de criar um bloco económico regional, a CEDEAO (ADEBAJO, 2002).

Portanto, aliado aos processos regionais essas dinâmicas acabaram por influir no posicionamento dessas ex-potências coloniais face ao conflito violento tendo refletido negativamente nos processos de paz. Diferente da França que assumiu uma posição legalista e condenou abertamente a revolta contra o ‘poder instituído por via democrática’, Lisboa não repudiou abertamente o levantamento militar e mostrou abertura para ouvir as reivindicações da Junta Militar

(MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, 01.08.1998) e tentar uma solução pacífica da violência (DA SILVA, 26.11.202; LAIA, 22.01.2022). Disso resulta a proximidade entre Ansumane Mané e Portugal/CPLP e o repúdio do Presidente Nino Vieira e seus apoiantes acusando Portugal e CPLP de apoiarem ‘iniciativas rebeldes’ (DA SILVA, 26.11.202; LAIA, 22.01.2022).

Muito por culpa dessas abordagens, a Junta Militar, sob liderança do Ansumane Mané, via a França, os países francófonos, mormente limítrofes, e as iniciativas de paz da CEDEAO, lideradas por países francófonos com vínculos estreitos com Paris, com desconfiança dando preferência às ações da CPLP, sob a alçada de Portugal (LAIA, 22.01.2022; DA SILVA, 2014; DA SILVA, 26.11. 2020; ECOWAS, 1997/1998). Dada a complexa relação histórica entre Portugal, Cabo Verde, que assumia a presidência rotativa da CPLP, e Guiné-Portuguesa (Bissau), e face ao posicionamento de Lisboa, Nino Vieira e seus apoiantes, manifestavam repúdio e desconfiança face às ações da CPLP dando preferência às ações da CEDEAO liderado por países ‘amigos’ (ECOWAS, 1997-1998; MACQUEEN, 2003 e 2006). Lembremos que, a relação ‘cordial e amistosa’ entre Lisboa e Bissau, nos primeiros anos da independência, ganharam contornos crispantes depois do Golpe Militar de 14 de novembro de 1980, portanto sob a presidência do Nino Vieira (MACQUEEN, 2003).

Consciente das circunstâncias do rompimento entre os dois países após o golpe de 1980, Vieira desconfiava da motivação de Cabo Verde. Notoriamente paranóico, Vieira suspeitava de uma conspiração luso-cabo-verdiana para expulsá-lo do poder. [...] pensava que Portugal e Cabo Verde estavam a usar a CPLP como veículo dos seus próprios interesses. Na sua opinião, Portugal estava a aproveitar a oportunidade para inverter a abordagem da Guiné à comunidade francófona, enquanto Cabo Verde estava a acertar contas pela sua derrubada de Luís Cabral ⁶(MACQUEEN, 2003, p. 11).

Disso resulta a ‘competição’ entre a CPLP e CEDEAO colocando por terra a possibilidade de conjugação e/ou coordenação das suas estratégias de modo edificar uma paz sustentável no país. Deveras, apesar de algumas reuniões e esforços conjunto, num primeiro momento, entre o Grupo dos Sete da CEDEAO (Burkina Faso, Costa do Marfim, Gana, Gâmbia, Guiné-Conacri, Nigéria e Senegal) e o Grupo de Contacto da CPLP liderado pelo Dr. José Luís Jesus (MACQUEEN, 2003) as tensões entre as duas instituições acabaram por marcar os processos negociais. Como mencionamos, apesar da intensificação da violência armada e da solicitação da intervenção da ECOMOG por parte do Presidente Nino Vieira, esta não teve uma resposta imediata. Depois da CPLP ter ganho protagonismo com a assinatura do Memorandum de Entendimento entre os beligerantes, assinado a 28 de julho de 1998, e o acordo de cessar-fogo, assinado na capital cabo-verdiana a 26 de agosto de 1998, e se ter preparado para a segunda etapa da gestão do conflito, que consistiria em destacar alguns observadores para Guiné Bissau de modo a evitar a retomada da violência e ajudar a resolver problemas de carência económica dos antigos combatentes, a CEDEAO apareceu a reivindicar a legitimidade única de mediar o conflito ((ECOWAS, 1997/1998; ECOWAS, 2010; UN/SC, S/1998/698, July 1998; UN/SC, S/1998/825, September 1998; JESUS, 25.01.2022).

Sob desconfiança/acusação de uma ação neocolonial da CPLP e assumindo a legitimidade das suas ações dado à solicitação de intervenção por parte do presidente eleito e pelo fato de ser um problema regional (ECOWAS, 1997/1998), a CEDEAO, com forte suporte de Paris, ‘tirou’ da cena a CPLP se assumindo como principal ator nos processos de paz (JESUS, 25.01.2022). Nesse jogo de poder e protagonismo, a mediação da CEDEAO, o acordo de Paz de Abuja, 1 de novembro de 1998 (ratificado algumas vezes) (RUDEBECK, 1998; UN/SC, S/1998/1028 - 3 November 1998), não conseguiu criar/gerar confiança mútua nos beligerantes (DA SILVA, 26.11.2020; LAIA, 22.01.2022). Aliás, este acordo de Paz assentou numa lógica de edificação de instituições funcionais onde a partilha de poder entre os beligerantes não dissolvia as reais causas da violência. As principais reivindicações da Junta Militar e da força governamental não foram atendidas (MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, 01.08.1998; DA SILVA, 26.11.1980; LAIA, 22.01.2022; JESUS, 25.01.2022) o que, aliado às debilidades

⁶ Tradução livre do autor. Texto original: “Conscious of the circumstances of the breach between the two countries after his coup in 1980, Vieira was suspicious of Cape Verde’s motivation. The notoriously paranoid, Vieira suspected a Portuguese-Cape Verdean conspiracy to eject him from power. [...] he felt, Portugal and Cape Verde were using the CPLP as a vehicle for their own interests. In his view Portugal was taking the opportunity to reverse Guinea’s approach to the francophone community while Cape Verde was settling scores for his overthrow of Luís Cabral”.

técnicas e económicas da CEDEAO, a incapacidade da ECOMOG monitorizar os acordos de paz (DA SILVA, 26.11.2020; MASSEY, 2004; UN/SC, S/1999/294 - 17 March 1999) acabaram por dificultar a dissolução da violência armada e a edificação sustentável da paz. De fato, a ECOMOG, muito por culpa das suas debilidades, foi incapaz de monitorizar os acordos de paz contribuindo para o retorno da violência armada.

A ECOMOG estabeleceu o seu quartel-general de operação e comando em Bissau, de onde são enviadas as suas tropas para operações noutras partes do país. Devido à falta de equipamento de comunicação adequado, as tropas que operam noutras partes do país regressam geralmente no mesmo dia a Bissau para reduzir o risco de serem cortadas do contacto com o quartel-general da força. Para reforçar as suas atividades de patrulha e reconhecimento em Bissau e no resto do país, o ECOMOG indicou a necessidade, em particular, de veículos com tração às quatro rodas, Organização Marítima Internacional por Satélite e equipamento de radiocomunicação móvel⁷ (UN/SC, S/1999/294 - 17 de março de 1999: 3-4).

Como resultado, nem o ‘último ato/confronto final’, 6-7 de maio de 1999, que culminou com a ‘vitória da Junta Militar’ e o exílio de Nino Vieira para Portugal (MASSEY, 2004), pôs fim as crispações, mormente política, na Guiné-Bissau. Ainda hoje o país continua a dar sinais de instabilidade. No mês de fevereiro último o país sofreu mais uma tentativa de golpe de Estado.

Conclusão

Em forma de conclusão poderemos dizer que os conflitos violentos de 1998-99 na Guiné-Bissau, apesar de ter como causas remotas a disputa entre Nino Vieira e Ansumane Mané, portanto a exoneração deste último pelo Presidente Vieira sob a acusação de estar envolvido no tráfico de armas para o grupo separatista de Casamansa, ela reflete crispações socio-económicas e políticas com raízes longínquas. As violências, mormente sistémica e cultural do processo colonial, a luta armada contra o colonialismo português e o conturbado processo de ‘descolonização’, fomentaram crispações várias com reflexos nocivos no período da construção do Estado pós-colonial. O primeiro golpe militar, 14 de novembro de 1980, além de refletir essas contradições moldou as dinâmicas do poder no país independente. Sob a liderança de Nino Vieira, o país testemunhou a ‘normalização da violência’, mormente sistémica e direta, a corrupção, jogos e/ou disputas pelo poder, acabando por fomentar as crispações sociais e políticas cujo égide foi a violência armada de 1998-99.

A eclosão desse conflito armado, no momento em que a região deparava com inúmeros desafios securitários, incitou uma abordagem ímpar dos líderes regionais. Devido ao receio de que as reivindicações da Junta Militar influenciassem as forças de oposição interna, os líderes regionais, mormente dos países limítrofes, recusaram ouvir as reivindicações da Junta Militar, apoiada pela população civil, apoiando as forças do Nino Vieira. Digamos que, queriam com isso enviar uma mensagem a outros possíveis ‘rebeldes’ de que não tolerariam as suas reivindicações. Aliado às disputas pelo protagonismo e interesse entre as duas ex-potências coloniais, França e Portugal, e face às debilidades, mormente técnico e financeiro da CEDEAO resultantes, em grande parte, das intervenções para a paz na Libéria e Serra Leoa, essa abordagem radical, fez com que as intervenções para a paz da CEDEAO não conseguissem diluir as reais causas da violência e edificar uma paz sustentável no país. Disso se conclui que, à parte as debilidades, mormente técnico-financeiras, a CEDEAO teve de deparar com dinâmicas conflitantes regionais e extraregionais cujas consequências acabaram por ser nocivos nos processos de gestão de conflitos violentos e ‘reconstrução’ da paz.

Acreditamos que esse processo deve servir de alerta, não só para a CEDEAO, mas também às outras organizações

⁷ Tradução livre do autor. Texto original: “ECOMOG has established its operational and command headquarters at Bissau, from where its troops are dispatched for operations in other parts of the country. Owing to the lack of adequate communications equipment, troops operating in other parts of the country generally return on the same day to Bissau to reduce the risk of being cut off from contact with the force headquarters. To enhance its patrol and reconnaissance activities in Bissau and elsewhere in the country, ECOMOG has indicated a need, in particular, for four-wheel drive vehicles, International Maritime Satellite Organization and mobile radio communication equipment”.

regionais, mormente africanas. Estas devem perceber que o sucesso das suas operações passa, principalmente, pela coesão e coerência dos seus membros e pela capacidade de fazer face as influências e/ou interesses externos/extra-regionais. É sabido que, principalmente depois da década de 1990, a abordagem multilateral, a coordenação de esforços entre os diferentes atores, passou a ser um elemento importante nos processos de gestão de conflitos e (re)construção da Paz e Segurança. Contudo, as disputas pelo protagonismo e/ou zona de influência das ‘potências’ extra-regionais e, nalguns casos, regionais, acabam por ser nocivos ao processo de paz regional. Isso, ao nosso ver, ficou bem latente no caso da Guiné-Bissau.

Referências

- ADEBAJO, Adekeye. **Building peace in West Africa**: Liberia Sierra Leone e Guinea-Bissau. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc, 2002.
- ARQUIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO, Portugal, 942, 5, 22 de fevereiro de 1975, Apontamentos, **Expulsão de um cidadão português da República da Guiné-Bissau**, Lopes da Costa.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: Identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BAPPAH, Habibu Yaya. Why Peace Fails in Guinea Bissau? A Political Economy Analysis of the ECOWAS-brokered Conakry Accord. **Friedrich Ebert Stiftung**: Peace and Security Series. Dakar, p. 1-46. Disponível em: <https://africanleadershipcentre.org/attachments/article/552/FES-PSCC-Brochure-No26-A4-VA-web-05%20version%20finale-Habib%20Yaya.pdf>. Acesso em 13.03.2021.
- BARI, Samba. **A Guerra de Bissau**: 7 de junho de 1998. Lisboa: Sinapis, 2018.
- BARRETO, João Franco. **História da Guiné, 1418-1918**. Lisboa: Lisboa: J. Barreto, 1938.
- BERMAN, Eric. G.; SAMS, Katie. E. The Peacekeeping Potential of African Regional Organizations. In: BOULDEN, Jane (Ed). **Dealing with Conflict in Africa**: The United Nations and Regional Organizations. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 35-78.
- BOOTH, Ken. Security and Emancipation. **Review of International Studies**. [Online], vol. 17, nº 4, pp. 313-326, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20097269>. Acesso em 20.10.2017.
- BOXER, Charles Ralph. **O Império marítimo português**: 1415-1825. Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 2019.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security**: a new framework for analysis. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap. **Regions and Powers**: the Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CARDOSO, Carlos. A Ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. **Soronda - Revista de Estudos Guineense**. Bissau v.14, p. 29-64, 1992. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=A00000629>. Acesso em 13.03.2021.
- CORREIO DA MANHÃ (18.11.1980) **Guiné Conakry ajudou no golpe – afirma o jornal Le Monde**.
- CORVO, João de Andrade. **Estudos sobre as Províncias Ultramarinas**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1883.
- DA SILVA, Francisco Henriques. **Crónicas dos (Des)feitos da Guiné**. Coimbra: Almedina, 2014.
- DA SILVA, Francisco Henriques. Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau (1998). A intervenção da CPLP e da CEDEAO na Guiné-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Porto, Portugal: Realizada Via Zoom, 26.11.2020 (64 min).
- DHADA, Mustafah. **Warriors at Work-How Guinea Was Really Set Free**. Colorado: University Press of Colorado, 1993.
- DAVIDSON, Basil. The liberation of Guine: Aspects of an African revolution. Londres: Harmondsworth - Penguin, 1969.
- DUMBUYA, P. A. ECOWAS Military Intervention in Sierra Leone: Anglophone-Francophone Bipolarity or Multipolarity?. *Journal of Third World Studies*. V. 25, n. 2, p. 83-102, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292384414_ECOWAS_military_intervention_in_Sierra_Leone_Anglophone-Francophone_bipolarity_or_multipolarity. Acesso em 13.02.2021.
- ECOWAS (1998) Annual Report of the Executive Secretary Mr. Lansana Kouyate, Abuja, Nigéria.

ECOWAS (1998-1999) Annual Report of the Executive Secretary Mr. Lansana Kouyate, Abuja, Nigéria.

ECOWAS (1997/1998) Annual Report of the Executive Secretary Mr. Lansana Kouyate, Abuja, Nigéria.

ECOWAS, (2010) **Compendium of ECOWAS Peace and Security decision**: Protocols, Declarations and Peace Agreements, Compiled by: Emmanuel Kwesi Aning; Emma Birikorang And Thomas Jaye, Published by Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre (KAIPTC) in collaborations with German Development Cooperation with support from the Training for Peace Programme, Accra, Gana.

ECW/CMXLIV/3 - ECOWAS Forty-fourth Ordinary Session of the Council of Ministers, Intern Report of the executive Secretary- Lansana Kouyate. ECOWAS. Abuja, p. 55-58. 1999.

ECW/CMXLIV/3 - ECOWAS Forty-fourth Ordinary Session of the Council of Ministers, **Intern Report of the executive Secretary- Lansana Kouyate**, Abuja, 29-31 July 1999.

EMBALÓ, Birgit. Civil-military relations and political order in Guinea-Bissau. **The Journal of Modern African Studies**. V.50, n. 2, p. 253-281, 2012. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/abs/civilmilitary-relations-and-political-order-in-guineabissau/120520BC168EBC89753551D6271F9BFF>. Acesso em 20.02.2021).

FABIÃO, Carlos. **A descolonização na Guiné Bissau**. Disponível em: <https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/DescolonizacaoFabiao.pdf>

FERREIRA, Alberto Ferreira. Jornalista e ex-cooperante na área de formação jornalístico na Guiné-Bissau - 1978-1985 - 1987. Conflitos violentos na Guiné-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Porto, Portugal, 17.06.2016 (56 min).

FERREIRA, Eduardo de Sousa. **O fim de uma Era**: O colonialismo português em África. Trad. Maria Nazaré de Campos. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1977.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. Guinea-Bissau: Between conflict and democracy. **African Security Review**. V. 13, n. 4, p. 45-56, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10246029.2004.9627317>. Acesso em 12.02.2021.

FREIRE, João. **A colonização portuguesa da Guiné - 1880-1960**: Contributos sobre o papel da Marinha com dois apêndices sobre Cabo Verde e São Tomé e sobre a caça aos negreiros de Angola. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2018.

FREIRE, Maria Raquel; LOPES, Paula Duarte. Reconceptualizar a paz e a violência: Uma análise crítica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 82, p. 13-26, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/614>. Acesso 13. 02. 2021.

FREIRE, Maria Raquel; LOPES, Paula Duarte. A segurança internacional e a institucionalização da manutenção da paz no âmbito da ONU: riscos e expectativas. **E-cadernos – Centro de Estudos Sociais**. Coimbra, n. 6, p. 5-23, 2009. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/36168>. Acesso em 20.10.2021.

GALTUNG, Joahn. Violence, Peace, and Peace research. **Journal of Peace Research**. [Online], vol. 6, nº 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em 15. 10.2017.

GALTUNG, Joahn. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**. [Online], vol. 27, nº 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022343390027003005>. Acesso em 15.10.2017.

GALTUNG, Joahn. Três formas de Violência, três formas de Paz: A Paz, a Guerra e a formação social indo-europeia”. Trad. João Paulo Moreira, **Revista Crítica de Ciência Sociais**. Coimbra, vol. 71, p. 63-75, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271149970_Tres_formas_de_violencia_tres_formas_de_paz_A_paz_a_guerra_e_a_formacao_social_indo-europeia. Acesso em 15.10.2017.

GOLIAS, Jorge Sales. **A descolonização da Guiné-Bissau e o movimento dos capitães**, Cidade: Editora, 2017

GOMES, Antonieta Rosa. O Conflito de Casamansa e as Relações de Poder na Senegâmbia: Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 38, p. 217-237, 2019. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=A00006219>. Acesso em 13.02.2022.

GOMES, Carlos Matos. A africanização na guerra colonial e as suas sequelas: Tropas locais - os vilões nos ventos da história. In: MENEZES, Maria Paula; MARTINS, Brun. S. **As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais**: Alianças secretas, mapas imaginados. Coimbra: Almedina, 2014, p. 122-141.

HENRIQUES, Isabel Castro. Colonialismo e História. **Centro de estudos sobre África, Ásia e América Latina, ISEG**. Lisboa, Documentos de Trabalho nº 132, 2015. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7815/1/WP132.pdf>. Acesso em 10.01.2022.

HERZ, Mônica. O Tratamento da Segurança Regional pela Disciplina de Relações Internacionais. **Instituto de Relações Internacionais, PUC – Rio**. Rio de Janeiro, p. 1-19, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/86585177/HERZ-2005-O-Tratamento-da-Seguranca-Regional-pela-disciplina-de-Relacoes-Internacionais>. Acesso em 15. 02.2021.

HETTNE, Björn; SÖDERBAUM, Fredrik. A Regional Approach to Conflict Prevention and Management. In the Conference: **Comparing Different Approaches to Conflict Prevention and Management**: Korean Peninsula and the Taiwan Strait. Stockholm:16-17 de

Dezembro, 2005. Disponível em: https://isd.eu/content/uploads/images/stories/isd-main-pdf/2006_ledberg_comparing-different-approaches.pdf. Acesso em 13. 12. 2021.

ISMAIL, Olawale. Toward a Community of practice: ECOWAS and Peace and Security Policy Communities. **African Peace Building Network**. West Africa: working paper n. 3, p. 1-43. 2015. Disponível em: http://webarchive.ssrc.org/working-papers/APN_WorkingPapers03_Ismail.pdf. Acesso em 18. 01. 2022.

JESUS, José Luís. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidade de Cabo Verde (1998-1999). A intervenção da CPLP e da CEDEAO na Guiné-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Porto, Portugal: Realizada via Zoom, 25.01.2022 (72 min).

JORNAL DE NOTÍCIAS (17.07.1998: 12) **Grupo dos sete vai a Bissau e a Timor- Abertura oficial da Cimeira de Estados lusófonos marcado pela ameaça do Senegaleses à integridade guineense** - Por Domingos de Andrade.

KABIA, John M. Regional approaches to peacebuilding: The ECOWAS peace and Security architecture. **BISA-Africa and International Studies ESRC seminar series**: African Agency in International Politics. Birmingham, 7 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/socialsciences/bisa-africa/files/africanagency-seminar2-kabia.pdf>. Acesso em 12.03.2021.

KOVSTED, Jens; TARP, Finn. **Guinea-Bissau: War, Reconstruction and Reform**. United Nation University (UNU)/World Institute for Development Economics Research (WIDER). Working Paper, Nº 168, 1999. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp168.pdf>. Acesso em 10.11.2021.

LAI, General. Participou na Missão da ECOMOG na Guiné-Bissau tendo liderado a Missão entre 2012-2016. The ECOWAS intervention in Guinea-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Comissão da CEDEAO, Abuja, Nigéria, 28.02.2020 (63 min).

LAIA, Coronel António. Adido de Defesa de Portugal na Guiné-Bissau, (1998). A intervenção da CPLP e da CEDEAO na Guiné-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Porto, Portugal: Realizada via zoom, 2.01.2022 (57 min).

LEPGOLD, Joseph. Regionalism in the Post-Cold War Era: Incentives for Conflict Management. In: DIEHL, Paul F.; LEPGOLD, Joseph (Eds). **Regional Conflict Management**. New York: [s.n.], 2003, p. 9-40.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Biblioteca de Estudos Africanos, 1982.

MACEDO, Jorge Borges. **História da Diplomacia Portuguesa**: Constantes e Linhas de Força. Lisboa: Tribuna da História, 2016.

MACQUEEN, Norrie. A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau. **International Peacekeeping**. London, V. 10, n.2, p. 1-26, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/1362444/A_Community_of_Illusions_Portugal_the_CPLP_and_Peacemaking_in_Guin%C3%A9-Bissau. Acesso em 10.11.2021.

MACQUEEN, Norrie. Widening trajectories: Guinea Bissau and Cape Verde since Independence. **Instituto Português de Relações Internacionais**. Relações Internacionais, p. 1-17, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/6220181/Widening_Trajectories_Guinea-Bissau_and_Cape_Verde_since_Independence. Acesso em 13.02.2022.

MASSEY, Simon. Multi-faceted Mediation in Guinea-Bissau Civil War. **Scientia Militaria - South African Journal of Military Studies**. V. 32, n. 1, p. 76-95, 2004. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/smsajms/article/view/81082>. Acesso em 13.02.2022.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A Luta pela Independência**: A formação das Elites fundadores da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999.

MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, Comando Supremo da Junta Militar para a Consolidação da Democracia, Paz e Justiça, Bissau, 1º de agosto de 1998.

MENDY, Peter Karibe. Portugal's Civilizing Mission in Colonial Guinea-Bissau: Rhetoric and Reality. *The International Journal of African Historical Studies*. Boston, v. 36, n. 1, Special Issue: Colonial Encounters between Africa and Portugal, p. 35-58, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3559318> . Acesso em 13.02.2022.

MORNING STAR (28.11.2020) **Touré Tramples on Cabral's Guinea – Paul Fauvet looks behind the racist overtones and reports on the recente coup in Guinea-Bissau**.

MORTIMER, Robert A. Senegal's Rôle in Ecomog: The Francophone Dimension in the Liberian Crisis. **The Journal of Modern African Studies**. Cambridge, v. 34, n. 2, p. 293-306, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/162034> . Acesso 13.02.2022.

OBI, Cyril I. Economic Community of West African States on the ground: Comparing peacekeeping in Liberia, Sierra Leone, Guinea-Bissau, and Côte D'Ivoire. **African Security**, v. 2, n. 2-3: Regional Organizations in African Security, p. 119-135, 2009. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19362200903361945>. Acesso em 10.12.2021.

PALÉ, Coronel Ollo Alain. Chefe da divisão do PSOD - Peace Suport Operation Division of ECOWAS. The ECOWAS intervention in Guinea-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Comissão da CEDEAO, Abuja, Nigéria, 8.02.202 (59 min).

PECK, Connie. **Sustainable peace**: The role of the UN and Regional Organizations in preventing conflict. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

PÉLISSIER, René. **História da Guiné**: Portugueses e Africanos na Senegâmbia - 1841-1936. Trad. Francisco de Sousa. Lisboa: Estampa, 1997.

PEREIRA, José Augusto. O PAIGC perante o dilema cabo-verdiano (1959- 1974). **Dissertação de Mestrado**, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2008, (187 pp.).

PUBLICO (9.06.1998) “A Bravura de Casamansa”, por Jorge Heitor.

PUBLICO (13.06.1998) “Jogos de força na África Ocidental”, por Jorge Heitor.

ROQUE, Sílvia. Peacebuilding In Guinea-Bissau: A Critical Approach. **Norwegian Peacebuilding Centre**. Guinea Bissau Report, p. 1-22, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/2009051/Peacebuilding_In_Guinea-Bissau_A_Critical_Approach. Acesso em 13.02.2022.

RUDEBECK, Lars. Guinea-Bissau: Military Fighting Breaks Out. *Lusotopie*. [Online], n. 5, p. 25-30, 1998. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1998_num_5_1_1139. Acesso em 13.02.2022.

RUDEBECK, Lars. On Democracy's Sustainability: Transition in Guinea-Bissau. **Sida Studies**, Stockolm, n. 4, 2001. Disponível em: <https://www.sida.se/en/publications/on-democracys-sustainability-transition-in-guinea-bissau>. Acesso em 13.02.2022.

SANGREMAN, Carlos; et all. **A evolução política recente na Guiné-Bissau**: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. Centro de Estudo sobre África e do Desenvolvimento da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, Documentos de Trabalho nº 70, 2006. Disponível em: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp70.pdf>. Acesso em 13.02.2022.

SILVA, António E. F. D. **Invenção e construção da Guiné-Bissau**: Administração colonial/ Nacionalismo/ Constitucionalismo. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2010.

SILVA, António E. F. D. **A presença portuguesa na Guiné**: História Política e Militar - 1878-1926. Porto: Caminhos Romanos, 2016.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral**: Vida e morte de um revolucionário africano. Edição revista, corrigida e aumentada. Coimbra: [s.n.], 2016.

TEMUDO, Marina Padrão. From ‘People’s Struggle’ to ‘This War of Today’: Entanglements of Peace and Conflict in Guinea-Bissau. **Africa – Journal of the International African Institute**. [Online], v. 78, n. 2, p. 245-263, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29734326> . Acesso em 13.02.2022.

UN/SC, S/1998/698, **Letter dated 28 July 1998 from the Permanent Representative of Cape Verde to the United Nations Addressed to the President of Security Council**, 28 July 1998.

UN/SC, S/1998/1028, **Letter dated 3 November 1998 from the Permanent Representative of Nigeria to the United Nation Addressed to the President of Security Council**, 3 November 1998.

UN/SC, S/1998/825, **Letter dated 1 September 1998 from the Representatives of Cape Verde and Côte D’Ivoire to the United Nations addressed to the President of the Security Council**, 1 September 1998.

UN/SC, S/1999/294, Report of the Secretary-General Pursuant to Security Council Resolution 1216 (1998) Relative to the Situation in Guinea-Bissau, 17 March 1999.

USMAN, General Yussuf. Director of Ecomas Stand by Force. The ECOWAS intervention in Guinea-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Comissão da CEDEAO, Abuja, Nigéria, 4.03.2020 (52 min).

WAEVER, Olof; et all. **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. London: London Pinter, 1993.

ZECA, Emílio Jovando. Organizações Regionais e Processos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos em África: Experiências da SADC, CEDEAO e IGAD. **Conjuntura Global**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 191-226, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319194434_Organizacoes_Regionais_e_Processos_de_Prevencao_Gestao_e_Resolucao_de_Conflitos_em_Africa_Experiencias_da_SADC_CEDEAO_e_IGAD. Acesso 12.02.2022.

Funções de colaboração exercidas

Mário Elisandro Correia Gonçalves:

Conceitualização; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Obtenção de financiamento; Software; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Horizontal inequalities and multi-sectarian societies: a study about the perception by Syrian refugees in Brazil of the socioeconomic situation and groups inequalities in Syria before the 2011 uprising

Desigualdade horizontal e sociedades multissectárias: um estudo sobre a percepção de refugiados sírios no Brasil da situação socioeconômica e das desigualdades dos grupos na Síria antes da insurreição de 2011

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.126987>

Danny Zahreddine

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, Brasil

danny@pucminas.br  

Guilherme Di Lorenzo Pires

Instituto de Educação Continuada - PUC Minas, Belo Horizonte, Brasil

guilherme740@gmail.com  

Abstract

After the beginning of the Arab Spring and the conflict in Syria, researchers worldwide are trying to understand the reasons that led to the civil war in that country. Many hypotheses are raised, from the deterioration of socioeconomic conditions, the increasingly harsh political and police repression against the regime's opponents, to the interest of regional powers in changing the Syrian regime. In this article, we decided to explore another dimension of conflict. After applying a questionnaire to a group of Syrian refugees in Brazil, we sought to understand the perception of respondents about the existence or not of horizontal inequality between the Syrian religious groups, in the economic, social, religious, political and cultural spheres. The result sheds light on the important role of the perception of horizontal inequality between groups as an essential source of discontent and frustration, which may have contributed to the breaking of the Syrian state's social-political pact.

Palavras-chave: Syrian conflict; Horizontal inequality; Perceptions of Syrian refugees in Brazil.

Resumo

Após o início da primavera árabe e do conflito na Síria, pesquisadores de todo mundo buscam compreender as razões que levaram à guerra civil naquele país. Muitas hipóteses são levantadas, desde a deterioração das condições socioeconômicas, a repressão política e policial cada vez mais dura contra opositores do regime, até o interesse de potências regionais na troca do regime sírio. Neste artigo decidimos explorar uma outra dimensão do conflito. Após aplicarmos um questionário a um grupo de refugiados sírios no Brasil, buscamos entender a percepção dos entrevistados acerca da existência ou não de uma desigualdade horizontal entre os grupos confessionais sírios, no âmbito econômico, social, religioso político e cultural. O resultado encontrado joga luz sobre o importante papel da percepção da desigualdade horizontal entre grupos como uma fonte importante de descontentamento e frustração, que pode ter contribuído para a quebra do pacto político social do Estado sírio.

Keywords: Conflito sírio; Desigualdade horizontal; Percepção de refugiados sírios no Brasil.

Received: 05 September 2022

Accepted: 22 November 2022

Conflicts of interest: The author did not report potential conflicts of interest



This is an article published in open access and distribution under the terms of the [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), which permits its use, distribution and reproduction in any medium as well as its transformation and creations from it, as long as the original author and source are credited. Also, the material cannot be used for commercial purposes, and in the case it is transformed, or serves as a basis for other creations, these must be distributed under the same license as the original.

Introduction

Since the beginning of the Arab Spring in 2011, much is still unclear about the causes that precipitated the demonstrations. Many studies explored the general common conditions in the Arab countries that favored the protests. However, the empirical literature still struggles to specify the main factors in each country that motivated people to take to the streets. On the one hand, the frequently cited causes are questioned by several researchers. In objective terms, the situation in the 2000s was not so critical. In fact, the Middle East had some favorable social indicators compared to other developing regions (ARAMPATZI *et al.*, 2018). On the other hand, considerable social, economic, and political differences between the Arab countries prevent the development of an analytical model for all countries affected by the Arab spring protests.

This article considers that this impasse stems from the lack of research on the popular perception of living conditions. It is possible that grievances stemmed not only from a change in the material condition but from changes in expectations. In this sense, it is essential to know how people make sense of reality to understand why people rebel against their governments and why groups enter into conflict.

The research presented in this article sought to expand the comprehension of the Arab Spring through the study of the Syrian case, which after the outbreak of the demonstrations in 2011, entered a period of civil war. In the empirical literature, there is no consensus on how the economic and social factors affected Syrians' willingness to take to the streets to protest. Equally problematic is the discussion of whether social and economic inequalities played a role in the escalation of sectarian tension. Considering this, this article seeks to discuss how Syrians perceive the socioeconomic situation in Syria in the years leading up to the 2011 crisis and how they perceive inequalities between different groups.

In order to assess the proposed question, a survey was carried out with Syrian volunteers in Brazil, addressing their perception of various aspects of quality of life in Syria in the 20 years before the 2011 crisis. the questionnaire was structured according to the following objectives: a) to assess whether there is a perception of a worsening in the quality of life in general in the years leading up to the 2011 crisis; b) assess whether there is a perception of increasing inequalities between religious groups in these years, and c) assess whether the respondent's religious identity is associated with distinct response patterns.

In order to make sense of the data obtained, this study chose to combine the analysis of the responses with the evaluation of what the empirical literature says about living conditions and inequalities between groups in contemporary Syria. Due to the lack of large-scale surveys on the subject, it is necessary to employ different complementary sources to help the researcher better understand the broader situation of horizontal inequalities in Syria. In this regard, the discussion of this article may contribute by directing future research on communal inequalities in Syria and the crisis of 2011.

The article begins by introducing the analytical framework that guided the research and the elaboration of the questionnaire. Subsequently, the answers obtained are presented, along with some observations. Then, the responses are analyzed in light of the empirical literature. Finally, the conclusion summarizes the main points of the research.

The analytical framework

As Cammett and Salti (2018) note, analysts were surprised by the outbreak of mass protest movements in the Middle East and the Maghreb in late 2010 and early 2011. The researchers, faced with a phenomenon of such magnitude, found themselves facing the challenge of explaining what motivated such mobilizations in several countries. The literature to date lists several general causes, such as resentments created by economic inequalities and impoverishment, feelings of alienation, widespread corruption, youth frustration with the absence of expectations for the future, political repression and lack of freedom (CAMMETT; SALT, 2018, p.64).

Nevertheless, when we evaluate the literature on living conditions in the Arab countries in the years before the protests in 2011, it is possible to recognize that there is no direct connection between the protests and statistics about the precarious living condition or deep social inequality levels in the region. Some authors point out that the Arab countries had significant success in reducing extreme poverty in the decades before the uprisings (HASSINE, 2014). For these authors, the Middle East region, in general, witnessed a reduction in the percentage of extreme poverty, hunger and infant mortality (HASSINE, 2014)¹.

On the other hand, opinion polls showed a different picture from that suggested by material indicators. Despite the irregular but gradual progress on crucial topics for the quality of life, such as poverty reduction and the level of human development, opinion polls showed a picture of dissatisfaction with the quality of life in several Arab countries. (ARAMPATZI *et al.*, 2018, p.83). More than profound changes in material indicators, what can be observed in the years prior to 2011 was a change in the level of the subjective feeling of happiness. Some studies show that the level of life satisfaction dropped significantly in Arab countries, especially Egypt, Syria, Tunisia, Libya and Yemen, in the years leading up to the Arab Spring (ARAMPATZI *et al.*, 2018; KOROTAYEV; SHISHKINA, 2019). This situation in some Arab countries contrasts with the situation in countries at similar levels of development that had, on average, a higher level of satisfaction in quality of life.

Cammett and Salti recognize the importance of studies that identify general trends in the region. These studies contribute to a better understanding of the political, economic, and social dilemmas that afflict Arab countries. However, some of these studies overlook the actual dissemination of dissatisfaction in each country. Furthermore, these analyses consider only the objective data without considering public opinion. As a result, they assume an automatic relationship between specific indicators and the outbreak of protests without empirical evidence (CAMMETT; SALT, 2018, p.70). As Devarajan and Ianchovichina (2018) argue, studies that evaluate only the objective indexes cannot verify the existence of profound grievances in societies. According to the authors, traditional objective indices do not capture crucial subjective aspects for people's well-being, quality of life, and future expectations.

To understand the motivation underlying social conflicts, it is essential to comprehend how people interpret and give meaning to the social reality in which they are inserted. In other words, it is essential to assess the subjective process through which individuals consider a situation to be unfair. This article is in line with the argument made by the literature on *Relative Deprivation* and *Horizontal Inequalities* that grievances come from the act of comparing. Of particular importance is the comparison people make of their own situations with the living conditions of other people or other groups.

This article aims to assess which aspects the Syrian refugees in Brazil consider the most problematic and how dissatisfactions are distributed according to confessional groups. The article assumes that: a) what matters is the perception of social reality by individuals; b) that people evaluate different dimensions of life besides the macroeconomic dimension; and c) resentments are not evenly distributed among cultural groups.

The research presented in this article was structured using the theoretical approach of *Horizontal Inequalities* as a reference. Horizontal inequalities are defined as inequalities that involve economic, social, political, and cultural differences between culturally defined groups (STEWART; LANGER, 2008). According to the *Horizontal Inequalities* approach, deep and pervasive inequalities can incite social mobilization and violence along cultural lines through the spread of shared feelings of frustration and discontent (FUKUDA-PARR; LANGER; MINE, 2013, p2).

Traditionally, economic inequality has gained much prominence in the literature. However, it is not clear from the literature which economic aspects matter most for social mobilization. Some authors understand that macroeconomic factors matter less than factors linked to the quality of life in general. In this sense, some authors distinguish between economic differences and social inequalities. However, socioeconomic inequality is not the only or the most important

¹ Nevertheless, some authors contest this perspective. Assouad *et al.* who found an extreme level of inequality in Arab countries (2018).

cause for social unrest (OSTBY, 2008). As Arnim Langer and Satoru Mikami note, the likelihood of violent conflict between culturally defined groups increases considerably when socioeconomic, political, and cultural inequalities are consistent (BROWN, LANGER, 2008; LANGER; MIKAMI, 2013). The basic argument is that when political, economic, and social inequalities coincide with cultural differences, culture can become a vector of mobilization for various forms of collective action and social unrest, including violent conflict and civil war (OSTBY, 2013; STEWART; LANGER, 2008)².

Studies on the role of grievances in internal conflicts have been enriched by econometric analysis that assesses the correlation between the two concepts. However, these studies have some limitations regarding the understanding of the concatenation of the mechanisms that precipitate the conflict and the apprehension of the perceptual and emotional aspects. Numerous studies on horizontal inequalities postulate a correlation between group grievances and conflict, but they do not explain how grievances act in conflicts or measure them directly (MUST, 2018, P.2). Quantitative studies that assess material indicators fail to capture the different ways in which people and groups interpret reality and the way they value different aspects of life (LANGER; MIKAMI, 2013, p.208).

In recent years, several authors have highlighted the need to complement the analysis of socioeconomic indicators with research that addresses groups' perceptions of deprivation as a way of understanding what motivates groups to engage in contentious policies (SIROKY *et al.*, 2020). Some studies find robust evidence that perceived grievance, rather than material indicators, is associated with violent contentious policy support, particularly in cases where the political system does not favor political negotiation to redress the many groups' discontents (DYRSTAD; HILLESUND, 2020). As Dan Miodownik and Lilach Nir observe, "people often act on the basis of a socially mediated understanding of their conditions, rather than the conditions themselves" (MIODOWNNIK; NIR, 2016, p.24).

This article seeks to contribute to the discussion on the importance of the perception of individuals for the outbreak of protests in 2011. The research presented in this article included the distribution of a questionnaire among Syrian refugees residing in three cities in Brazil. One of the objectives of the questionnaire, among others, was to capture the perception of Syrians about the social, political, and economic reality in Syria in the years leading up to the 2011 crisis.

This study aimed to point out trends in the perceptions of a delimited Syrian community: those who sought refuge in Brazil. Due to social ties with Syrian communities in Brazil and socioeconomic factors, Syrian refugees in Brazil have a different profile from those who sought refuge in countries neighboring Syria or in Europe. That is, the very act of taking refuge in Brazil already introduces a selection of which perceptions will be addressed in the research. However, this feature is present, to a greater or lesser extent, in all surveys that seek to listen to Syrian refugees in other countries. Being aware of these aspects, the present research was limited to apprehending how Syrian refugees in Brazil see the recent history of Syria.

Operationalization

In order to assess the proposed question, a survey was carried out with Syrian volunteers living in Belo Horizonte, São Paulo, and Curitiba, addressing their perception of various aspects of quality of life in Syria in the 20 years before the 2011 crisis. In addition to asking for their opinion on the economic, political, social, and cultural situation, the survey asked them to compare the situation between faith groups. The questionnaire was based, in part, on the survey proposed by Langer *et al.* (2017), on the survey applied by The Day After (2016), a non-governmental organization committed to the defense of democracy in Syria, and on the questionnaire proposed by Charles Harb (2017) to assess the social cohesion in the Arab World.

² Inequalities are factors that increase the likelihood of internal conflict. They are not a direct cause. (STEWART; LANGER, 2008). The causal mechanisms linking horizontal inequalities to conflict are multiple and complex (CEDERMAN; GLEDITSCH, BUHAUG, 2013). Generally, there is a concatenation of numerous mechanisms constituting a broader process. Furthermore, the subjectivity of the individuals occupies a central place in this process. The impact of inequalities is mediated by the actors' perception, as objective data do not automatically translate into collective resentment. Numerous studies point that perception does not always match social reality (DEVARAJAN; IANCHOVICHINA, 2018; GIMPELSON; TREISMAN, 2018).

It is important to mention here that the present paper is part of a broader research that sought to assess various dimensions of social cohesion in Syria from the perception of Syrians on various indicators. In addition to inequalities, the questionnaire explored topics linked to the social identities of volunteers and the degree of trust that volunteers have in relation to political institutions and members of other religious groups. The results presented here, which in themselves are already important, need to be analyzed in a broader analytical framework considering the salience of social identities (national, ethnic and religious), the relationship between them, and the political context.

For greater convenience of respondents, the questionnaire was translated into Arabic with the help of an Arabic language teacher. In addition, a test was carried out with some Syrian volunteers who helped correct inaccurate terms, bring some sentences closer to the purpose of the research and, finally, helped to adjust some details in the questions.

The questionnaire used closed questions in order to assess the participant's opinion on previously defined topics and the frequency and pattern of certain responses according to religious cleavages. For most of the closed questions, a classification scale was adopted, presenting ordered answers from which the participant should choose only one. The second set of questions involved questions that asked participants to say whether or not they agreed with statements presented by the questionnaire.

Whenever possible, the time frame was specified in the questions so that it would not be vague. This temporal distinction is essential for studying the participants' perception of socioeconomic changes in Syria in the 21st century. The time frame initially established was the year 2000. However, after test application of the questionnaire with Syrian volunteers and their suggestions, the cut-off date was changed. The year 2000 was chosen because it marked the political rupture caused by the death of Hafez al-Assad and the rise to power of Bashar al-Assad, his son. In the amended version, the cut-off years, in addition to 2000, are 2005 for more general questions about living conditions. The choice of more recent years is due to the fact that the profile of Syrian refugees in Brazil is younger. As a result, questions about living conditions before the 2000 period may generate more vague answers. And the choice of the year 2005 refers to important events and processes in recent Syrian history. In 2005, more liberal economic reforms and the onset of a severe drought created an economically more delicate context for Syria³.

The questionnaire was designed bearing in mind that the order of the questions and the response options influence how people respond. For example, a particular sequence of questions can make the participant interpret and answer them differently if the order of the questions were different (SCHWARZ, 2007). As a result, the research first presented questions about social identity, as it is the intention that participants answer the other questions with their social identities in evidence. Then, questions about the person's perception of general living conditions as a member of a given social group were introduced.

Of the 20 participants, 16 are men and 4 are women. The age range ranges from 25 years to 35 years. The level of education is high, with 1 having primary education, 2 having secondary education and 17 having higher education. It is important to note that the number of total responses varies according to the question, and there was a tendency to have fewer total responses at the end of the questionnaire. As for the religious identification of the participants, 3 are Catholic Christians, 8 are Orthodox Christians, 6 are Sunnis, and one Ismaelite. One identified himself as the "other" option, and another chose not to respond to the question. Ethnic identification was less diverse: 16 were Arabs, one was Assyrian, and two opted for the "other" option. And one did not identify himself.

Finally, there is one last but important observation about the questionnaire and the number of participants. The questionnaire was extensive, and participants were given complete freedom to answer only the questions they were comfortable answering. Therefore, the number of respondents to each question differed. It is possible to observe a greater

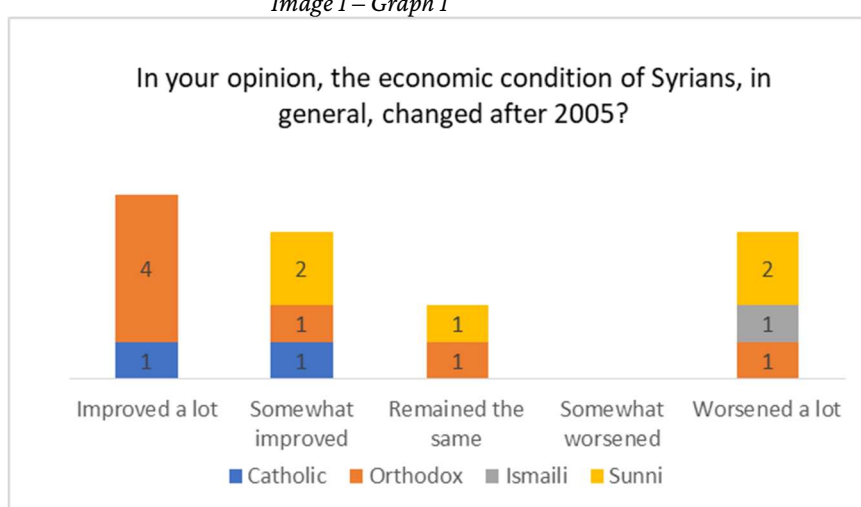
³ The questionnaire does not directly address the 2011 conflict or the participant's refugee status. The questions only address the perception of the participants about the years before 2010 and, therefore, before the conflict and the refugee experience. Although these two elements inform the participant's perception, this research does not aim to bring these elements to the center of the discussion, elements that deserve to be evaluated in other studies.

engagement in the first questions and a smaller engagement in the last questions. In addition, the topic of the questions also affected engagement. Because of this, the total number of respondents was less than 20.

The questions and the answers

The first question asks the participant if, in his opinion, Syria's economic condition changed after 2005. The literature points out that 2005 is an important year for the Syrian economy because of the liberal reforms (MATAR, 2019). At this time, Syria has adopted more extensive packages of liberal measures. In addition, there was a convergence of several domestic and international processes that impacted the Syrian economy, such as the occurrence of a major drought in the countryside, jeopardizing the production of essential foods, and the global financial crisis that occurred in 2008 (AZMEH, 2014).

Image 1 – Graph 1

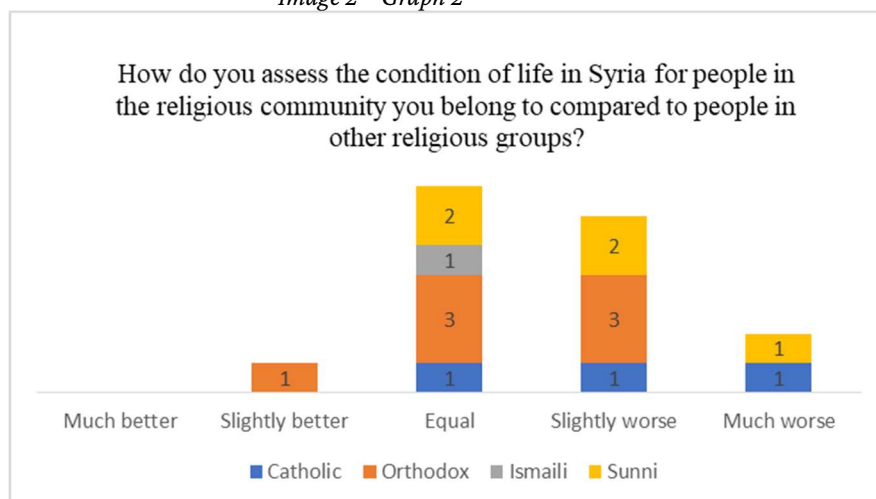


Source: Own elaboration (2019)

The responses indicate a greater preponderance of options that point to an improvement in Syria's economic situation. However, the option that indicates a significant worsening of the economic situation was expressive. It is important to emphasize that the option of continuity of the condition had a low relative weight compared to the options that indicate the occurrence of the change.

The next question asks how the participant assesses the living conditions of people of his religious community compared to people from other religious groups. The question encompasses a general condition beyond the participant's personal experience.

Image 2 – Graph 2

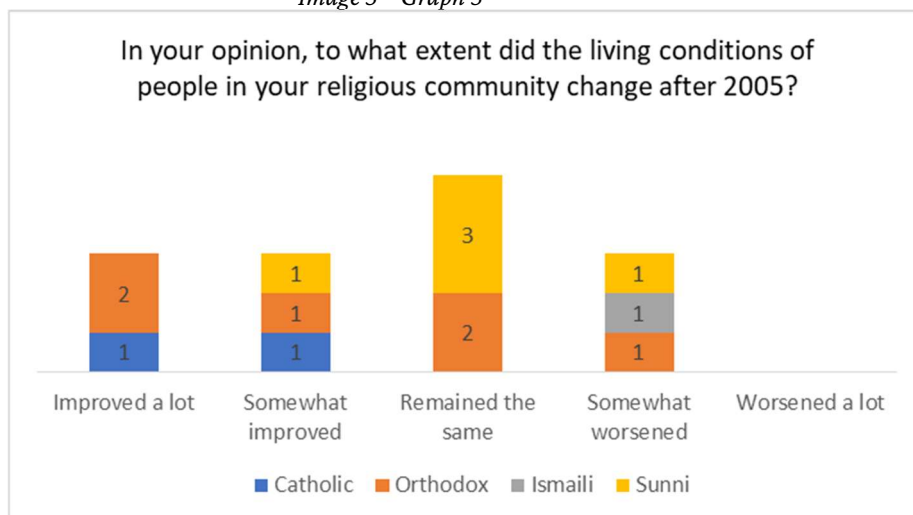


Source: Own elaboration (2019)

When assessing the interviewees' perception of the situation of their respective groups compared to that of other groups in Syria, it is possible to perceive a less positive picture. In the previous answers, the positive attitude toward the situation of the Syrian economy was more significant. In this question, the tendency of the answers was more median and negative. Besides that, it is important to note that, in the above question, the religious cleavage did not represent a relevant cut.

The next question addressed the same topic but introduced the temporal component:

Image 3 – Graph 3

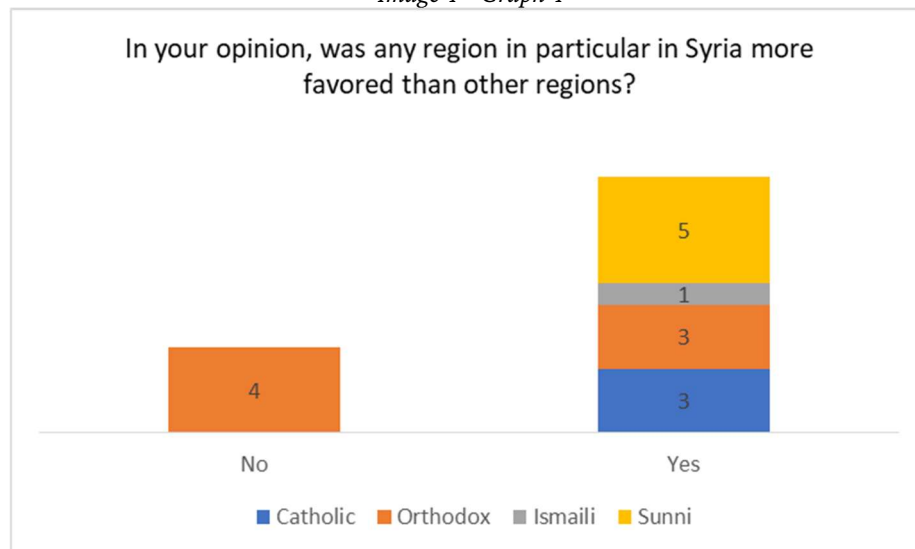


Source: Own elaboration (2019)

It is possible to observe that, overall, the answers were not so negative. Volunteers did not indicate a significant worsening of living conditions for their religious groups.

The next question asked the participant if, in his view, any region in Syria was more favored than the others.

Image 4 – Graph 4

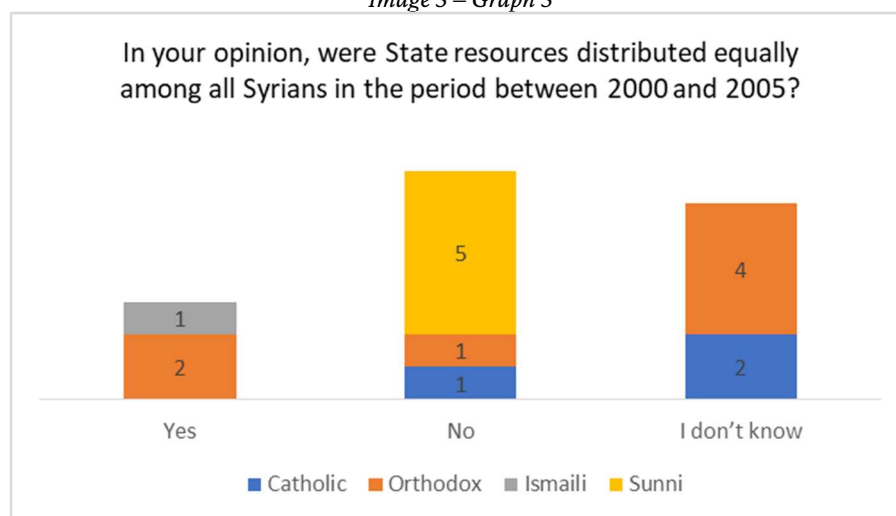


Source: Own elaboration (2019)

The responses indicate that majority of participants recognize the existence of inequalities between regions in Syria. This corroborates what part of the literature suggests about the prominence of regional disparities in contemporary Syrian history (BATATU, 1999).

The following question explored other aspects of inequalities and asked whether, in the participants' opinion, State resources were distributed equally among all Syrians from 2000 to 2005.

Image 5 – Graph 5

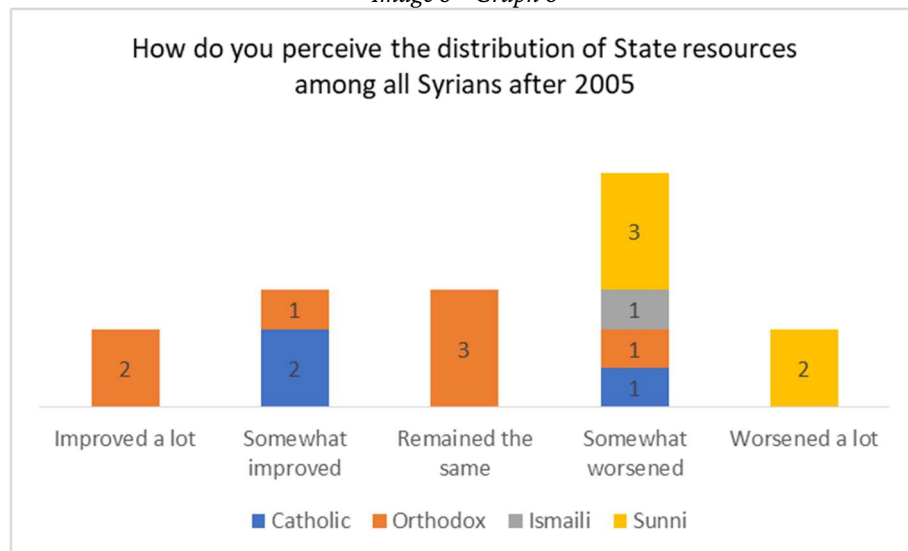


Source: Own elaboration (2019)

The responses indicate a negative or uncertain attitude toward the distribution of State resources in the early 2000s. Besides that, it is possible to observe that the Sunnis were unanimous about the unequal distribution of resources.

The next question developed the previous topic and asked whether state resource distribution among all Syrians changed after 2005.

Image 6 – Graph 6

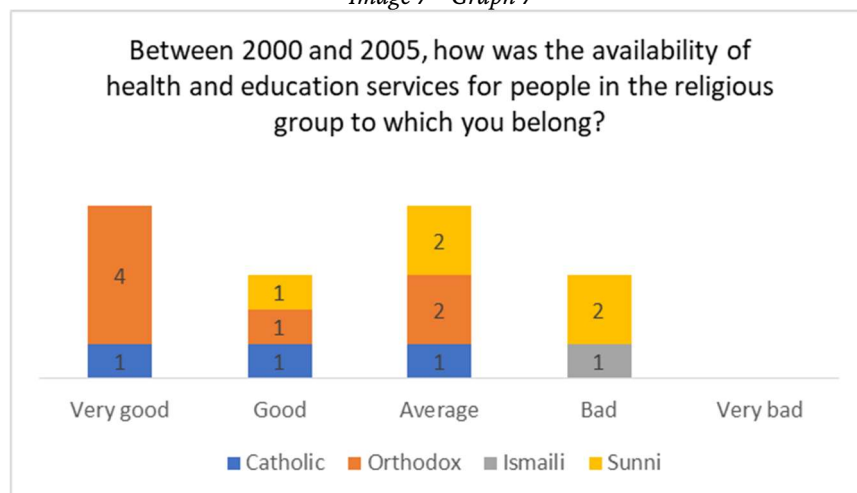


Source: Own elaboration (2019)

The responses were well distributed among the options, but it is possible to observe a difference in the response pattern of Christians and Sunnis. The Sunnis demonstrated an assertively more negative view.

The next question evaluated the opinion of participants about some basic services provided by the state between 2000 and 2005.

Image 7 – Graph 7

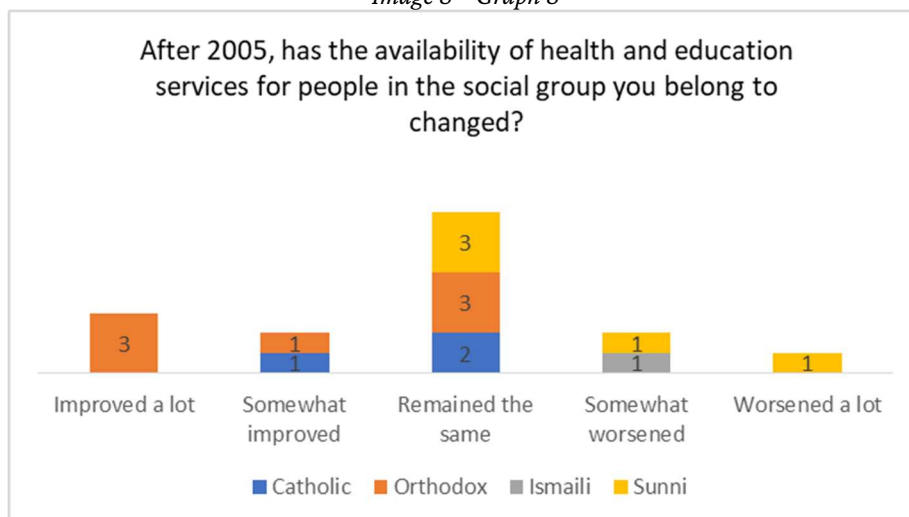


Source: Own elaboration (2019)

The responses indicate an overall positive picture. Among Christian participants, there is a preponderance of a more positive attitude that ranges from median to very good. Sunnis, meanwhile, take a more median attitude.

The next question reproduced the same idea but introduced a temporal component. It asked the participant to compare before 2005 and after:

Image 8 – Graph 8

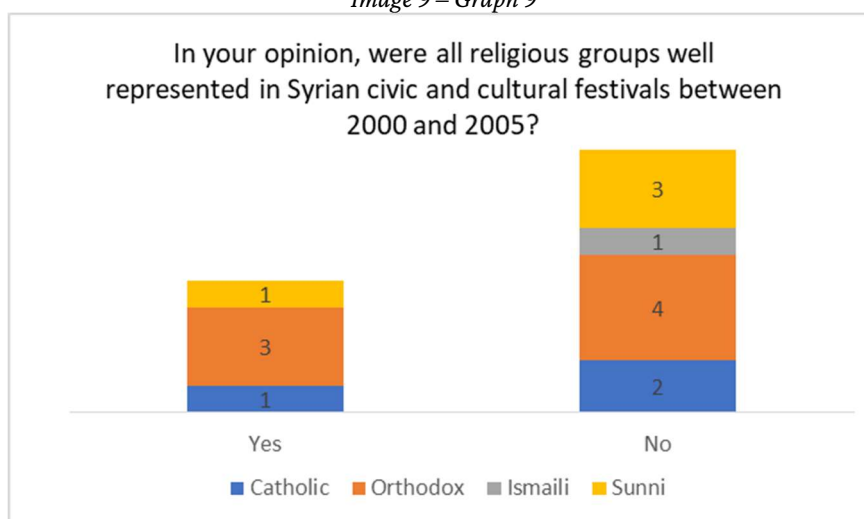


Source: Own elaboration (2019)

The option indicating the maintenance of the situation was the most chosen. However, it is possible to see that the Sunnis had a more negative opinion than the Christians.

The next question questioned the participant if all religious and ethnic groups were well represented in Syrian civic and cultural festivals between 2000 and 2005:

Image 9 – Graph 9

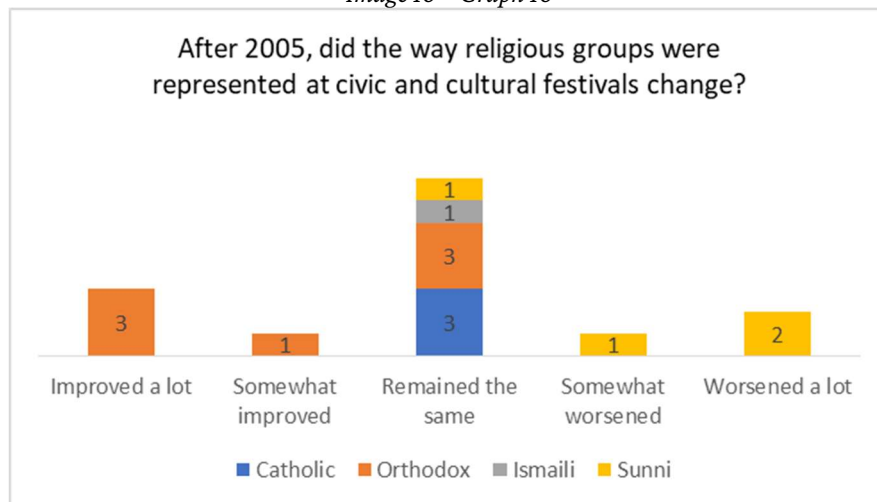


Source: Own elaboration (2019)

The responses indicate that inequalities were not limited to economic and social dimensions. Most answers indicate that civic and cultural festivals did not look at all groups equally.

The next question reproduced the topic of the previous one but demanded if the situation changed after 2005.

Image 10 – Graph 10

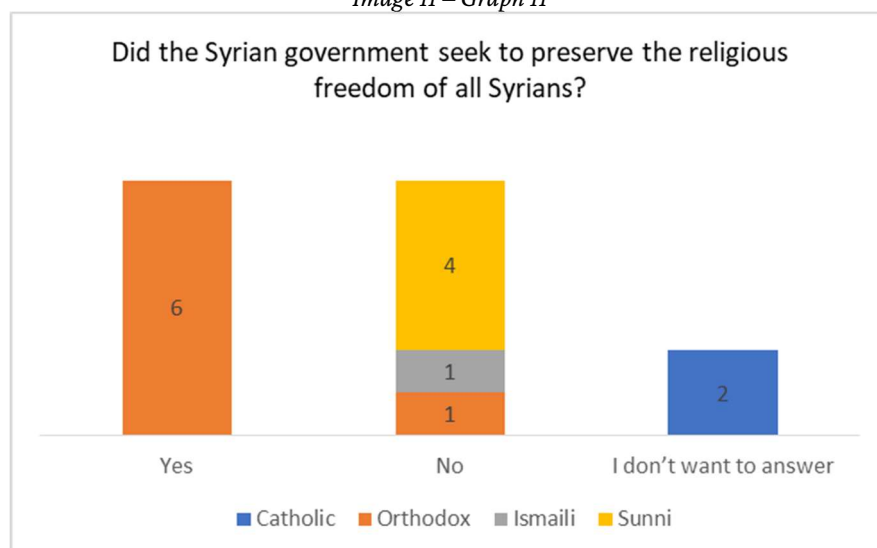


Source: Own elaboration (2019)

The responses indicate that, for most participants, there were no major changes in the representativeness of different groups in cultural festivals during the 2000s. It is important to note that the cultural aspect remained relatively stable compared to social and economic dimensions. Among orthodox Christians, the option indicating a relative and significant improvement was significant. In turn, the majority of Sunni volunteers pointed to a relative worsening and a substantial worsening in how the groups were treated at civic and cultural festivals. It is a very negative picture, considering that the majority already judged the situation unfavorable.

The next question demanded the participant to evaluate the assertion that the Syrian government sought to preserve the freedom of religious manifestation of all Syrian

Image 11 – Graph 11

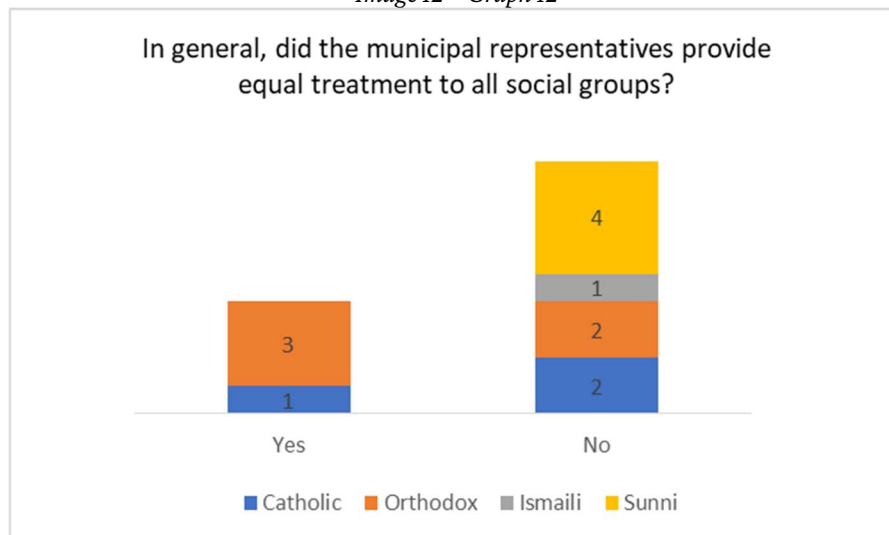


Source: Own elaboration (2019)

It is possible to observe that religious cleavage is associated with quite different positions on this issue. Among the Orthodox, everyone agreed except one. Among Catholics, volunteers preferred not to take a stand. On the other hand, Sunnis unanimously disagreed.

The next question asked the volunteers whether, in general, the municipal representatives treated all social groups equally.

Image 12 – Graph 12



The answers indicate that most of the participants considered that there was favoritism at the local level. The percentage of responses disagreeing with the sentence was slightly lower but still important. From the confessional perspective, it is possible to see that the answers of the Sunni participants were assertively negative.

Discussion

For the analysis, this article compared the responses with what qualitative studies say about the topics discussed in the questionnaire. The questionnaire begins by asking questions about the economy and living conditions. Numerous studies indicate that Syria has undergone social and economic changes since the 1990s (MATAR 2019, p.95). In the decade of the 2000s and the rise of Bashar to power, the government opted to deepen the liberal economic reforms initiated by Hafez to solve the problems caused by the exhaustion of the economic model of the previous decades (HADDAD, 2012; MATAR, 2019). In 2005, the regime announced a change in the economic policy, shifting the model centralized in the state to a mixed economic model. This positioning was a critical rhetorical reorientation, explicitly indicating the implementation of what the regime called the Social Market Economy (HADDAD, 2012). In 2005, the government announced a change in the economic policy, shifting the model centralized in the state to a mixed economic model. This positioning was a critical rhetorical reorientation, explicitly indicating the implementation of what the regime called the Social Market Economy (HADDAD, 2012).

Despite the government's attempt to modernize the economy, the results did not meet expectations. Bassam Haddad notes that since 1986, the transition to a new economic model has been erratic, and from 1994 to 2005, Syria went through a period of stagnation. Although the economy began to recover in the late 1990s, with the GDP growth, the per capita income fell until 2004. And since 2005, Syrian economic growth has declined (HADDAD, 2012). In addition, Syria's failure to develop a productive sector has compromised the independence and soundness of the Syrian economy, which was vulnerable to "external economic disturbances" (MATAR, 2019, p.98).

Linda Matar notes that the macroeconomic reforms promoted by the Syrian government have reduced the middle class, an important base of support for the Ba'th regime, especially during Assad's presidency. Besides that, the reforms increased the gap between the rich and poor (MATAR, 2019, p.98). Matar argues that the failure of state policies to create jobs for the growing workforce pushed the population to informal activities (MATAR, 2019, p.109).

According to graph 1, there is no consensus among participants about the economic condition of Syrians after 2005. It is important to note that religious cleavage also does not influence the response pattern in this question. The

majority felt that the situation had improved, but a significant part felt it had worsened. Perhaps a more diversified sample including low-income people, the segments of society most vulnerable to the economic downturn, would show a higher percentage of responses indicating the worsening of living conditions. As some studies show, one of the segments of society most affected by the reforms was the peasants, especially the Sunni peasants (PHILLIPS, 2015)⁴. The peasants, who had already suffered from a severe drought in the mid-2000s, saw living conditions deteriorate with poor government management and the cut of subsidies for fuel and fertilizers, which contributed to a wave of migration to the urban centers (DE CHÂTEL, 2014; PHILLIPS, 2015).

It is difficult to assess to what extent the poor performance of economic reforms has affected inequality among religious communities. In absolute terms, the participants did not detect a significant negative change in the living conditions, as shown in graph 3. On the other hand, when asked about the condition of their group compared to the condition of other groups, the participants had a more negative view. There is a symmetry between those who see equality between groups and those who understand that their religious group had a worse quality of life compared to other groups⁵. Although these results cannot be generalized, they highlight the importance of comparison for how people make sense of economic and social reality.

Quality of life involves several aspects beyond economic growth. Public services represent an important aspect of people's lives. Graph 7 shows that participants have a more positive stance on public services. As the literature shows, the Ba'th regime was established in a social contract in which the state offered free basic services, public jobs, and subsidies to guarantee some level of legitimacy (HINNEBUSCH, 2012). Even though the Syrian state has undergone a gradual change since the end of the 1980s, providing essential goods and basic services was one of the pillars of the regime's legitimacy. Some authors point out that the breach of this contract was one of the factors that precipitated popular dissatisfaction (HINNEBUSCH, 2012). However, the responses in Graph 8 do not fully reflect this reality. Once again, this may reflect the fact that the sample does not include people who are more vulnerable to the deterioration of basic services.

Another important dimension of inequality is regional disparity. Some studies highlight regional historical differences in Syria (BATATU, 1999). To what extent these differences have increased or decreased during Bashar al-Assad's rule is difficult to say. However, there is a widespread perception among Syrians that regional inequality is very significant. Graph 4 endorses this position and points to another essential element: the unanimous perception among Sunnis that some regions are privileged. In this regard, it is important to note that there is a certain overlap between confessional and regional cleavages in Syria. Although all regions are quite complex in terms of demographic composition, certain regions are associated with specific minorities, particularly the districts of Latakia and Tartus. Both of these regions have an Alawite majority and are seen by Syrians as privileged regions (GOLDSMITH, 2015).

To better understand how Syrians make sense of inequality, it is necessary to look at an indispensable component of internal conflicts: the attribution of responsibility. Some studies show that the awareness of inequality is not enough to generate contentious politics (CEDERMAN; GLEDITSCH; BUHAUG, 2013). People and groups must hold some political actors accountable for dissatisfaction with inequality to become a mobilization resource⁶. The responses suggest that the political factor is critical in how people assess the condition of their religious groups. Graph 6 indicates that when the question mentions a political actor, the participants present different attitudes about social, economic, and political

⁴ Traditionally, the Sunni peasantry was one of the bases of support for the Ba'th regime. Their support explains why the Islamist movements failed to mobilize the Sunni population in the countryside against the regime during the internal conflicts in the 1970s and 1980s (HINNEBUSCH, 2012).

⁵ Authors of social psychology (SIROKY *et al.*, 2020) show that people tend to evaluate the situation of their social group in comparison with other groups in society. However, researchers need to distinguish people's perceptions of social status and the social and economic reality of the country. For example, Christa Salamandra (2013) notes that, despite being seen by many Sunni Arabs as a privileged group, most Alawites did not directly enjoy the privileges granted by the regime, and many had precarious living conditions. On the other hand, some authors argue that even though the Ba'th regime did not systematically favor all Alawites, there were more opportunities for Alawites, especially within key sectors of the economy and in the state apparatus (GLASSMAN, 2013, p.39).

⁶ As studies of social movements indicate, the process of diffusion of collective grievances goes through several stages. First, individuals realize the existence of an unfair situation; then, they attribute responsibility to some political actor, and finally, they engage in contentious movements (CEDERMAN; GLEDITSCH; BUHAUG, 2013).

contexts compared to questions that did not mention any actor. In particular, it is important to note how Sunnis had a negative view of how state resources were distributed among all Syrians.

In addition to influencing how people frame socioeconomic inequality, politics plays a central role in generating inequalities in Syria. The political variable is fundamental for understanding the concentration of state power in the hands of a confessional minority (SAOULI, 2018). Political power was concentrated in the hands of the officers who led the coup in 1963, a coup that gradually extirpated the participation of the traditional oligarchies from power. When Hafez al-Assad came to power, he revised the state's relationship with the former Syrian bourgeois class. With Hafez, the regime sought to economically accommodate part of the Sunni urban establishment (mainly from Damascus) to take advantage of the economic potential of this arrangement to build a stronger state (HADDAD, 2012). In addition, it was essential to keep the Sunni community away from ideologies and protest movements, such as Islamist movements. In this way, the regime coopted some leaders to gain at least their consent and create a social situation that, although not desired by Sunni leaders, was preferable to social chaos. However, the cooptation of the Sunni elite was marked by latent tensions, as the regime sought to contain the influence of the Sunni economic elite (HADDAD, 2012).

In this context, a situation of balance emerged between these social groups, "anchored by common interests, but tied with mutual resentment" (SALAMANDRA, 2013, p.304-305, our translation). Each group saw itself as a victim of an unequal system and denounced the privileges of the other. On the one hand, the Alawites condemned the prosperity of urban Sunni families, which was a consequence of the political rise of urban oligarchies at the end of the 19th century and the mandate period (KHOURY, 1987). On the other hand, the Sunni middle class resented the privileged access of the Alawite elite to state resources and the smuggling networks and illegal activities tolerated by the Syrian State (SALAMANDRA, 2013, p.304-305).

Political privilege is not present only in high politics. It is possible to observe the local unfolding of this uneven system. Graph 12 shows that most respondents indicated that local authorities favored certain groups over others. It is important to note how Sunnis are unanimous in pointing out inequality⁷. When assessing responses from the confessional divide, it is possible to see that Sunnis are unanimous about the situation of inequality. Christians, for their part, present a more balanced view.

Some studies point to the discrepancy in how regional authorities dealt with the local demands of each community. For example, Christopher Phillips notes that some Sunnis resented that the government provided greater assistance for Alawite drought-affected properties than Sunni properties. In addition, Phillips notes that many Sunnis and Christians have resented that Alawite economic migrants have benefited from the government in Homs. (PHILLIPS, 2015, p.367). Thus, it is possible to see that the exclusionary logic that guides politics at the central level is reproduced at local levels, even though the composition of society in each city is distinct and particular.

Inequalities between groups are not limited to political and economic dimensions. An essential aspect, and not so studied, is cultural inequalities. Cultural inequality is about the difference in status regarding cultural expressions and individuals' perceptions about their group's societal position (BROWN; LANGER, 2008, p.42). This dimension is the one that showed the most significant polarization among the participants. In graphs 9 and 10 on the representation of religious groups in civic activities, this polarization is not so evident, even though it is possible to observe a tendency of Sunnis to have a more negative attitude. However, the picture changes significantly when the question explicitly mentions the government. Graph 11 shows an evident difference between the perception of Christians and Sunnis about the government's role in guaranteeing religious freedom for all groups.

⁷ The questionnaire did not ask the participants to take a political position openly. The intention was to separate, as far as possible, the answers from the discussions about the clash between the Assad regime and opposition groups after 2011. The concern was that the participants did not overexpose themselves. In addition, the political dimension was explored in other questions of the questionnaire that addressed political trust. However, it is possible to indirectly assess the participants' attitudes towards political actors, especially at the local level.

The responses show that some volunteers, especially the Sunnis, understand that the state adopted culturally discriminatory practices and did not value the cultural expression of all groups in the same way. This is in line with what empirical literature demonstrates. Some studies reveal that many Sunni Arabs considered the Ba'th regime's secularist project a form of cultural and religious discrimination against Sunni symbols (RABO, 2012). Nassif, for example, points out that among Sunni officers, there was a perception that the ethos of the armed forces was hostile to Sunni values and symbols. In addition, many Sunni officials resented the adoption of strange and offensive practices against Islam, such as the distribution of alcohol at social events and a disregard for Muslim religious practices (NASSIF, 2015, p.631). Although very limited, the answers of Sunni participants indicate that this dissatisfaction may be more widely shared.

Conclusion

The perception of inequalities is a crucial factor in the outbreak of the 2011 protests in Syria and the escalation of the sectarian conflict. Although the present study did not explore the mechanisms that triggered the conflict, the argument presented here maintains, in line with the recent literature on horizontal inequalities, that the perception of inequalities is a powerful mobilization resource when it overlaps with salient cultural identities (MUST, 2018, p.1). Although the study result cannot be generalized, the answers indicate the robustness of the model (as proposed by Langer *et al.*, 2017), which could be used in other cases.

The article argues that the perception of inequalities involves several factors which cannot be inferred only from objective indicators. For instance, changes in the perception of political and economic reality can result from several social and cognitive mechanisms that relate to how reality is represented. In this sense, the increase of expectations in a scenario of economic stagnation can cause frustration in some segments of society.

This research shows that, the difference in the assessment of inequality by people from different groups depends on which aspect of reality is being addressed. Some aspects had a greater degree of divergence between confessional groups, while other aspects were similarly perceived among individuals from different groups. Religious groups are heterogeneous, but that does not mean that grievances are equally distributed in society. It is possible to perceive a tendency for different assessments of social reality by each group. The overlapping of inequalities and cultural cleavages induces specific trends in the assessment of social reality by social groups.

Referências

- ARAMPATZI, Efstratia; BURGER, Martijn; IANCHOVICHINA, Elena; RÖHRICHT, Tina; VEENHOVEN, Ruut. Unhappy Development: Dissatisfaction With Life on the Eve of the Arab Spring. **The Review of Income and Wealth**. v.64, n.1, p.80-113, 2018.
- ASSOUAD, Lydia, CHANCEL, Lucas; MORGAN, Marc. Extreme Inequality: Evidence from Brazil, India, the Middle East, and South Africa. In: **AEA Papers and Proceedings**, v.108 p.119-23, 2018.
- AZMEH, Shamel. The Uprising of the Marginalized: a socioeconomic perspective of the Syrian Uprising. **LSE Middle East Centre Paper**. n.6, Middle East Centre, London School of Economics and Political Science. 2014.
- BATATU, Hanna. **Syria's Peasantry**: the descendants of its lesser rural notables and their politics. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- BIBI, Sami; NABLI, Mustapha.K. Income inequality in the Arab region: data and measurement, patterns and trends. **Middle East Development Journal**. v.1, n.2, p.275-314, 2009.
- BREISINGER, Clemens; ECKER, Olivier; AL-RIFFAI, Perrihan. Economics of the Arab awakening: From revolution to tranformation and food security. **International Food Policy Research Institute**. Washington, DC, 2011
- CAMMETT, Melani, SALT, Nisreen. Popular grievances in the Arab region: evaluating explanations for discontent in the lead-up to the uprisings. **Middle East Development Journal**. v.10, n.1, p. 64-96, 2018.

CEDERMAN, Lars-Erik; GLEDITSCH, Kristian; BUHAUG, Halvard. **Inequality, Grievances, and Civil War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DE CHÂTEL, Francesa. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution. **Middle Eastern Studies**. v.50, n.4, p.521–535, 2014.

DEVARAJAN, Shantayanan; IANCHOVICHINA, Elena. A Broken Social Contract, Not High Inequality, Led to the Arab Spring. **Review of Income and Wealth**. v.64, n.1, p.5–25, 2018.

DRYSDALE, Alasdair. The Regional Equalization of Health Care and Education in Syria since the Ba'athi Revolution. **International Journal of Middle East Studies**. v.13, n.1, p.93–111, 1981.

DYRSTAD, Karin; HILLESUND, Solveig. Explaining Support for Political Violence: Grievance and Perceived Opportunity. **Journal of Conflict Resolution**. v.64, n.9, p.1724–1753, 2020.

GIMPELSON, Vladimir; TREISMAN Daniel. Misperceiving inequality. **Economics & Politics**. V.30, p.27–54, 2018.

GLASMAN, Wladimir. Les Ressources sécuritaires du regime. In: BURGAT, François; PAOLI, Bruno. **Pas de Printemps pour la Syrie**, 2013.

GOLDEN, Robert. Housing, Inequality, and Economic Change in Syria. **British Journal of Middle Eastern Studies**. v.38, n.2, p.187–202, 2011.

GOLDSMITH, Leon. **Cycle of Fear: Syria's Alawites in War and Peace**. London: Hurst & Company, 2015.

GURR, Ted. Why Minorities Rebel: a global analysis of communal mobilization and conflict since 1945. **International Political Science Review**. V.14, p.161–201, 1993.

HADDAD, Bassam. **Business Networks in Syria: The Political Economy of Authoritarian Resilience**. Stanford: Stanford University Press, 2012.

HANIEH, Adam. **Lineages of revolt: Issues of contemporary capitalism in the Middle East**. Chicago: Haymarket Books, 2013

HARB, Charles. Developing a Social Cohesion Index for the Arab Region. **Amman: United Nations Development Programme Regional Bureau for Arab States (RBAS)**, 2017.

HARRIGAN, Jane. **The Political Economy of Arab Food Sovereignty**. London: Palgrave Macmillan, 2014.

HASSINE, Nadia Belhaj. Economic Inequality in the Arab Region. **World Bank Policy Research Working Paper**. n. 6911, 2014.

link: <https://ssrn.com/abstract=2895368>

HILLESUND, Solveig; BAGHAT, Karim; BARRETT, Gray; DUPUY, Kendra; GATES, Scott; MOKLEIV, Håvard Nygård; RUSTAD, Siri Aas; STRAND, Håvard; URDAL, Henrik; OSTBY, Gudrun. Horizontal inequality and armed conflict: a comprehensive literature review. **Canadian Journal of Development Studies**. v.39, n.4, p.463–480, 2018.

HINNEBUSCH, Raymond. Syria: from 'authoritarian upgrading' to revolution? **International Affairs**. v.88, n.1, p.95–113, 2012.

JOHNSTONE, Sarah; MAZO, Jeffrey. Global warming and the Arab spring. **Survival**. v.53, n.2, p.11–17, 2011.

KASHAN, Hilal. The eclipse of Arab authoritarianism and the challenge of popular sovereignty. **Third World Quarterly**. v.33, n.5, p.919–930, 2012.

KASTRINO, Maria A. **Power, Sect & State in Syria: the politics of marriage & identity amongst the Druze**. London: I. B. Tauris, 2016.

KHOURY, Philip S. **Syria and the French Mandate: The Politics of Arab Nationalism, 1920–1945**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

KOROTAYEV, Andrey V.; SHISHKINA, Alisa R. Relative Deprivation as a Factor of Sociopolitical Destabilization: Toward a Quantitative Comparative Analysis of the Arab Spring Events. **Cross-Cultural Research**. v.54, n.1–2, p. 296–318, 2019.

LANGER, Arnim. BROWN, Graham K. Cultural. Cultural Status Inequalities: An Important Dimension of Group Mobilization. In: STEWART, Frances (ed.) **Horizontal Inequalities and Conflict**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

LANGER, Arnim; MIKAMI, Satoru. The Relationship between Objective and Subjective Horizontal Inequalities: Evidence from Five African Countries. In: MINE, Yoichi; STEWART, Frances; FUKUDA-PARR, Sakiko; MKANDAWIRE, Thandika (ed.). **Preventing Violent Conflict in Africa: Inequalities, Perceptions and Institutions**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

LANGER, Arnim. STEWART, Frances. SMEDTS, Cristien; DEMAREST, Leila. Conceptualising and measuring social cohesion in Africa: Towards a perceptions-based index. **Social Indicators Research**. v.131, n.1, p.321–343, 2017.

- LAWSON, George. Revolution, non-violence, and the Arab Uprisings. **Mobilization: An International Quarterly**. v.20, n.4, p.453-470, 2015.
- MATAR, Linda. Macroeconomic Framework in Pre-conflict Syria. In: MATAR, Linda; KADRI, Ali (ed.). **Syria: from national independence to proxy war**. Palgrave Macmillan, 2019.
- MIODOWNIK, Dan; NIR, Lilach. Receptivity to Violence in Ethnically Divided Societies: A Micro-Level Mechanism of Perceived Horizontal Inequalities. **Studies in Conflict & Terrorism**. v.39, n1, p.22–45, 2016.
- MUST, Elise; RUSTAD, Siri Aas. "Mtwara will be the New Dubai": dashed expectations, grievances, and civil unrest in Tanzania. **International Interactions**. v.45, n.3, p.500-531, 2019.
- NASSER, Rabie; MEHCHY, Mehchy; ABU ISMAIL, Khalid. Socioeconomic roots and impacts of the Syrian crisis. **Syrian Center for Policy Research**. january, 2012.
- NASSIF, Hicham Bou. 'Second-Class': the grievances of Sunni officers in the Syrian Armed Forces. **Journal of Strategic Studies**. v.38, n.5, p.626-649, 2015.
- ØSTBY, Gudrun. Polarization, Horizontal Inequalities and Violent Civil Conflict. **Journal of Peace Studies**. v.45, n.2, p.143-162, 2008.
- ØSTBY, Gudrun. Inequality and political violence: A review of the literature. **International Area Studies Review**. V.16, n.2, p. 206–231, 2013.
- PHILLIPS, Christopher Phillips. Sectarianism and conflict in Syria. **Third World Quarterly**. V.36, n.2, p.357-376, 2015.
- RABO, Annika. Conviviality and Conflict in Contemporary Aleppo. In: LONGAVA, Anh Nga; ROALD, Anne Sofie (ed.). **Religious Minorities in the Middle East: domination, self-empowerment, accommodation**. Leiden: Brill, 2012.
- SALAMANDRA, Christa. Sectarianism in Syria: Anthropological Reflections. **Middle East Critique**. V.22, n.3, P.303-306, 2013.
- SAOULI, Adham. The tragedy of Ba'thist state-building. In: HINNEBUSCH, Raymond A.; IMADY, Omar (ed.). **The Syrian Uprising: domestic origins and early trajectory**. Abingdon: Routledge, 2018.
- SCHWARZ, Norbert. Cognitive Aspects of Survey Methodology. **Applied Cognitive Psychology**. v.21, p.227-287, 2007.
- SCHWEDLER, Jillian. (2010). Amman cosmopolitan: Spaces and practices of aspiration and consumption. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**. v.30, n.3, p.547–562, 2010.
- SIMON, Bernd. KLANDERMANS, Bert. Politicized Collective Identity: a social psychological analysis. **American Psychologist**. V.56, n.4, p.319-331, 2001.
- SIROKY, David; WARNER, Carolyn M.; FILIP-CRAWFORD, Gabrielle; BERLIN, Anna; NEUBERG, Steven L. Grievances and rebellion: Comparing relative deprivation and horizontal inequality. **Conflict Management and Peace Science**. v.37, n.6, 694-715, 2020.
- STEWART, Frances. LANGER, A. Horizontal Inequalities: explaining persistence and change. In: STEWART, Frances (ed.). **Horizontal Inequalities and Conflict: understanding group violence in Multiethnic Societies**. London: Palgrave, 2008.
- TAJFEL, Henri. Social Identity and Intergroup Behavior. **Social Science Information**. v.13, n.2, p.65-93, 1974.
- THE DAY AFTER. **Sectarianism in Syria: survey study**. The Day After website, 2016
- Retrieved from: <http://tda-sy.org/en/publications/english-sectarianism-in-syriasurvey-study.html>

Authors' Contributor Roles

Danny Zahreddine:	Conceptualization; Methodology; Validation; Formal Analysis; Software; Supervision; Writing (Original Draft Preparation); Writing (Review & Editing);
Guilherme Di Lorenzo Pires:	Conceptualization; Methodology; Formal Analysis; Writing (Original Draft Preparation); Writing (Review & Editing);

Information provided by the authors according to the [Taxonomy of author contributions \(CRediT\)](#)

Novos sentidos sobre o Brasil Grande Potência: uma análise discursiva sobre a política externa do governo Médici (1969 – 1974)

New meanings about “Brazil Great Power”: a discursive analysis of Médici's foreign policy (1969 – 1974)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.127174>

Vinícius Henrique Mallmann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

viniciush.mallmann@hotmail.com  

André Luiz Reis da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

reisdasilva@hotmail.com  

Resumo

Objetiva-se analisar, por meio do discurso, a construção da imagem – interna e externa – do Projeto “Brasil Grande Potência” e como essa imagem foi transmitida e utilizada pelos meios políticos e diplomáticos para projetar o país como uma Potência. Foram analisados, previamente, os 102 discursos de Médici, bem como os 4 discursos proferidos pelo chanceler Mário Gibson Barbosa para a ONU durante o seu mandato. Dos discursos de Médici, foram selecionados os que melhor representavam as ações do governo e a sua interlocução com o Projeto “Brasil Grande Potência” e nos quais foi identificada a palavra-chave “desenvolvimento”. Tais discursos foram contrastados com a bibliografia existente (artigos, livros, documentos oficiais e da imprensa). Após a seleção, foi aplicada a teoria de Análise de Discurso a fim de esboçar como o processo discursivo desse projeto foi realizado. Chega-se à conclusão de que o Projeto “Brasil Grande Potência” encontrou obstáculos na esfera internacional (materializado na crítica ao “congelamento de poder”) na busca pelo desenvolvimento, o que gerou uma dicotomia discursiva da projeção da imagem do país: internamente, era tratado como uma Grande Potência; externamente, como um país intermediário ou uma Potência Média.

Palavras-chave: Brasil Grande Potência; Análise de discurso; Governo Médici; Ditadura Militar; Política externa.

Abstract

The objective is to analyze, through discourse, the construction of the image - internal and external - of the “Brazil Great Power” Project and how this image was transmitted and used by political and diplomatic means to project the country as a Power. The 102 speeches by Médici were previously analyzed, as well as the 4 speeches given by Chancellor Mário Gibson Barbosa to the UN during his term. From Médici's speeches, those that best represented the government's actions and its dialogue with the “Brazil Great Power Project” were selected in which the keyword “development” was identified. Such speeches were contrasted with the existing bibliography (articles, books, official and press documents). After the selection, the Discourse Analysis theory was applied in order to outline how the discursive process of this project was carried out. It is concluded that the “Brazil Great Power” Project encountered obstacles in the international sphere (materialized in the critique of maintenance of the status quo) in the search for development, which generated a discursive dichotomy of projecting the image of the country: internally, it was treated as a Great Power; externally, as an intermediate country or a Middle Power.

Keywords: Brazil Great Power; Speech analysis; Médici Government; Military dictatorship; Foreign Policy

Recebido: 15, Setembro, 2022

Aceito: 22, Novembro, 2022

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhamento Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O presente artigo analisa a relação discursiva do “Milagre Brasileiro”, que se fundamenta no Projeto Brasil Grande Potência, e identifica como o discurso do governo Médici (1969-1974) tentou romper com o estigma de país intermediário ao lançar o Projeto Brasil Grande Potência, projetando-se nacional e internacionalmente como potência e como essa ideia de Grande Potência foi transmitida e utilizada pelos meios diplomáticos.

Os dados econômicos do período bem como o padrão de crescimento do país são relevantes para análise, tendo já sido debatidos pela literatura nacional e estrangeira. Gremaud (1997) e Castro (2004), a saber, tratam de todo o período militar brasileiro, traçando um panorama geral do modelo desenvolvimentista, de seu esgotamento e de suas peculiaridades. Outro autor que debate sobre a temática é Resende (1990), ao descrever o desenvolvimento econômico no período 1964 – 1967, a gestação do Milagre Brasileiro. Lago (1990), por sua vez, trata do período do milagre e das suas imperfeições econômicas e sociais e Hermann (2011) destaca em sua obra o endividamento externo como elemento fundamental para o Milagre Brasileiro.

Contudo, o objetivo central deste trabalho não é discutir esses dados nem esse padrão, e sim analisar, por meio do discurso, a construção da imagem – interna e externa – de um país que, nos anos finais da década de 1960, projetava-se nacional e internacionalmente como uma potência. Sendo assim, a discussão aqui se situa, temporalmente, no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974), período em que a proposta de lançar o país como Potência Mundial foi utilizada, pela primeira vez, como propulsor das políticas governamentais.

O “Brasil Grande Potência” nunca figurou como um projeto oficial assim denominado, mas foi repercutido dessa forma como uma ideia (ou projeto) para transformar o país em uma potência mundial. Nesse sentido, entendendo haver consonância entre o que seria necessário para que um país fosse considerado como uma Grande Potência e por entendermos que há uma ligação direta entre o objetivo do governo em promover o desenvolvimento brasileiro e o Projeto Brasil Grande Potência, utilizamos o conceito de Desenvolvimentismo elaborado Bielschowsky (1991; 2004) como forma de balizar conceitualmente o nosso *corpus* documental. Para criar um *corpus* documental possível de se fazer um recorte analítico e evidenciar a formação discursiva do governo, optou-se pela teoria de Análise de Discurso (AD) de linha francesa pecheutiana. Sendo assim, foram analisados, previamente, os 102 discursos de Médici, bem como os 4 discursos proferidos pelo chanceler Mário Gibson Barbosa para a Organização das Nações Unidas durante o seu mandato. Dos discursos de Médici, foram selecionados os que melhor representavam as ações do governo e a sua interlocução com o Projeto “Brasil Grande Potência” e nos quais foi identificada a palavra-chave “desenvolvimento”.

A análise bibliográfica de fontes primárias e secundárias, além de uma revisão bibliográfica da literatura sobre o tema, ajudará a embasar os argumentos deste trabalho. Assim, os diferentes pronunciamentos e sequências discursivas terão a função de elucidar como se deu a construção dessa “ideia não escrita” e como ela foi transmitida como um motor de propulsão de desenvolvimento econômico e social alavancada pelo Milagre Brasileiro. Logo, o problema de pesquisa deste trabalho situou-se em entender como o Projeto Brasil Grande Potência utilizou-se da esfera internacional para atingir seus objetivos e como isso foi construído discursivamente, objetivando-se entender suas ambições, seu alcance e suas limitações.

Este artigo é composto de três seções, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira seção discute a teoria da análise do discurso francesa; a segunda versa sobre o conceito de desenvolvimentismo e as ferramentas metodológicas utilizadas para analisar e selecionar os discursos; a terceira, composta tanto pela análise da política externa do período quanto pelas sequências discursivas selecionadas para análise, apresenta a proposta de explicação da relação entre o discurso do governo Médici e o Projeto Brasil Grande Potência.

Análise de Discurso: Teoria e Ferramentas Metodológicas

É válido ressaltar, primeiramente, que o discurso não deve ser confundido, aqui, como sinônimo de pronunciamento. Quando a teoria da Análise de Discurso (AD) é utilizada, entende-se que há diversas formas de discursos: visuais, artísticas, midiáticas, políticas e uma gama de outros exemplos. Para a AD, o discurso deve ser encarado como uma tentativa – às vezes bem-sucedida, às vezes não – de fixação de sentidos, que deslizam, se rompem e que são atravessados pela ideologia. Pêcheux (1992, p. 62) define discurso como “[...] efeito de sentido entre interlocutores”, ou seja: é o lugar de contato entre língua e ideologia.

Isso quer dizer que o discurso prevalecente hoje sobre determinado assunto nem sempre assim o foi, e que, para se tornar exitoso em sua tarefa, deve mobilizar sentidos, ora pela repetição, pelo conflito, ora pela imposição. Pêcheux (1997) segue nessa análise afirmando que o discurso é um processo social com materialidade linguística¹, sendo um efeito de sentido entre os interlocutores e que, por isso, os sentidos (que são a relação entre o Sujeito e a História) não são fixos, mas podem ter uma estabilidade provisória, pois são construídos e modificados constantemente, de acordo com as condições de produção. Assim sendo, observa-se que o sentido é constituído historicamente, que se produz ou se materializa via rede de memória (FERREIRA, 2003).

Como a análise de discurso francesa advém, também, do materialismo histórico (PÊCHEUX; FUCHS, 1993), ressalta-se a importância dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) (ALTHUSSER, 1985) para o estudo e a análise aqui proposta. É mister entender que o Estado, como ente e aparelho repressivo, detém um conjunto de redes capazes de disseminar suas vontades políticas, seu *modus operandi*, sua ideologia. Os aparelhos ideológicos do Estado, que são diferentes do aparelho repressor do Estado, atuam como instrumentos de mobilização social, seja para manter a estrutura social em funcionamento, seja para alterá-la, realizando ajustes. Assim, os AIE são capazes de regular ideologicamente a sociedade, fazendo com que o discurso disseminado pelo governo (por meio de pronunciamentos, medidas oficiais, mídia, etc.) tenha maior probabilidade de ser assimilado pelos cidadãos, alterando os sentidos anteriormente produzidos e, conseqüentemente, encontrando menos dificuldade para ser assimilado (ALTHUSSER, 1985). O período estudado neste trabalho é um bom exemplo de como funcionou a combinação dos aparelhos ideológico e repressivo: o governo dispunha dos aparelhos repressivos de maneira facilitada, via Atos Institucionais, e, ao mesmo tempo, dos aparelhos ideológicos, via controle ou influência da mídia, da Igreja² e da Escola³.

Sob a mesma perspectiva, segundo Orlandi (1990), a ideologia não pode ser pensada como algo que promove “engano” ou “ocultação”, mas como algo que gera “desconhecimento dos sentidos” por meio de processos discursivos. É retomada, portanto, a ideia de que não existe um sentido único, pois tudo é construído num processo sócio-histórico, em que os sentidos são fixados em uma determinada direção (ORLANDI, 1990). Assim sendo, entende-se que os aparelhos repressivos do Estado são regidos pela coerção, mas que somente a ideologia consegue causar transformações ou impactos nas formações sociais. Como retrata Althusser (1999, p. 288), “[q]uando tudo continua igual é porque os aparelhos ideológicos de Estado funcionaram com toda a perfeição”. Ou seja, os AIEs servem para garantir que a reprodução e a transformação das relações de produção se perpetuem, enquanto a ideologia é responsável por determinar as práticas e os protocolos dessa aparelhagem. A conceitualização de Althusser (1999) como originalmente concebida, contudo, pode ser encarada como estruturalista (COX, 2007), já que acaba petrificando a sociedade, enquanto as noções (principalmente as

¹ A AD seria composta pelo materialismo histórico, pela linguística e pela teoria do discurso. Essas três teorias, são, ainda, “atravessadas e articuladas” por uma “teoria da subjetividade”, fundamentada na psicanálise (PÊCHEUX; FUCHS, 1993), mas que não será abordada por este trabalho.

² A Igreja nem sempre foi controlada no sentido *stricto sensu* da palavra. Houve, por diversas ocasiões, frações da Igreja (católica) que se engajaram contra a ditadura brasileira (e na América Latina em geral), pronunciando-se de maneira contrária às atitudes autoritárias, defendendo e acobertando civis. Havia diversos centros católicos de militância, que entravam, constantemente, em disputa com os aparelhos repressivos do Estado. Uma figura expoente do período é Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo que denunciava as atividades de repressão do Estado brasileiro. Cabe destacar também, no entanto, que essa atitude não era unânime dentro dos ciclos religiosos (SKIDMORE, 1988).

³ A Escola, por meio das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, que substituiu as matérias de Filosofia e Sociologia, por exemplo, reproduzia a ideologia militar da época de modo a doutrinar crianças e jovens (MENEZES, 2001), enaltecendo a “revolução” e silenciando possíveis formações discursivas e/ou ideológicas opostas ao regime.

mais atuais) da AD trabalham com o movimento de sentido.

Não tomamos como suporte, assim, ao utilizar os conceitos de Althusser, a lógica de estrutura estagnada e imutável. O materialismo histórico deve ser encarado justamente como a relação coletiva e individual, dos sujeitos, da sociedade, da burocracia, etc. ao contexto social e político. Com essa ressalva, acreditamos ser pertinente o uso da obra de Althusser para salientar a capacidade que o Estado, a partir de seus aparelhos, tem para conduzir um determinado sentido discursivo - aqui, seria o de desenvolvimento associado à ideia de Potência

Nesse sentido, percebe-se que a ideologia é fundamental no entendimento das relações sociais e de como o governo, por meio do Estado, quer que a sociedade opere a partir dela. Os AIEs são usados, assim, como molde, imputando um discurso que muitas vezes passa despercebido pelos indivíduos, como salientam Pêcheux e Fuchs (1993) ao analisarem o papel da ideologia na interpelação do sujeito:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou assujeitamento do sujeito como ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p.16, grifo nosso).

Diante desse contexto, a noção de Formação Discursiva (FD), que é proveniente de Foucault (2005) e que foi retrabalhado por Pêcheux em seus artigos, torna-se essencial à análise. A importância de compreender essa noção deriva do fato de que há de se ter especial atenção no tratamento das diferentes formações discursivas, já que, quando se trabalha com mais de uma formação, os padrões de análise se alteram, pois mudam também as regras de construção e de fixação dos sentidos (Pinto, 2006). Pinto (2006, p. 93) sintetiza as ideias de Foucault: “a formação discursiva envolve as condições a partir das quais se expressam os temas, objetos, hipóteses, etc., em um dado espaço discursivo”. Ainda, Indursky (2008, p. 2-3), valendo-se de Pêcheux (1988, p. 160), afirma que a formação discursiva se relaciona com a ideologia vigente a partir dos enunciados discursivos, delimitando “o que pode e deve ser dito”, e que a sua relação com o sujeito definiria o sujeito do discurso, além de interferir em quem interpreta aquele discurso.

O Conceito de Desenvolvimentismo e os Discursos de Médici: o Brasil Grande Potência nas palavras do presidente

A Teoria da AD pressupõe que não existem verdades e que seus analistas, ao finalizarem suas análises, não estão descobrindo “a” verdade, ou “mais uma” verdade, mas somente mais uma interpretação daquilo que foi possível depreender do *corpus* estudado. Nesse sentido, Courtine (2009) define o *corpus* discursivo como a estruturação de um bloco de sequências discursivas que foi definida a partir de um determinado estado das condições de produção do discurso. Assim sendo, o *corpus* deste trabalho está centrado nos pronunciamentos de Médici e os do Brasil para a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), proferidos pelo então Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barbosa. Ademais, como método de análise, realizaram-se alguns recortes com sequências discursivas (doravante SDs), que foram trabalhadas para se chegar ao que foi proposto neste trabalho. Analiticamente, algumas marcas textuais e linguísticas foram observadas para ponderar o movimento de sentidos a ser aqui tratado, pois, como afirma Orlandi (1994, p. 303): “as marcas são efeitos de caráter ideológico”.

Nesse sentido, ao se analisarem os pronunciamentos de Médici, pistas que demonstrassem uma regularidade foram buscadas. Após a análise desses pronunciamentos, percebe-se que há uma regularidade discursiva que aponta para uma mesma linha de interpretação, em que há um objetivo claro, como uma diretriz (que conduz e é conduzida), o qual é evocado sistematicamente: o desenvolvimento. Analisou-se, portanto, a palavra “desenvolvimento” e a sua relação com o restante do texto, com o intuito de identificar se essa palavra-chave estava interligada com o objetivo de tornar o país uma potência ou se apresentava outro sentido. Dessa forma, a seleção dos pronunciamentos se deu considerando o

funcionamento dos sentidos, de modo a evidenciar as passagens referentes ao “desenvolvimento” evocado pelo presidente Médici.

Embora este conceito, que foi utilizado como palavra-chave, não esgote as possibilidades de caracterizar, ou não, um país como Potência⁴, outras expressões e indicadores discursivos foram previamente testados e não obtiveram um resultado desejado, com poucas ou sem ocorrências. Se pensarmos temporalmente, desenvolvimento econômico refletindo poder/potência é uma associação compreensível, dado que o período estudado é o auge do milagre brasileiro (como salientado na introdução) e que, internacionalmente, várias outras partes do mundo passavam por reconstruções econômicas e por booms de crescimento, como a Europa e Japão com o Plano Marshall e a América Latina com as práticas desenvolvimentistas alimentadas pela Cepal (SOUTO, 2013). Dessa forma, não se descarta que pode haver outras palavras-chaves ou associações possíveis com a projeção do país como uma Potência, mas que a regularidade discursiva da palavra desenvolvimento se sobressaiu. Isso quer dizer que essa associação desenvolvimento – potência não esgota as possibilidades de análise dos pronunciamentos de Médici, tornando outras interpretações possíveis de serem estudadas.

Assim, construiu-se um bloco analítico referente à política externa, de modo a tentar responder aos objetivos deste artigo. Os pronunciamentos aqui analisados são apenas uma amostra do total disponibilizado, e as sequências discursivas selecionadas visam a demonstrar o padrão de diálogo que o então presidente Médici buscava traçar, bem como o funcionamento dos sentidos do Brasil Potência. Assim, construiu-se um quadro que demonstra a quantidade de pronunciamentos assinados pelo presidente⁵ em que a palavra “desenvolvimento” aparece ou não.

Quadro 1 – Pronunciamentos do Presidente Médici

Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974	Total
Número de pronunciamentos por ano	10	30	24	17	17	4	102
Apresentam menção a desenvolvimento	6	23	14	14	9	4	70
Não há menção a desenvolvimento	4	7	10	3	8	-	32

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Biblioteca da Presidência da República (Brasil, [s. d.])

É necessário esclarecer que há uma relação direta entre desenvolvimento e o Projeto Brasil Grande Potência, pois, à época, uma Potência era considerada como tal devido ao seu grau de desenvolvimento e ao conjunto de suas capacidades. Nesse sentido, o Brasil era considerado uma Potência Média, nos termos definidos por Ricardo Sennes (2003), o que, para o autor, seria um país que possui capacidades intermediárias e que tem a possibilidade de transformá-las em poder real (no sentido empregado pela teoria realista das relações internacionais). A inserção de uma Potência Média seria, assim, dual: de um lado, teria uma posição intermediária no Sistema Internacional (na condição de *system-affecting states*); por outro, participaria intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais em que se encontra. Sennes (2003) foi escolhido, dentre os demais estudiosos que trabalham com o tema, pelo fato de que o autor congrega, além das capacidades intermediárias analisadas pelas diferentes correntes teóricas das relações internacionais (RI), a questão da “vontade” de se mostrar como uma Potência Média. Os países devem ter “vontade” política de se tornarem (e de se mostrarem como) uma Potência Média. No caso do governo Médici, o Brasil era entendido, em um tom nacionalista – por muitos considerado ufanista –, como uma Potência Média com capacidades suficientes para alcançar o patamar de Grande Potência. Aí, então, a vinculação objetiva entre desenvolvimento e o Projeto Brasil Grande Potência.

⁴ Potência e Poder são dois conceitos amplamente discutidos nas teorias de Relações Internacionais e que, ao longo do tempo, pouco consenso geraram. Assim, a depender da teoria, diversos são os requisitos para determinar o poder de um Estado e o seu respectivo enquadramento em termos de grandeza (grande, média ou pequena potência). O desenvolvimento econômico é, todavia, unanimidade entre as teorias, sendo imprescindível para estabelecer a correlação entre poder e grandeza.

⁵ Por diversas razões, como viagens, saúde e agenda, alguns dos pronunciamentos não foram realizados por Médici, mas por seus ministros ou pessoas ligadas ao governo, mas receberam sua assinatura.

O Projeto, assim, era essencialmente desenvolvimentista, já que entendia que o desenvolvimento do país era a chave para atingir seu objetivo. Para isso, o governo buscou, ao mesmo tempo, promover a indústria nacional privada por meio de subsídios ou pela utilização de estatais (empresas ou bancos), fortalecer e diversificar a infraestrutura nacional (rodovias, ferrovias, portos, etc.), a capacidade de geração energética, a cadeia nacional de produção, a pauta de exportação, etc. Um dos polos de concentração dessa atuação foi a Política Externa, que buscava promover a imagem do país internacionalmente de modo a atrair investimentos, recursos (empréstimos) e diversificar as parcerias comerciais (GREMAUD, 1997; CASTRO, 2004; RESENDE, 1990; LAGO, 1990; HERMANN, 2011).

Nesse sentido, utilizou-se a conceitualização de Ricardo Bielschowsky (1991; 2004), que entende o desenvolvimentismo como a ideologia que defende a participação do Estado na condução do desenvolvimento econômico, por meio do desenho e implementação de estratégias e políticas⁶. A estratégia seria o desenho da condução de um padrão de desenvolvimento desejado, enquanto o padrão seria definido como a combinação (idiossincrasia de cada país) de características e determinantes de investimento, da produtividade e da renda (setores, agentes, financiamento, regulação, organização e composição dos mercados, distribuição de renda, etc.).

O que teria acontecido a partir de 1964, segundo Bielschowsky (2004), não seria um golpe no desenvolvimentismo brasileiro, mas sim uma modernização conservadora, o que vai ao encontro da ideologia da Escola Superior de Guerra (tratada a seguir), de retomada do desenvolvimento amalgamado ao Estado. O desenvolvimentismo brasileiro, até a década de 1980, na visão do autor, reunia quatro componentes na formulação de suas práticas, criando uma ideologia planificadora de suas diretrizes. Assim, era determinado que: a) industrialização integral é necessária à superação da pobreza e do subdesenvolvimento; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente por meio das fontes importantes de mercado, por isso é necessário que o Estado a planeje; c) o Estado deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e dos instrumentos de promoção dessa expansão; d) o Estado deve coordenar a execução da expansão captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada se mostra insuficiente. Assim, o Estado seria o responsável por manter vigente uma corrente de desenvolvimento para atingir os objetivos nacionais, o que, no caso do governo Médici, era tornar o Brasil uma Grande Potência.

Quadro 2 – recortes e respectivas sequências discursivas analisadas

Recorte	Presidente e Chanceler falam à Diplomacia
SD 1 – SD 3	Discurso proferido no Palácio do Itamaraty, intitulado “Diplomacia para o desenvolvimento”, pronunciado por Médici em 30 de abril de 1970, com dez páginas.
SD 4	Discurso, sem título, proferido na XXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, por Mario Gibson Barbosa, em 1970, pg. 257 – 265.
SD 5	Discurso proferido pelo Ministro Mario Gibson Barbosa, para a Escola Superior de Guerra, intitulado “A política Externa do Brasil na década de 1970”, em 1970, pg. 309 – 234.
SD 6	Discurso proferido por Médici durante o almoço oferecido pelo Vice-Presidente dos Estados Unidos, Spiro T. Agnew, intitulado “Conceito de Interdependência”, na Anderson House, Washington, em 8 de dezembro de 1971, com oito páginas.
SD 7	Discurso proferido por Médici durante banquete oferecido ao Presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, intitulado “Os temas do diálogo”, no Palácio do Itamaraty, em 13 de março de 1972, com sete páginas.
SD 8	Discurso proferido por Médici perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), intitulado “Foro de Liberdade”, em Washington, em 8 de dezembro de 1971, com nove páginas.

⁶ Cervo (2003), de maneira análoga à Bielschowsky (1991; 2004), mas voltado para as RI, identifica um “Paradigma Desenvolvimentista” vigente durante a ditadura militar, o qual, por meio de um bloco ideológico, seria responsável por definir as atitudes e ações governamentais que seriam necessárias para atingir os objetivos nacionais e incrementar as relações econômicas internacionais do país.

SD 9	Discurso proferido por Médici, alusivo à passagem do oitavo aniversário da “Revolução”, intitulado “A Irredutível Fidelidade”, divulgado através de rede nacional de rádio e de televisão, em 31 de março de 1972, com onze páginas.
-------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos discursos selecionados (Brasil, [s. d.])

O Projeto Brasil Grande Potência e a Política Externa

A ideia do Brasil enquanto uma potência teve início com os estudos geopolíticos no país, na década de 1920. A evolução desse pensamento passou pelos ideais ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, responsável pela ampliação e reestruturação de um projeto maior, o qual visava, entre outros, ao desenvolvimento do Brasil. Concebida aos moldes do *National War College*, dos Estados Unidos, a ESG foi a responsável⁷ por desenvolver (ou reproduzir), internamente, uma ideologia desenvolvimentista nos meios civis e militares, para criar uma elite intelectual que serviria aos seus objetivos posteriores (SILVA, 2004). Com o apoio do aparato estatal, sendo ela mesma um Aparelho Ideológico do Estado (escola) (ALTHUSSER, 1985), a ESG foi capaz de solidificar um ideal transformador, que tinha como finalidade a tomada de poder para a consecução total de seus objetivos (tornar o Brasil desenvolvido, uma potência). A ideologia da Escola se fez presente (com intensidade diferente) durante todos os governos militares, mas foi a partir do governo Médici, devido ao impulso do Milagre Brasileiro, que a ideologia esguiana se cristalizou no Projeto Brasil Grande Potência (SKIDMORE, 1988; MYIAMOTO, 1995; STEPAN, 1986; SILVA, 2004).

Esse projeto nunca figurou como um programa assim denominado. A titulação oficial seria lançada como *Metas e Bases para a Ação de Governo*, em setembro de 1970, e era constituído, essencialmente, como a síntese de um plano governamental maior, que seria finalizado posteriormente. Junto às *Metas e Bases*, seriam incluídos dois outros documentos: o Orçamento Plurianual de Investimentos de 1971 a 1973 e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND – 1972 a 1974). O objetivo síntese desse conjunto seria o ingresso do Brasil no *hall* das nações desenvolvidas, a consolidação do país como Grande Potência, como é apontado em *Metas e Bases*:

Como Objetivo-Sínteses, ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. Conforme já se esclareceu, construir-se-á, no País, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência (BRASIL, 1970d, p. 15).

O I PND era um pouco mais ousado que as *Metas e Bases*, ao propor que o país ocupasse alguma posição entre os dez maiores países em nível de Produto Interno Bruto (PIB) e atingisse, até 1974, a marca dos US\$ 500 de renda *per capita* (BRASIL, 1971). Os três componentes formavam um plano governamental que buscava o desenvolvimento nacional, com metas, setores e estratégias bem definidas. Não há, contudo, menção oficial ao “Projeto Brasil Grande Potência” em nenhum desses documentos, embora a expressão “Grande Potência” tenha sido usada duas vezes no documento de 1970 ao aludir o desenvolvimento do país e o seu ingresso no mundo desenvolvido como objetivo da “Revolução” de 1964 (BRASIL, 1970d).

O nome Projeto Brasil Grande Potência foi assim referenciado pela imprensa e posteriormente incorporado, dado suas características elusivas, aos discursos oficiais. Já no primeiro dia do ano de 1970, o jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, comenta a chegada de um “plano novo – mesmo em forma de um projeto capaz de tornar o Brasil grande potência” (p.4) e que não estaria compromissado apenas com a aparência da grandeza, mas um plano que aperfeiçoaria todos os anteriores e englobaria os projetos existentes que definissem as prioridades nacionais e garantissem o desenvolvimento duradouro do país (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1970, p. 4). Além disso, o jornal noticiava que Médici estava pondo à mesa as “premissas básicas do governo”, e que

⁷ Cabe ressaltar, contudo, que a ESG não foi a única. Outras escolas militares também serviram como base “ideológica” e de formação de civis e militares.

o compromisso com o deslanchar do desenvolvimento essencial a que o Brasil chegue ao fim do século como Grande Potência [...] [e que] mediante um programa agressivo, [...] através do salto desenvolvimentista, mostrar que o Brasil Grande é uma meta efetivamente viável (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1970, p. 4).

Para atingir essa meta, o governo utilizou-se da política externa, uma das bases desse projeto. Nesse sentido, a Diplomacia do Interesse Nacional,⁸ com o chanceler Mário Gibson Barbosa a sua frente, reorganizou a inserção estratégica do Brasil no governo Médici, a partir das mudanças internacionais que estavam ocorrendo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. A tendência de declínio hegemônico dos Estados Unidos no cenário internacional elevou a capacidade de atuação das potências médias regionais, como Índia e China, e abriu espaço para que antigos centros econômicos (como a parte ocidental da Europa e o Japão) expandissem seu desenvolvimento, bem como novos centros emergissem, como a Europa socialista, capitaneada pela União Soviética. Essa diversificação do sistema internacional, não mais pautado somente pelo núcleo dominante (EUA), engendrou maior liberdade de ação internacional dos países médios, como o Brasil, que poderiam aumentar seu poder de barganha ou contornar os antigos mecanismos de dominação, característicos da dominação vertical com os Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2015; VISENTINI, 2004; SILVA; SVARTMAN, 2014).

Assim, considerando a diversificação da estrutura econômica global e as alterações sistêmicas nas relações internacionais, o governo Médici adentrou na política internacional de maneira mais pragmática em relação aos dois governos militares anteriores. A diplomacia brasileira se engajou na tentativa de aproveitar as lacunas existentes nas relações entre o Norte e o Sul, aceitando, ao mesmo tempo, as relações de poder previamente estabelecidas. O Brasil não tentou romper com o imperialismo vigente, mas sim jogar dentro dele, na tentativa de construir uma via internacional que expandisse as oportunidades de crescimento e desenvolvimento da sua economia, capitaneado pelo Projeto Brasil Grande Potência. A opção de dualidade entre o multilateralismo e o bilateralismo pode ser explicada sob esse viés, na medida em que a política externa do Governo Médici se voltou ao multilateralismo para lidar com questões de ordem econômica a nível global e optou pelo bilateralismo quando os interesses materiais da nação estavam envolvidos (SOUTO, 2013; MARTINS, 1974).

Por meio dessa nova perspectiva e do estudo dos “fracassos” da década de 1960, em que foi ampliada a desigualdade entre os países, algumas falácias foram levantadas pelo ministro Gibson Barbosa. A primeira seria a “Falácia do subdesenvolvimento autogênito”, que dizia não haver inter-relação entre os mundos com diferentes graus de desenvolvimento, ignorando, segundo Barbosa, o fato de o subdesenvolvimento ser um produto da divisão internacional do trabalho. A segunda seria a “Falácia do paternalismo”, que acreditava no desenvolvimento atrelado a laços especiais com certos países. E a última seria a “Falácia gradualística”, em que o desenvolvimento seria um processo de longo prazo, fato que, argumentava Barbosa, esqueceria a inexistência de subdesenvolvimento ao tempo da revolução industrial (MARTINS, 1974).

Essa visão pode ser comprovada quando se dá a análise documental dos Relatórios Anuais do Ministério das Relações Exteriores, que esboçam as negociações brasileiras em ambos os domínios (multi e bilateral). Há uma clara intenção de preferência pelo caminho bilateral quando questões de ganho material estão envolvidas nas negociações. O caminho multilateral, contudo, ficou restrito à esfera política de negociações quando o governo brasileiro teve a percepção de que seria necessário sustentar a argumentação com o endosso dos demais países (BRASIL, 1969; 1970b; 1971b; 1972a; 1973c), movimentação típica de uma potência média em ascensão (SENNES, 2003). Em discurso proferido para a Escola Superior de Guerra, em junho de 1970, o então Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, ao falar sobre a Política Externa Brasileira que estava sendo implementada pelo governo Médici, dialoga sobre a questão de preferência

⁸ Consoante Souto (2013), a chamada “Diplomacia do Interesse Nacional” não foi tutelada pelo chanceler e nem foi de utilização à época. Em entrevista ao CPDOC, Gibson Barbosa afirma que sua política externa não recebia esse nome, bem como a ele nada agradava títulos às políticas externas. De toda forma, manteremos essa nomenclatura durante o trabalho já que é comumente utilizada na literatura.

(ou não) pela inserção internacional do Brasil pautada pela primazia do multilateralismo – como foi na gestão Costa e Silva (VISENTINI, 2004; SILVA; SVARTMAN, 2014):

[...] aproveito para dizer que reputo estéril o debate sobre a primazia da ação multilateral sobre a ação bilateral, na formulação e execução de nossa política externa, pois me parece claro que os dois planos, em vez de se antagonizarem, se completam. Com efeito, se nossa atuação bilateral, de país para país, é aquela em que expressamos nossa identidade nacional, nossas características próprias, nosso estágio individual de desenvolvimento econômico, social e cultural, no plano de ação multilateral nos incorporamos a uma força coletiva que, assim o esperamos, poderá forçar as barreiras da desigualdade e da injustiça – e por que não dizer? – em benefício da paz, da verdadeira paz, que não existirá enquanto não se lançar uma ponte sólida e permanente entre as Nações ricas e as pobres (BARBOSA, 1970a, p.165).

Embora nessa gestão o Brasil tenha abandonado o discurso terceiro-mundista e amenizado o tom político de suas reivindicações, as contestações concernentes à superação da pobreza pelos países pobres em relação aos ganhos exacerbados dos países ricos se mantiveram em pauta (SOUTO, 2013; CERVO; BUENO, 2015). A busca pelo desenvolvimento passaria, assim, por outros rumos, dada a pouca eficácia que os governos anteriores tiveram ao buscá-la, como apontou o chanceler brasileiro, ao discursar na XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Genebra, em 10 de julho de 1970:

[...] analisemos os resultados do esforço internacional na última década. Não estamos revelando segredo ao dizermos, desde já, que, em nossa opinião, o saldo da década de sessenta nesse terreno é um saldo de fracasso. A primeira década não conseguiu elaborar uma estratégia para o desenvolvimento; não conseguiu reunir os recursos necessários ao desenvolvimento; e não conseguiu provocar e motivar a vontade de desenvolvimento. Em outras palavras, registrou-se fracasso em planejamento e coordenação [...] a chamada Década do Desenvolvimento foi, na realidade, uma Década de Paradoxos. Os países ricos enriqueceram, e os países pobres se tornaram ainda mais pobres (BARBOSA, 1970b, p. 143).

Dadas as contestações internacionais quanto ao desenvolvimento das nações e à adoção do Projeto Brasil Grande Potência internamente, o Brasil de Médici buscou acordos que permitissem esse objetivo. Dessa maneira, há um acontecimento discursivo (uma nova produção de sentidos): o abandono do terceiro-mundismo de Costa e Silva e a opção bilateral de negociação, que tomara o Itamaraty a partir de então, podem ser entendidos como meios de o país atingir altos graus de desenvolvimento (de uma maneira rápida) com parcerias externas que fossem fundadas pelas características materiais, e não ideológicas (VISENTINI, 2004; SILVA; SVARTMAN, 2014). A complexa (e talvez contraditória) relação com os Estados Unidos pode ser encarada da mesma forma. A visão realista da Diplomacia do Interesse Nacional possibilitava criar espaços de diálogo em que a solidariedade abria espaço para a conclusão de acordos bilaterais que garantissem (ao menos em tese) possibilidades de acesso a mercados e tecnologias de que até então o Brasil não dispunha (SOUTO, 2013). Os documentos de política externa do período evidenciam essa mudança em relação aos governos anteriores (BRASIL, 1970a; 1973a; 1973b; 1974).

O Brasil, a partir de Médici, começaria a focar na sua consolidação como uma potência, e seus esforços internacionais estariam orientados para esse objetivo. Dessa maneira, não cabia ao país manter laços tão profundos com os Estados Unidos, da mesma forma que não cabia o rompimento ou o confronto direto (SOUTO, 2013; CERVO; BUENO, 2015). De maneira geral, essa nova visão de individualidade histórica do Brasil – deixando de lado a postura terceiro-mundista, mas anexando a distinção entre as políticas externa e internacional, o desejo de superar as “falácias” da década de 1960 – e a Diplomacia do Interesse Nacional fizeram Médici iniciar, de fato, o Projeto Brasil Grande Potência (MARTINS, 1974).

Nesse sentido, coube à diplomacia a tarefa de servir de bastião dos interesses nacionais. Foi incumbida, assim, de garantir que o desenvolvimento do Brasil fosse buscado também via alianças externas e que a imagem do país no exterior fosse de prosperidade e união. Nesta seção, serão utilizadas, também, sequências discursivas advindas não dos pronunciamentos do presidente Médici, mas de seu chanceler, Mário Gibson Barbosa. Essa seleção se deu pela necessidade

de inclusão da discussão diplomática entre o Brasil e a comunidade internacional que, à época, ficava mais ao encargo do Itamaraty e dos diplomatas. Não se fazia tanto uso da diplomacia presidencial (FIGUEIRA, 2011) e, portanto, foram selecionados pronunciamentos capazes de empregar como a matéria de desenvolvimento foi levada internacionalmente à discussão. Para ilustrar esses aspectos, foram selecionadas as seguintes SDs.

SD 1:

A meta essencial de meu governo pode resumir-se numa palavra: *desenvolvimento*. Todos os esforços estão sendo conjugados para alcançar esse fim, porque para os povos da América Latina a independência econômica representa no século XX o que a independência política representou no século XIX. No trabalho comum para colimar esse objetivo supremo, a diplomacia brasileira tem função primordial a cumprir. O progresso do BRASIL terá de ser fruto, fundamentalmente, de esforço interno; por outro lado, a colaboração externa, bem-intencionada, poderá acelerar e enriquecer o processo do crescimento (BRASIL, 1970c, p.29, grifos no original).

SD 2:

Compete, pois, à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travam junto conosco a dura batalha do *desenvolvimento*, como lhe cabe envidar todos os esforços para lograr a adesão dos países desenvolvidos aos postulados que defendemos e de cuja aplicação depende, já agora, o próprio progresso da humanidade (BRASIL, 1970c, p. 29, grifos no original).

SD 3:

A diplomacia brasileira está chamada a exercer, de forma criadora, atividade cada vez mais difícil e intrincada. Cabe-lhe não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para *antecipar o que seremos*. Deve, por isso, ao observar o mundo para recolher da experiência de outros povos o que pode servir ao *nosso progresso*, adaptar-se incansavelmente às transformações que ocorrem no cenário internacional e às frequentes mutações do jogo do poder, pois a matéria com que lida é, por definição, fluida e inconstante (BRASIL, 1970c, p. 31, grifos no original).

Percebe-se, nas SDs aqui selecionadas, o pressuposto de que a diplomacia brasileira deveria se engajar na busca pelo desenvolvimento e que ela “tem função primordial a cumprir”. Quando Médici afirma que “[o]progresso do BRASIL terá de ser fruto, fundamentalmente, de esforço interno; por outro lado, a colaboração externa, bem intencionada, poderá acelerar e enriquecer o processo do crescimento” (BRASIL, 1970c, p.29) está se referindo às alianças externas que deveriam ser buscadas como forma de dinamizar as possibilidades brasileiras no cenário internacional, aliado ao auxílio dos países desenvolvidos e dos outros países que “travam junto conosco a dura batalha do *desenvolvimento*” (BRASIL, 1970c, p.29), algo típico da Diplomacia do Interesse Nacional (SOUTO, 2013), a qual preconizava que o desenvolvimento era indispensável para a Paz e que eliminar o subdesenvolvimento era responsabilidade de todas as nações (VISENTINI, 2004).

Ademais, quando o então presidente aponta que “[C]abe-lhe [à diplomacia] não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para *antecipar o que seremos*” (BRASIL, 1970c, p.31), entende-se que, mais uma vez, a busca pelo desenvolvimento percorreu, também, o papel de autonomia designado ao Itamaraty. Diferentemente dos outros polos de poder (como a sociedade, os partidos políticos, a burguesia, etc.), a diplomacia é a única inserida em um processo de autonomia (relativa, é verdade) na busca pelo desenvolvimento, já que opera via governo e que, por isso, diferentemente das outras, ela mesma pode ser considerada como um AIE.

As ações diplomáticas do Brasil estariam engajadas, dessa forma, de duas maneiras distintas: a aliança com os países emergentes na busca pelo desenvolvimento (acesso a tecnologias e mercados, industrialização, etc.) (CERVO; BUENO, 2015)⁹ e os questionamentos quanto à relação de poder na esfera internacional (REIS DA SILVA; MALLMANN, 2019). Essas diretrizes foram seguidas, embora por vezes alteradas, por Mário Gibson Barbosa nos pronunciamentos à

⁹ O bilateralismo, muito presente nas negociações brasileiras, e utilizado de forma sistemática nas negociações internacionais que envolviam os interesses materiais do país (como o acesso à tecnologia de ponta) não foi evidenciado nos discursos do chanceler, muito pelo contrário. Quando o Brasil discursava na ONU, a opção sempre foi pelo multilateralismo reivindicatório, na busca de união dos países em desenvolvimento e na contestação da política de congelamento do poder internacional que limitava o acesso do país às tecnologias mais avançadas, principalmente no setor nuclear, o que, por conseguinte, impunha restrições ao desenvolvimento dessas economias (SOUTO, 2013; REIS DA SILVA; MALLMANN, 2020)

ONU, durante todo o mandato que exerceu como chanceler. Em 1970, ao discursar para as Nações Unidas, Barbosa apresentou o Brasil como uma nação em desenvolvimento, com um sistema próprio (único) para esse fim, mas que julgava necessária uma política comum (universal) de desenvolvimento para aqueles países que estariam em vias de se desenvolver (BARBOSA, 1970b):

SD 4:

Não estamos a pleitear solução para nosso modelo nacional. Temos plena consciência de que o desenvolvimento do Brasil é uma responsabilidade própria, da qual não abdicamos. Estamos, isto sim, colocando os termos de um problema em bases universais (BARBOSA, 1970b, p. 263).

Barbosa faz, também, uma crítica contundente ao realismo político e seus conceitos (esfera de influência, balança de poder, doutrina de soberania), por ser ele o responsável pela corrida armamentista, pela manutenção do temor de uma Nova Guerra e pela manutenção do *status quo* e do congelamento do poder a nível mundial (BARBOSA, 1970b). Esse discurso está intimamente ligado ao proferido pelo chanceler, no mesmo ano, para a ESG. Na ocasião, caracterizou o Brasil como uma potência média em desenvolvimento acelerado, algo que ninguém poderia negar, e que o principal objetivo do país era alcançar o desenvolvimento, o que seria conseguido pelo fato de o Brasil empregar medidas nacionalistas para esse fim. O chanceler discursou, ademais, sobre o aumento do poder do Brasil na esfera internacional e sobre o fato de o país ter uma meta a ser atingida (a de se tornar uma potência), aludindo ao objetivo da Grã-Bretanha, que era o de manutenção de seu *status* de “grande potência de segunda classe”:

SD 5:

Advirto desde já, porém, que não creio útil a adoção por nós de um modelo inglês, ou de qualquer outro modelo. Nem estou propondo que procuremos tornar-nos uma “grande potência de segunda classe”. Nosso modelo há de ser próprio, orientado pelas coordenadas históricas do momento, fundado em nossas próprias necessidades e aspirações. E o que hoje é de claro entendimento – como a expressão “grande potência de segunda classe” – pode não o ser amanhã (BARBOSA, 1970a, p. 323).

Em 1971, com o entendimento da consolidação da *détente*, Barbosa discursa também às Nações Unidas em prol do multilateralismo e do apoio entre as nações. Na concepção de Barbosa, que entendia que a bipolaridade não foi bem-sucedida, o novo sistema internacional não deveria ser comandado por um número restrito de nações, mas sim por aquilo que a Carta das Nações Unidas pregava: o entendimento comum. O então chanceler critica ainda mais a política de poder internacional (a palavra poder aparece 25 vezes no texto), principalmente os Estados Unidos e a União Soviética, por tentarem impor um sistema de divisão mundial e relegar os Estados menores ao papel de meros espectadores ou de protegidos do poder (BARBOSA, 1971). Barbosa cita o pronunciamento de Médici ao Congresso Nacional, do mesmo ano, no qual o então presidente aponta que o Brasil se opõe veementemente à divisão internacional em zonas de influência e que a paz seria essencial ao progresso e ao desenvolvimento das nações (BRASIL, 1971a).

Essa crítica ao congelamento de poder nas relações internacionais aparece também nos discursos do então presidente Médici em duas ocasiões. A primeira durante o almoço oferecido pelo Vice-presidente dos Estados Unidos, Spiro T. Agnew, em Washington, em 1971, e a segunda em 1972, quando Médici oferece um almoço de recepção ao então presidente Argentino, Alejandro Lanusse:

SD 6:

O Brasil não acredita que os problemas mundiais possam ser examinados e resolvidos mediante um congelamento da estrutura do poder mundial, nem pelo estabelecimento de esferas de influência. Não podemos aplicar a nosso século esquemas e artifícios políticos anacrônicos. O rio da História terá de seguir seu curso – e isto implica mutações, transformações e deslocamentos de poder. Acreditamos em uma comunidade de nações livres e soberanas que sentem a necessidade histórica de afirmar-se, num mundo em que o progresso e o desenvolvimento de uns não devem assentar em sacrifícios e prejuízos de outros, em que a soberania deve ser um instrumento de liberdade comum. Por isso mesmo, o Brasil

está convencido de que, para ser efetivo, qualquer passo concreto no sentido da realização do conceito de interdependência dos diferentes membros da comunidade das nações há de pressupor, necessariamente, os estágios prévios de soberania política e de emancipação econômica (BRASIL, 1971c, pg. 50 – 51).

SD 7:

Juntos nos empenhamos na tarefa de promover o desenvolvimento econômico, que consolida e assegura a independência política. Unidos nos esforçamos por incrementar cada vez mais o comércio entre os nossos dois países e conquistar novos mercados em todas as áreas do mundo. Coesos defendemos os mesmos princípios contra a cristalização de posições de poder, contra os obstáculos que se erguem nos mercados dos países altamente desenvolvidos, em prejuízo do crescimento de nossas exportações (BRASIL, 1972d, pg. 20).

Essas críticas ao congelamento de poder são características básicas da Diplomacia do Interesse Nacional, a qual pregava a tese da interdependência¹⁰ como ideologia dos países altamente industrializados. Logo, o país deveria, primeiramente, ser independente e depois interdependente. Além disso, o Brasil se posicionava a favor de uma revisão da Carta da ONU e do combate às tentativas das grandes potências que queriam despolitizar as Nações Unidas, mediante a substituição de órgãos políticos por comitês técnicos (VISENTINI, 2013; SILVA; SVARTMAN, 2014). Essas medidas, aliadas à posição contrária à assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e às medidas impositivas de contenção do crescimento demográfico e também de proteção ambiental, que, tanto isoladas quanto em conjunto, impediriam ou atrasariam o desenvolvimento nacional, beneficiando apenas as grandes potências, as quais já haviam tirado proveito dessas situações (REIS DA SILVA; MALLMANN, 2019).

Em 1972, com discurso mais moderado em relação às superpotências, o então chanceler apresenta o Brasil como um país emergente, que estaria disposto a assumir responsabilidades e obrigações internacionais mais amplas, devido ao alto grau de desenvolvimento que estava atingindo. Ressurge, nesse ano, o entendimento brasileiro de que a Carta das Nações Unidas deveria ser modificada, a contemplar melhor a comunidade internacional que estava em transformação (BARBOSA, 1972). Em 1973, mesmo com os sucessivos choques externos, o país, fortalecido pelo Milagre Brasileiro, retoma o discurso de responsabilidades e encargos globais e diz ser capaz de ajudar. O ponto mais importante, porém, além das já mencionadas críticas ao congelamento do poder internacional e da política de poder exercida pelas grandes potências, centra-se na tentativa brasileira de se afirmar como país em desenvolvimento, com uma identidade “latino-americana” (a expressão aparece seis vezes durante o texto), o que não se identificava nos pronunciamentos anteriores (BARBOSA, 1973).

Enquanto na primeira sequência Médici alega que o desenvolvimento seria parte de “trabalho comum”, dependendo primordialmente do esforço interno e, depois, do esforço externo via diplomacia, na segunda sequência, o então presidente busca imputar, à política externa, a convergência entre as nações que necessitam, também, alcançar o desenvolvimento. Esta tarefa em comum não pode ser confundida como destoante do preconizado pelo chanceler Barbosa na quarta sequência discursiva, quando diz que “o desenvolvimento do Brasil é uma responsabilidade própria”. Barbosa, assim como Médici, acreditava que o país deveria se desenvolver, primeiramente, pelo esforço interno. As relações exteriores brasileiras seriam, dessa forma, apenas um meio de acelerar esse processo, que é, na visão de ambos, um problema universal. O caminho de desenvolvimento deveria ser traçado pelo Brasil olhando suas necessidades e aspirações, em um modelo próprio, que não veria, no caso alheio (das grandes potências), o mesmo percurso histórico.

Há, aqui, uma aparente contradição discursiva. Ao mesmo tempo em que reafirmam que o desenvolvimentismo brasileiro (e o Projeto Brasil Grande Potência, por conseguinte) representava uma ruptura com o padrão de desenvolvimento dependente do início da década de 1960, reafirmam a dependência global (mesmo que o desenvolvimentismo seja implementado com sucesso) ao conclamar por uma política “comum” internacional de desenvolvimento. Não há, portanto, uma desassociação ao ambiente externo, à dependência estrutural e crônica dos países

¹⁰ “Conceito de Interdependência” é o título do discurso da SD 16.

do Sul em relação ao Norte. Por isso, também, a crítica incisiva e perseverante ao congelamento de poder no Sistema Internacional. O desenvolvimento do país, mesmo que fosse repercutido como fruto nacional do Projeto Brasil Grande Potência, necessitava do apoio externo, e por isso o Projeto tinha uma base internacional extremamente forte.

Nesse sentido, o pronunciamento de Médici perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, serve de exemplo para caracterizar a solidariedade para com os países em desenvolvimento e a cooperação com os países desenvolvidos, premissas da Diplomacia do Interesse Nacional. Essa solidariedade e cooperação, contudo, não deveriam interferir no caminho e na tarefa que cada Estado possui para atingir o desenvolvimento.

SD 8:

A concepção de que o desenvolvimento repousa no esforço nacional, atento às peculiaridades regionais, está longe de significar que o caminho a percorrer deve ser solitário. Mais do que nunca se impõem, assim, a cooperação e a solidariedade interamericanas e a ação concertada da América Latina, dada a analogia dos seus problemas básicos. Diante da estreita correlação entre o desenvolvimento econômico e social e o comércio exterior, torna-se indispensável esforço conjunto, vigoroso e sempre renovado, para corrigir deformações e afastar empecilhos ao ritmo do nosso desenvolvimento. [...]
A cooperação para o desenvolvimento econômico e social deve, entretanto, processar-se em clima de autêntica solidariedade política e perfeita harmonia com os planos nacionais, definidos e elaborados sob a responsabilidade exclusiva dos Estados, pois a cada um deles cabe forjar seu próprio destino. (BRASIL, 1971d, p. 41).

Este é o caso, também, da nona sequência, em que o então presidente Médici, ao se dirigir para o povo em cadeia nacional de rádio e televisão, em comemoração ao oitavo aniversário da “Revolução”, em 1972, declara que o desenvolvimento brasileiro não foi fruto do acaso, mas sim de um plano nacional de desenvolvimento que foi perseguido pelo Estado. Neste pronunciamento, Médici aponta, também, que isso foi possível graças à utilização de todos os recursos disponíveis (uma deixa à crítica do congelamento de poder), materiais e físicos.

SD 9:

Por quatro anos consecutivos se assinalam, em nossa economia, taxas de crescimento que, sobre registrarem, nesse campo, o mais elevado progresso da nossa história, nos colocam entre os países em maior desenvolvimento no mundo. Comprova-se, desse modo, que os frutos da política brasileira, no setor econômico, não emanam de experiência ocasional, nem constituem simples consequência de fatores eventuais, mas resultam, ao invés, dos rumos certos e definitivos a que se encaminhou o País, com a plena utilização de seus recursos naturais, do seu potencial de trabalho e dos demais fatores de produção (BRASIL, 1972e, p. 28).

Um fato que chama a atenção é a aproximação com os centros de poder da Europa na tentativa de consolidar mercados ou adquirir recursos financeiros. Nesse caso, a aproximação com Portugal pode ser encarada muito mais como de viés cultural e político do que econômico, ou que possa ter algum grau de envolvimento com as pretensões brasileiras de se tornar uma Potência. Nas seis ocasiões em que Médici discursa para representantes portugueses (BRASIL, 1972b; BRASIL, 1972c; BRASIL, 1973d; BRASIL, 1973e; BRASIL, 1973f; BRASIL, 1973g), seja em Portugal ou mesmo no Brasil, em apenas uma, a palavra “desenvolvimento” é encontrada no texto. Nesse pronunciamento em específico, a menção ao desenvolvimento não faz referência à economia ou aos projetos brasileiros de se consolidar como Potência, mas sim ao desenvolvimento da comunidade luso-brasileira (BRASIL, 1972c). A tônica de crítica ao congelamento de poder ainda é percebida e evidenciada, entretanto apenas neste caso em específico (BRASIL, 1972c).

O que podemos inferir a partir das diretrizes governamentais e dos pronunciamentos de seus representantes, tanto de Médici quanto de Mário Gibson Barbosa, é a dicotomia em relação à imagem do país. Enquanto nos pronunciamentos para o público interno o então presidente Médici clamava por um Brasil (Grande) Potência e pela afirmação de que o país chegaria a enquadrar a lista das superpotências em um futuro breve, os pronunciamentos de Barbosa, tanto internos quanto externos, referenciam o Brasil como uma potência média, país emergente, ou potência em

desenvolvimento. Embora esse entendimento (de que o Brasil era um país intermediário, já que não era “pequeno” e ainda não tinha se tornado “grande”) estivesse implícito nos pronunciamentos de Médici, a opção pela *grandeza* enaltecia o ufanismo interno e reivindicava o Brasil como Grande Potência enquanto a estratificação do cenário internacional limitava a referência do Brasil como tal e, então, a solução era de obedecer à ordem, proclamando o país como nação intermediária, como fazia Barbosa.

Considerações finais

O Projeto Brasil Grande Potência, ao tentar imprimir internamente uma dinâmica de sucesso e ao externalizar à comunidade internacional, ao mesmo tempo, uma metodologia única de crescimento com as dificuldades inerentes aos países “médios”, produziu um novo sentido de desenvolvimento. Embora o modelo de desenvolvimento econômico dirigido (pelas forças do Estado) não fosse novidade, o novo sentido está relacionado à imagem e à pujança de um país com alto crescimento econômico, questionador das políticas internacionais que atrasavam a sua projeção e reivindicador de mudanças estruturais neste mesmo cenário. Internamente, o novo sentido produzido passou a ser a propaganda política de um Brasil que, a despeito de viver sob a égide de uma ditadura, só via grandeza, acolhido por um povo que, certamente, não queria “deixá-lo”.

As análises discursivas e as ferramentas da AD possibilitaram, assim, uma releitura de um período em que os Aparelhos Ideológicos do Estado foram utilizados para produzir um novo sentido sobre o tamanho do Brasil. Esse novo sentido, contudo, não pode ser assimilado da mesma maneira em todos os espaços: enquanto internamente o ufanismo produzia sentido de grandeza, externamente a realidade internacional limitava a política externa e enquadrava o Brasil em outra categoria: a de país médio.

Não obstante, a política externa teve papel fundamental para que o Projeto Brasil Grande Potência ascendesse. Evidenciou-se que o objetivo do governo com esse projeto era tornar o Brasil um país desenvolvido, uma grande potência mundial. Não por acaso, percebemos que a palavra-chave em todos os pronunciamentos presidenciais e nas sequências discursivas aqui expostas foi “desenvolvimento”, o qual adquiriu característica de Formação Discursiva primordial para os programas governamentais. A ideia de Brasil Grande Potência, construída no governo Médici, foi a de unir a nação em um projeto único, nunca antes executado, que perpassasse todas as esferas e classes sociais e se aglutinasse em algo que poderia (e deveria) ser levado para o futuro. Compreende-se que a utilização sistemática da palavra “desenvolvimento”, nos pronunciamentos do presidente e do seu chanceler, objetivava criar uma memória discursiva para transformá-la em objetivo nacional e ressignificar o tamanho do país.

Por conseguinte, a Análise de Discurso constituiu-se de importante ferramenta analítica para interpretar que o desenvolvimento do período pode ser percebido também no discurso e através do discurso, num movimento de sentidos que buscou causar rupturas nos sentidos de desenvolvimento anteriormente estabelecidos ao projetá-lo como uma formação discursiva que buscava a união nacional em prol de um programa que, paradoxalmente, nunca recebeu essa denominação. Assim, a noção de desenvolvimento não ficou restrita às ações governamentais tais como analisadas por Bielschowsky (2004; 2013) ou à união de ações governamentais e constrangimentos internacionais, como analisado por Cervo (2003), ou às ações puramente econômicas, amplamente debatidos pela literatura. O sentido produzido pelo discurso governamental e reforçado pelas instituições sob seu controle, que fora evidenciado nas sequências discursivas analisadas, ao enaltecer a “grandeza do país” e as ações governamentais, tinha o objetivo de fortalecer o regime político de modo a unificar a nação e a transformar o país numa Grande Potência Mundial. As limitações impostas pelo sistema internacional, assim, fortaleceram esse novo sentido, já que, ao mesmo tempo que continham o desenvolvimento econômico, aumentavam a atuação externa via questionamento à ordem e ao congelamento do poder, dando subsídios à projeção internacional do país.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BIELSCHOSWKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v. 1, p. 496
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideología y desarrollo: BRASIL, 1930-1964. **Revista de la CEPAL**, [s. l.], v. 45, p. 155–177, 1999.
- BARBOSA, M. G. Discurso proferido para a Escola Superior de Guerra, em 17 de junho de 1970. In: BRASIL. Documentos de Política Externa - 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1970a, 359 p.
- BARBOSA, M. G. Discurso proferido na XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Genebra, em 10 de julho de 1970. In: BRASIL. Documentos de Política Externa - 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1970b, 359 p.
- BARBOSA, M. G. Discurso proferido na XXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 27 de setembro de 1971. In: CORRÊA, L. F. S. (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BARBOSA, M. G. XXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 25 de setembro de 1972. In: CORRÊA, L. F. S. (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BARBOSA, M. G. XXVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 24 de setembro de 1973. In: CORRÊA, L. F. S. (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BRASIL. **Biblioteca Presidência Da República**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici>. Acesso em: 17 Out. 2020.
- BRASIL. Documentos de Política Externa - 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1970a, 359 p.
- BRASIL. Documentos de Política Externa – 1971. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1973a, 293 p.
- BRASIL. Documentos de Política Externa – 1972. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1973b, 365 p.
- BRASIL. Documentos de Política Externa – 1973. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1974, 307 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1969**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1969. 239 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201969.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1970**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1970b. 231 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201970.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1971**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1971b. 293 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201971.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1972**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1972a. 237 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201972.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1973**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1973c. 257 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201973.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Diplomacia para o desenvolvimento** - discurso proferido no Palácio do Itamaraty. Brasília, 20 abr. 1970c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/10/view>

BRASIL. Presidência da República. **Metas e Bases para a Ação de Governo, 1970** – Síntese. Brasília, setembro de 1970d. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/handle/123456789/1068>>. Acesso em 18 nov. 2019.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional de 1971**. Brasília, 1971a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1971/view>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Conceito de interdependência** - discurso durante o almoço oferecido pelo Vice-presidente Spiro T. Agnew, dos Estados Unidos da América, na Anderson House. Washington, 8 de dezembro de 1971c. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/21.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Foro de Liberdade** - discurso perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos. Washington, 8 de dezembro de 1971d. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/20.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Retorno ao solo** - discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici, ao receber do Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, de Portugal, os restos mortais de Dom Pedro I, junto ao monumento Nacional dos Mortos da II Guerra Mundial. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1972b. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/08.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Ideal comum** - discurso de saudação ao Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, de Portugal, durante banquete no Palácio do Itamarati. Brasília, 24 de abril de 1972c. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/09.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Os temas do diálogo** - discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici durante banquete oferecido ao Presidente Alejandro Lanusse, da Argentina, no Palácio do Itamaraty. Brasília, em 13 de março de 1972d. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/04.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **A Irredutível Fidelidade** – discurso alusivo à passagem do 8º aniversário da Revolução. Divulgado através de rede nacional de rádio e televisão. 31 de março de 1972e. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/05.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **A inventiva coragem** - discurso do Presidente Médici durante o banquete oferecido pelo Presidente de Portugal, no Palácio da Ajuda. Lisboa, 14 de maio de 1973d. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/11.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Reencontro** - saudação do Presidente Emílio Médici ao Presidente Américo Thomaz, ao desembarcar em Lisboa. Lisboa, 14 de maio de 1973e. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/10.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Conhecer o porto** - improviso do Presidente Médici ao agradecer a saudação do Presidente da Câmara Municipal do Porto. Porto, 16 de maio de 1973f. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/12.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Dias memoráveis** - palavras do Presidente Médici, despedindo-se do Presidente Américo Thomaz, enviadas de bordo da aeronave que o trouxe de volta ao Brasil. Portugal, 19 de maio de 1973g. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/13.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

CASTRO, Antônio Barros De; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 5–25, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília, DF: Editora Unb, 2015. p. 605.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

COX, Robert. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais**: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ). **Convite da Paz Está na Mesa Com as Premissas Básicas do Governo**. Rio de Janeiro, 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&PagFis=24&Pesq=Brasil%20Grande%20Pot%3%aancia. Acesso em: 17 out. 2020.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **Organon**, [s. l.], v. 17, n. 35, p. 189–200, 2003.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio De Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick. Autoritarismo, Crescimento Econômico e o Esgotamento do Modelo de Desenvolvimento (1964–1984). In: GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JUNIOR, Rudinei (org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 247.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964–1973). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945–2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAXARIN, Ercília Ana (org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de P (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 233–294.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64-74. **Cadernos CEBRAP**, [s. l.], v. 12, 1974. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586581/mod_resource/content/1/Martins_Carlos_Estevam.pdf.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete OSPB (Organização Social e Política Brasileira)**. In: DICIONÁRIO INTERATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - EDUCABRASIL. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 260

ORLANDI, Eni Puccinelli. O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [s. l.], v. 10, n. 2, 1994.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, Ed. Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. p. 163–252.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para uma análise de discurso político**. Barbarói, [s. l.], n. 24, p. 78–109, 2006.

REIS DA SILVA, André Luiz; MALLMANN, Vinícius Henrique. Revisitando a adesão ao tnp: Brasil e Argentina diante da questão nuclear nos anos 1990. **Revista da Escola de Guerra Naval**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 701–733, 2019. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/883/706>. Acesso em: 05 set. 2022.

RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de P. (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 213–233.

SENNESE, Ricardo Ubiraci. **As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 143

SILVA, André Luiz Reis da. **A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento: a política externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004. p. 123

SKIDMORE, Thomas Elliott. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8. ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUTO, Cíntia Vieira. **A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médici**. 2. reved. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013. p. 172

STEPAN, Alfred. Paths toward Redemocratization: Theoretical and Comparative Considerations. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C; WHITEHEAD, Laurence (org.). **Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986. p. 64–86.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média, 1964-1985.** 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

Funções de colaboração exercidas	
Vinícius Henrique Mallmann:	Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
André Luiz Reis da Silva:	Conceituação; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Supervisão; Escrita (revisão e edição);
Informações fornecidas pelos autores de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)	

Diretrizes para autores

1. A revista *Conjuntura Austral* publica Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, nos idiomas português, inglês e espanhol;
2. A revista está dividida em quatro seções: Conjuntura (Análises de Conjuntura); Pesquisa (Artigos de Pesquisa); Leitura (Resenhas Bibliográficas) e Dossiê (Dossiês temáticos e Edições Especiais);
3. As contribuições devem ser originais e podem ter sido depositadas (de forma prévia ou simultânea à submissão para avaliação na revista) nos servidores de preprint considerados pela *Conjuntura Austral*;
 - 3.1 A revista aceita submissões de preprints depositados nos seguintes servidores:
 - [American Political Science Association](#)
 - [OSFPreprints](#)
 - [Preprints.org](#)
 - [SciELO Preprints](#)
 - 3.1.1. Caso decida realizar o depósito do manuscrito em servidor de preprint de maneira simultânea à submissão para a revista, os(as) autores(as) se comprometem a depositá-lo em um dos servidores considerados pela *Conjuntura Austral*;
 - 3.2 Os preprints submetidos à revista serão avaliados por três pareceristas, sendo ao menos um membro do Comitê Editorial e outros dois selecionados de forma *ad hoc* pelo Comitê Editorial;
 - 3.2.1. Caso solicitado, os nomes dos(as) pareceristas poderão ser, a critério do Comitê Editorial, informados aos(as) autores(as) do manuscrito;
 - 3.2.2. Em caso de aprovação dos preprints para publicação, os pareceres emitidos serão também publicados, acompanhados dos nomes dos(as) respectivos(as) avaliadores(as);
 - 3.3 Caso a contribuição esteja depositada em servidor de preprint, os(as) autores deverão informar o fato ao Comitê Editorial por meio do preenchimento do campo específico na Carta ao Comitê Editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento suplementar no momento da submissão do manuscrito;
4. Os manuscritos submetidos à revista devem respeitar critérios específicos de números mínimos e máximos de caracteres; nessa contabilização são incluídos título, resumo e palavras chave (no idioma original e em inglês), corpo do texto e notas de rodapé; não são incluídas as referências.
 - 4.1 Trabalhos que não estejam adequados aos tamanhos estabelecidos poderão, mediante solicitação e a partir da avaliação do Comitê Editorial, ser considerados para a publicação; o registro dessa solicitação, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados no momento da submissão, na seção "Comentários ao editor" no processo de submissão de artigos no sistema;
 - 4.2 Os artigos de Análise de Conjuntura devem conter entre 15 mil e 25 mil caracteres (incluindo espaços);
 - 4.2.1 As Análises de Conjuntura deverão ser textos científicos que analisem uma situação ou fato atual, buscando uma interpretação que localize tal situação em estruturas explicativas (teóricas ou históricas) mais amplas. Diferentemente de um texto jornalístico ou informativo, a análise de conjuntura internacional deverá procurar elementos explicativos mais amplos, fundamentados em bibliografia pertinente, correlacionando a questão abordada. As análises de conjuntura devem conseguir articular elementos conjunturais e estruturais de forma equilibrada, oferecendo uma explicação provisória ao problema internacional apontado.
 - 4.3 Os Artigos de Pesquisa devem conter entre 35 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços);
 - 4.3.1 Os artigos de pesquisa deverão ser trabalhos resultantes de pesquisa científica original. Podem ser resultados parciais de pesquisas mais amplas, mas que já podem ser divulgados como uma unidade encerrada. Devem ter originalidade, precisão conceitual, definição do problema, dos objetivos e tratamento correto dos dados, adotar e apresentar de forma clara metodologia adequada, ser referenciado em bibliografia pertinente, e apresentar seus resultados. O texto deve ser suficientemente claro para um público mais amplo. O uso de imagens e tabelas que não tenham sido produzidas para o artigo enfraquecem a submissão e devem ser evitadas.
 - 4.4 As Resenhas Bibliográficas devem conter entre 7 mil e 9 mil caracteres (espaços inclusive).
 - 4.4.1 As resenhas deverão ter caráter crítico e analítico, não devendo limitar-se à apresentação da obra

em questão. Espera-se que o texto contribua não apenas para o conhecimento da obra (identificando de forma clara e objetiva tanto seu argumento central, quanto sua estrutura de sustentação), mas também para situá-la no campo de estudos de Relações Internacionais, apresentando elementos que demonstrem sua interlocução com outras obras e também sua atualidade e relevância;

5. Os dados sobre os(as) autor(as) (nome completo, titulação, ORCID iD, afiliação institucional – com o nome da instituição por extenso – e e-mail para contato) devem ser inseridos nos respectivos campos da plataforma de submissão da revista para todos os(as) autores(as);
 - 5.1 Essas informações deverão ser igualmente preenchidas na Carta ao Conselho editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento complementar no momento da submissão do manuscrito;
 - 5.2 Os manuscritos, especialmente aqueles que não estejam depositados em servidores de preprints, não devem conter qualquer informação dos(as) respectivos(as) autores(as);
6. O completo preenchimento, pelos(as) autores(as), do formulário de submissão do artigo no sistema da Revista é imprescindível; submissões com dados incompletos não serão encaminhadas para avaliação;
 - 6.1 O formulário de submissão do artigo deve ser obrigatoriamente preenchido também em inglês, o que é possível por meio da opção de troca de idioma disponível na parte superior do formulário (é necessário alterar o idioma no campo específico, no topo do formulário, e clicar no botão "submitter");
 - 6.2 A seção do formulário de submissão destinada ao URL deve ser preenchida com o link para o Currículo Lattes do(a) autor(a) – sempre que ele(a) tiver um;
 - 6.3 Todos(as) autores(as) devem ter seu ORCID iD informado no momento da submissão; caso o formulário informe que o ORCID id é inválido, tente retirar o "S" de "https" no endereço do ORCID iD; caso o problema persista, contate a equipe da *Conjuntura Austral*;
7. Não serão considerados para avaliação artigos com mais de três autores, salvo em casos considerados pertinentes pelo Comitê Editorial; o registro de solicitação para tanto, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados na seção "Comentários ao editor", no processo de submissão de artigos no sistema;
8. A titulação mínima para a submissão de manuscritos é Mestre(a);
 - 8.1 Não serão aceitos trabalhos de graduandos(as), nem mesmo na condição de coautores(as);
 - 8.2. Trabalhos de mestrandos(as) só serão aceitos se acompanhados de outro(a) autor(a) com titulação maior;
9. No caso de resenhas bibliográficas, só serão aceitas contribuições de obras publicadas no máximo 24 meses antes da submissão do manuscrito;
 - 9.1 Nas resenhas devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
 - 9.2 As resenhas não passarão pelo processo de revisão duplo-cego por pares, sendo sua avaliação realizada por integrantes do Comitê Editorial da revista;
10. Todas as contribuições devem vir acompanhadas de:
 - 10.1 Três palavras-chave no idioma original e em inglês, separadas por ponto-e-vírgula (;);
 - 10.2 Título no idioma original e em inglês;
 - 10.3 Resumo no idioma original e em inglês;
 - 10.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;
11. No caso das contribuições em inglês, elas também devem apresentar:
 - 11.1 Três palavras-chave em um segundo idioma (português ou espanhol), separadas por ponto-e-vírgula (;);
 - 11.2 Título em um segundo idioma (português ou espanhol);
 - 11.3 Resumo em um segundo idioma (português ou espanhol);
 - 11.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;
12. Os títulos dos artigos devem ter no máximo 200 caracteres (espaços inclusos), e não devem ser inseridos totalmente em maiúsculas no momento da submissão no sistema;
13. Os resumos deverão ter entre 150 e 200 palavras, bem como apresentar, de forma clara e concisa, o tema, os objetivos, a metodologia utilizada e as conclusões do trabalho;
14. As contribuições deverão ser geradas por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e apresentada em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, sem espaçamento entre parágrafos; contribuições em qualquer outro formato não serão aceitas;
15. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto, não devendo conter referências bibliográficas ou links;
 - 15.1 Caso a nota de rodapé seja incluída no final da frase, ela deve ser inserida depois do ponto final.

16. O uso de imagens (íluxogramas, mapas, tabelas, gráfcos e kguras) deve ser restrito ao essencial para a ilustração dos argumentos desenvolvidos notexto;
- 16.1 As tabelas, íluxogramas, gráfcos e quadros devem ser produzidos no mesmo software de produção de textos utilizado na elaboração domanuscrito (ou em um software compatível), e devem ser incluídos no corpo do texto, com títulos, legendas e referências adequados, e não como imagens ou ao knal do texto, como anexos;
- 16.2 A localização de mapas e imagens deve ser indicada de forma sequencial ([Figura 1], [Figura 2], etc.) no corpo do texto, acompanhada do título e das respectivas referências;
- 16.2.1 As imagens não devem ser incluídas no corpo do texto, e sim encaminhadas como documentos complementares, em formato .jpeg com resolução de ao menos 300 dpi;
- 16.2.2 No caso de imagens que não tenham sido produzidas pelo autor e que não tenham uma licença que permita sua livre reprodução, a submissão deve incluir, como documento complementar, uma autorização formal assinada pelo autor, editor e/ou detentor do copyright da imagem para seu uso e reprodução no artigo submetido à *Conjuntura Austral: journal of the Global South*.
17. As citações diretas devem seguir a norma ABNT 10520/2002: até três linhas no corpo do texto destacada por aspas; maior de três linhas com recuo de 4cm do lado esquerdo, espaçamento simples e fonte tamanho 10pt.
- 17.1 As citações diretas devem estar obrigatoriamente no mesmo idioma que o artigo; caso o texto original esteja em outro idioma, a tradução do trecho em questão deverá ser usada no corpo do texto, acompanhada da indicação de que a tradução foi feita pelos(as) autores(as) do manuscrito, e a versão original poderá ser introduzida como nota de rodapé;
18. As referências devem ser listadas ao knal do texto e devem se restringir àquelas efetivamente citadas no artigo.
- 18.1 No corpo do texto deve ser observado estritamente o sistema (AUTOR/A, data). Não serão aceitas referências bibliográfcas completas em notas de rodapé.
19. As referências bibliográfcas devem estar em ordem alfabética de sobrenome, e devem constar no knal do trabalho. Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, as referências devem ser inseridas obrigatoriamente no campo destinado a elas no momento da submissão no sistema. O formato utilizado pela Revista é:
- SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo. Cidade: Editora, Ano.
- SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do Capítulo/Artigo. In: SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome (Eds). Título do livro: subtítulo do livro. Cidade: Editora, Ano, cap.X, p. xx-xx.
- SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Nome do Periódico. Cidade do periódico, v.X, n.X, p. xx-xx, Ano. Disponível em: Link para o artigo. Acesso em dia mês ano. SOBRENOME, Nome. Título da tese acadêmica: subtítulo. Tese de Doutorado em (curso), Universidade, País, Ano, (nº de páginas)p. xx-xx.
- SOBRENOME, Nome. Título da notícia de jornal/revista. Nome do Jornal/revista. Cidade, dia mês. ano (da publicação da notícia). Disponível em: link para a notícia. Acesso em dia mês. ano.
20. Em caso de dúvidas a respeito da formatação das referências bibliográfcas, utilizar a NBR 6023:2018 e a NBR 10520:2002 da ABNT como referência;
- 20.1 Como forma de assegurar a conformidade com o estilo adotado pela revista, a Conjuntura Austral incentiva os(as) autores(as) a utilizarem a ferramenta [MyBib](#) para a elaboração da lista de referências;
- 20.1.1 O estilo de citação a ser utilizado é “*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - SBUFRGS - ABNT (autoria completia) (Portuguese - Brazil)*”;
- 20.2 Em caso de dúvidas, os(as) autores(as) são aconselhados(as) a consultar a equipe da Conjuntura Austral antes da submissão dos manuscritos;
21. Os manuscritos submetidos à Conjuntura Austral não devem conter jargões, devendo ser escritos de forma clara e concisa. Linguagem não-discriminatória e científica são obrigatórias, e termos racistas, sexistas e/ou que expressem qualquer forma de preconceito não serão tolerados;
22. Termos e expressões em outro idioma que não o principal do artigo devem estar indicados em itálico;
23. Os conjuntos de dados usados para sustentar argumentos e conclusões de artigos devem, preferencialmente, estar disponíveis de forma integral e gratuita para os(as) leitores(as) da revista;
- 23.1 Os manuscritos submetidos devem citar e referenciar todos os dados, bases de dados, códigos de programas e outros materiais que tenham sido utilizados ou gerados na pesquisa;
24. Os artigos devem, obrigatoriamente, conter seções de introdução, de conclusão e de referências;
- 24.1 A fragmentação excessiva do restante do texto, com a inclusão de mais de duas subseções, deverá ser evitada;
- 24.2 Na seção de introdução dos manuscritos devem ser apresentados de forma clara e facilmente identikcável o tema e o problema dapesquisa, além da metodologia utilizada;
- 24.3 Na seção de introdução e nas conclusões, quadros, tabelas ou kguras de qualquer natureza não são permitidos;
25. A Conjuntura Austral não publica mais de um artigo de um(a) mesmo(a) autor(a) em um intervalo menor do que

doze meses; não serão aceitas submissões simultâneas de um(a) mesmo(a) autor(a);

26. Os(as) autores(as) deverão preencher a Carta ao Conselho Editorial, disponível neste [link](#), e incluí-la como documento suplementar no momento da submissão do artigo;
27. Agradecimentos devem ser incluídos apenas em casos em que façam referência a apoio substancial recebido pelos(as) autores(as) no desenvolvimento da pesquisa que originou o artigo;
 - 27.1. Os agradecimentos devem ser inseridos, pelos autores, no campo indicado na Carta ao Conselho Editorial;
 - 27.2. Agradecimentos a auxílios ou financiamentos, bem como agradecimentos a colaborações de colegas e eventual menção à origem de um artigo (como, por exemplo, teses) devem ser indicados nesta seção;
 - 27.3. Agradecimentos aos(as) pareceristas e dedicatórias não são permitidos;
 - 27.4. Agradecimentos a indivíduos devem preceder agradecimentos a instituições ou agências;
28. Caso o manuscrito submetido seja aprovado para publicação, os(as) autores(as) se comprometem a fornecer, à Conjuntura Austral, materiais como comunicados de imprensa, entrevistas ou quaisquer outras informações solicitadas pelo Comitê Editorial;
29. A Conjuntura Austral: journal of Global South está aberta a propostas de dossiês temáticos ou edições especiais;
 - 29.1. Um dossiê temático ou edição especial inclui, geralmente, entre 5 e 7 artigos que versem sobre um tema comum ou um mesmo conjunto de questões;
 - 29.2. Propostas de dossiês temáticos e/ou edições especiais deverão ser enviadas para o e-mail da revista (conjunturaaustral@ufrgs.br), ter no máximo três autores(as), e ser acompanhadas das seguintes informações:
 - 29.2.1. Nome(s), ligação por extenso, informações de contato, currículos resumidos dos(as) proponentes, bem como os link para seus Currículos Lattes (quando houver) e ORCIDid;
 - 29.2.1.1. Ao menos um(a) dos(as) autores(as) deve ter título de doutor(a), e todos(as) devem ter ao menos título de mestre(a);
 - 29.2.2. Proposta da edição especial ou dossiê, com no máximo 4.000 palavras de extensão (contabilizadas as notas e referências), contendo o título proposto para a edição especial, uma apresentação da temática da edição proposta e as justificativas da proposta;
 - 29.2.3. Uma lista com os nomes, ORCIDid e contatos de ao menos 10 (dez) possíveis pareceristas a serem considerados para atuar na edição.
 - 29.3. Em conjunto com o Comitê Editorial da Conjuntura Austral, os(as) proponentes do dossiê ou edição especial, na condição de Editores(as) Convidados(as), serão responsáveis por divulgar a edição e captar artigos para avaliação, bem como por supervisionar os processos de revisão por pares;
 - 29.3.1. Aos(as) proponentes será facultado a elaboração de um Editorial para edição, o qual deverá ter caráter científico, sendo passível de citação acadêmica, e não se limitando à mera apresentação da edição;
 - 29.4. As propostas aprovadas serão disponíveis no sistema da Revista Conjuntura Austral, como chamada especial, por no mínimo 60 dias, que é o prazo que todas as pessoas (seguindo as diretrizes da Revista) poderão enviar artigos, resenhas ou análises de conjuntura;
 - 29.4.1. A Conjuntura Austral não publica números fechados ou completos, quando, portanto, todos os dossiês temáticos e edições especiais abertos à submissão de trabalhos por todos(as) os pesquisadores(as) interessados.
 - 29.5. Os trabalhos submetidos para essas edições deverão seguir as mesmas orientações das demais submissões, sendo incluídos apenas em uma seção diferente da revista, no momento da submissão, e serão submetidos ao mesmo processo de revisão cega por pares.
 30. Somente serão encaminhadas para avaliação aquelas contribuições que estiverem de acordo com todas as diretrizes estabelecidas pela revista.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; se não for esse o caso, uma justificativa deve ser incluída no campo “Comentários ao editor”;
2. Os arquivos para submissão foram gerados por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não ultrapassando 2MB); documentos em qualquer outro formato não serão aceitos.
3. URLs para as referências foram informadas sempre que necessário.

4. O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as tabelas foram geradas no processador de texto e estão inseridas no corpo do texto, não no final do documento, como anexos; as imagens tem seu espaço de inserção indicado no corpo do texto, em numeração sequencial entre colchetes ([Imagem 1], [Imagem 2], etc.) e serão incluídas como documentos suplementares.
5. O texto está plenamente de acordo com os padrões de estilo, requisitos bibliográficos e demais critérios e exigências descritos nas [Diretrizes para Autores](#), na seção Sobre a Revista.
6. No caso de manuscritos que não tenham sido depositados em servidores de preprint, a identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção "Propriedades" no software de processamento de texto, garantindo, desta forma, o critério de sigilo da revista, conforme instruções disponíveis em [Assegurando a Avaliação Cega por Pares](#).
7. Caso os(as) autores(as) decidam depositar o manuscrito em um servidor de preprints de forma simultânea à submissão para avaliação na revista, estes se comprometem a depositá-lo em um dos servidores aceitos pela Conjuntura Austral;
8. Os(as) autores(as) asseguram que a existência de quaisquer conflitos de interesse de ordem financeira, comercial, política, acadêmica e/ou pessoal com relação ao manuscrito, bem como todo o apoio material e/ou financeiro recebido para o desenvolvimento deste trabalho, estão claramente informados no campo "Comentários ao Editor".
9. Os(as) autores(as) preencheram correta e integralmente a [Carta ao Comitê Editorial](#), que será encaminhada como documento suplementar na submissão de seu manuscrito.
10. Os(as) autores(as) estão cientes e plenamente de acordo com as [Diretrizes de ética e de boas práticas editoriais](#) adotadas pela revista.

Declaração de direito autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores(as) mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0](#), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o(a) autor(a) e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.
- b. Autores(as) têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores(as) têm permissão para publicar, nos repositórios considerados pela Conjuntura Austral, a versão preprint dos manuscritos submetidos à revista a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).
- d. Autores(as) têm permissão e são incentivados(as) a publicar e distribuir online (em repositórios institucionais e/ou temáticos, em suas páginas pessoais, em redes ou mídias sociais, etc.) a versão preprint dos manuscritos (aceitos e publicados), sem qualquer período de embargo.
- e. A *Conjuntura Austral: journal of the Global South*, imbuída do espírito de garantir a proteção da produção acadêmica e científica regional em Acesso Aberto, é signatária da [Declaração do México sobre o uso da licença Creative Commons BY-NC-SA para garantir a proteção da produção acadêmica e científica em acesso aberto](#).